

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**LÓGICAS SOCIOCULTURAIS E ESTRATÉGIAS
PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO *MENINA DOS
OLHOS DOS SEM-TERRA***

Marcos Botton Piccin

2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**LÓGICAS SOCIOCULTURAIS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO
ASSENTAMENTO *MENINA DOS OLHOS DOS SEM-TERRA***

MARCOS BOTTON PICCIN

Sob a orientação do professor

Roberto José Moreira

Dissertação submetida como
Requisito parcial para a
obtenção do grau de **Mestre** em
Ciências Sociais, no Curso de
Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Julho de 2007.

333.318165 Piccin, Marcos Botton
P5881 Lógicas socioculturais e estratégias
T produtivas no assentamento menina dos
olhos dos sem-terra / Marcos Botton Piccin
- 2007.
199f.

Orientador: Roberto José Moreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto
de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 249-254.

1. Assentamentos rurais - Rio Grande do
Sul - Teses. 2. Assentamentos rurais -
Sistemas produtivos - Teses. 3. Assentados
rurais - Trajetórias sociais - Teses. I.
Moreira, Roberto José. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto
de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARCOS BOTTON PICCIN

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/08/2007.

Membros da Banca Examinadora:

Professor Roberto José Moreira, Doutor em Economia pela Cornell University, Ithaca, NY,
USA

Professora Leonilde Servolo de Medeiros, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade
Estadual de Campinas UNICAMP/SP

Professora Sonia Maria Pereira Bergamasco, Doutora em Sociologia Rural pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Botucatu/SP

Para Maurício, meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é o produto final de uma caminhada realizada no decorrer de mais de dois anos, que não aconteceu individualmente. Conteí com a ajuda, auxílio, conselho, companheirismo e amizade de várias pessoas, que foram indispensáveis à realização deste trabalho. Com certeza, no entanto, não me lembrarei de todas que colaboraram, listo abaixo apenas aquelas que de alguma forma representam um marco nesta jornada.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao professor Roberto Moreira, que me orientou a partir do segundo ano do Curso de Pós-Graduação. Ao Roberto devo grande parte da “conversão do olhar” sobre o objeto de pesquisa e, talvez, os maiores tensionamentos vividos durante o Curso, indispensáveis às definições que se procederam para este estudo. A participação na disciplina *Natureza e Sociedade* por ele ministrada no segundo semestre de 2005 pode ser considerada fundamental às escolhas teóricas e metodológicas realizadas, sendo o motivo central do pedido de orientação que realizei. De pronto o professor Roberto aceitou, mesmo estando como coordenador do CPDA e com inúmeras tarefas a desenvolver. Sempre foi muito atencioso e disponível em me orientar, ao mesmo tempo, sempre transmitiu confiança e liberdade para desenvolver as temáticas que me preocupavam, o que foi fundamental para que desenvolvêssemos uma relação de amizade.

Sou grato ao professor Renato Maluf, por ter me orientado durante o primeiro ano do Curso. Sua paciência em ouvir minhas dúvidas, as preocupações em momentos de aflição e o diálogo realizado foram fundamentais para as opções realizadas.

Sou grato à professora Maria José Carneiro, pelas orientações e diálogos realizados no decorrer do primeiro ano de Curso, bem como pelas sugestões em minha defesa de projeto de pesquisa. A “Zezé” sempre teve muita dedicação em acompanhar o andamento da elaboração dos projetos, assim como paciência em entender “os tempos” em que cada estudante se encontrava.

De forma geral todos os professores do CPDA sempre foram companheiros, criando um ambiente que proporciona a reflexão e a discussão conjunta. Agradeço imensamente a todos com quem tive e mantive diálogos.

Sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me concedido a bolsa de estudos, sem a qual teria sido impossível realizar o mestrado.

Agradeço a ActionAid-Brasil por recursos monetários concedidos para a realização do trabalho de pesquisa a campo.

Sou grato à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que concedeu recursos monetários para a preparação de trabalhos científicos dessa pesquisa de mestrado, através do projeto “Ruralidades: assimetria de poder e identidades sociais no campo” coordenado pelo professor Roberto Moreira.

Sou grato às professoras Leonilde Servolo de Medeiros e Sonia Maria Pereira Bergamasco por terem aceitado o convite para compor a banca avaliadora dessa dissertação, assim como pelas críticas e sugestões realizadas.

Sou grato aos vários amigos e amigas estudantes de mestrado ou doutorado, pelas contribuições teóricas e metodológicas e, também, às festas e à cervejinha nos bares da Lapa quando o estresse superava a dedicação ao estudo.

Sou grato aos camaradas com os quais dividi apartamento: César, Marcos J., Tiago, Cleyton, Valter e Everton. A “República Socialista do Pampa Gaúcho” proporcionou a convivência e muitas horas de discussão teórica sobre os temas de nossas pesquisas, além dos debates políticos acalorados. Agradeço especialmente ao César, pois durante os dois anos de mestrado sempre se dispôs a conversar e sugerir caminhos nos momentos de maior

indefinição teórica e metodológica de minha pesquisa, assim como às leituras sugeridas e aos livros emprestados, fundamentais para esse trabalho que agora apresento.

Sou grato aos companheiros e companheiras da equipe técnica que prestam ou prestaram assessoria ao Assentamento Ceres: Marcelo, Priscila, Ricardo, Edivaldo, Jones, Carine, Juliana e Erton. Sempre estiveram dispostos a ajudar e “abrir portas”. Sem a recepção e confiança que me foi proporcionada não teria tido acesso a todo material de pesquisa disponibilizado no Assentamento.

Sou grato às famílias assentadas que me receberam em suas casas, que convivi durante alguns dias e todo o aprendizado que tive.

Sou grato à direção do MST e do Assentamento Ceres, que me proporcionaram todas as condições e pela confiança depositada para que a pesquisa fosse realizada.

Sou grato a minha família, especialmente ao Seu Miguelzinho e Dona Nelci, meus pais, que sempre expressaram confiança e apoio durante toda a jornada de minha vida. Foram imprescindíveis para as escolhas realizadas.

Sou grato à Desirée, minha namorada, pelas longas horas de conversa sobre temas relacionados à Psicologia e política, assim como por sempre ter apoiado minhas decisões, da mesma forma pelo carinhoso ombro amigo.

Sou grato à Luciane, pelas discussões sobre o Sistema de Saúde e Educacional, assim como pelas angústias compartilhadas.

RESUMO

PICCIN, Marcos Botton. **Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra**. 2007. 199p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

Este trabalho consiste em uma pesquisa que analisa as lógicas socioculturais subjacentes às estratégias produtivas desenvolvidas pelos agricultores-assentados no Assentamento rural Ceres, RS. Esse Assentamento foi formado no final de 1996 e recebeu agricultores sem-terra de várias regiões e municípios do Rio Grande do Sul, com diferentes trajetórias e experiências sociais adquiridas nas diferentes posições sociais ocupadas na estrutura de relações da sociedade. A ocupação do território e o desenvolvimento sócio-histórico desse estado conformaram determinadas posições sociais aos trabalhadores rurais pobres como pequenos agricultores, trabalhadores temporários e permanentes, meeiros, rendeiros, entre outras, gerando, potencialmente, distintos princípios de ação, comportamentos, códigos e modalidades operacionais que conferem um conjunto de saberes, crenças e um *senso prático* determinado, funcionando como *habitus* sociais. Esta heterogeneidade sociocultural tende a compor os processos sociais tanto dos acampamentos quanto dos assentamentos rurais e pode ser expressada pelas diferentes situações que levaram os trabalhadores rurais à *luta* pela terra, pelos diferentes objetivos para com a posse de um lote, assim como pelos diferenciados projetos e sonhos de futuro elaborados entre esses indivíduos. Quando em assentamento os saberes, conhecimentos, projetos e sonhos de futuro construídos ao longo das trajetórias sociais tendem a ser presentificados e atualizados frente às circunstâncias encontradas dos diferenciais de poderes entre os distintos agentes sociais que figuram a *ambiência* local e regional. Assim, os cultivos, manejos e formas diversas de ocupação produtiva dos lotes de terra pelos agricultores-assentados também podem representar aquela heterogeneidade sociocultural forjada pelo processo sócio-histórico. Nesse sentido, a pesquisa classificou os agricultores-assentados em três sistemas produtivos considerados como *diversificado*, *soja-leite* e *soja* através de um questionário tipo *survey* e optou-se pela vivência do cotidiano dos mesmos a partir do qual se procedeu a entrevista de uma amostra pré-selecionada de famílias assentadas. A análise dos dados e informações permite considerar que as interações e reações a essas ambiências não se dão da mesma forma pelo conjunto dos agricultores-assentados no estabelecimento das estratégias de reprodução social. A existência de três sistemas produtivos no Assentamento tende a corresponder aos fatores socioculturais internalizados ao longo das trajetórias sociais. As significações atribuídas às formas diferenciadas de ocupação produtiva dos lotes de terra revelam desejos e projetos de vida almejados também diferenciados e que se julga possível alcançar no Assentamento.

Palavras chaves: assentamentos rurais, Assentamento Ceres, sistemas produtivos, trajetórias sociais, *habitus*.

ABSTRACT

PICCIN, Marcos Botton. **Sociocultural logics and productive strategies in the *menina dos olhos dos sem-terra (landless) settlement***. 2007. 199p. Dissertation (Master's degree in Social sciences on Development, Agriculture and Society). Institute of Social and Human sciences, Course of Masters Degree in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

This work consists of a research that analyzes the underlying sociocultural logics to the productive strategies developed by the landless farmers settled in the rural Settlement called Ceres, RS. That Settlement was formed in the end of 1996 and it received landless farm workers of several areas and municipal districts of Rio Grande do Sul, having different paths and acquired social experiences in the different busy social positions in the structure of relationships of the society. Hence the occupation of the territory and the social-historical development of that state have conformed certain social positions to the poor rural workers as small farmers, temporary and permanent workers, millers, lacemakers, among other generating potentially different principles of action, behaviors, codes and operational modalities that provide a group of knowledge, creeds and a certain practical sense, working as social *habitus*. In this sense, this sociocultural heterogeneity tends to compose the social processes as much of the camps as of the rural settlements and it can be expressed by the different situations that took the rural workers to the fight for the land, for the different objectives related to the ownership of a lot, as well as for the differentiated projects and future dreams elaborated among those individuals. Then, when in the establishment of awareness, knowledge, projects and future dreams which have been built along the social paths tend to make present and updated face of the found circumstances regarding the differential of powers among the different social agents of the local and regional environment. Like this, the cultivations, handlings and several forms of productive occupation of the land lots for the farmer-seated can also represent that social-cultural heterogeneity forged by the social-historical process. In that sense, the research classified the farmer-seated in three productive systems considered as *diversified*, *soy-milk*, and *soy* farmers through a *survey* questionnaire and it was opted for living the daily of them starting from an interview of a pre-selected sample of seated families. The analysis of the data and information allow considering that the interactions and reactions from those environments do not occur in the same way by the group of the farmer-seated in the establishment of the strategies of social reproduction. The existence of three productive systems in the Settlement tends to correspond to the socio-cultural internal factors along the social paths. As a result, the significances attributed to the differentiated forms of productive occupation of the land lots reveal desires and life projects longed for and also differentiated and such objectives are believed to be possible to achieve in the Settlement.

Key Words: rural settlements, Ceres Settlement, productive systems, social paths, *habitus*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Utilização da área dos lotes a partir dos sistemas produtivos – ano agrícola 2005/2006.....	p. 107
Tabela 2	Agricultores-assentados por associação de pastejos nos sistemas produtivos e número de animais leiteiros.....	p. 109
Tabela 3	Agricultores-assentados e as principais atividades destinadas prioritariamente ao autoconsumo.....	p.113
Tabela 4	Agricultores-assentados e estrutura dos grupos domésticos por sistema produtivo.....	p.117
Tabela 5	Origem e composição dos rendimentos totais brutos dos grupos domésticos por amostra em cada sistema produtivo.....	p.132
Tabela 6	Renda monetária e renda indireta do autoconsumo (não-monetária) da amostra de grupos domésticos em cada sistema produtivo. Ano agrícola 2005/2006.....	p.134

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Regiões dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, os municípios de origem e onde se realizou as principais mobilizações dos agricultores sem-terra que foram beneficiados no Assentamento Ceres..... p. 72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução da produção leiteira no município de Jóia entre os anos de 1983 a 2005.....	p. 60
Gráfico 2:	Distribuição porcentual dos membros dos grupos domésticos por sistema produtivo e faixa etária.....	p.120
Gráfico 3:	Composição da Renda Total Líquida/ano (RTL/ano - em %)......	p.135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I: O OBJETO DE PESQUISA E A CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	20
1. A PERSPECTIVA DA INVESTIGAÇÃO	20
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	28
2.1. Objetivo Geral.....	28
2.1.1. Objetivos específicos.....	28
3. APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	29
3.1. O Observador-pesquisador e o Objeto de Pesquisa	30
3.2. O Observador-pesquisador e o Engajamento	33
3.3. Princípios Teórico-metodológicos e a Metodologia Propriamente Dita.....	34
CAPÍTULO II: DOS NEGÓCIOS DO CORONEL E EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS AO ASSENTAMENTO RURAL: PROCESSOS DE UMA SÓCIO-HISTÓRIA CONFORMADORA DE RECURSOS SOCIOCULTURAIS	42
1. O PLANALTO RIOGRANDENSE NO CONTEXTO DAS ESTÂNCIAS E DAS COLÔNIAS	44
2. AS ESTÂNCIAS E COLÔNIAS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PLANALTO RIOGRANDENSE.....	52
3. A VENDA DA GRANJA CERES AO INCRA	60
CAPÍTULO III: A MENINA DOS OLHOS DOS SEM-TERRA: CRITÉRIOS DE ENTRADA, ACAMPAMENTOS, ORIGEM GEOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS E AMBIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CERES.....	64
1. ASPECTOS FUNDANTES DO ASSENTAMENTO CERES E OS DEBATES ENTRE O INCRA E O MST	65
2. O CONTEXTO DAS MOBILIZAÇÕES, ORIGENS GEOGRÁFICAS, ACAMPAMENTOS E A ENTRADA NO ASSENTAMENTO CERES	69
3. CONDIÇÕES DE AMBIÊNCIA NA <i>MENINA DOS OLHOS DO SEM-TERRA</i>	80
3.1. Os vizinhos Granjeiros, a Febre Aftosa e as Conjunturas da Soja.....	83
3.2. A COOPERVIDA e a Ambiência Local	88
3.3. A Equipe Técnica da COPTec e a Ambiência Local.....	95
CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS, DINÂMICAS FAMILIARES E COMPOSIÇÃO DAS RENDAS	105
1. UTILIZAÇÃO DADA À ÁREA E AO ESPAÇO DOS LOTES TENDO EM VISTA AS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	107
2. DINÂMICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREFERENCIALMENTE AO AUTOCONSUMO	113
3. DINÂMICA E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS	116
4. CARACTERIZAÇÃO QUANTO O ACESSO E USO DO CRÉDITO AGRÍCOLA.....	130
5. RENDAS MONETÁRIAS E NÃO-MONETÁRIAS (DO AUTOCONSUMO).....	132
CAPÍTULO V: POSIÇÕES SOCIAIS, TRAJETÓRIAS E LÓGICAS SOCIOCULTURAIS	138
1. PARTE I: TRAJETÓRIA E PRINCIPAIS REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS ANTERIORES À ENTRADA NA <i>LUTA PELA TERRA</i>	141

1.1. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>diversificado</i>	141
1.2. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>soja-leite</i>	145
1.3. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>soja</i>	149
2. PARTE II: AS PRINCIPAIS INTERAÇÕES-REAÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS AO PERÍODO DO ACAMPAMENTO E NO ASSENTAMENTO CERES	153
2.1. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>diversificado</i>	153
2.2. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>soja-leite</i>	158
2.3. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo <i>soja</i>	164
CONCLUSÃO	172
BIBLIOGRAFIA	179
DOCUMENTOS CONSULTADOS	186
MATÉRIAS DE JORNAIS CITADAS	186
PÁGINAS CITADAS CONSULTADAS NA INTERNET	187
ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO PESQUISADOR	187
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda as diferenças socioculturais que influenciam no estabelecimento de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados do Assentamento rural Ceres, localizado no estado do Rio Grande do Sul. O processo de mobilização de agricultores sem-terra neste estado tende a reunir nos acampamentos de *luta* pela terra indivíduos de distintas regiões e municípios, com diferentes itinerários e trajetórias de vida, experiências, assim como saberes e conhecimentos e que passam a conviver em uma mesma *terra conquistada* quando ocorre à aquisição de determinada área de terra pelo INCRA, recebendo o nome de assentamento rural. Assim, uma espécie de heterogeneidade sociocultural permeia esse processo social desde o acampamento ao assentamento, onde tendem a se expressar objetivos e significações diferenciadas para com a posse de um lote de terra e mesmo com os cultivos e produções desenvolvidas sobre a terra. Dessa forma, na montagem das estratégias produtivas sobre os lotes e, de forma geral, nas estratégias de reprodução social dos grupos domésticos essas diferenças socialmente construídas se manifestam, compondo um dos fatores que determinam as diferenciações socioeconômicas entre os agricultores-assentados.

Nesse sentido, a maior parte das famílias que hoje se encontram no Assentamento Ceres participou de acampamentos a partir do ano de 1994, sendo assentadas no final de 1996. Este Assentamento possui uma área total de 2.210,40 hectares (ha), com 106 famílias de agricultores-assentados e está localizado na região do Planalto riograndense, no município de Jóia. A referida região é caracterizada pelo cultivo hegemônico da sojicultura desde a década de 1970, devido aos processos da modernização da agricultura conformadores das cooperativas tritículas e dos granjeiros, produtores capitalistas da agricultura (Rückert, 2003). Antes de ser adquirida pelo INCRA para fins de reforma agrária essa área era a chamada Granja Ceres, de propriedade da VARIG Agropecuária S.A. (VAGRO), uma das empresas controladas pela Fundação Ruben Berta. No contexto da chamada modernização da agricultura essa empresa desenvolveu uma Granja especializada na produção da bovinocultura leiteira, vendendo a área ao INCRA em 1996 por um total de R\$ 5.181.150,70 (Incrá, 1996).¹ Devido às características específicas da referida Granja, associadas com a grande infraestrutura e com a qualidade dos solos, ainda no acampamento as famílias viam essa área como *a menina dos olhos do sem-terra do estado*, em um sentido de expressão de desejo de ali serem assentadas. Além disso, as direções do MST e o INCRA também desenvolveram projetos produtivos para o futuro assentamento como a formação de uma Cooperativa e dos chamados grupos coletivos de produção, influenciando na seleção das famílias ainda na fase de acampamento e que, de forma geral, estão na base de tensionamentos que surgiram posteriormente entre os agentes deste espaço social.

Assim, os agricultores sem-terra de diferentes regiões do estado e com diferentes trajetórias sociais passam a viver em um Assentamento rural marcado pelos diferenciais de poderes relacionados aos granjeiros da soja, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais. Estas circunstâncias definem um campo de reprodução e de poderes dos

¹ Estas questões serão detalhadas no Capítulo II.

agricultores-assentados restrito e relativo, onde o manejo e organização dos fatores produtivos de seus lotes constituem uma dimensão de suas autonomias relativas. Esse é o contexto onde tende a ocorrer uma atualização de sonhos, projetos de futuro, saberes e conhecimentos adquiridos ao longo de suas trajetórias sociais. Haveria assim, uma exteriorização na forma de estratégias produtivas sobre os lotes de terra de recursos socioculturais com determinadas significações atribuídas às atividades agropecuárias realizadas para a obtenção das condições materiais e simbólicas desejadas de vida. Estaria subtendida, dessa forma, determinadas lógicas socioculturais às produções desenvolvidas nos lotes de terra pelos agricultores-assentados. Estas lógicas socioculturais que se procurará objetivar no decorrer dos capítulos da dissertação de acordo com o campo empírico considerado e os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

Neste sentido, a dissertação está dividida em cinco capítulos.

O Capítulo I apresenta o objeto de pesquisa e a circunscrição teórico-metodológica adotada que guiará o desenrolar das argumentações realizadas nos demais capítulos. A construção das questões, enunciados, problemas e perspectivas de análise são inseridos em uma discussão da gênese sócio-histórica dos processos sociais observados, onde já se evidencia as opções teóricas utilizadas para a análise das problemáticas formuladas, bem como a hipótese guia. Entre os principais conceitos teóricos utilizados e operacionalizados está o conceito de *habitus* social (Bourdieu, 1996; 2002). Segue-se com a construção dos objetivos do estudo e com uma discussão acerca da relação do pesquisador-observador e eventos sociais observados, ressaltando as questões do engajamento e do distanciamento metodológico no processo de construção do conhecimento. Ademais, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos, o recorte empírico, técnicas de coleta e análise dos dados.

O Capítulo II realiza uma discussão sobre o processo de ocupação do território riograndense abordando o desenvolvimento histórico da região do Planalto e da área onde hoje é o Assentamento Ceres como processos de uma sócio-história conformadora de recursos socioculturais. Assim, aprofundam-se algumas questões apresentadas já no Capítulo I, como a formação cultural e o relacionamento entre os chamados *caboclos* e *colonos* no decorrer das seguidas migrações que essas populações realizaram ao longo do tempo em busca de terras no território meridional. Tal discussão dá-se a partir da região de transição entre matas e campos, de acordo com a vegetação original do território do Planalto que coincide com a localização atual do município de Jóia e, portanto, do Assentamento Ceres. Esta diferenciação entre matas e campos determinou processos de ocupação do território diferenciados havendo nas primeiras a implantação das colônias de imigrantes europeus não-ibéricos e nos segundos o desenvolvimento de estâncias pastoris, relacionadas com a criação extensiva de gado. Neste sentido, a localização geográfica do município de Jóia e do Assentamento Ceres permite realizar uma abordagem da relação mantida entre colonos, caboclos e estancieiros, até meados da década de 1950, quando ocorre a introdução do trigo nas terras das estâncias por meio do arrendamento capitalista. Esta conjuntura marca o surgimento dos chamados granjeiros e a redefinição das relações sociais entre “velhos” e “novos” agentes sociais nessa faixa de transição geográfica, assim como a criação das cooperativas tritícolas e da implantação e cultivo da soja. De forma geral, esse processo de desenvolvimento sócio-histórico conformou diferentemente recursos socioculturais entre os agentes sociais, definindo posições na estrutura de relações sociais na sociedade e, portanto, conjuntos de experiências aos trabalhadores rurais, que tendem a estar na origem dos comportamentos e ações observadas internamente no Assentamento Ceres. Ademais, aborda-se a venda da Granja Ceres ao INCRA dentro da hipótese de inviabilidade econômica gerada pela conjuntura de reforma neoliberal do Estado a partir do início da década de 1990.

O Capítulo III discute o processo de formação propriamente dito do Assentamento. Nesse sentido, analisa os projetos elaborados pela direção do MST e pelo INCRA e as consequências daí decorrentes, tais como: os critérios para a seleção ainda no acampamento das famílias que seriam beneficiadas, formação de uma Cooperativa, os chamados grupos de produção coletiva, as tentativas de reacionamento da infra-estrutura da antiga Granja e as orientações para que as famílias produzissem prioritariamente a bovinocultura leiteira sobre os lotes de terra. O posterior desenrolar dessas questões tendeu a configurar situações de frustração dos agricultores-assentados devido às expectativas de futuro não concretizadas. Outra faceta abordada como componente da formação do Assentamento diz respeito à origem geográfica das famílias e do processo de mobilização anterior e durante a *luta* pela terra. A análise dessa fase anterior ao assentamento é importante porque localiza sócio-historicamente esses indivíduos nos processos de ocupação do território. Da mesma forma, porque tende a revelar-se como um período de vivência de novas experiências carregado de angústias, incertezas, ansiedades, redefinição de visão de mundo e de projetos de vida, assim como de oportunidades para quem dele participa. Questões que podem influenciar o desenvolvimento futuro de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados devido às conversões político-ideológicas e a internalização de novos conhecimentos e saberes, por exemplo, quando da participação em cursos de formação política e de produção agropecuária. Por outro lado, pode representar aos agricultores sem-terra um período de reafirmação de projetos de futuro, de crenças e de conhecimentos e saberes adquiridos em socializações anteriores. Ainda, aborda-se nesse Capítulo os principais fatores que influenciam quanto à definição das estratégias produtivas dos agricultores-assentados como a presença dos agricultores granjeiros vizinhos, o desenvolvimento da Cooperativa do Assentamento, a presença da assessoria técnica, as conjunturas de ocorrência da Febre Aftosa², de introdução de variedades de soja transgênica e do aumento do preço da saca da soja a partir do ano de 1999 até meados de 2004.

O Capítulo IV analisa as estratégias produtivas, as dinâmicas familiares e a composição das rendas monetárias e não-monetárias dos grupos domésticos no Assentamento. A abordagem estrutura-se a partir da classificação realizada dos sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores-assentados, chamados de: *diversificado*; *soja-leite* e *soja*.³ De uma forma geral busca-se identificar particularidades que podem ser ao mesmo tempo elementos de identificação e diferenciação ‘intra’ e ‘entre’ os grupos. Essas particularidades podem representar a materialização de distinções sociais incorporadas ao longo das trajetórias individuais e coletivas. Por outro lado podem agir como dispositivos socioeconômicos que estruturam diferenciais de poderes entre os agricultores-assentados e influenciam a definição das estratégias produtivas. Neste sentido, é analisada a ocupação dada à área dos lotes pelos agricultores-assentados, as produções e manejos desenvolvidos neste âmbito. A investigação das dinâmicas de composição dos grupos familiares ocorre com vistas ao estabelecimento de possíveis relações com as estratégias e sistemas produtivos desenvolvidos. Contudo, a apresentação de grupos mais ou menos homogêneos quanto a esses fatores tende a indicar que as explicações quanto às diferentes estratégias produtivas desenvolvidas pelos agricultores-assentados podem residir em outros elementos, como na composição sociocultural dos mesmos. Ademais, analisa-se a composição das rendas monetárias e não-monetárias (do

² A Febre Aftosa é uma doença infecto-contagiosa causada por vírus da família *Picornaviridae*, gênero *Aphthovirus*. A forma de controle da doença é o abate de todos os animais de casco fendido (bovinos, suínos, ovinos e caprinos), sendo implantado o chamado ‘vazio sanitário’. A entrada de novos animais se dá de forma progressiva depois de, em média, seis meses a um ano.

³ Esta classificação faz parte da metodologia adotada para a realização da pesquisa, portanto, será detalhada no Capítulo I.

autoconsumo) em articulação com as estratégias produtivas considerando o conjunto de atividades que proporcionam os meios de sobrevivência aos grupos domésticos.

O Capítulo V analisa as trajetórias sociais de uma amostra de agricultores-assentados e as lógicas socioculturais subjacentes no estabelecimento das estratégias produtivas desenvolvidas sobre os lotes de terra. Em um primeiro momento procura identificar as condições de produção cultural relacionadas com as posições sociais que engendraram as principais referências culturais anteriormente à entrada na *luta* pela terra. Nesse contexto, aborda-se que a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade, e experiências a ela relacionadas, tenderia a conformar realidades específicas e lógicas de ação que orientaria os comportamentos expressados frente a novas circunstâncias vividas, como as que são enfrentadas no período do acampamento e, posteriormente, no Assentamento. Em um segundo momento do Capítulo analisa-se como os agricultores-assentados, portadores de referências socioculturais específicas, interagem-reagem frente aos eventos inusitados da *luta* pela terra e sobre a terra, no estabelecimento das estratégias produtivas. Dessa forma, diferentes significações são elaboradas acerca das estratégias produtivas, que tendem a significar também diferenciados desejos e projetos de futuro, além de redes de relações e interações sociais com outros agentes sociais do local e da região, como nas relações comerciais, com as direções do MST e Cooperativa, entre outros.

Assim, nesse estudo, as análises centrar-se-ão nas ações e comportamentos dos agricultores-assentados para a construção dos meios necessários à reprodução social. Considerar essa fração de agricultores como uma categoria social não significa entendê-la como homogênea, senão carregada de diferenças e também dinâmica no que se refere aos diferentes interesses expressados internamente. Contudo, reconhece que o processo sócio-histórico se encarregou de estabelecer pontos de contato entre seus integrantes seja pelas precárias condições de vida, ou pela identificação e “confronto” com inimigos comuns quando decidem lutar coletivamente por um pedaço de terra, e/ou pelo tratamento dado pelas instâncias do Estado. Nesse sentido, a designação *agricultor-assentado* procura expressar a vivência de instabilidades quanto à reprodução social por essa fração de agricultores em que a *luta* pela terra coloca-se como hipótese possível para alcançar as condições socioeconômicas desejadas de vida. Destaca, portanto, a vivência de processos sociais específicos a essa categoria, não encontrados nas trajetórias sociais de outras frações de agricultores, como entre os demais pequenos agricultores parcelares que não experimentam as situações de acampamento.

Nesse contexto, a categoria *luta* procura colocar em evidência as experiências do período do acampamento, das mobilizações e ocupações de terra que podem resultar em *terra conquistada*, quando ocorre a realização dos assentamentos rurais como ação do Estado, expressões frequentemente acionadas nas falas dos agricultores-assentados. Mas, também, pode ganhar outras interpretações. De acordo com Comerford (1999) *luta* tende a receber significações distintas para os trabalhadores rurais à medida que diferentes situações são vividas, interpretadas e diferentes práticas são postas em ação, constituindo variados conjuntos de relações. Dessa forma, essa categoria poderá ganhar outros dois sentidos durante a dissertação: a) *luta* sobre ou na terra referindo-se às dificuldades do trabalho cotidiano no Assentamento e o enfrentamento de diversas formas de privação; e, b) *luta* referindo-se à participação em estruturas de direção do acampamento, de partidos, do Assentamento, da Cooperativa e de outras organizações; vivida como *luta política*, designando o sentido da *luta* para além dos interesses imediatos de quem dela participa, relacionada com a categoria ou classe social.

De forma geral, o estudo contido nessa dissertação procura trazer elementos para compreensão das diferentes ações e comportamentos que os agricultores-assentados manifestam quanto às formas de organizar a produção agropecuária nos assentamentos rurais.

Qualquer observador e conhecedor da realidade destes espaços sociais percebe as distintas maneiras com que esses indivíduos organizam os fatores produtivos presentes nos lotes, desenvolvem distintos sistemas produtivos, manejos, usos e ocupações de suas áreas de terra nos assentamentos. Por outro lado, mesmo a bibliografia que trata dos assentamentos rurais não tem abordado as significações atribuídas pelos agricultores-assentados aos sistemas produtivos por estes desenvolvidos e as lógicas socioculturais imanentes em cada caso. Na maior parte das vezes concentra-se em avaliações socioeconômicas a partir de indicadores estabelecidos previamente pelo pesquisador e tende a tratá-los mais como beneficiários de uma política de assentamentos, assim como das parcas políticas públicas associadas - como crédito e assessoria técnica - do que como um indivíduo com uma história e trajetória social precisa. Já, as pesquisas que têm se detido no estudo das diferenças socioculturais entre os trabalhadores sem-terra meridionais não abordam como esses trabalhadores as acionam na montagem das atividades produtivas sobre os lotes e as significações a elas atribuídas em seus projetos e desejos de futuro; quase sempre abordam como essas diferenças influenciam no desenvolvimento de distintas visões políticas entre indivíduos, focando a análise no período da *luta* pela terra como um momento de recomposição cultural, com destaque para os excelentes trabalhos de Gaiger (1994a; 1995; 1999). Assim, tendo em vista a revisão bibliográfica realizada no decorrer da argumentação desenvolvida em cada capítulo, é provável que as análises realizadas neste estudo inovem no sentido de observar como as diferentes formações socioculturais dos trabalhadores meridionais alçam distintas significações e representações acerca das estratégias produtivas desenvolvidas nos lotes, das estratégias de reprodução socioeconômica e dos distintos projetos de futuro idealizados durante as trajetórias sociais e atualizados sobre os lotes de terra.

Do ponto de vista daqueles que trabalham diretamente com esse público de agricultores em um sentido de promover a melhoria das condições socioeconômicas dos mesmos, as análises aqui realizadas podem contribuir com estas ações. Nessa direção, poder-se-ia considerar as distintas lógicas socioculturais existentes para a elaboração e planejamento de estratégias de promoção socioeconômicas e culturais junto aos agricultores-assentados. Apesar de não ser esse o objetivo imediato da dissertação, a pesquisa pode oferecer elementos de reflexão e análise para os profissionais que trabalham no campo.

CAPÍTULO I: O OBJETO DE PESQUISA E A CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste Capítulo é realizada a construção do objeto de pesquisa e a discussão dos princípios teórico-metodológicos que deverão orientar as análises desenvolvidas no decorrer da dissertação. Dessa forma, apresenta-se não apenas as questões, problemas e as perspectivas de análises, mas também as opções de recortes empírico, teórico e metodológico que se tornam prerrogativa ao pesquisador e que, diante das várias possibilidades, lança-se mão para a construção de enunciados, de problematizações e explicações acerca do objeto estudado. Neste sentido, o Capítulo está dividido em três seções. A primeira busca construir os principais problemas da pesquisa inserindo o universo empírico da investigação em uma discussão da gênese sócio-histórica dos processos sociais observados, onde as opções teóricas de análise estarão sendo apresentadas, bem como a hipótese guia do estudo. A segunda seção apresenta os objetivos da investigação que orientarão a construção e o desenrolar das argumentações realizadas nos próximos Capítulos. A terceira seção discute a relação do pesquisador/observador com o objeto de pesquisa/eventos sociais, ressaltando as questões do engajamento e do distanciamento no processo de construção do conhecimento, assim como os pressupostos teórico-metodológicos, recorte empírico e técnicas de coleta e análise dos dados que orientarão o desenvolver da dissertação.

1. A PERSPECTIVA DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo procura desvendar os comportamentos e as lógicas socioculturais com relação ao estabelecimento das estratégias produtivas dos agricultores-assentados do Assentamento Ceres, RS. Localizado na região do Planalto riograndense, esse Assentamento, formado no final de 1996, recebeu trabalhadores de diferentes regiões do Estado, com destaque para a região conhecida como Alto Uruguai ou Colônias Novas. Com efeito, possui-se como hipótese central que as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta* pela terra tendem a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores-assentados. Esta heterogeneidade sociocultural conformaria diferentes racionalidades orientadas por lógicas distintas de comportamento e ação no estabelecimento das estratégias produtivas sobre os lotes de terra.

Dessa forma, parte-se do pressuposto teórico de que os estilos de conduta dependem de um sistema de referências que moldam um esquema mental organizador dos sentidos e dos comportamentos segundo os valores e conhecimentos internalizados ao longo dos itinerários de vida. Neste sentido, formam um conjunto de domínios, códigos e modalidades operacionais que conferem um conjunto de saberes, crenças e um *senso prático* determinado, funcionando como *habitus*, um sistema de disposições duráveis por meio do qual os indivíduos percebem o que lhes chegam aos sentidos corpóreos e psíquicos orientando uma

forma de agir, reagir, pensar e desejar, com vistas de atender às carências geradas. A esta *lógica* dos modos de ação subjacente ao *habitus* estar-se-á chamando de racionalidade, ou seja, um esquema operador de trabalhar as referências de sentido no qual os indivíduos adotam atitudes coerentes com suas disposições mentais (Bourdieu, 1996; 2002). Assim, pretende-se estudar as diferentes estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias assentadas, que tendem a configurar diferenciações socioeconômicas internamente no referido Assentamento.

Neste contexto, supõe-se que as características socioculturais herdadas a partir das experiências vivenciadas numa posição social ocupada no interior da estrutura de relações do capitalismo contemporâneo, mediadas pela dinâmica de composição do grupo familiar, tendem agir orientando os desejos e carências dos agricultores-assentados influenciando sobre as estratégias produtivas traçadas com vistas a alcançar as necessidades geradas sócio-historicamente. Neste sentido, olhando para as origens anteriores daquela categoria social no Assentamento Ceres, se perceberá que ela é composta por filhos de pequenos proprietários rurais, ex-pequenos proprietários rurais, ex-assalariados temporários e permanentes em fazendas do estado do Rio Grande do Sul. Alguns agricultores ao longo de seu itinerário de vida, antes de irem para o acampamento, experimentaram posições sociais distintas como pequeno agricultor e assalariado rural, ou, por exemplo, aqueles que saíram do campo para *tentar a vida na cidade*, etc. Dessa forma, as diferentes trajetórias sociais potencialmente conformam sistemas socioculturais também diferentes que abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de produção de sentidos, formas de consciência e, portanto, estilos de comportamento, que tendem a se traduzir em expectativas e estilos de projetos de futuro quando decidem entrar na *luta* pela terra.

Neste sentido, na formação sociocultural dos trabalhadores sem-terra riograndenses há matrizes culturais que não podem ser desprezadas quando o objeto de estudo está centrado na análise das lógicas produtivas, que, nessa abordagem, são entendidas como lógicas culturais conformadas no processo sócio-histórico, por serem informadas, em graus variáveis, pelos sistemas socioculturais dos agricultores-assentados. Neste contexto, matriz cultural pode ser entendida como sendo um conjunto de recursos identificados como ideais, intelectuais e afetivos, que estando no plano da crença orienta as práticas individuais e coletivas e que numa dimensão sócio-histórica podem ser compreendidas como práticas consolidadas ao seu tempo, resultado do trabalho e das reflexões humanas sobre as experiências do trabalho, cujas transformações recriam a própria cultura (Bourdieu, 1996; 2002; Castoriadis, 1999). Segundo a perspectiva delineada torna-se prudente apontar alguns dos elementos do sistema de disposições culturais interiorizados ao longo da história por esses indivíduos e que podem ajudar a analisar as estratégias produtivas desenhadas no Assentamento Ceres. Essa espécie de “passo atrás” ajuda a analisar os trabalhadores sem-terra como portadores de um *habitus* que tende a orientar as condutas a maneira de uma adaptação contínua à sociedade.

Assim, as matrizes culturais formadoras dos sem-terra meridionais estão intimamente ligadas com as dinâmicas de ocupação do território no Rio Grande do Sul. Estão relacionadas, principalmente, com a introdução do *colono* de origem européia e com as populações de trabalhadores nacionais pequenos proprietários ou empregados em estâncias de gado. Sem a pretensão, nesse momento, de aprofundamento deste tema, que deverá ser retomado no Capítulo II, é importante destacar que o Estado brasileiro através de uma política pública (Zarth, 2006) deliberada de colonização privilegiou o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar a partir dos colonos de origem européia, especialmente Italianos e Germânicos, concedendo, num primeiro momento, parcelas de terra e posteriormente, vendendo ou permitindo políticas de colonização privada em áreas de mata - enquanto que nas áreas de campo desenvolvia-se a economia pastoril ancorada em grandes estâncias de produção de gado. Os trabalhadores rurais nacionais foram preteridos nesse processo de ocupação do

território. A eles coube o trabalho nas estâncias de gado, geralmente substituindo o trabalho escravo, e mais tarde servindo como mão-de-obra às chamadas granjas de trigo e soja no Planalto riograndense, ou então, à migração constante em *frentes de expansão*⁴ em direção às áreas de floresta no noroeste do estado, em terras de relevo acidentado. No mais das vezes eram considerados *intrusos*, quando em áreas de florestas por eles ocupadas desenvolviam-se os projetos de colonização; processo que desenrolou confrontos, resistência e lutas. É importante salientar que essa ocupação não se deu em territórios desocupados. Neles existiam povos indígenas que foram sendo dizimados e “empurrados” em direção também ao noroeste do estado, onde, mais tarde se desenvolveram as políticas de aldeamento e na década de 1970 ocorreriam conflitos fundiários entre índios e colonos (Lando, 1980; Giron, 1980; Moure, 1980; Kliemann, 1986; Zarth, 1997).⁵

A formação dos sem-terra e as ocupações serão resultados desse processo histórico catalisado pelos efeitos da modernização da agricultura a partir da segunda metade do século XX. A implantação dos núcleos coloniais baseados na exploração familiar do solo e sua expansão devido à política de Estado foram condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da economia capitalista no plano nacional e local. Para Frantz e Silva Neto (2005), esse processo revela-se ainda hoje marcado pela busca de autonomia dos colonos e subordinado à dinâmica do capital, uma vez que a progressiva seleção e exclusão dessa forma social estão indissociados da multiplicação da pequena propriedade e a emergência a cada geração de novas camadas de trabalhadores rurais com acesso precário ou desprovidos de terra. De acordo com aqueles autores, a migração em direção às áreas de mata do nortenordeste do Rio Grande do Sul e o fechamento da *frente pioneira* para os colonos na década de 1970, determinaram que tanto os agricultores nacionais chamados de caboclos e os descendentes dos colonos enquanto pequenos proprietários empobrecidos, no contexto de uma economia industrial incapaz de absorver os excedentes da população rural, se ajustassem nos acampamentos lutando por um pedaço de terra.⁶ Um pressuposto aqui assumido é de que será desse substrato sociocultural historicamente conformado que os agricultores-assentados herdarão referências culturais, como lógicas de ação, maneiras de ver e se ver no mundo e relacionalmente interagir-reagir aos fatos cotidianos e inusitados que lhes chegam aos sentidos corpóreos e psíquicos das experiências vividas relativas às suas posições sociais na sociedade.

Assim, Gaiger (1994a) argumenta que no processo sócio-histórico de formação cultural dos agricultores parcelares meridionais teriam se desenvolvido ideologias que atribuíam ao colono valores sociais intrínsecos de desbravador do território, aquele capaz de conduzir os processos de modernização e ao caboclo valores sociais intrínsecos relacionados à

⁴ Segundo Martins (1975), *frente de expansão* está relacionada com indivíduos fundamentalmente relacionados com a agricultura de subsistência; já a *frente pioneira* estaria relacionada com uma ocupação fundamentalmente na lógica da economia capitalista.

⁵ A reserva indígena do município de Nonoai foi palco dos principais conflitos fundiários. Por volta do final de 1950 houve uma ocupação ilegal da reserva pelos colonos, depois de terem conseguido do Estado a promessa de reassentamento em áreas próximas, por meio das mobilizações organizadas pelo MASTER. Algumas propriedades foram desapropriadas e as terras distribuídas a uma parcela dos trabalhadores. Entretanto, após o golpe de Estado de 1964, as terras foram entregues para empresários rurais, e aos colonos coube a ocupação da reserva indígena. Contudo, em 1978 os colonos foram expulsos da reserva pelos índios. Após algum tempo perambulando pelas redondezas, os agricultores ocuparam as fazendas Macali e Brilhante no município de Sarandi, com papel decisivo de sindicatos e da Comissão Pastoral da Terra, gestando as primeiras circunstâncias políticas para a (re)organização dos sem-terra no Estado, levando à formação do MST na década de 1980 (Eckert, 1984; Gaiger, 1987; Caldart, 2000).

⁶ Principalmente para os mais empobrecidos, pois muitos daqueles que acumularam capital econômico suficiente para novas migrações dirigiram-se para outros estados e regiões do país, como Santa Catarina, Paraná, Centro-Oeste e Norte.

abnegação do trabalho e avesso a processos modernizantes.⁷ Segundo aquele autor a relação sócio-histórica e estrutural inicialmente desenvolvida pelos colonos e caboclos com a *natureza* e a *sociedade* se deu de forma diferente, o que, no entanto, não autorizaria leituras preconceituosas para com os últimos. Os colonos foram introduzidos durante o século XIX e início do XX com os objetivos de abastecer com produtos alimentares o restante do país e como forma de diversificar a economia gaúcha mediante exploração familiar das terras. Os chamados caboclos foram historicamente postos à margem da economia e da sociedade a partir de uma ideologia que não via neles o “espírito do capitalismo”, negando-lhes majoritariamente o acesso a terra e às condições para o desenvolvimento de seu comércio (Zarth, 1997). De acordo com Gaiger (1994a;1994b) e Gerhardt (2006), isso teria conformado processos diferenciados de relacionamento e valoração para com a terra e o trabalho. Entendendo aqui em termos de tendências, os colonos teriam desenvolvido um *valor terra* mediado pela noção de propriedade privada, confundindo-se com ela. Já para os caboclos o *valor terra* dar-se-ia por uma relação *imediate*, como parte de sua imersão no cosmos da natureza sem importar uma idéia de apropriação ou com a intenção de potencializar esse recurso produtivo; daí a não valorizar a terra como parte da bibliografia o *vê* (como, por exemplo, Roche, 1969), vai uma grande distância. Entre os peões de estância, embora aqueles autores constatem uma tendência à aversão ao trabalho de lavoura, argumentam que o apego ao *chão* em que cada um se criou e labutou não seria menor, alimentando sentimentos regionalistas bastante acentuados; a esse respeito Palmeira e Leite (1998:154) irão considerar que dadas às relações estabelecidas com a estância e com o estancieiro, seria uma categoria social pouco mobilizável para a *luta* por terra, tendo em vista seus diminutos padrões de carências e sentimentos de obrigação para com o proprietário.

Destas relações estabelecidas com a *natureza* e a *sociedade* adviriam valorações também diferenciadas para com o *valor trabalho*. Para Gaiger (1994a; 1994b) e Gerhardt (2006), os chamados caboclos teriam uma opção prioritária pela não retroalimentação do trabalho e pela maior valorização do tempo livre. Já em meio a teuto ou ítalo-brasileiros, herdeiros de um modelo de trabalho que valoriza a regularidade e a parcimônia, os autores argumentam que, por vezes, a determinação ao trabalho acabaria metamorfoseando-o em prazer, sendo um fator de honorabilidade.⁸ No entanto, seria extemporâneo não considerar que no decorrer de décadas houvesse aproximações e convivência entre caboclos e colonos, sobretudo entre aqueles mais empobrecidos, redefinindo e transformando em distintas dimensões, a partir de um certo “confronto” de racionalidades, a vida dos trabalhadores rurais (Silva, 2003). Neste sentido, Gaiger (1994a; 1994b) argumenta que seria anacrônico sócio-historicamente analisar o comportamento dos trabalhadores rurais sem-terra (em acampamentos e assentamentos) exclusivamente, ou mesmo principalmente, por meio das referências culturais específicas baseadas na etnicidade. Para o autor, mesmo sendo necessário aquela contextualização ter-se-ia que admitir processos de miscigenação, caldeamento cultural e mobilidade social que tenderam a cindir ou fundir de alguma forma muitas daquelas referências, produzindo novas formas de conduta, parâmetros de identidade e recomposições de costumes habituais. Nesse sentido, pode-se considerar que tratar a cultura das populações rurais sem-terra como autênticas em sua origem tende a levar a uma compreensão reduzida e, de certa forma, distorcida da realidade sociocultural nos assentamentos rurais meridionais.

Baseando-se em Moreira (2004; 2006) poder-se-ia considerar que a formação sócio-histórica do agrário meridional teria conformado uma dada *ambiência sócio-ecossistêmica* em

⁷ Corteze (2002) irá estudar alguns *mitos* no âmbito da imigração Italiana gerados nesse processo de ocupação do território, como as representações realizadas com relação à *superioridade étnica*, a *América estando em meio a feras, índios e florestas*, a *excelência da fé* e a *dedicação ao trabalho*, assim como a idéia de *colono excelente*.

⁸ De acordo com Gaiger (1994a), a ideologia de que esses valores seriam intrínsecos a etnicidade foi modulada e estimulada pelo Estado e pela Igreja.

que houve a formação de um “campesinato riograndense”. Ou seja, por *ambiência sócio-ecossistêmica* o autor citado procura colocar em evidência as visões de mundo, saberes, lógicas de ações, instituições e materialidades diversas que orientam as relações sociais, econômicas e políticas, orientam os espaços e tempos cotidianos de determinada sociedade e os espaços e tempos do indivíduo; seus locais de vivência, trabalho e afetos. Desse processo de constituição poder-se-ia destacar quatro fatores principais: a) a desigualdade de chances abertas aos chamados caboclos e imigrantes no processo de ocupação do território, o que não impediu aos primeiros resistirem contra a expropriação e em alguns casos que se tornassem pequenos proprietários parcelares, principalmente após 1900 nas terras do norte-nordeste do estado, com certo empenho do governo estadual na concessão de títulos de propriedade aos posseiros (Zarth, 1997); b) a aproximação entre os caboclos e colonos, principalmente entre os mais pobres, ocorrida ao longo das décadas devido às sucessivas migrações dos descendentes dessas populações; c) ter-se gerado entre os caboclos um *ideal* de pequeno produtor, ainda que não nos moldes do proprietário parcelar euro-descendente; até mesmo como forma de defesa às constantes expropriações que os obrigavam migrar ou servir de mão-de-obra nas estâncias ou para aqueles colonos mais aquinhoados; d) pelo lado dos descendentes de imigrantes a possibilidade de ter ocorrido a “perda” ou a impossibilidade de reprodução daqueles padrões culturais de seus ascendentes devido às condições de extrema privação; processo preconceituosamente apreendido por Roche (1969) como *acabocliização* dos colonos. Considerando essa abordagem, pode-se sugerir que os sem-terra das últimas décadas, *caboclos* e *colonos*, são a contraface da progressiva transformação de um território cuja propriedade foi convertida em capital, onde residem as cada vez mais restritivas chances de sobrevivência e desenvolvimento.

Contudo, mesmo em um ambiente de insegurança socioeconômica, Gaiger (1999) e Caldart (2000) argumentam que a decisão dos sem-terra de integrar a *luta* pela terra tende a se dar como situação limite depois de verem fechadas, uma após outra, suas possibilidades de reprodução social. Contexto que, como apontado por estes autores, proporciona uma heterogeneidade cultural nos acampamentos e assentamentos devido à variedade de itinerários herdados e desenvolvidos por esses indivíduos a partir das posições sociais ocupadas na estrutura de relações sócio-historicamente determinada. Isso implica considerar as trajetórias sociais dos agricultores-assentados como pontos de referência e fundamentais para a análise das estratégias produtivas desenvolvidas no Assentamento, dada às variedades de dispositivos e referências socioculturais conformadas pelo processo sócio-histórico.

Nestas trajetórias sociais, as experiências vivenciadas no período da *luta* pela terra não podem ser desprezadas da análise devido às recomposições socioculturais que tendem a provocar entre os sem-terra. De acordo com Gaiger (1994b), os efeitos das questões colocadas pela ação coletiva sobre os sistemas socioculturais dos sem-terra potencializam divergências e tendem estruturalmente a ampliar diferenças culturais e ideológicas enraizadas na formação sócio-histórica dessa população. A unidade e identidade desenvolvidas no período de acampamento seriam dadas exatamente pela condição de precariedade material, pela identificação do latifúndio como *inimigo*, pela radicalidade do discurso e nas ações empreendidas, que acabam encobrendo as diferenças internas amplificadas pelas experiências vividas na práxis coletiva. As significações às experiências vividas nos acampamentos seriam, dessa forma, potencialmente diferentes. Ou seja, uma vez que, pelos pressupostos teóricos assumidos, as reações aos eventos percebidos pelos sentidos corpóreos e psíquicos se dão a partir de um sistema de referências internalizado ao longo do processo de socialização dos indivíduos, os diferentes *habitus* abrem (e, portanto, forçosamente também fecham) diferentes atribuições de sentidos e representações às experiências vividas. Assim, voltando àquele autor, os projetos de futuro, identidades, desejos e carências tenderiam a se alterar ou se afirmar, onde, da mesma forma, novas redes de relações e posições de prestígio social seriam

construídas. Portanto, ignorar os sentidos das reações individuais às experiências deste período de suas vidas poderia provocar conclusões apressadas sobre as lógicas que orientam as estratégias produtivas dos agricultores-assentados.

Nessa direção, como argumenta Bergamasco e Ferrante (1994), o assentamento rural torna-se um *espaço social produzido* em que as estratégias produtivas elaboradas pelos agricultores-assentados não deveriam ser entendidas como “um dado” do presente. Assim, por um lado, haveria a tendência em ocorrer uma atualização do conjunto de conhecimentos, experiências, desejos, expectativas e projetos de futuro, ressignificados ou não, ao longo de sua trajetória social, antes e durante o período de *luta* coletiva. Por outro lado, a região e a área onde hoje é Assentamento rural carregariam uma historicidade objetiva e subjetiva. Objetiva porque estaria materializada na infra-estrutura produtiva herdada pelo Assentamento (máquinas, construções, estábulos, plantas industriais, casas, prédios, etc.) e pela estrutura agroindustrial característica da região onde o Assentamento está localizado, influenciando, portanto, objetivamente na definição das estratégias produtivas das famílias. Subjetiva porque influenciaria em dois sentidos: a) o que a ‘Granja Ceres’, anteriormente de se tornar ‘Assentamento Ceres’, representava no imaginário coletivo dos sem-terra, pois se pode supor que disso também dependam as representações acerca dos projetos e desejos de futuro elaborados para o e no Assentamento; b) as idéias, opiniões e sentimentos gerados sobre as características agroindustriais da região a partir das interações com outros indivíduos e instituições dentro e fora do Assentamento. Contudo, nesse processo de construção social do espaço do Assentamento ainda podem ser consideradas as relações com instituições de apoio, com o Estado (equipe técnica, créditos, etc.) e com o mercado, considerando que a posição dos patrimônios produtivos dos agricultores-assentados na estrutura de relações intercapitalista tende ser *restringida, mutante* e de *exclusão*, dadas às relações assimétricas de poder nas trocas comerciais (Moreira, 1999).⁹

Dessa forma, procurar-se-á articular a partir do conceito de *habitus* um conjunto complexo de fatores internos e externos ao Assentamento, assim como da trajetória social dos sem-terra, que influenciam na escolha e definição das estratégias produtivas das famílias. Esta possibilidade de articulação estaria dada pela capacidade que este conceito oferece de considerar diferentes ângulos de abordagem tanto no plano teórico quanto analítico, ao modo de ação, reação e explicitação nas práticas e comportamentos expressados pelos agricultores-assentados. Nesse sentido que para Bourdieu (1996, 2002) o conceito de *habitus* possuiria a potencialidade de “harmonizar” as freqüentes polarizações entre *indivíduo* e *sociedade*, ou, dito de outra forma, entre condicionamento (estrutura) e criatividade (indivíduo). Ou seja, considerando-o como um sistema estrutural de disposições socialmente constituído e durável, definiria um modo de ver, analisar, desejar e pensar. Por outro lado, materializar-se-ia nas palavras, atitudes e gestos, como, portanto, um sistema particular de estruturas objetivas, permitindo captar nos indivíduos o que é imputável às especificidades de sua inserção na sociedade. Nessa direção, seria possível articular as relações entre *indivíduo* e *sociedade* identificando a coletividade no centro da individualidade, sem com isso suprimir as particularidades de cada indivíduo.

Seria importante ainda considerar que o conceito de *habitus* ajuda na elucidação de significados e sentidos atribuídos a eventos sociais e naturais experimentados pelos indivíduos de forma individual ou coletiva, como no processo de *luta* pela terra. Esta potencialidade de análise ganha destaque se for tomado como pressuposto que a observação dos eventos da natureza é única e em relação (indivíduo-natureza), considerando-se tempo e espaços únicos no ato da observação, onde o indivíduo aciona seu sistema sociocultural atribuindo determinado sentido e reconhecendo eventos considerados familiares ou inusitados

⁹ A reprodução *restringida, mutante* e de *exclusão* das formas de agricultura familiar devido a posição de *pequeno patrimônio produtivo* na ordem de concorrência intercapitalista será melhor analisada no Capítulo IV.

(Whitehead, 1993). Assim, a forma de interação-reação aos eventos e experiências vividas e sentidos gerados dependeria, em parte, da própria cultura que socializa os indivíduos estabelecendo um conjunto de valores, normas e códigos com os quais passa comparar, por exemplo, as características do solo do assentamento como melhores do que as condições anteriormente vividas em seus locais de origem; como freqüentemente foi comentado pelos agricultores-assentados ao pesquisador. Da mesma forma que propicia aos indivíduos noções de dignidade, portanto, de limites do que se pode tolerar ou renunciar, o que permite supor que as famílias assentadas tenham noções diferenciadas com relação às privações (materiais e simbólicas) percebidas, sendo componente dos desejos e carências, podendo influenciar nas estratégias produtivas por elas montadas.

Neste contexto, torna-se importante situar a noção de *estratégia* que se está usando, compreendendo as relações entre *consciente*, *inconsciente* e *habitus*, nesta abordagem. Para Bourdieu (1996:164) o substrato cultural onde potencialmente desenrola-se a consciência permanece essencialmente inconsciente. Assim, o inconsciente torna-se o terreno próprio da formação e intervenção do *habitus*, princípio gerador e unificador implícito das práticas e representações. Contudo, segundo aquele autor, embora sendo uma estrutura estável o *habitus* não é estático; frente a transformações na ordem social, nas práticas e experiências apresenta-se maleável quanto à ressignificação de sentidos, passando a compô-lo. Portanto, seria prudente considerar que as situações por quais passam os sem-terra, segundo as circunstâncias e conjunturas, abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de ressignificação de sentidos, de referências e, dessa forma, do *habitus*. Assim, não haveria modificação das referências socioculturais se as práticas não estivessem associadas com a reflexão que os indivíduos realizam das situações vividas, ou seja, da práxis realizada em uma dada ambiência sócio-ecossistêmica. Mas, essa mesma modificação dependeria, em parte, do próprio *habitus* que delimita estruturalmente a mudança de consciência. Seria correto supor, por conseqüência, que cada *habitus* configuraria um tipo de receptividade e representação às experiências e às idéias com que os sem-terra entram em contato no processo de acampamento e Assentamento. Contudo, em meio a permanências e ressignificações, as ações e comportamentos dos indivíduos permaneceriam informados por seus sistemas socioculturais. Assim, da noção de *estratégia* tiram-se possíveis significados relacionados a um cálculo economicista e, portanto, estreito, como se o indivíduo estivesse a todo o momento preocupado “oportunisticamente” em obter maiores recursos monetários.¹⁰ Dessa forma, Bourdieu (1996) irá entendê-la como estando orientada por aquele sistema de referências culturais, componentes do *habitus*, que revelam-se menos em preferências explícitas e mais através de um determinado *sendo prático* produzido ao longo das trajetórias, permitindo aos indivíduos agir de maneira coerente de acordo com um campo de possibilidades no interior da sociedade.

¹⁰ A compreensão de que os indivíduos teriam uma ação “oportunista” visando à obtenção de maiores recursos monetários é uma interpretação teórica da economia clássica. Para Elias (2006:183-184) tal matriz interpretativa baseia-se em um tipo ideal de racionalidade ancorada na conduta mercantil capitalista e que repousa nos princípios ideais da compra pelo menor preço e venda pelo maior preço possível. É em cima dessa racionalidade, com base em um tipo ideal de indivíduo, que a economia clássica procura explicar o funcionamento dos mercados. No entanto, de acordo com o autor citado, essa perspectiva analítica, a partir de ideais preconcebidos, visa demonstrar mais o que a sociedade ‘deveria ser’ do que realmente ela é; pois seu centro de análise não está voltado para as interdependências e às configurações sociais, mas para o comportamento de um tipo ideal. Uma das conseqüências analíticas de tal matriz teórica é identificar outros princípios de ação como “irracionais”, abrindo a possibilidade de atribuição de preconceitos depreciativos sobre outros indivíduos que não seguem, necessariamente, seu modelo de conduta. Não atenta-se, assim, das relações assimétricas de poder existentes na sociedade e presentes, portanto, também no mercado capitalista; concebido a partir do ideal da “livre concorrência”.

Dada a abordagem realizada, a hipótese central que guiará a pesquisa será a de que as racionalidades que orientam as estratégias produtivas das famílias assentadas dependem do conjunto de experiências vividas e respectivas significações e ressignificações a elas atribuídas ao longo das trajetórias sociais. Neste sentido, as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta* pela terra tenderiam a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores-assentados. Além do mais, dependeria das interações-reações frente às condições estruturais (objetivas e subjetivas) as quais o Assentamento está submetido. Estratégias estas que seriam mediadas pela dinâmica de composição do grupo familiar e por propriedades socioculturais moduladas heterogeneamente no processo de *luta* coletiva (no período de acampamento, mas também quando em Assentamento), condicionando diferentes graus de participação em instâncias de formação políticas e técnica gerando redes de relações diferenciadas, interna e externamente ao Assentamento.

Dessa forma, a análise procura considerar as trajetórias sociais dos agricultores-assentados, atentando para as posições sociais anteriormente ocupadas, suas principais experiências de vida até o (e no) Assentamento, assim como seus projetos de futuro. Para Garcia Jr. (1994), essas dimensões da análise, considerando, portanto, a noção de trajetória social, permite ver os agricultores-assentados não como beneficiários genéricos de uma política de assentamentos, mas como indivíduos com uma história e uma situação anterior precisas. Propiciaria, assim, o estudo da diversidade entre os agentes e suas visões diferenciadas de todo o processo, além dos recursos incorporados aos indivíduos em tempos e espaços também diferenciados. Nessa direção, no contexto do Assentamento essa abordagem analítica fornece condições para objetivar as particularidades das relações sociais entre os agricultores-assentados, sejam relacionadas aos chamados grupos coletivos de produção, das diversas formas de cooperação e *ajuda* entre os mesmos no trabalho cotidiano, assim como às relações de parentesco da *família* e do *grupo doméstico* propriamente dito (Garcia Jr., 1983).¹¹ No fundamental, são círculos sociais que expressam formas de sociabilidades diferenciadas, onde distintas práticas são postas em ação constituindo diferentes conjuntos de relações que são interpretadas e ganham significados para os trabalhadores rurais.

Diante da instigante complexidade de fatores envolvidos e como desdobramento da hipótese formulada poderiam ser elaboradas as seguintes indagações sobre o objeto de estudo aqui em foco: qual a relação estabelecida entre as diferentes trajetórias e experiências sociais de vida (antes, durante o acampamento e no Assentamento) e as lógicas produtivas? Como a sócio-historicidade agroindustrial da região age influenciando as estratégias produtivas dos agricultores-assentados? Como se realizam as redes de relações comerciais? Como ocorre a relação entre as trajetórias sociais e a manutenção das redes de relações comerciais? Quais são as representações realizadas pelos agricultores-assentados sobre as condições naturais e físicas de seus lotes com relação às situações anteriores? Como a composição do grupo familiar influencia no desenho produtivo do lote e do Assentamento? Como o sistema de crédito e técnico, assim como os projetos da direção do MST, influenciam na definição das estratégias produtivas e quais as principais contradições geradas?

Com essa abordagem procura-se compreender os agricultores-assentados não somente como um ponto de encontro e de mediação de diferentes determinantes sociais, mas também e principalmente como uma fonte de iniciativas e estratégias, como um agente cujas razões, valores e afetos constituem um elemento primordial da explicação do seu comportamento e de suas interações com vistas à produção e reprodução social.

¹¹ Essas questões serão abordadas com detalhamento no Capítulo IV.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1. Objetivo Geral

Analisar as racionalidades e lógicas subjacentes às estratégias produtivas dos agricultores-assentados no Assentamento rural Ceres/RS, considerando as trajetórias sociais e a conseqüente formação de diferentes *habitus*, assim como, as condições estruturais (objetivas e subjetivas) que agem sobre os indivíduos que ocupam essa posição social no interior da estrutura de relações da sociedade capitalista contemporânea.

2.1.1. Objetivos específicos

- 1) Analisar a sócio-historicidade da área onde hoje é o Assentamento Ceres, inserindo-a nos processos mais gerais de ocupação do território do Estado do Rio Grande do Sul, denotando a dinâmica dos processos econômicos, sociais e políticos de sua inserção municipal, regional e estadual. Esse desenvolvimento sócio-histórico tende a definir a ocupação social do espaço agrário riograndense e gerar as condições de produção e formação sociocultural dos trabalhadores rurais, *caboclos* e *colonos*. A dinâmica e desenvolvimento desse processo de inserção tende a influenciar a definição produtiva agropecuária da Granja Ceres ao longo de sua existência como uma objetivação histórica, conformando uma dada estrutura característica de produção quando se cogitou transformá-la em Assentamento rural.
- 2) Analisar as principais marcações e formações socioculturais dos trabalhadores rurais geradas no contexto socioeconômico e histórico do Planalto riograndense que, pressupõe-se, constituiu diferentemente os *habitus* dos agricultores-assentados. Essa história incorporada e expressada por meio de opiniões, comportamentos e pensamentos tende a possuir uma relação estreita com as posições sociais herdadas e constituídas na estrutura de relações da sociedade e com os processos socioeconômicos vividos.
- 3) Analisar os projetos realizados pela direção do MST e pelo INCRA sobre o futuro da área reformada quando houve a aquisição da Granja Ceres no contexto da conjuntura política, econômica e de histórico da área. Sendo os dois principais agentes que tendem a coordenar as discussões e projetos futuros para o Assentamento, bem como do diálogo com os sem-terra acampados, podem definir critérios para a seleção das famílias ingressarem no Assentamento, tendo em vista aqueles projetos elaborados para o futuro da área reformada. Essas questões tendem a ser fundantes do Assentamento Ceres, uma vez que não apenas podem definir o perfil dos beneficiários, mas gerar expectativas de futuro de ambos os lados e constituir a origem de muitos conflitos internos posteriores.
- 4) Analisar a conjuntura de mobilizações sociais que promoveu a participação dos agricultores sem-terra aos acampamentos, localizando a região geográfica de origem dos mesmos e, de forma geral, as expectativas geradas nessa fase com relação à área onde seriam assentados. A análise dessa fase anterior ao assentamento das famílias é importante porque localiza sócio-historicamente esses indivíduos nos processos de ocupação do território. Da mesma forma, por que tende a revelar-se como um período de vivência de novas experiências carregado de angústias, incertezas, ansiedades, perigos, redefinição de visões de mundo, de

projetos de vida e também de oportunidades para quem dele participa, influenciando na definição futura das estratégias produtivas das famílias e das lógicas subjacentes.

5) Analisar alguns fatores que compõe a ambiência sócio-ecossistêmica vivida pelas famílias no Assentamento Ceres, relativo à influência exercida pelos agricultores granjeiros vizinhos, ao desenvolvimento da Cooperativa do Assentamento, à presença da assessoria técnica, às conjunturas de ocorrência da Febre Atfosa, de introdução da soja transgênica e do aumento do preço da saca de soja a partir de 1999 até meados de 2004. Esses seriam fatores principais de ambiência no Assentamento e que mantêm relação direta com as estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias de agricultores-assentados.

6) Analisar a ocupação dada à área dos lotes pelos agricultores-assentados e as estratégias produtivas desenvolvidas neste âmbito. As relações existentes entre a forma de ocupação da terra, o espaço nos lotes e as estratégias produtivas montadas pelos agricultores-assentados, tendem a definir desenhos diferenciados de organização dos fatores produtivos e de composição das rendas monetárias. O espaço social do lote constitui uma ambiência onde cada agricultor-assentado age prioritariamente e onde tende a haver uma exteriorização de conhecimentos, saberes e práticas incorporadas como *habitus* social.

7) Analisar a dinâmica interna aos grupos familiares com vistas ao estabelecimento de possíveis relações com as estratégias e sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores-assentados. Espera-se poder identificar possíveis determinações quanto às estratégias produtivas estabelecidas pela dinâmica de integrantes da família e atividades desenvolvidas fora dos lotes. Por outro lado, essa análise poderá apresentar grupos mais ou menos homogêneos quanto a estes fatores, indicando, portanto, que as explicações para diferentes estratégias produtivas residem em outros elementos, como no *habitus* de seus integrantes.

8) Analisar a composição das rendas monetárias e do autoconsumo (não-monetárias) em articulação com as estratégias produtivas considerando o conjunto de atividades que proporcionam os meios de sobrevivência aos grupos domésticos. Assim, buscar-se-ia evidenciar como essas fontes de renda (monetária ou não) se imbricam na elucidação das condições materiais objetivas das estratégias de reprodução social. Tal análise poderá contribuir para a explicitação do comportamento dos agricultores-assentados frente ao manejo dos recursos naturais e fatores produtivos nos seus lotes.

9) Analisar as trajetórias sociais dos agricultores-assentados identificando as condições de produção cultural relacionadas com as posições sociais que engendraram as principais referências socioculturais (diferenciadas) em cada contexto. As interações-reações às novas experiências e práticas vivenciadas na *luta* pela terra e sobre a terra tendem a ganhar significação a partir dessas referências internalizadas nas socializações anteriores, podendo estar na base das atribuições de sentidos para as estratégias produtivas sobre o lote de terra.

10) Analisar como os agricultores-assentados, portadores de referências socioculturais específicas, interagem-reagem frente aos eventos inusitados da *luta* pela terra e sobre a terra. Essa forma de interagir-reagir tende a condicionar um determinado comportamento frente à montagem da configuração produtiva do lote, definindo estratégias produtivas, configurando lógicas e racionalidades específicas, que deverão ser analisadas.

3. APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta seção, além de apresentar a abordagem teórico-metodológica usada, assim como as técnicas de coleta e análise de dados, procura-se realizar uma discussão sobre o processo de construção do conhecimento a partir da problematização da relação pesquisador e objeto de

pesquisa, ou observador e eventos sociais. Mais especificamente da relação estabelecida para a produção das análises que seguem nesse estudo.

3.1. O Observador-pesquisador e o Objeto de Pesquisa

Para iniciar essa discussão convém reconhecer como pressuposto que a análise e compreensão de processos sociais e naturais sempre se desenvolvem em relação entre o observador e o evento observado. Desse encontro que se tornaria possível o estabelecimento e a elaboração do conhecimento. Assim, não somente ganharia destaque às significações geradas de uma determinada realidade, mas o próprio observador que as produziu, pois também é possuidor de um determinado conjunto de referências socioculturais internalizadas ao longo das trajetórias de vida, a partir dos quais tende a atribuir significados aos eventos sensíveis. Neste sentido, para Zaluar (1997) as interpretações que se constroem sobre determinada realidade não estariam isoladas dos princípios de visão de mundo que ordenam consciente ou inconscientemente o pesquisador no ato da observação dos eventos sociais. A própria formação do objeto de pesquisa e motivações para tal seria, em parte, resultado dos tensionamentos vividos a partir de uma realidade marcada por poderes assimétricos entre os agentes sociais e por disputas políticas, ideológicas, econômicas e, de forma geral, culturais na sociedade.

Assim, seria anacrônico imaginar a possibilidade da constituição de uma ciência ou conhecimento neutro. Tal feito, na compreensão aqui desenvolvida, só seria possível se a formação da problemática de pesquisa e o pesquisador estivessem ‘imunes’ aos processos de disputa (ideológicos, econômicos, sociais, etc.) intrínsecos às formações sociais humanas na construção das realidades sociais hegemônicas e contra-hegemônicas. Dessa forma, os comportamentos do pesquisador frente aos fenômenos sociais e naturais não poderiam ser identificados como desinteressados, assim como os comportamentos dos indivíduos não são desinteressados nos relacionamentos com a *natureza* e a *sociedade*, o que não significa dizer que os mesmos tenham plena consciência de suas ações (Bourdieu, 1996:139-152). Uma vez aceito o pressuposto de que seria a partir das disposições sociais internalizadas no decorrer dos processos de socialização que se formariam as formas de ver o mundo e de se ver nele, acreditar na possibilidade de produzir conhecimento neutro seria, na melhor das hipóteses, uma ingenuidade, pois, como afirma Zaluar (1997: 116), a pesquisa também

(...) é política não só no sentido amplo de que é datada e se inclui nos movimentos políticos, nacionais e internacionais, [mas porque atravessa] as discussões e lutas políticas mais amplas, sejam estas explicitadas num projeto [de pesquisa] restrito que inclui a participação dos grupos locais a serem estudados, sejam elas parte de projetos [políticos] que, embora presentes e influentes em muitos discursos feitos na sociedade, não chegam nunca a ser articulados de modo explícito [num projeto de pesquisa] (...).¹²

Neste contexto, tanto na formação da problemática da pesquisa, como em relação às respostas que se busca desenvolver, ganharia importância a subjetividade inerente ao conjunto de relações pessoais e, de forma mais geral, à vivência de determinados eventos (sociais e naturais) que condicionam uma dada trajetória social e visão de mundo ao pesquisador. Assim, mesmo que a pesquisa delinear-se a partir de uma abordagem teórica, de um método e de técnicas de coleta e análise de dados, as subjetividades individuais permaneceriam a modo

¹² Os comentários em colchetes na citação referem-se a complementos ao texto realizados pelo pesquisador como forma de tornar-la mais compreensível ao contexto que se está usando-a. Ademais, durante a dissertação este expediente estará sendo usado tanto em citações bibliográficas como em trechos de falas dos agricultores-assentados.

de uma impressão digital única de quem tensiona e é tensionado pela realidade em estudo. Dessa forma, para Cardoso (1997) seria necessário a explicitação da trajetória social do pesquisador, mais especificamente da “história” de relacionamento com o objeto de estudo, não para realizar algum tipo de psicanálise amadorística, mas como forma de abordar os contextos e condições sociais de produção dos discursos tanto do pesquisador quanto dos pesquisados, como se procurará realizar com maiores detalhes na próxima subseção. Neste sentido, a análise relacional observador-objeto limitar-se-ia, portanto, a uma aproximação do real que o pesquisador procura fazer a partir das categorias de percepção interiorizadas numa trajetória social, assim como pelas categorias teóricas de análise utilizadas para desvendar a problemática de pesquisa elaborada. Esse seria, assim, um processo aberto de conhecimento e pesquisa. Além do mais, torna-se necessário reconhecer, em especial para o caso ora em estudo, que outras dimensões importantes para se entender a realidade social em questão não tenham sido levadas em consideração pelo autor dessa dissertação, seja pelo pequeno tempo de pesquisa que um curso de mestrado proporciona e/ou pelas limitações teóricas, intelectuais e de prática de pesquisa.

Se por um lado, como foi abordado, não há conhecimento desinteressado e neutro, por outro, o afastamento ou o estranhamento metodológico para com o tema e objeto de estudo é condição *sine qua non* para não se aceitar como um dado acabado as respostas do chamado senso comum. Sem esse estranhamento não haveria pesquisa, como forma de clarificar novas questões que até então poderiam estar submersas no ambiente social pesquisado, mas um chancelamento de opiniões e “verdades” já instituídas. Neste sentido, Bourdieu (2002:37) argumenta que seria necessário abordar o espaço social do qual está se tratando como resultado de uma conformação sócio-histórica produto do trabalho coletivo de construção da realidade social. Essa perspectiva metodológica dar-se-ia com a intenção da desnaturalização de pré-noções a partir de um processo de construção da história social da emergência desses problemas e de sua constituição progressiva, sendo os critérios da dúvida e da interrogação um caminho para desnudar verdades constituídas.

Nessa direção, Castoriadis (1999:135) considera que tanto a dúvida e a interrogação seriam pressupostos que pré-disporiam os indivíduos em busca da ressignificação do mundo social, sendo componentes integrantes do processo de conhecimento e desvendamento das questões de pesquisa para a produção do “novo conhecimento”. Para o referido autor, este processo de busca pelo “novo” relacionar-se-ia fundamentalmente com paixão, definida como dedicação total do sujeito a seu objeto em busca do ancoramento “da verdade” sob novas bases, sem o qual seria o aniquilamento de sua própria *psique* e lugar do caos. No entanto, a paixão pela busca “da verdade” não poderia ser confundida pela paixão aos seus resultados, neles fixando-se; por mais que isso freqüentemente ocorra, constituindo as raízes dos dogmas e dos fanatismos no domínio do conhecimento. Nesse sentido, o investimento que transformaria “a verdade” em objeto seguido pelo apego às suas respostas seria contraditório com o motivo e o motor inicial da pesquisa dessa “verdade”. Dessa forma, o deslocamento dos pressupostos iniciais (a dúvida e a interrogação), nas palavras do próprio autor, “(...) só pode[ria] levar à interrupção do movimento da interrogação, impedindo esse último de voltar-se para seus resultados e, ainda menos, para os postulados que tornaram esses resultados possíveis” (p. 236). Assim, o conhecimento gerado poderia tornar-se autoritário por sacralizar dogmas e crer em sua superioridade, como são, aliás, todos os tipos de fundamentalismos. Portanto, no contexto que se está tratando a paixão, essa é considerada parte integrante desta pesquisa como busca e como atividade examinante, sem a qual, talvez, pouco esforço seria dedicado para o devido afastamento e estranhamento para com o objeto de estudo.

Segundo Castoriadis (1999) essa compreensão sobre o processo de pesquisa imporia uma idéia “de verdade” como relação aberta de uma interrogação e seus resultados, como movimentos *sui gènesis* indo e vindo entre processos e estações, entre escavação e encontro.

Dessa forma, os indivíduos (pesquisador e pesquisados) teriam que ser considerados como sujeitos sócio-históricos propensos ao condicionamento e, ao mesmo tempo, predispostos à invenção ou imaginação a partir de suas ações e reações às diferentes experiências vivenciadas no contexto da sociedade, que exigem atribuição de sentidos ou pelo menos de dúvida e questionamento. Esse princípio levaria considerar a possibilidade da existência de diferentes realidades e, portanto, representações sobre o mundo natural e social, uma vez que a mediação entre indivíduo e a ambiência seria dada pela cultura, de uma forma geral, como resultado do trabalho humano numa dimensão sócio-histórica. Nessa direção, Moreira (2004:09) argumenta que seria impossível o conhecimento absoluto da natureza *em si*, justamente por que o seu conhecimento seria uma interpretação cultural, social, nunca um conhecimento da natureza *em si*, onde, portanto, o princípio da incerteza e da indeterminação necessitaria ser considerado como parte da realidade. Para esse autor, em sociedades complexas e multiculturais co-existiriam várias realidades a depender das crenças que fundam estas realidades sócio-históricas, que podem ou não ser colocadas sob questão ou dúvida, dependendo das circunstâncias vividas pelos indivíduos. Contudo, o efeito da interrogação romperia com o estado de satisfação e a não-satisfação apareceria como não-sentido, como o fim da tranquilidade psíquica. Nas palavras de Castoriadis (1999:148):

Em sua primeira forma, a interrogação é um momento da luta da psique para sair da ausência de sentido e da angústia que essa faz surgir (...). A esta angústia responde a busca de domínio, como domínio do sentido (...). A busca do sentido é busca de pôr em relação toda uma poeira de elementos que se apresenta, ligada com o prazer proveniente da restauração mais ou menos bem-sucedida da integridade do fluxo psíquico: coalescência restabelecida da representação, do desejo e do afeto.

Com efeito, a análise que o pesquisador realiza pode tornar-se uma “nova” representação social, quando movido pela interrogação e pela paixão que procurou reorganizar aquela “poeira de elementos”, sobre as representações que os indivíduos e a bibliografia pesquisada possuem, desenvolvidas em ambiências específicas. Dessa forma, para compreender as lógicas específicas das práticas relacionadas com a formulação do objeto de pesquisa aqui em foco seria preciso buscar a origem de suas razões na própria história relacionada com os microcosmos sociais específicos nos quais os agentes viveram, vivem e pretendem viver num devir. Ou seja, a partir do conjunto de experiências vividas e herdadas numa dada posição social dentro da sociedade. Poder-se-ia afirmar, que esta situação é tanto definidora das práticas dos agricultores-assentados que se deseja estudar quanto das práticas de pesquisa ou inquietações do indivíduo pesquisador que “olha” aquela comunidade com determinado objetivo e respectivo instrumental teórico.

Levando em consideração essa abordagem seria lícito afirmar ser impossível ao cientista despir-se de suas subjetividades a modo de assepsia mental para daí reconstruir a partir da análise uma determinada realidade. Nesse sentido, o produto da pesquisa e a trajetória do pesquisador seriam ‘lados inseparáveis da mesma moeda’, ao mesmo tempo em que algum nível de engajamento seria inevitável. Isso não contradiz o papel de desvendar as interrogações postas sobre o objeto de pesquisa, mas rompe com uma arrogância de achar que a ciência possa carregar a verdade absoluta e abre a possibilidade de considerar impasses teórico-metodológicos inerentes ao momento ao qual está situado o indivíduo pesquisador. Contudo, como já foi abordado, o distanciamento e o estranhamento para com o objeto são fundamentais para não se chancelar e aceitar como dadas as pré-noções, que apresentam uma sócio-historicidade em que são construídas. Essa sócio-historicidade estar-se-á buscando objetivar durante o texto da dissertação.

A seguir são apresentados alguns aspectos da trajetória do pesquisador considerados importantes para a escolha do objeto de pesquisa e às opções realizadas durante esse estudo.

Nesta seção será usando pronome pessoal de tratamento na primeira pessoa do singular, pois não teria sentido usar pronomes impessoais nessa descrição.

3.2. O Observador-pesquisador e o Engajamento

Tendo em vista que o conhecimento não é neutro e de que é produzido a partir de onde se situa teórico-metodologicamente, ideologicamente e “geograficamente” o pesquisador no interior da sociedade, seja isso explicitado ou não, mas que compõe consciente ou inconscientemente as formas de ver o mundo e se ver nele, supõe-se que as breves considerações a seguir ajudem o leitor a entender inevitáveis reflexos de minha trajetória na pesquisa, seja na escolha do objeto, em sua construção ou análise. Assim, os apontamentos que seguem podem dar, ao menos, algumas pistas.

Sou natural de um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul chamado Jaboticaba, com aproximadamente cinco mil habitantes, localizado na Região Noroeste, também conhecida como Alto Uruguai, do referido estado. Ali vivi e estudei até os 14 anos. Minha família, composta por três irmãos, uma irmã, além dos pais, sempre trabalhou na agricultura. Descendentes de colonos imigrantes italianos (e migrantes no interior do território gaúcho), os valores da dedicação ao trabalho, da parcimônia, da família, da religião católica e da autoridade sempre estiveram muito presentes em meu processo de socialização primária. Como era uma família onde os horizontes do trabalho estavam conformados pelas atividades agrícolas, os três irmãos seguiram os estudos inicialmente em colégios agrícolas e posteriormente em cursos ligados à área agrária nas universidades federais dos municípios de Santa Maria e Pelotas.

Por influência de meu irmão mais velho, que havia feito agronomia na Universidade Federal de Pelotas, comecei a participar do movimento estudantil em Santa Maria, haja vista o conjunto de relações que haviam se estabelecido entre militantes destas duas universidades. Nesse período ocorreu um intenso processo de conversão do olhar sobre os processos sociais e políticos, assim como em relação aos chamados movimentos sociais do campo. Essas experiências provocaram certo desconforto com a quantidade de conhecimentos específicos que era necessário acumular sem nenhum questionamento crítico e com o perfil de estudante que o curso de Veterinária procurava formatar.

Ao mesmo tempo, a partir dos espaços de formação política proporcionados pelo movimento estudantil, entrei em contato com as temáticas de estudo sobre os movimentos populares, economia política e especificamente com os temas relacionados à reforma agrária. Isso me levou a participar de um Estágio de Vivência em Assentamentos de Reforma Agrária no ano de 2001, permanecendo em torno de 20 dias no Assentamento Ceres. Em 2002, tranquei o curso de Medicina Veterinária por um semestre para assumir, junto com outros dois companheiros, a Coordenação Nacional da Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária. Essa experiência permitiu-me entrar em contato com vários centros acadêmicos de outras regiões do país, além de instâncias do movimento estudantil, popular e partidário. No início de 2004 ajudei a organizar e coordenar outro Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais no estado. A partir das circunstâncias aí geradas voltei a entrar em contato com o Assentamento Ceres (agricultores-assentados, direção e equipe técnica).

No segundo semestre de 2004, fiz a opção por realizar meu estágio profissional naquele Assentamento, dada a trajetória anterior e por lá estar trabalhando um antigo amigo da Faculdade de Agronomia. Devido às prosas e debates mais francos e críticos proporcionados pela amizade, surgiu, inicialmente, mesmo que de forma ingênua, as primeiras observações do que viraria uma proposta de pesquisa que seria apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA) no final

daquele ano. A questão central que àquela época nos chamava a atenção era o porquê que grande parte dos agricultores-assentados tinha a cultura da soja como principal atividade geradora de renda monetária e relativa pequena quantidade de produtos cultivados no lote como forma de utilizar para o autoconsumo da família, quando comparado com os outros agricultores-assentados. Aquilo, para nós, era quase incompreensível e, por mais que trilhássemos algumas pistas, a realidade identificada nos tensionava cotidianamente. Obviamente, realizávamos as comparações a partir de nossos sistemas socioculturais de referência internalizados durante o processo de socialização, principalmente a primária. Éramos dois descendentes de *colonos*, com trajetórias semelhantes no movimento estudantil. Neste período, as direções do MST começavam a falar em *agroecologia* e cursos relacionados. Essas questões estiveram presentes na primeira versão do projeto de pesquisa sofrendo várias alterações a partir de minha vivência no curso de Pós-Graduação até chegar ao estado atual apresentado agora.

Por fim, devo destacar que o contexto considerado por onde “caminhei” e as inquietações geradas são um esforço de selecionar algumas informações dentre várias outras que se apresentam à consciência. Por outro lado, esse processo de auto-socioanálise nem sempre consegue reproduzir fielmente as circunstâncias, acontecimentos e experiências que deixaram marcas no indivíduo. Além disso, os eventos não-lembrados também exercem influências nas opções cotidianas. Contudo, acredito que as principais influências da sócio-ambiência vivida foram apresentadas, que de uma forma ou outra estão umbilicalmente ligadas a esta pesquisa.

3.3. Princípios Teórico-metodológicos e a Metodologia Propriamente Dita

A construção teórico-metodológica deste estudo não ocorreu num grande momento de catarse ou de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural como se refere Bourdieu (2002: 27). Esse foi um trabalho que se realizou pouco-a-pouco, de acordo, por um lado, pelo contato que o autor teve com as diferentes disciplinas e professores do CPDA e, por outro, a partir das observações realizadas a campo, que provocavam muitas inquietações, retoques sucessivos no projeto de pesquisa, correções e emendas. Ao mesmo tempo, se essas alterações pareciam minúsculas, foram decisivas.

Nesse sentido, a abordagem teórico-metodológica, formas de coleta dos dados e de análise se deu buscando identificar e evidenciar o conjunto de disposições sociais dos agricultores-assentados que orientam as formas de organizar as estratégias produtivas das famílias. Para Bourdieu (1996; 2002), a noção de *disposições sociais* busca exprimir um conjunto de fundamentos incorporados e subjetivos que se expressam numa ação organizada e coerente para com aqueles fundamentos. Assim, forma-se uma estrutura corporificada, uma maneira de ser e um estado habitual. Com efeito, tendem a informar *um vir a ser* do indivíduo, uma vez que as estruturas internalizadas como *habitus* também funcionam como estruturas estruturantes. Ou seja, as ações práticas são moduladas e informadas por um conjunto de princípios socioculturais adquiridos durante a longa fase de socialização, que, frente a situações e circunstâncias mais ou menos novas aos indivíduos, o estilo da reação tende voltar a informar e (re)compor novamente o sistema sociocultural. Contudo, as práticas podem encontrar-se objetivamente adaptadas a um determinado espaço social onde não haja “tantas perturbações”, exigindo dos indivíduos uma menor reação a fatos considerados inusitados e, portanto, vivendo uma menor pressão para recomposição de seus *habitus*. Neste contexto, poder-se-ia dizer que a homogeneidade das condições sociais criaria a homogeneidade dos *habitus*. Mas, como abordar essas disposições sociais a partir de um conjunto de indivíduos no Assentamento Ceres que provêm de distintas regiões geográficas

do estado e de diferentes matrizes culturais e posições sociais na sociedade? Como abordar e entender as reações individuais frente ao conjunto de novas experiências vivenciadas no período do acampamento e Assentamento, que influenciam direta ou indiretamente sobre as estratégias produtivas do grupo familiar?

Estas são situações sociais cambiantes onde seria preciso situar os campos de formação dos diferentes *habitus*, sua operação ao nível do não-consciente e a conseqüente reação frente aos eventos inusitados em suas trajetórias. Nesse sentido, como a mediação entre o indivíduo e eventos sociais e naturais seria dada pelos diferentes sistemas socioculturais, ter-se-ia, por conseqüência, uma espécie de balizamento na atribuição de sentidos e recomposições dos próprios sistemas socioculturais. Assim haveria a possibilidade de compreender as práticas como estando harmonizadas ou não com relação às referências culturais inconscientes que ordenam uma forma de conduta. Isso não significaria afirmar, para evitar falsas dicotomias, que as condutas dos indivíduos sejam desprovidas de um cálculo estratégico ou que sejam autômatos inconscientes de seus atos. Ou seja, de acordo com Bourdieu (2002: 81, 143; 1996: 61) as intenções do indivíduo basear-se-iam em referências primordiais latentes e na lógica que às subtende.

Tendo isso em vista procurou-se mobilizar métodos e técnicas de pesquisa que pudessem permitir o levantamento desses dados considerando, portanto, a definição do objeto e as condições práticas e de tempo para a realização do estudo. Neste sentido, confessa-se a dificuldade em identificar nos manuais de metodologia “um” método e “uma” técnica adequada para os objetivos que se estava disposto a levar a diante. A primeira dicotomia enfrentada foi em relação se a pesquisa enquadrar-se-ia como *qualitativa* ou *quantitativa*, pois para analisar as diferentes lógicas de ação, portanto, as diferentes disposições sociais, os indícios poderiam ser identificados e analisados tanto por um método quanto por outro. No entanto, Cardoso (1997: 95-96) irá argumentar que mesmo sendo modos diversos de resgatar a vida social e chegar a iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os agentes envolvidos, esses dois métodos não são opostos e inconciliáveis de ver a realidade. Portanto, desde que a devida vigilância do pesquisador fosse mantida na recolha dos dados e produção das informações, poderiam complementar-se na procura de esclarecimento a determinadas questões. Nessa ordem de argumentação, Bourdieu (2002: 26) considerará que:

Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [sociologia] – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apeteceria-me dizer: é proibido proibir ou livrai-vos dos cães de guarda metodológicos.

Com esse “espírito” foi planejado um processo de observação direta no referido Assentamento tendo em vista as questões e objetivos elaborados, em que se vivenciou e observou o dia-a-dia dos agricultores-assentados. Um conjunto de apontamentos foi formulado antecipadamente do que deveria ser observado na prática cotidiana e nas entrevistas que seriam realizadas, a modo de um tópico guia (Bauer; Gaskell; Allum, 2004). Para esses autores, neste tipo de pesquisa seria fundamental considerar a subjetividade dos agentes que fornecem as entrevistas, pois constrói significados sobre a realidade e sobre aquilo que é declarado. Assim, valorizou-se a observação e participação como contato com o campo de pesquisa. De acordo com Cardoso (1997), *observar* seria contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. *Participar* seria acompanhar, na medida do possível, a rotina de vida das famílias, desde o trabalho às sociabilidades das e entre as famílias e indivíduos.

Para Zaluar (1997: 122) esse último caso deveria ser especialmente considerado, pois seria na fala e nas sociabilidades dos “nativos” que o pesquisador poderia perceber a eficácia

de certas idéias, a recorrência de padrões ou mapas para a ação, bem como o processo de contínua transformação da cultura. Ou ainda, nessas sociabilidades poder-se-ia captar o rotineiro, o decisivo e o conflitivo, o que teria ou não forma, o oficial e o espontâneo, o público e o privado. De acordo com a autora, “(...) nas conversas informais e nas entrevistas, o ‘nativo’ explica sua linguagem, justifica ou tenta entender as suas e as ações dos outros ‘nativos’ ou mesmo revela segredos mantidos velados a outros estranhos” (p. 103). No entanto, essa prática de pesquisa coloca o “problema” de como os indivíduos pesquisados vêem o pesquisador, pois podem expressar o que aquele gostaria de ouvir, precisa ou deve ouvir. Ainda mais se o pesquisador já era conhecido e havia trabalhado com essa mesma comunidade, como no caso em questão.

Contudo, essa condição pode ser analisada por dois ângulos. Se por um lado o fato do pesquisador ter trajetória que num dado momento anterior cruza com a trajetória das famílias pode impedi-lo de ver determinadas situações devido a possíveis naturalizações, por outro, o ajuda a ter acesso a informações e circunstâncias da vida cotidiana que caso contrário não teria, além de possibilitar desfazer com maior facilidade possíveis impressões negativas ligadas à imagem de um indivíduo estranho e “superior” à comunidade pesquisada. Considera-se que isso ajuda a tornar a comunicação e o encontro possíveis, bem como facilita escapar de armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcendem as situações de pesquisa. Neste sentido, o pesquisador era identificado, a partir do que foi possível perceber por comportamentos e falas, de forma geral, como “o moço” que havia trabalhado no Assentamento prestando assessoria técnica em situação anterior e que agora tinha voltado para realizar “uma pesquisa”. Algumas achavam que estava à disposição para prestar assistência técnica, o que era seguido por explicações do por que não seria este o objetivo da presença. Essa identificação pode ter permitido maior proximidade com as mesmas, pois, de forma geral, demonstravam satisfação em receber um “antigo técnico”, mesmo sabendo que as visitas e vivências não tinham o objetivo de orientação técnica. Neste sentido, vários convites para o pesquisador permanecer em suas casas foram realizados.

Como orientação geral metodológica para esse tipo de pesquisa Bauer; Gaskell; Allum (2004:72-73) apontam três cuidados que deveriam ser tomados: a) o entrevistador não deveria aceitar nada como se fosse pacífico; b) deveria sondar cuidadosamente mais detalhes do que aqueles que o entrevistado pode oferecer em uma primeira resposta à pergunta; c) seria através do acúmulo de informações conseguidas a partir de um conjunto de entrevistas e informações que se poderia chegar a compreender os mundos da vida de uma determinada população. No entanto, tendo em vista os objetivos e questões dessa pesquisa, sua finalidade não seria de contar opiniões, mas, ao contrário, explorar o aspecto das declarações, as diferentes representações sobre o assunto em questão e tentar captar as diferentes disposições sociais. Nesse sentido, Sá (1998: 92) irá argumentar que esse objetivo seria alcançado de forma representativa em uma dada população se a quantidade de entrevistas fosse definida a partir do critério da *espacialidade* na realização das entrevistas, ou seja, na consideração da distribuição uniforme das entrevistas no campo social em estudo, e da *saturação*, ou seja, quando os termos, as idéias, os argumentos e a forma como articulá-los numa determinada ação comesçassem a se repetir.

A luz destas considerações a fase empírica da pesquisa no Assentamento Ceres ocorreu de 20 de maio a 28 de julho de 2006. À chegada ocorreu uma reunião com a direção do Assentamento para exposição dos objetivos da pesquisa, onde foi solicitada autorização para se ter acesso aos documentos relacionados à organização do Assentamento, à Cooperativa e demais informações relativas à atividade produtiva e social das famílias. Com o objetivo de entrar em contato e fazer uma pré-análise desse tipo de documento permaneceu-se aproximadamente uma semana residindo juntamente com as pessoas que compunham a assessoria técnica, em uma casa localizada na sede do referido Assentamento. Nesse período,

se acompanhou a dinâmica de trabalho da equipe e o relacionamento mantido com a direção e com alguns agricultores-assentados. Neste contexto, tomou-se contato com dois questionários tipo *survey* recém realizados pela equipe técnica: um deles tinha o objetivo de levantar informações socioeconômicas e de atividades produtivas dos agricultores-assentados; e o outro era chamado de *perfil de entrada*, que procurava evidenciar as características principais à entrada das famílias no Assentamento e percepções sobre as condições de infra-estrutura, oferecimento de crédito, etc.¹³ No entanto, como esses dados estavam “brutos”, ou seja, não haviam sido sistematizados nem analisados, foram sobre essas tarefas os primeiros esforços empreendidos a campo. Conforme se identificava possíveis problemas nas informações, como dados não legíveis, informações incompletas ou consideradas “desproporcionais” com relação às outras, os questionários eram discutidos juntamente com integrantes da equipe técnica, poucas vezes com dirigentes, e, quando se identificava necessário, realizavam-se novas visitas aos agricultores-assentados buscando ratificar as informações. Contudo, a credibilidade razoável das informações aí extraídas pode ser conferida a três fatores principais: a) a possibilidade que se teve para corrigir imprecisões identificadas; b) ao conhecimento prévio que o pesquisador tinha das famílias, devido às atividades lá desenvolvidas de acordo com sua trajetória; e, c) devido a essas informações não terem sido contraditórias com aquelas adquiridas por meio das entrevistas, para o caso das famílias submetidas a essa última técnica de coleta de dados. Estes fatores permitem sugerir validade daquelas informações para o conjunto dos agricultores-assentados no referido Assentamento.

Neste sentido, grande parte dos dados e informações que poderiam ser consideradas como “quantitativos”, referentes às famílias entrevistadas e ao conjunto dos agricultores-assentados apresentados e analisados nessa dissertação, têm origem destes dois questionários *survey* citados. Do conjunto de informações geradas ganha destaque a constituição de três tipos de sistemas produtivos, envolvendo nessa classificação todos os agricultores-assentados, e a composição das rendas dos grupos domésticos.

Os sistemas produtivos, ou sistemas de produção, correspondem à forma como os agricultores (de modo geral) organizam as suas atividades produtivas no interior das propriedades. Essa maneira de organizar os fatores produtivos tende a corresponder ao conjunto de conhecimentos, às situações ecológicas, sociais e às experiências específicas acumuladas por cada agricultor (Silva Neto e Basso, 2005:19-20). Neste sentido, o próprio sistema produtivo desenvolvido internamente nos lotes dos agricultores-assentados poderia ser considerado, em parte, a exteriorização das experiências, conhecimentos, saberes e desejos na construção de seus projetos de futuro. Pode ser reconhecido como uma materialização de predisposições atuantes, de referências socioculturais incorporadas pelos agricultores-assentados, no ordenamento de suas estratégias de produção. Assim, inerente aos sistemas produtivos desenvolvidos haveria uma dada racionalidade em seu manejo, ou seja, seriam orientados por objetivos e sentidos específicos atribuídos pelos produtores. Dessa forma, jamais duas unidades de produção teriam sistemas produtivos exatamente iguais, o que, contudo, não impede que os agricultores-assentados sejam agrupados em *tipos* a partir de determinados condicionantes elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Assinala-se, no entanto, que toda a classificação se por um lado ajuda a identificar tendências e similaridades, constituindo importante instrumento para a análise e abstração, por outro tende a secundarizar as diferenças existentes internamente. Nesse sentido, foram considerados três fatores para o estabelecimento da classificação: a) as principais atividades destinadas ao comércio; b) a maneira como é realizado o manejo das atividades agropecuárias e fatores

¹³ A conclusão de sua aplicação junto aos agricultores-assentados havia ocorrido na semana anterior à chegada do autor. É importante ainda destacar que os referidos questionários foram proposições do INCRA/RS, como forma da equipe e a própria instituição terem um conhecimento com maior propriedade das condições socioeconômicas e culturais do conjunto das famílias.

produtivos; c) e os principais usos relacionados à ocupação da área dos lotes.¹⁴ Esses critérios determinaram a elaboração de três sistemas produtivos no Assentamento, denominados pelo pesquisador de: sistema produtivo *diversificado*; sistema produtivo *soja-leite*; sistema produtivo *soja*.

Esses sistemas produtivos serão analisados detalhadamente no Capítulo IV, no entanto, faz-se necessário tecer alguns comentários parciais como forma de apresentar a classificação efetuada, pois influenciou na definição do conjunto de entrevistas realizadas. O sistema produtivo *diversificado* é composto por 17 agricultores-assentados tendo como principais atividades comerciais a bovinocultura leiteira e o beneficiamento e venda de outros produtos, notadamente, derivados de cana-de-açúcar, compotas, carnes de frangos e suínos, amendoim, cebola, alho, entre outras. O sistema produtivo *soja-leite* é composto por 42 agricultores-assentados tendo como principais atividades comerciais a sojicultura e a bovinocultura leiteira. O sistema produtivo *soja* é composto por 47 agricultores-assentados tendo como principal atividade comercial a sojicultura. Entretanto, algumas observações devem ser realizadas sobre a *tipologia* desenvolvida: a) não significa afirmar que os grupos familiares não possam eventualmente comercializar outros produtos, haja vista ser a *alternatividade* (Garcia Jr., 1983; 1994) uma prática característica. Em outras palavras, haveria uma tendência à comercialização dos produtos de autoconsumo que excedem as necessidades da família, assim como, um cálculo elástico em que se poderia comercializar mais ou menos a depender das condições internas ao grupo familiar e dos preços oferecidos aos produtos; b) como toda tipologia não é a soma dos fatores, muito menos a média das características dos envolvidos, mas uma abstração que o pesquisador realiza a partir de alguns indicadores para poder classificar e estabelecer relações ‘inter’ e ‘entre’ grupos, convém reconhecer que a realidade é muito mais complexa e por isso tende a ser impossível representá-la em sua totalidade. Por exemplo: no sistema produtivo *diversificado* muitos agricultores-assentados cultivam a soja, seja apenas como fator de produção intermediário usado na preparação de ração para animais, ou mesmo destinado para a comercialização, mas frente às outras fontes de renda ela torna-se secundária, situação que também tende a ser elástica, dependendo das condições de preços oferecidos pelos produtos na relação com agentes comerciais. De forma semelhante, no sistema produtivo *soja* nem todos os grupos domésticos obtêm renda produzida no lote apenas com a soja, havendo situações em que há a venda de pequenas quantidades de leite, principalmente no período considerado como entressafra da soja (março-setembro), mas são quantidades pequenas, uma atividade realizada mais por conveniência, por não ter nenhum cultivo comercial sobre a terra e por que a pastagem natural torna-se abundante nesse período. Nesse sentido, realizadas as observações, essa classificação ajuda como ferramenta de análise, uma vez que essas diferenças são largamente perceptíveis numa observação empírica.

Com relação ao cálculo aproximado das rendas dos grupos domésticos foram consideradas duas facetas: das rendas monetária e não-monetária. Assim, procura-se evidenciar o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos os meios de sobrevivência. Tornar-se-ia “capenga” uma análise que pretende evidenciar lógicas de ação se essas informações não fossem consideradas. Dessa forma, no levantamento da renda monetária as seguintes receitas foram exploradas: renda agrícola e animal, renda de trabalhos assalariados, renda de arrendamentos do lote ou de partes do lote, outras rendas advindas de comércio, pensões, auxílios, programas sociais e aposentadorias. Com relação à renda não-monetária considerou-se aquela advinda indiretamente através dos produtos consumidos pela família ou utilizados como produtos intermediários no lote. Para Garcia Jr. (1994:89-91), a

¹⁴ É da inter-relação e análise entre estes fatores que os agricultores-assentados foram classificados nos sistemas produtivos elaborados. Contudo, chama-se a atenção do leitor que os indicadores utilizados para tal não estão expostos nesta seção, mas no Capítulo IV, em especial nas tabelas 1 e 2.

estimativa desta renda encontraria fundamento lógico no mesmo princípio que permitiria somar a ‘renda agropecuária’ e a ‘renda trabalho assalariado’, uma vez que poderiam ser encaradas como recursos alternativos e disponíveis utilizados pelas famílias para reprodução socioeconômica. Assim, argumenta o referido autor, a análise da renda do autoconsumo tornar-se-ia importante porque também pode orientar o comportamento dos agentes na definição de estratégias (re)produtivas, uma vez que pode definir quantidades de produtos destinadas para venda, intensificação da quantidade de trabalho na jornada diária ou sua venda e quantidade de produtos a serem adquiridos externamente ao lote (em supermercados, por exemplo).

Dessa forma, o esforço teórico e empírico necessário seria no sentido de tentar problematizar como as práticas de autoconsumo se articulam e se imbricam com os casos de todos os outros tipos de rendimentos monetários. No cálculo das rendas obtidas com as culturas e demais atividades comerciais consideraram-se os preços pagos ao produtor (e por ele declarado), já no caso da renda do autoconsumo foram utilizados preços médios ao consumidor ao longo de um ano. Assinala-se que tanto os produtos destinados exclusivamente para a comercialização, quanto os produtos da *alternatividade* estão submetidos à flutuação de preços nos circuitos comerciais (Garcia Jr., 1994).

Entretanto, para o cálculo das rendas (monetárias e não-monetárias) não foram utilizados os dados de todo o conjunto dos agricultores-assentados do Assentamento, mas apenas daqueles que compuseram a amostra das entrevistas, devido a dois motivos principais: a) o questionário tipo *survey* utilizado na coleta dos dados não se propunha a identificar outras fontes de renda das famílias, como benefícios sociais, aposentadorias e trabalhos assalariados permanentes e temporários; b) com as entrevistas em profundidade realizadas pelo autor se checou e se produziu alguns dados referentes ao autoconsumo e à composição das rendas que não foram observados pelo questionário citado, dando maior confiabilidade aos dados utilizados.

A primeira semana de permanência no Assentamento foi marcada por uma pré-análise dos dados então disponíveis. Nesta pré-análise refletiu-se sobre possíveis reformulações do objeto de pesquisa, objetivos, formas de ver as questões e o esforço de aprimorar o olhar sincronizado-o entre aquela realidade e os pressupostos teórico-metodológicos incorporados. Portanto, esse processo não foi apenas marcado pelo acúmulo de informações, mas combinou-se com a (re) formulação de hipóteses e descoberta de novas pistas que foram consideradas na reelaboração do tópico guia para as entrevistas.

Dessa forma, depois de tomado contato com documentos, arquivos e questionários realizados pela equipe técnica definiu-se como ocorreu a vivência e as entrevistas junto aos agricultores-assentados. Nesse sentido, os critérios utilizados foram: a) deveria contemplar a tipologia realizada dos sistemas produtivos, assim, tanto a vivência quanto à amostragem para as entrevistas ocorrerem a partir dessa classificação; b) para isso, no entanto, observou-se a espacialidade do Assentamento e seu desenho geográfico como forma de não concentrar a vivência e as entrevistas em determinada região. Pois, já era sabido que havia uma tendência no Assentamento das famílias permanecerem próximas a partir de identificações realizadas umas em relação às outras desde o período do acampamento; seja devido aos sorteios de grupos de produção coletiva em que os lotes formavam uma gleba apenas (depois sendo divididos devido a problemas internos), ou por trocas de lotes realizadas posteriormente. Outros dois critérios relativos às famílias foram utilizados: c) que o grupo doméstico fosse formado pelo casal e, no mínimo, com mais um(a) filho(a) na mesma residência; d) que os cônjuges não tivessem idade superior a 50 anos. Com estes últimos dois critérios se esperou selecionar uma amostra onde os núcleos familiares apresentassem potencialmente “plenas” condições de trabalho do casal, com a presença de pelo menos um(a) filho(a). Isso por que, hipoteticamente, nessas situações tenderia ficar mais explícito nas práticas cotidianas dos

indivíduos os fatores socioculturais que ordenariam os modos de ação e, portanto, as disposições sociais internalizadas e materializadas (subjetivas e objetivas) poderiam ser melhor identificáveis.

As entrevistas foram realizadas a partir de um tópico guia que procurava abordar aspectos ligados à trajetória social das famílias, desde o período anterior ao acampamento, relacionado com as formas de vida (práticas e costumes), passando pelo período de acampamento e experiências vivenciadas, assim como no Assentamento e os desejos e projetos de futuro do grupo familiar. Entretanto, o tópico guia não era fortemente estruturado, sendo que se desenvolveu uma espécie de conversação continuada onde a ênfase era mais em explorar aspectos das trajetórias, experiências, costumes habituais e, de um modo geral, o conhecimento específico e a cultura. Contudo, como sugere Bourdieu (1996: 203-207), alguns cuidados foram tomados nessa prática de entrevistas, como o de não fazer do entrevistado seu próprio sociólogo, ou seja, o de não colocar as questões de pesquisa do pesquisador para o pesquisado refletir e dar opinião. Na mesma direção, a partir daquele autor, se evitou colocar aos entrevistados os modelos construídos pelo pesquisador para se entender as práticas e lógicas de ação destes, como se os próprios modelos fossem determinantes das práticas.

Dessa forma, a vivência do pesquisador junto às famílias no Assentamento se deu por aproximadamente 40 dias, privilegiando-se as famílias que compuseram a amostragem de entrevistas. Inicialmente se definiu como objetivo entrevistar três agricultores-assentados (que, quando possível, realizava-se com a esposa e filhos/as) por sistema produtivo elaborado. Mas, não se limitou a estas, tendo-se acompanhado e permanecido alguns momentos em outros grupos familiares, o que permitiu identificar relacionamentos com vizinhos, formas de cooperação e sociabilidades. Por esse motivo, por vezes, se fará referências no texto da dissertação a outros casos que não aqueles específicos das famílias submetidas às entrevistas, realizando-se as devidas observações. Dois exemplos podem ser citados: o caso dos jovens solteiros com lote e casais acima de 50 anos sem filhos presentes em seus lotes. As entrevistas das famílias que compuseram a amostragem foram gravadas e posteriormente transcritas. As demais informações, como aquelas oriundas de “visitas” do pesquisador a outras famílias ou mesmo das entrevistadas, eram apontadas num bloco de anotações e em horários noturnos transcritas para um caderno de anotações, realizando-se pré-análises. Os nomes dos agricultores-assentados citados no corpo da dissertação não conferem com os nomes reais no Assentamento, mecanismo utilizado para manter os informantes no anonimato.

No decorrer do processo de vivência e na realização das entrevistas foi-se percebendo que por mais variadas que fossem as histórias de vida e as trajetórias, havia conjuntos nucleantes de experiências e situações que começavam se repetir e relacionar-se conforme a tipologia por sistema produtivo construída, como: posição social ocupada na sociedade anteriormente ao período de acampamento; vivência de situações e reações semelhantes a eventos no período de acampamento e Assentamento; costumes e valores, dentre outros. Ao final da vivência e das entrevistas realizadas considerou-se que não haveria necessidade da realização de novas entrevistas, haja vista as ponderações tecidas acima.

A análise dos dados ocorreu a partir das propriedades diferenciais entre os grupos familiares através da construção de uma matriz, relacionado-os por colunas, de acordo com os objetivos da pesquisa (Bauer; Gaskell; Allun, 2004: 85). Neste contexto, as propriedades referidas não dizem respeito apenas àquelas ligadas ao interesse econômico, mas às relacionadas com a cultura, costumes, formas de organização da produção e estratégias produtivas, tipos de reação às diferentes experiências no decorrer da trajetória social e política. Para Bourdieu (2002: 29) o espaço social tenderia, dessa forma, a ser apreendido a partir da distribuição de propriedades entre os indivíduos, passíveis de análises e estabelecimento de relações.

Com efeito, outras sete pessoas foram entrevistadas: um dirigente do Assentamento Ceres; um dirigente da regional do MST Carloz Mariguella onde o referido Assentamento está situado, a partir da organicidade elaborada pelos integrantes do MST; um assessor técnico do assentamento Ceres; dois integrantes do INCRA/RS que acompanharam o processo de implantação do Assentamento ou que acompanham atuais Programas de Recuperação desenvolvidos nos assentamentos estaduais. Nessa ocasião teve-se acesso aos arquivos de jornais do INCRA/RS, onde se procurou reconstituir alguns fatos e a conjuntura da *luta* pela terra na época da compra da área, além de documentos referentes àquele Assentamento como o Processo de Aquisição pelo INCRA. Outras duas entrevistas de assessores técnicos da Cooperativa Estadual dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS) foram realizadas.

Ainda, realizaram-se visitas às secretarias do Governo Municipal (Educação e Agricultura) e ao escritório municipal da EMATER, como forma de buscar documentos e informações sobre o Assentamento, o município e a região. Visitas também foram realizadas à principal empresa agropecuária municipal vendedora de insumos agrícolas e à diretoria municipal da Cooperativa Tríticola de Ijuí (COTRIJUÍ) / filial no município de Jóia, haja vista que muitos assentados tinham dívidas agrícolas nestas empresas, onde buscou-se informações sobre o perfil das dívidas, quantidade de pessoas devedoras e percepções destas para com o conjunto dos agricultores-assentados. Ainda, vale destacar uma visita realizada no Cartório de Registro de Imóveis do município de Tupaciretã com o objetivo de buscar informações e discriminar antigos donos daquela área onde hoje é o Assentamento Ceres.

CAPÍTULO II: DOS NEGÓCIOS DO CORONEL E EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS AO ASSENTAMENTO RURAL: PROCESSOS DE UMA SÓCIO-HISTÓRIA CONFORMADORA DE RECURSOS SOCIOCULTURAIS

Esse capítulo possui dois objetivos centrais:

a) analisar como ocorreram as transformações socioeconômicas da região e da área onde hoje é Assentamento Ceres, no contexto de ocupação do território e de modernização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul. Essa análise permitirá, por um lado, compreender a história objetivada em infra-estruturas e na conseqüente “aptidão” para a atividade leiteira do Assentamento Ceres, fatores que irão compor suas características distintivas como *a menina dos olhos dos sem-terra do estado* - conforme a declaração de um assentado, referindo-se à época da aquisição da área pelo INCRA -, quando comparado com os demais assentamentos. Frente a essa objetivação construída em processos socioeconômicos anteriores que os agentes sociais (assentados, direções do MST e INCRA) se depararão na constituição do Assentamento em final de 1996, condicionando a elaboração de critérios para a seleção nos acampamentos das famílias que foram assentadas e os projetos elaborados para o/e no Assentamento por ambos agentes envolvidos. Por outro lado, permitirá analisar a constituição dos principais canais de comercialização em que os agricultores-assentados estão submetidos, relacionados com as cooperativas tritículas, como a COTRIJUÍ e a AGROPAN (Cooperativa Agrícola de Tupaciretã); cooperativas que possuem filiais no município de Jóia.

b) e, analisar as principais marcações e formações socioculturais dos trabalhadores rurais geradas no contexto socioeconômico e histórico do Planalto riograndense que, pressupõe-se, constituiu diferentemente os *habitus* dos agricultores-assentados. Essa história incorporada e expressada por meio de opiniões, comportamentos e pensamentos tende a possuir uma relação estreita com as posições sociais herdadas e constituídas na estrutura de relações da sociedade e com os processos socioeconômicos vividos. No Assentamento Ceres, esses processos são expressados, *grosso modo*, de um lado pelos filhos de pequenos proprietários, e, por outro, por descendentes de assalariados ou parceiros rurais que trabalharam inicialmente em estâncias de gado e/ou em granjas de trigo/soja e/ou em empregos urbanos. É certo que o trabalho assalariado também constitui uma estratégia de reprodução social dos pequenos agricultores proprietários, no entanto, o segundo caso procura expressar uma maior dependência para com a grande propriedade ou outras instâncias produtivas. Contudo, não se pretende realizar uma análise abordando o conjunto da história de ocupação e modernização do estado e nem focando as raízes culturais e étnicas desses trabalhadores, mas a partir do caso específico dessa região analisar alguns processos sociais (como aqueles relacionados com as estâncias de gado, as colônias de pequenos agricultores euro-descendentes não-ibéricos e a modernização da agricultura) que são componentes das formações socioculturais identificáveis no interior do Assentamento.¹⁵

¹⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre história de ocupação do território onde hoje é o Rio Grande do Sul, olhar o Capítulo I da tese de doutoramento de Da Ros (2006), onde o autor constrói uma síntese da história de ocupação desse estado.

Nesse sentido, mesmo considerando que a maior parte dos agricultores-assentados tenham vindo da região do Alto Uruguai, devido aos movimentos de ocupação do território relacionados com as migrações em busca de terras, a análise dessa região tem aspectos generalizantes que podem ser estendidos para todo o estado. Isso porque, essa região, em especial o município de Jóia, foi originalmente de transição entre *terras de mata* e *terras de campo*. Assim, de acordo com Rückert (1985a) e Zarth (1997: 25), essa região pode ser considerada uma espécie de síntese das contradições de ocupação, formação e desenvolvimento do território gaúcho, devido ter ocorrido à implantação de colônias nas áreas de mata, relativo a pequenos lotes de terra destinados aos colonos imigrantes europeus, e de estâncias nas áreas de campo, relativo à grande fazenda pastoril extensiva. Para aqueles autores, o fato da *mata* entremear-se com os *campos* proporcionou um contato direto entre estancieiros e pequenos agricultores, onde se revelariam as contradições entre os dois grupos sociais, assim como, onde a modernização da agricultura teria agido modificando aquelas relações, expulsando pequenos proprietários rurais para o norte, em busca de terras, e introduzido novos agentes sociais, como os chamados granjeiros ou também capitalistas modernos da agricultura, adquirindo terras de estancieiros, primeiro por arrendamento e depois pela compra.

Com efeito, se abordará que a história da área onde hoje é o Assentamento Ceres traduz essa espécie de ‘metamorfose’ do território. Dessa forma, a referida área esteve inicialmente sob propriedade do estancieiro e caudilho político Coronel Marcial Gonçalves Terra e, a partir do final da década de 1950, sob propriedade da Fundação Ruben Berta¹⁶, acionista majoritária até meados de 2006 da Viação Aérea Riograndense (VARIG S. A.). Essa última proprietária desenvolveu durante as décadas posteriores à compra, uma Granja especializada em bovinocultura leiteira e com uma grande infra-estrutura, quando em janeiro de 1996 disponibilizou a área para venda ao INCRA/RS. Nesse sentido, argumentar-se-á em duas direções, como hipóteses: que a aquisição da propriedade do Coronel pela referida Fundação inscreve-se no contexto de aplicação de capitais “urbanos” na agricultura desencadeada pelos estímulos governamentais para a produção tritícola no estado, a partir da segunda metade da década de 1940 (Rückert, 1985a; 2003; Frantz e Silva Neto, 2005; Heidrich, 2000); e que a venda da Granja Ceres ao INCRA ocorre devido a sua incapacidade de competir - e consequentemente de gerar taxas de retorno do capital satisfatórias com a média dos demais investimentos capitalistas - num ambiente de abertura econômica e desregulamentação das políticas setoriais no país, operacionalizadas na década de 1990 (Benetti, 2000; Belik e Paulillo, 2001; Leite, 2001).

A análise de processos sociais como os assentamentos rurais, que tendem a envolver uma grande heterogeneidade de trajetórias sociais (talvez o Rio Grande do Sul seja o estado onde isso ocorra mais fortemente quando comparado com outros estados da Federação devido à dinâmica de ocupação do território), não pode ser realizada como uma espécie de “tábua rasa”, como se não existissem heranças culturais e estruturas sociais incorporadas nos indivíduos. Dessa forma, sugere-se que esses processos carregam significações que nem sempre se dissipam com as transformações econômicas e políticas, possuem também continuidades na forma de *habitus*. Daí buscar aprofundar algumas questões que se julgam expressar de diferentes maneiras no Assentamento Ceres, cuja análise específica será realizada mais detalhadamente nos próximos Capítulos.

Neste sentido, esse Capítulo está dividido em três seções: a primeira analisa a ocupação do Planalto riograndense no contexto das estâncias e das colônias, até meados de 1950.

¹⁶ Essa Fundação passará se chamar Ruben Berta a partir de 1964, até então, chamava-se Fundação dos Funcionários da VARIG, fundada em 1945. No entanto, durante a dissertação, a referência será apenas como Fundação Ruben Berta, independentemente dos nomes assumidos em outras décadas, uma vez que as questões centrais nessa dissertação não dizem respeito diretamente à história específica dessa instituição.

Procura destacar os processos políticos e ideológicos gerados durante a ocupação do território com relação aos caboclos e colonos; as circunstâncias assimétricas das condições de vida geradas pela assimetria de poderes no acesso a terra; as principais relações estabelecidas entre a estância, os caboclos e os colonos; e, a formação da Granja Ceres pelo Coronel, no contexto socioeconômico regional. A segunda seção analisa o contexto da crise econômica vivida pelas estâncias e pelas colônias a partir da década de 1940 e o desenvolvimento de políticas públicas que desencadeariam a chamada modernização da agricultura das décadas seguintes. Procura destacar o contexto da aplicação de capitais na triticultura por cidadãos, situando a compra da Granja Ceres pela Fundação Ruben Berta; a formação das cooperativas tritículas, a modernização da agricultura e alguns componentes políticos e ideológicos desse processo. Na terceira seção pretende-se contextualizar a venda da Granja Ceres ao INCRA.

1. O PLANALTO RIOGRANDENSE NO CONTEXTO DAS ESTÂNCIAS E DAS COLÔNIAS

Nessa região do estado uma das características importantes com relação ao processo de ocupação do território é de ter sido de transição entre campos e florestas, determinando assim, a forma como se daria tal ocupação e estabelecendo um maior contato entre estancieiros, colonos e caboclos. Nesse sentido, a localização atual do município de Jóia e municípios vizinhos como Tupaciretã e Ijuí pode ser vista no Anexo A, que os mostra de acordo com a vegetação original do território.

De acordo com Zarth (1997) as primeiras estâncias dessa região só teriam sido implantadas na primeira metade do século XIX, depois que esse território foi incorporado à colônia Portuguesa, dado o contexto das disputas empreendidas com a Espanha durante o século XVIII pelo controle do gado *Muar* e *Vacum* presente de forma abundante nos campos meridionais. Gado que, introduzido pelos Jesuítas por volta de 1626 com a instalação das primeiras Reduções, foi disperso nos campos por volta de 1640, devido às ações de captura de indígenas por bandeirantes para servirem como escravos nas regiões açucareiras, reproduzindo-se livremente até chamar a atenção dos conquistadores Ibéricos na primeira metade daquele século, devido o comércio da courama e, posteriormente, com o transporte de gado em pé para as Minas Gerais. Nesta época, os Jesuítas espanhóis já haviam construído novas reduções, agora conhecidas como os Sete Povos das Missões (1668/1752) que, no contexto das negociações territoriais entre os Reinos Ibéricos, deveria passar para o domínio Português, em troca da Colônia de Sacramento, localizada mais ao Sul. No entanto, seria somente no início do século XIX que Portugal teria controle de fato da região, devido, por um lado à resistência empreendida pelos indígenas em abandonar as reduções ou submeterem-se aos conquistadores e por outro aos constantes reveses nos acordos entre Portugal e Espanha (Pesavento, 1994).

Entretanto, a ocupação efetiva teria se iniciado somente na década de 1820, devido ao isolamento em relação aos centros urbanos e econômicos da província. Segundo Zarth (1997), as terras teriam sido concedidas majoritariamente sob Títulos de Posse a militares e a tropeiros, devido à proibição da concessão de Sesmarias em 1822, pelo Império do Brasil. De acordo com aquele autor, bastava haver uma solicitação aos comandantes gerais das Missões, para adquirir grandes extensões de terra, quando muito eram pagos preços irrisórios. Mesmo para os que não realizavam tal solicitação, a Lei de Terras de 1850 teria se encarregado de legitimar tais posses. Os tropeiros, chefes de bandos armados vindos de São Paulo e que tropeavam o gado em pé até Sorocaba/SP, teriam adquirido terras como forma de defesa do território e do gado nele presente. Com efeito, o fato dos militares estarem envolvidos

frequentemente em guerras na defesa do território, teria os legitimado simbolicamente a requerer a demarcação de estâncias como forma de recompensa por terem lutado contra os estrangeiros. Dessa forma, após a Guerra do Paraguai (1865-1870), a maioria dos campos já havia sido ocupada, quando muitos militares passam a demarcar também áreas de florestas, expulsando pela força pequenos agricultores e extrativistas de Erva-mate¹⁷. Assim, a necessidade de defesa do território e o gado presente nos campos marcam a forma hegemônica como se deu a apropriação das terras, a integração econômica da província - como subsidiária aos centros exportadores do Reino do Brasil, agora com o charque como principal produto destinado à alimentação dos escravos nas fazendas de café do sudeste - e o poder político da oligarquia gaúcha.

Paralelamente à ocupação progressiva das áreas de campo no Planalto gaúcho para a captura e criação de gado, desenvolveu-se uma política de imigração a partir de 1824, principalmente com imigrantes Alemães e, a partir de 1875, com Italianos, para tornarem-se pequenos proprietários e desenvolver a agricultura. Os principais motivos arrolados para a realização de tal imigração relacionavam-se com a necessidade de ocupar os espaços considerados “vazios” do território gaúcho devido às ameaças de invasão representadas pelas nações vizinhas e a problemas de abastecimento das tropas militares e centros urbanos na província, assim como com os centros exportadores do Império. Dessa forma, a razão para trazer imigrantes europeus para o Rio Grande do Sul era o da colonização das áreas de mata sob regime de pequena propriedade familiar e não para servir de mão-de-obra nas estâncias ou charqueadas, como o foi nas fazendas de café no sudeste do país em substituição ao trabalho escravo. As estâncias e charqueadas não necessitavam de tantos trabalhadores e podiam encontrar na população cabocla o suprimento necessário de mão-de-obra para substituir o escravo. Por esses motivos que os estancieiros não se opuseram à instalação no estado de projetos de colonização. Para os estancieiros as áreas de mata eram desprezadas, pois não apresentavam importância econômica (Frantz e Silva Neto, 2005).

Neste contexto, a preferência pelos colonos europeus deu-se por terem sido considerados “mais aptos ao trabalho”, relacionado às considerações de “superioridade étnica”, e também devido às teses de “branqueamento da raça brasileira” (Giron, 1980). Dessa forma, a imigração de colonos europeus foi amparada por um discurso ideológico em torno do “espírito do trabalho”, no qual caberia a estes o papel de realizar uma agricultura moderna para o mercado interno (Moure, 1980). Por outro lado o trabalhador nacional foi considerado incapaz de propiciar, a partir de seu trabalho, as condições necessárias ao desenvolvimento da nação, atribuindo-lhes a pecha de indolentes e culturalmente inferiores. Essas questões ideológicas vão permitir que o colono seja instalado em lotes de terra nas florestas, expulsando a população cabocla residente em direção à fronteira agrícola. Paradoxalmente, no que se refere às técnicas agrícolas, os colonos adotaram as mesmas técnicas dos desprestigiados caboclos, que, por sua vez, haviam herdado dos povos indígenas Guaranis, assim como a maioria dos cultivos agrícolas: mandioca, milho, batata-doce, fumo e feijão-preto (Roche, 1969: 262). As técnicas agrícolas baseavam-se na derrubada da mata, procedendo-se a queimada, semeadura e rotação de terras (pousio longo), aproveitando a fertilidade natural do solo. Da mesma forma, as colônias que foram instaladas distantes dos centros consumidores e/ou com dificuldades de transporte da produção amargaram níveis de acumulação econômica consideradas como uma das características definidoras da *condição cabocla*, gerando o que alguns autores chamaram de *acabocliização* dos colonos (Silva, 2003: 83). Nesse sentido, Zarth (1997: 78) argumenta que é somente a partir da década de 1850, quando se retoma o processo migratório devido à guerra civil de 1835-1845, e instalam-se as colônias prioritariamente próximas a Porto Alegre, facilitando o transporte e o deslocamento

¹⁷ *Ilex paraguayensis*, é uma árvore nativa do sul da América, onde era abundante nos matos do Planalto gaúcho. Seu extrativismo consta desde a época das reduções jesuíticas nessa região (Zarth, 1997: 116).

até a capital, e por esta apresentar forte demanda por produtos alimentícios, que as colônias terão um desenvolvimento econômico considerado importante.

Contudo, o esgotamento dos solos devido aos sistemas agrícolas utilizados basearem-se na fertilidade natural dos mesmos, associada à expansão demográfica, determinou a migração e incorporação de novas terras na fronteira agrícola. Assim, a colonização do Planalto gaúcho só começou a ser desenvolvida a partir de 1890, coincidindo com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Nesse contexto, dentre as colônias instaladas encontram-se Ijuí e Erechim, recebendo colonos vindos das chamadas colônias velhas, aquelas próximas a Porto Alegre, e estrangeiros. Beneficiadas com a estrada de ferro, teriam se destacado economicamente, enquanto as demais sofriam sérias dificuldades de escoar a produção (Zarth, 1997: 143). No entanto, os sistemas agrícolas desenvolvidos continuavam basicamente os mesmos, aproveitando a fertilidade natural dos solos. Assim, mesmo nessas colônias que se desenvolveram, o aumento da produção agrícola dava-se pela incorporação de novas terras à agricultura, levando a um aumento da produção, mas com redução progressiva do rendimento por área, tal que entre 1920-1950, o rendimento por hectare da cultura da batata teria caído 10%, no feijão 36,4% e 42,9% na do milho; exatamente quando a oferta elástica de terras passou a inexistir (Roche, 1969: 292-293). Essa situação condicionava aqueles que tivessem condições econômicas para novas migrações, comprando terras de mato de estancieiros e ocupando os últimos rincões do estado, como a localidade fundada em 1917, posteriormente município de Jóia, por descendentes de colonos que se localizaram inicialmente em Ijuí, ou migrando, mais tarde, para outras regiões do país como o Centro-Oeste (Rückert, 1985a).

Nesse sentido, tanto Zarth (1997) quanto Silva (2003) argumentam que existiria um conjunto de circunstâncias determinantes para que a agricultura fosse realizada de forma muito semelhante entre caboclos e colonos, entre elas, a abundância relativa de terras e a baixa densidade demográfica, as distâncias para com o comércio e o próprio modo de apropriação do solo desenvolvido no estado que dicotomizou a agricultura da pecuária. Ou seja, para os colonos seria menos dispendioso economicamente avançar a fronteira agrícola, enquanto fosse possível, a converter capital na recuperação do solo, uma vez que se tornava inviável, em pequenas extensões de terra, possuir gado o suficiente para fertilizar as terras.¹⁸ Assim, devido a (i)migração ter ocorrido em áreas de mata e os campos estarem ocupados com gado, firmava-se a idéia, que tornou-se bastante comum no Rio Grande do Sul, que apenas as terras de mato eram adequadas para a prática da agricultura sistêmica (Roche, 1969: 113). No entanto, a própria agricultura de auto-abastecimento praticada por escravos ou caboclos dentro das estâncias (também conhecidos, quando estabelecida essa relação social, como agregados) ou pela agricultura praticada por casais açorianos imigrantes no início do século XIX em áreas de campo, com o objetivo de produzir trigo, comprovavam o contrário desde que se associasse agricultura com pecuária (Frantz e Silva Neto, 2005: 57-58). Por outro lado, mesmo que se quisesse realizar tal integração, o pequeno tamanho dos lotes, que nas primeiras colônias foi ao redor de 77 ha e no Planalto em torno de 25 ha, não suportava muitos animais e por que nem sempre era possível o recolhimento de esterco com as privatizações dos campos. Contudo, como demonstrado por Zarth (1997: 143), o incremento de inovações tecnológicas nas colônias se fez presente tão logo a fronteira agrícola se fechasse e fosse necessário mais trabalho para aumentar a produção devido às possibilidades de aumento da comercialização. Além do mais, o próprio apodrecimento de troncos e raízes de árvores derrubadas permitia a utilização de implementos agrícolas.

¹⁸ Um outro motivo para as migrações, que deve ser destacado, diz respeito à própria dinâmica de reprodução do campesinato: a lógica dos não-herdeiros na família, que *devem* migrar a fim de tornar a propriedade indivisa (Woortmann, 1995: 115-116).

Pelo lado dos caboclos, para análise das circunstâncias que teriam determinado o estilo de agricultura praticada e alguns traços de seu modo de vida, torna-se necessário contextualizá-los no processo de ocupação do território. Desse modo, vale a pena lembrar, que em meados do século XIX praticamente todo o território com interesse econômico já havia sido incorporado pelos estancieiros. A forma de apropriação hegemônica das terras no estado dava-se a partir de estâncias pastoris, tendo sua economia inserida de forma subsidiária à economia exportadora do Império. No entanto, de acordo com Frantz e Silva Neto (2005:51-55) e Zarth (1997: 39), paralelamente a esse processo de ‘aprisionamento’ dos campos uma população de pequenos agricultores familiares não-proprietários encontrava-se presente em todas as regiões do estado. De acordo com os autores, não seria fácil definir com exatidão a origem desses trabalhadores nacionais que serão conhecidos como *caboclos*¹⁹, ou como *brasileiros* - já no contexto da imigração. De forma geral, poder-se-ia dizer que seriam descendentes: de índios sobreviventes dos massacres e aculturados; de mulheres índias com tropeiros e bandeirantes, em suas sucessivas incursões; de estancieiros com mulheres escravas; de colonos açorianos que perderam suas terras ficando à mercê em terras devolutas ou que acabaram sendo incorporados pelas estâncias; de militares com a população civil durante os conflitos pelo controle da região; de desempregados nas estâncias, charqueadas e obras de construção das estradas de ferro; e de colonos europeus não-ibéricos empobrecidos. Portanto, são populações que participaram inicialmente do processo de ocupação do território gaúcho, mas que por não dispor de recursos econômicos, posição e prestígio militar, ou não ser lhes atribuída nenhuma significação simbólica considerada positiva (como ocorreu com os colonos), não puderam receber ou tomar posse de parcelas do território, a fim de poder beneficiar-se de um título de propriedade. Assim, devido à impossibilidade de acessar a propriedade da terra, irão compor de forma subordinada o processo de formação da sociedade agropastoril no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, as características da agricultura realizada e modo de vida desenvolvido eram fortemente condicionados pela forma de sua inserção na sociedade gaúcha. Em uma economia em que a mercadoria principal é o gado e este ocupa grandes extensões de terra, a agricultura desenvolveu-se de forma complementar e em locais que não pudessem ser ocupados pelo gado. Quando desenvolvida dentro das estâncias por escravos ou caboclos agregados, ocupando terras de campo, a agricultura seguia uma lógica de autoconsumo como forma de economizar os abates dos animais, que eram destinados pelo Senhor ao comércio (Zarth, 1997: 114-116). Assim, os caboclos poderiam se inserir ou como produtores e trabalhadores complementares no interior das estâncias, ou como agricultores das regiões de floresta. No primeiro caso, além de desenvolver a agricultura ao lado de escravos, poderiam ser convocados a acompanhar o gado como *posteiros* ou *tropeiros*, chamados de *peões*. No segundo, realizavam agricultura, basicamente para autoconsumo, e praticavam o extrativismo da Erva-mate.

Contudo, seria prudente considerar os processos de interdependência entre os estancieiros e a população cabocla. Ou seja, a autonomia de um ou de outro sujeito social estaria relativa aos poderes assimétricos constituídos sócio-historicamente, incorporados simbolicamente e materializados na forma das posses (Elias, 1994). Assim, por um lado os estancieiros precisavam dos caboclos para alocá-los como mão-de-obra barata, para comprar gêneros de primeira necessidade não produzidos no interior da estância, e para formação de milícias particulares sempre acionadas nos conflitos com países vizinhos e em confrontos com outros Coronéis. Por outro lado em muitas situações os caboclos dependiam de autorizações do estancieiro para iniciar roças em matas localizadas nas propriedades desse último. Essa

¹⁹ Para uma discussão das origens da palavra *caboclo* ao longo da história do Brasil e suas diferentes significações ao longo do processo de ocupação do território, *vide* o Capítulo III da dissertação de mestrado de Silva (2003).

sujeição teria se acentuado com o cercamento dos campos a partir da década de 1860 e com a conseqüente redução da necessidade de mão-de-obra nas estâncias (relacionada com a recolha do gado). Esses trabalhadores passam a se fixar nas terras dos estancieiros, trabalhando na marcação do gado e lides no campo, em troca do direito de morar em terra alheia, ali fazer pequenos cultivos e possuir poucas cabeças de gado. Da mesma forma, a única maneira de comercialização de excedentes agrícolas para obtenção daquilo que os caboclos não produziam era com o estancieiro. Nesse contexto, o comércio de produtos agrícolas estava restrito à estância (Zarth, 1997).

Assim, a agricultura não tinha condições de se desenvolver além do próprio autoconsumo e de pequenas comercializações devido ao isolamento geográfico, à inexistência de infra-estrutura de transportes para os produtos (lembrar que as colônias no Planalto só se desenvolveram devido à construção da estrada de ferro) e pela baixíssima densidade demográfica (Silva, 2003). Nesse contexto, é extremamente compreensível que os sistemas agrícolas desenvolvidos nas áreas de mata fossem aqueles de pousio longo, devido sua abundância relativa e aos campos estarem ocupados com gado. Uma outra forma de inserção econômica era na extração da Erva-mate nas florestas do Planalto gaúcho, que também poderia oportunizar a aquisição daquilo que não se produzisse nas roças. Essa atividade econômica era comercializada com os países platinos e teve grande importância na renda dos municípios da região por volta de 1850; chegou a representar 58% das receitas no município de Cruz Alta. No entanto, geralmente os extrativistas caboclos entravam na mata já endividados com os comerciantes, que poderiam ser ao mesmo tempo estancieiros, devido ao estilo de contrato realizado entre ambos (Zarth, 1997: 53-69, 117).

Os caboclos ainda estavam sujeitos à expulsão constante de suas roças, tanto por estancieiros quanto pelo processo de colonização que se desenvolvia ocupando as regiões de mata. No primeiro caso, era constantemente instado a se deslocar na medida em que as terras que estava ocupando passassem a ter algum interesse econômico ao estancieiro, devido à abertura da mata. No segundo, a Lei de Terras de 1850 agravaria a situação do caboclo como agricultor expropriado e itinerante. A valorização das terras de mata com a imigração de colonos europeus não-ibéricos constituiu uma fonte de lucros para empresas de loteamento, assim como para os estancieiros que vendiam diretamente aquelas áreas para os colonos, para essas empresas ou para o estado. Neste contexto, essa população foi considerada *intrusa* (Kliemann, 1986: 147), trabalhando, muitas vezes, na construção das estradas de ferro e/ou na derrubada da mata para os próprios colonos melhor aquinhoados, ou migrando para novas regiões ainda não ocupadas do Alto Uruguai.

Para Gaiger (1994b), Silva (2003: 151-156) e Gerhardt (2006) a relação do caboclo com a *natureza* e a *sociedade* dá-se a partir desse conjunto de circunstâncias políticas, econômicas, sociais, ideológicas e históricas, gerando um modo de vida característico, marcado pela relação *imediate* com a terra e de *mobilidade* territorial. Produzia para a subsistência e, no máximo, para conseguir aquilo que não pudesse desenvolver em suas roças itinerantes, situação que não pode ser confundida como indolência, mas fortemente determinada pela forma como se processou a ocupação do território e por uma rígida estrutura social. Contudo, foi apreendida pelos demais agentes sociais no Rio Grande do Sul como uma população culturalmente inferior e passou a assumir uma significação depreciativa. Neste contexto, não foi difícil para os estancieiros e empresas de colonização desalojá-los das roças que ocupavam, mesmo com sucessivos casos de resistência e enfrentamentos, até porque os primeiros contavam com todo o aparato repressivo, institucional e ideológico do Estado. Não raramente os próprios estancieiros ocupavam cadeiras nas câmaras de vereadores dos municípios da região (Zarth, 1997).

Com essa assimetria gigantesca de poderes entre caboclos e estancieiros foi fácil também realizar a abolição da escravatura e o 'aprisionamento' das terras de mata. A

substituição dos escravos nas estâncias, que em sua maioria migraram para as cidades, por caboclos, que, aliás, já desenvolviam trabalhos conjuntamente no interior daquelas, foi sem grandes traumas (Zarth, 1997: 115). Neste contexto, tornou-se um bom negócio para os estancieiros a venda de terras de mata para os colonos. Para dar uma dimensão da importância que a especulação de terras tomou no Rio Grande do Sul durante o processo (i)migratório, Frantz e Silva Neto (2003: 62) vão citar que entre 1824 a 1918, teriam ocorrido apenas 51 colônias públicas realizadas pelo estado e 213 colônias de origem privada. Portanto, se o processo da colonização foi desencadeado por interesses do Estado (Imperial e posteriormente pelo Governo da Província) que visava diversificar a economia dentro de um projeto *positivista*, num segundo momento ele representou um grande negócio para estancieiros e empresas de colonização. Dessa forma, se esse contexto colocava os caboclos à margem do acesso a terra e também à realização econômica significativa de seus produtos no mercado, os colonos já entravam com a obrigação de produzir excedentes comercializáveis para pagar os compromissos assumidos com a compra de seu lote.

Portanto, se o que caracterizava os caboclos era sua relação *imediate* com a terra e sua freqüente *mobilidade* territorial, empreendendo um modo de vida naquele contexto, é possível supor que se o mesmo sáisse de sua condição de expropriado (analisando numa dimensão sócio-histórica) estariam dadas às condições para perder exatamente aqueles elementos que os caracterizavam, ou seja, a *mobilidade* e a relação *imediate* com a terra. Consequentemente é o fato de estar sem condições materiais ou simbólicas para se inserir economicamente enquanto proprietário de terra que produz o caboclo, resultando num modo de vida e em um tipo cultural específico. Nessa direção, apontam tanto as análises de Gaiger (1994b), Silva (2003) e Gerhardt (2006).

Contudo, de acordo com o segundo autor, no decorrer do processo de imigração teria havido a concessão de lotes para caboclos quando os países de origem dos imigrantes impossibilitavam a vinda de tais colonos. Isso teria ocorrido a partir de 1880, mas com maior intensidade após 1915, já no final da imigração - o que reforça o caráter mercantil que a imigração teve para aqueles agentes que vendiam as terras no estado. No entanto, esse autor também argumenta que as condições disponibilizadas pelo estado para a instalação e desenvolvimento da agricultura não eram as mesmas para caboclos e colonos. Os primeiros recebiam apenas a terra, que deveria ser paga. Os colonos recebiam um acompanhamento do estado com créditos financeiros para iniciar as plantações e derrubada da mata, assim como alguma ação emergencial em momentos de dificuldade; o que não quer dizer que fosse suficiente diante dos problemas enfrentados.²⁰ Portanto, nesses casos também era assimétrico o tratamento recebido entre colonos e caboclos. Dessa forma, quando analisado o processo de imigração pode-se perceber que Estado agiu num sentido de eleger claramente quem seria os agricultores responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura na província, discriminando durante todo o processo sócio-histórico os chamados agricultores caboclos. Isso definiu tendencialmente um lugar social para essa população como marginal na sociedade e na economia, relacionado com a posse de pequenas parcelas de terra - geralmente acidentadas - na região do Alto Uruguai, uma inserção como assalariada para alguns colonos, estâncias e granjas produtoras de trigo e soja, ou nas periferias das grandes cidades.

Aliás, tanto Gaiger (1994b) quanto Silva (2003) argumentam que este processo sócio-histórico tendeu a aproximar as populações pobres de colonos e caboclos. Nesse sentido, teria havido tanto a assimilação de um modo de trabalho teuto-italo-brasileiro por aqueles caboclos que receberam lotes de terra nas colônias mistas do Planalto, como Santa Rosa, assim como um processo de perda dos valores considerados característicos dos colonos e a assimilação do modo de vida e trabalho dos caboclos, principalmente, entre aqueles colonos mais pobres.

²⁰ Vale a pena citar, sem pretensões de aprofundar a análise, que os colonos possuíam todo um aporte realizado pela Igreja, gerando coesão social, além da própria ideologia da etnicidade. *Vide* Cortese (2002).

Nessa direção, não somente ocorreram caldeamentos culturais, mas tendeu a se desenvolver ao longo dos anos uma aproximação entre essas populações resultando em miscigenação, que pode ter cindido ou fundido muitas daquelas referências das matrizes culturais, produzindo novas formas de conduta, parâmetros de identidade, e recomposições de costumes habituais. Se for aceito que dessa população de agricultores pobres teve origem os agricultores sem-terra da atualidade, seria correto supor encontrar dentro dos assentamentos rurais agricultores-assentados com origem étnica diversa e mista. No Assentamento Ceres isso pode ser perfeitamente observado, pois em torno de 41% dos agricultores-assentados declararam possuir origem étnica cabocla, 24% declararam possuir origem étnica teuto ou ítalo-brasileira e aproximadamente 35% deles declararam possuir origem étnica mista entre caboclos e euro-descendentes não-ibéricos.²¹

Voltando a analisar a relação estabelecida entre caboclos, colonos e estancieiros, as fontes de auto-abastecimento de produtos agrícolas das estâncias tendem a mudar a partir do final do século XIX (Zarth, 1997: 114). Até então, eram os escravos e caboclos agregados que realizavam tais produções, que por migrarem com o fim da escravidão e/ou não serem mais importantes ao Senhor, a estância passa a comprar os produtos básicos das colônias para a alimentação interna, ou como produtos intermediários aos investimentos principais dos estancieiros. Essa é a situação particular que se desenvolveu entre o estancieiro Coronel Marcial Gonçalves Terra com a colônia da Vila Jóia, principalmente entre 1942 e o final da década de 1950, devido à instalação da chamada Granja Ceres (Rückert, 1985a).

De acordo com Rückert (1985b: 41-46) o referido Coronel teria possuído grande influência na economia e política regional, assim como nacional, sendo que a constituição da Granja insere-se nesse cenário. No contexto da atividade charqueadora do Planalto gaúcho e com a construção da 'charqueada Tupaciretã' em 1907, no povoado de Tupaciretã, não era mais necessário encaminhar o gado até as charqueadas localizadas no litoral, em especial nos municípios de Rio Grande e Pelotas. Além disso, a conjuntura de aumento da demanda pelo charque devido à primeira Guerra Mundial teria gerado grandes fortunas. Segundo aquele autor, esse Coronel, além de estancieiro, era comprador e faturador de tropas de gado em praticamente todos os campos do Rio Grande do Sul. A partir de um livro biográfico e de memórias do antigo Coronel, publicado em 1961, o autor vai citar relatos do mesmo em que este afirma ter possuído mais de 104 mil fardos de charque, um estoque de mais de 80 mil cabeças de gado, ocupando uma área de mais de 46 léguas de campo em 8 municípios do estado: Tupaciretã, Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Itaqui, Cachoeira e São Borja. Em 1921, torna-se vereador em Júlio de Castilhos, destacando-se na emancipação do povoado de Tupaciretã, que ocorre em 1928. Torna-se deputado estadual, e deputado federal em 1961. Por outro lado, também seria grande seu populismo e paternalismo com as localidades próximas de suas propriedades. Rückert (1985a: 71) vai citar uma longa lista chamada de "colaborações sociais" que o referido Coronel teria realizado: hospitais, escolas, igrejas, clubes, campos de viação, etc. Atualmente a tamanha influência que tal Coronel exercia pode ser percebida facilmente por um observador mais atento, tanto em Jóia, quando em Tupaciretã: no primeiro município o nome da praça municipal recebeu seu nome e o hospital ganhou uma fotografia em uma das paredes internas; no segundo, o nome do parque de exposições municipal também recebeu seu nome e o hospital da cidade leva o nome de sua primeira esposa.

A implantação da Granja Ceres tem relação com esse poder de estancieiro, proprietário de vastas extensões de terra, e sua influência na política do estado e do país. Dessa forma, na conjuntura da década de 1930, desenvolvia-se uma antiga reivindicação dos estancieiros gaúchos: a construção do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul. O seu primeiro presidente

²¹ Informações obtidas da análise do questionário aplicado pela assessoria técnica e chamado de 'perfil de entrada'.

teria sido o tal Coronel Marcial Gonçalves Terra (Rückert, 1985a: 34). Esse Instituto foi criado durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas ainda naquela década, a pesar dos constantes atritos com a oligarquia gaúcha devido aos projetos de industrialização do país, que exigia baixos preços de produtos básicos, o que significava ir à contramão dos interesses das oligarquias sulinas (Pesavento, 1994: 107). Contudo, atendida a antiga reivindicação, é construído em 1942 o Frigorífico Riograndense, no município de Tupaciretã, como forma de promover a pecuária e diminuir as disparidades enfrentadas pelos estancieiros gaúchos com a concorrência dos países platinos.

Dessa forma, sugere-se que a implantação do referido frigorífico tenha motivado o tal Coronel a expandir seus investimentos, construindo a Granja para desenvolver uma atividade comercial criatória ainda desconhecida no país: o suíno ‘tipo carne’ - uma vez que utilizava-se daquele Frigorífico para realizar os abates. É certo que o suíno ‘tipo banha’ era largamente criado em praticamente todas as colônias do estado, assim como em Jóia, mas não o suíno ‘tipo carne’. A Granja será constituída por aproximadamente 3 mil hectares de um total de 16 mil, referente à área total de sua estância nessa região, de nome Tarumã. Um outro apontamento ainda deve ser realizado com relação ao próprio nome dado à propriedade, que teria tido mais de 4.300 suínos (Rückert, 1985b: 45). Ou seja, *granja* é o nome que se popularizou após 1950 com a chamada modernização da agricultura e que denota um imóvel moderno, que utiliza-se de técnicas da agronomia moderna para aumentar os lucros. Assim, o nome dado à propriedade poderia ser uma das características diferenciais do tal Coronel para com os demais estancieiros, que costumavam desenvolver apenas o gado bovino ou *muar* e tinham verdadeira repulsão à atividade agrícola (Costa, 1988: 60). De toda forma, na Granja Ceres será construída uma grande infra-estrutura, com as quais, depois, no final da década de 1950, a Fundação Ruben Berta assumirá para desenvolver suas atividades produtivas.

Assim, para o empreendimento suinocultor, o tal Coronel teria importado raças dos Estados Unidos e da Inglaterra, respectivamente: Hampshire, Duroc-Jersey, Berkshire, Polandshire, Large Black e Wessex, Saddle Black, Large Wind. Sua criação teria servido para a disseminação daquelas raças suínas para todas as localidades do estado e do país: estações de pesquisa, secretarias de agricultura, entre outras. Rückert (1985b: 45) cita inclusive que o Coronel teria enviado casais de reprodutores até mesmo para a Ilha de Marajó, de onde teria trazido búfalos para ajudar no trabalho de carregamento de madeira na Granja Ceres.²² A Granja seria, portanto, referência genética nesse tipo de produção suinícola.

Já, os colonos da Vila Jóia que ali se instalam inicialmente em 1917, recebendo outros colonos a partir de 1920, vindos tanto das Colônias Velhas quanto das Colônias Novas, como Ijuí, o fizeram a partir da compra de lotes de terra de floresta de estancieiros da região. Desenvolvendo uma economia policultora e vendendo sua produção com comerciantes e com os estancieiros, terão um incremento na demanda por produtos chamados de coloniais a partir de 1942, com a instalação da Granja Ceres pelo Coronel Marcial Gonçalves Terra.

Dessa forma, seria através da criação de suínos que se estabeleceriam os pontos de contato entre o estancieiro, os colonos e os caboclos. Os caboclos serviam como mão-de-obra interna, no trato, cuidado e manejo dos animais e atividades relacionadas (conforme entrevista concedida ao pesquisador pelo Sr. Júlio, atualmente agricultor-assentado no Assentamento Ceres, seu pai teria trabalhado anteriormente a década de 1950 no trato dos suínos na referida Granja). Os colonos e comerciantes locais vendiam grandes quantidade de milho, batata-doce e mandioca para a Granja – consumia-se mais de 3 mil Kg de mandioca diariamente na alimentação dos suínos, o que representava um bom mercado demandante para um povoado de colonos que estava em plena expansão (Rückert, 1985b: 46).

²² Com relação à Ilha de Marajó, segundo Rückert (1985b: 65 [nota]), foi o Coronel Marcial Gonçalves Terra, juntamente com outros sócios, que, trazendo da Índia, introduziram o búfalo na referida Ilha.

Assim, mesmo no contexto da decadência da agricultura das colônias, devido ao empobrecimento do solo relacionado com o sistema agrícola desenvolvido, Jóia possuía um mercado comprador para seus produtos e uma relativa facilidade de fazer o manejo das terras, como forma de recuperar os nutrientes do solo, uma vez que a mandioca não exige correção do pH. Por outro lado a proximidade dos frigoríficos em Tupaciretã e, posteriormente, em Ijuí, constituiu certo estímulo à atividade suinícola dos colonos. Dessa forma, a suinocultura juntamente com outros produtos comercializados, compunha as principais atividades produtivas desenvolvidas pelos colonos (Rückert, 1985a).

Contudo, a conjuntura que se desenhou a partir da década de 1950 alteraria tal situação. Os arrendamentos das terras do Coronel foram progressivos e uma nova categoria social estava se formando: os chamados granjeiros. Há o incremento da produção tritícola, seguida pela sojícula, alterando não só os sistemas agrícolas com o uso intensivo de máquinas e adubos, mas o próprio sistema de cultivos passaria de policultivo para monocultivo. Por outro lado, houve o aumento das escalas de produção que permitem os proprietários agir competitivamente na agricultura, produzindo uma massa de colonos empobrecidos que engrossariam as fileiras sem-terra ou migrariam para o Centro-Oeste do país.

Essas questões, entre outras, serão tratadas na próxima seção.

2. AS ESTÂNCIAS E COLÔNIAS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PLANALTO RIOGRANDENSE

Para realizar a análise das modificações estruturais que ocorreram com maior profundidade a partir da década de 1950, tanto com relação às estâncias e às colônias, é necessário entender a conjuntura política e econômica das duas décadas precedentes. Esse período gestará as condições para que se desenvolva no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Planalto, uma nova categoria social que investiria no arrendamento capitalista das terras de pecuária para produção tritícola, posteriormente tornando-se proprietária fundiária. Esse processo desencadeará a formação das Cooperativas Tritículas, que passam a estimular a chamada modernização da agricultura na região. Por outro lado, o fechamento da fronteira agrícola no estado, o uso intensivo de máquinas e técnicas de cultivo substituidoras de mão-de-obra e o aumento das escalas de produção para a manutenção da competitividade no mercado, determinariam a formação de uma grande quantidade de agricultores sem-terra. Dessa forma, a dinâmica de ocupação da terra desenvolvida até então e o processo de modernização desencadeado pós 1930, constituiriam os principais fatores estruturais das mudanças sociais, econômicas e simbólicas posteriores.

Neste sentido, para Pesavento (1994: 103-110) a década de 1930 marcaria a falência do modelo agro-exportador enquanto forma principal de acumulação do capital e a afirmação progressiva nacionalmente de um padrão de acumulação baseado na indústria, norteando a partir de então o desenvolvimento capitalista do país. Assim, ao mesmo tempo em que buscava atender os interesses das oligarquias regionais em troca do apoio, o Governo Vargas procurava tomar medidas para a dinamização da economia brasileira. Dessa forma, no contexto da política de industrialização buscava-se baratear o custo de reprodução da força de trabalho assalariada através da oferta de alimentos a preços mais acessíveis. Neste contexto, a conjuntura de interrupção da exportação de trigo da Argentina para o Brasil a partir de 1928, exigia ações que desencadeassem a produção de gêneros alimentícios básicos em território nacional. De acordo com Rückert (2003: 46) isso teria beneficiado inicialmente os agricultores das colônias do Planalto gaúcho, devido ao Governo brasileiro obrigar a adição de 30% de fécula de mandioca na farinha de trigo para o fabrico do pão, dada à crise de

abastecimento. Contudo, de forma geral, a região colonial apresentava problemas para a expansão da agricultura devido aos solos desgastados; apresentando diminuição da produção de batata, trigo, feijão, milho, com exceção do arroz e mandioca. Por outro lado, beneficiaria os comerciantes e industrialistas no processamento da mandioca, ganhando um caráter industrial e perdendo os traços artesanais e familiares, passando assalariar mão-de-obra. Este cenário também estimulou esses últimos a empreender os primeiros arrendamentos com o objetivo de produção tritícola nos campos do Planalto.

A partir de então, vários mecanismos de incentivo à produção tritícola foram tomadas pelo governo, entre os principais: melhoramento fitossanitário do trigo; criação em 1936 de linhas de crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas; proteção ao trigo nacional da concorrência externa; criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil e política de preços mínimos. Contudo, é a partir de 1944, com a criação do Serviço de Expansão da Triticultura (SET) para executar a política oficial de ampliação do cultivo do trigo nacional e desenvolver infra-estrutura para armazenamento, associado à elevação do preço internacional do trigo, que esse conjunto de políticas surtirá efeito. Dessa forma, estavam criadas as condições para o desenvolvimento da lavoura tritícola (Heidrich, 2000: 92; Rückert, 2003: 34).

Entretanto, não foram os agricultores colonos os principais agentes e indutores de tal produção, por mais que dela também tenham participado, mas os empresários urbanos e profissionais autônomos das zonas agrícolas do Planalto que se voltam para o arrendamento dos campos usados pela pecuária extensiva. Essa última atividade produtiva passava por uma crise econômica desde o início da década de 1920, posteriormente a fase eufórica da Primeira Guerra Mundial devido aos altos preços do charque. Porém, a concorrência de outras regiões e estados do país como o Centro-Oeste, Minas Gerais e São Paulo, assim como a dos países platinos, empurravam os preços do charque para baixo. Nesse contexto, uma das alternativas dos estancieiros era o arrendamento das terras para a plantação de trigo ou arroz. Aliás, essa sempre foi uma alternativa usada por esses proprietários em momentos de crise da pecuária, sendo que os primeiros arrendamentos capitalistas de terra no Rio Grande do Sul ocorrem a partir de 1910, com o arroz na região da depressão central e, posteriormente, na chamada campanha gaúcha. Assim, em uma conjuntura de crise da pecuária, os principais beneficiários das políticas governamentais para a expansão da triticultura nacional são aqueles sujeitos que haviam acumulado capitais fora da agricultura, no comércio e na indústria, ou profissionais autônomos que tinham trânsito com a burocracia bancária. Eram, em sua grande maioria, descendentes de colonos e que ainda mantinham alguma relação com as origens agrícolas: profissionais autônomos; colonos que, explorando a produção agrícola de outros colonos através de mecanismos de preços, acumularam capital com o comércio; ou industrialistas ligados a moinhos de moagem de trigo e arroz, atafonas de mandioca ou serrarias.²³ Os agricultores colonos participarão efetivamente do aumento da produção de trigo a partir da década de 1960, através do trabalho familiar e com a adoção de máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, etc., já, em sua grande maioria, associados ao sistema cooperativo tritícola (Heidrich, 2000: 95; Rückert, 2003: 52).

²³ Segundo Rückert (2003: 44) a densa presença do pinheiro Araucária nas matas do planalto gaúcho teria constituído a ponta mais dinâmica da economia de algumas colônias, devido sua industrialização e comercialização. De acordo com o autor, no município de Carazinho em 1930 existiam 150 serrarias; no município de Sarandi, em 1934, eram 129. Entre os comerciantes-industriais da madeira o autor vai citar a família de colonos Anonni, que adquire grandes extensões de terra de campo e os Macali, que irão adquirir parte da chamada Fazenda Sarandi. O trabalho utilizado nas serrarias era majoritariamente caboclo, pois a abertura de roças nas matas tornava-se praticamente impossível, dada a atividade econômica da madeira. Posteriormente, esses locais serão palco das primeiras lutas de colonos e caboclos empobrecidos em busca de terra, resultando na formação do Movimento Sem Terra (MST).

Contudo, a segunda metade da década de 1950 é marcada por crise e diminuição da produção tritícola e a constituição de órgãos de representação entre os novos capitalistas da agricultura como forma de pressão e reivindicação sobre as esferas governamentais. A produção tritícola diminui por dois motivos principais: por um lado, devido à importação de trigo dos Estados Unidos a partir do chamado Programa de Alimentos para a Paz, que visava colocar no mercado internacional a baixos preços o grande excedente da produção tritícola norte-americana, competindo com a produção nacional;²⁴ por outro, devido ao sistema de cultivo realizado nos campos gaúchos baseado na monocultura, que ocasionava aumento da incidência de doenças, e pouca ou nenhuma utilização de calagem devido aos contratos de arrendamento serem de curto prazo. Nesse contexto, criam-se inicialmente as associações municipais de triticultores e que, posteriormente, seriam agrupadas na Federação das Associações do Trigo (FEATRIGO), em 1957.²⁵ Nesse mesmo ano organiza-se a chamada Frente Nacionalista de Defesa do Trigo pressionando o Governo Federal para proteção do trigo nacional. O Governo atende parte dos interesses do movimento e cria já em 1957 o Plano de Expansão Econômica da Triticultura. A partir daí os empresários da agricultura transformam as associações municipais em Cooperativas Tritículas de produção e comercialização e passam a assumir a infra-estrutura de armazenamento, incorporando-a juntamente com o capital imobilizado das nascentes cooperativas. Dessa forma, naquele mesmo ano sessenta granjeiros de trigo do município de Ijuí, fundam a Cooperativa Tritícola Serrana Ltda, atual COTRIJUÍ (Rückert, 1985a: 46; 2003: 34-36; Heidrich, 2000: 94).

Outra importante medida tomada pelo Governo Federal no contexto das ações para fortalecimento da triticultura nacional pós 1957, foi a exigência, para concessão de créditos e subsídios através do Banco do Brasil, que se associasse ao trigo a cultura da soja, por ser uma cultura de verão e que aproveitava os mesmos recursos técnicos do cultivo do trigo, semeado nos meses de inverno. Essa leguminosa permitia a diminuição das doenças do trigo devido à rotação de culturas. Entretanto, a partir dos anos de 1960 em função da ampliação do crédito e do aumento dos preços internacionais desse último produto, inicia-se seu ciclo expansivo. Os granjeiros passam assim a substituir o trigo como cultura principal pela soja, constituindo-se como cultivo dominante nas lavouras do Planalto gaúcho até os dias atuais (Heidrich, 2000: 95; Rückert, 2003: 37).

As décadas de 1960 e 1970 marcam o fortalecimento do sistema cooperativista e a internacionalização da agricultura brasileira. Com a soja tornando-se um importante produto no mercado internacional, o Governo brasileiro passou a estimular a industrialização do grão e a exportação. Uma série de instrumentos, como isenções fiscais e crédito subsidiado, foram destinados tanto para empresas nacionais quanto estrangeiras. Essas medidas foram potencializadas pelo sistema cooperativista do Rio Grande do Sul que passaria atuar tanto na produção, industrialização, comercialização e expansão da infra-estrutura de armazenagem. Por outro lado o Governo concedeu créditos baratos e subsidiados para os agricultores através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criaram-se estações de pesquisa e de serviços de extensão rural, impulsionando sobremaneira a agricultura de exportação no Sul do país. Em tal período acelerou-se o processo de concentração do capital, a dependência estrutural através da inserção da economia brasileira no âmbito internacional, internalizou-se as indústrias à montante e à jusante na agricultura e houve o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público (Delgado, 1985; 2005; Heidrich, 2000: 95; Rückert, 2003: 36).

²⁴ Sobre a política dos Estados Unidos na agricultura do pós Segunda Guerra e sua influência sobre a agricultura internacional, *vide* o texto já clássico de Friedmann (1982).

²⁵ Em 1958, a FEATRIGO será transformada em Federação das Cooperativas de Trigo - FECOTRIGO (Heidrich, 2000: 94).

Estas mudanças estruturais e transformações na agropecuária também se fizeram sentir na faixa de transição estância-colônia da Vila Jóia e adjacências. Segundo Rückert (1985a: 47) os pecuaristas e caudilhos políticos tradicionais dessa região também começam a dar mostras de crise geral na pecuária a partir do final da década de 1950, com fazendas sendo progressivamente vendidas e arrendadas. É nesse contexto que se supõe que os negócios do Coronel Marcial Gonçalves Terra estivessem inseridos. Essa hipótese é reforçada a partir das informações obtidas no Cartório de Registro de Imóveis do município de Tupaciretã.²⁶ Na análise dessas informações foi possível encontrar registros de processos de arrendamentos e vendas por aquele estancieiro, todas realizadas na década de 1960 e 1970. Como exemplo, cita-se aqui três agricultores que arrendaram terras de campo e posteriormente também compraram áreas do tal Coronel: em 1968, Theobaldo Remos irá arrendar 100 ha e em 1973 comprará uma área de mesmo tamanho; em 1969, o Coronel arrendou também 100 ha para Eduardo Liebelt, que adquire uma área de 110 ha em 1971; em 1970 arrendou mais 100 ha para Orestes Souza dos Santos, que irá adquirir uma área de mesmo tamanho em 1976. Todos esses arrendamentos seguem um padrão de quantidade de área arrendada que é característica daqueles comerciantes, industriais ou autônomos que lançam-se à atividade tríticula entre as décadas de 1950 e 1970, estudados em exaustão por Rückert (2003) em outras localidades do Planalto gaúcho, como Sarandi, Carazinho e Passo Fundo, e que posteriormente tornam-se proprietários fundiários conformando o que esse autor chamou de *Metamorfozes do Território*. Obviamente que essa ‘metamorfose’ não galgou a mudança na desconcentração da propriedade fundiária, até porque, entre os pequenos proprietários de terra ela agiu concentrando.

Com relação à Granja Ceres, segundo Rückert (1985a: 47), inicialmente o Coronel teria constituído uma parceria com a Fundação Ruben Berta entre 1958 e 1959, para a produção de sementes de pastagens e cereais (é provável que essa parceria que Rückert relata seja também algum tipo de arrendamento de áreas de campo), vendendo logo em seguida a Granja para a tal Fundação. Dessa forma, os campos próximos das áreas de mata no município de Jóia, passam a compor progressivamente o quadro de mudanças gerais do Planalto e, em uma outra dimensão, às próprias transformações que se desenvolvem na agricultura brasileira. Assim, é possível supor que o investimento que a Fundação Ruben Berta realiza na aquisição dessa área, resultado de um acúmulo de capital em atividades urbanas relacionadas com a aviação, insira-se no contexto em que a partir de mecanismos criados pelo poder público para o desenvolvimento da triticultura brasileira, outros setores da economia nacional vislumbram a possibilidade de auferir lucros com a atividade agrícola. Nessa direção, também é possível especular que a moderna Granja especializada na atividade leiteira que ali foi desenvolvida, serviu-se dos não poucos créditos fáceis e subsidiados das décadas de 1960 e 1970, quando os governos militares operam a chamada “modernização dolorosa e conservadora”.²⁷

Como decorrência do processo de modernização da agricultura, segundo Rückert (1985a: 48), a partir de 1965 os colonos minifundiários da região de Ijuí e Jóia foram incentivados progressivamente a associarem-se nas Cooperativas Tritículas. O principal agente promotor desse processo teria sido o Movimento Comunitário de Base de Ijuí, ligado à Igreja Católica, que vislumbrava nessa associação uma alternativa aos problemas de pequenos rendimentos econômicos e agrários que já se diagnosticavam nas áreas coloniais.²⁸ Para

²⁶ Entre os Livros de Registros pesquisados, as informações citadas nesta dissertação dizem respeito aos: Livro 3S, folha 188 e Livro 3C, folha 253.

²⁷ A esse respeito consultar, especialmente, Palmeira e Leite (1998: 115-129).

²⁸ Já na década de 1950 a situação de fracionamento das pequenas propriedades rurais e o número de empregados agrícolas e parceiros no estado são considerados por Rückert (2003: 138) como dramáticos, pré-anunciando a “produção da miséria” nas décadas seguintes e as ocupações de terra. Segundo o autor, nesta década quase 1,8

aquele autor, o Movimento Comunitário de Ijuí teria sido o grande catalisador do atrelamento dos colonos às Cooperativas Triticulas e, conseqüentemente, aos créditos bancários e pacotes tecnológicos daí decorrente. Dessa forma, os colonos teriam abandonado uma agricultura de policultivos já em crise, baseada na suinocultura ‘tipo banha’, milho, mandioca, batata, feijão, etc., aderindo à monocultura do trigo e posteriormente a de soja. Nesse sentido, se até então os colonos de Jóia mantinham uma relação de comercialização privilegiada com as estâncias localizadas nas redondezas, agora passam a se movimentar em direção a Ijuí, integrando-se via cooperativismo aos novos empresários.

Dessa forma, além da tendência de alta constante dos preços da saca da soja no mercado internacional, em 1973 ocorre uma super-safra dos agricultores no Planalto gaúcho. De acordo com os estudos de Rückert (1985a: 52-53) essa combinação teria recebido o nome pelo *Los Angeles Times* como a “febre de ouro” dos agricultores do Rio Grande do Sul, pois os efeitos daquela combinação teria provocado, além da substituição dos policultivos pelo monocultivo, o aumento dos desmatamentos das florestas para a semeadura daquela oleaginosa, o que indicava o estímulo em alcançar melhores condições de vida pela possibilidade aberta com a valorização da atividade sojícola. Assim, o chamado *Boom* da soja nessa região marca a consolidação e a integração dos últimos rincões agrícolas do estado à economia mundial comandada pelos oligopólios internacionais do setor.

Todavia que com a expansão e consolidação dessa atividade a partir da metade da década de 1960, o cooperativismo empresarial também se fortalece. Um dos exemplos é a COTRIJUÍ. Essa Cooperativa passa a investir em vários setores industriais, infra-estrutura de armazenamento e exportação, fábricas de óleo de soja, carnes e leite. Em 1976 passa a investir na atividade leiteira, juntamente com outras cooperativas do estado, fundando a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), instalando uma planta industrial no município de Ijuí. Expande-se para regiões como Mato Grosso e Campanha Sul riograndense. No primeiro, constrói infra-estrutura de produção para a comercialização da soja, acompanhando o investimento fundiário de seus sócios – descendentes de colonos que migravam em busca de terras. No segundo, incorpora a cooperativa de carnes de Dom Pedrito, expandindo-se para os campos de pecuária tradicional, além de estimular nessa região o cultivo de trigo e soja. Da mesma forma, no contexto de valorização dessa última *commoditie*, um outro exemplo de cooperativismo que se desenvolveu na região é aquele relacionado aos pecuaristas que vislumbram oportunidades de lucros com a agricultura. Esse é o caso da Cooperativa Tupaciretã Ltda (AGROPAN), localizada no município de Tupaciretã, um dos mais típicos do Planalto em termos de pecuária extensiva.²⁹ Assim, os campos passam a ser ocupados majoritariamente com a soja, aqueles ainda destinados à pecuária extensiva diminuiriam ano a ano (Rückert, 1985a; 1985b).

Desse modo, o município de Jóia como espaço de transição campo-floresta ou estância-colônia, respectivamente, passa a receber duplamente a influência de redes de comercialização/exportação das cooperativas. Estimuladas pela expansão da soja e pela consideração de que Jóia localiza-se no estado entre aqueles municípios que possuem o solo “mais fértil”, segundo declaração de um diretor da COTRIJUÍ ao autor dessa dissertação, constroem infra-estruturas e lojas agropecuárias cada vez mais próximas dos locais de

milhão de pessoas, equivalente a 56% da população rural, poderiam ser consideradas sem-terra (levando em consideração as famílias com propriedades menores que 14 ha), e mais de 360 mil famílias estavam na condição de peões em estâncias, assalariados rurais, parceiros, etc. A modernização da agricultura amplia o fracionamento das pequenas propriedades e expulsa esses agricultores e trabalhadores rurais, mas, contudo, as determinações de tal situação são históricas, na forma de ocupação do território.

²⁹ Apenas como efeito de apontamento sobre a natureza da AGROPAN, registra-se que sua sede inicial foi numa instalação chamada de Charqueada Velha “pertencente ao Coronel Marcial Terra e localizada em ponto estratégico, ao lado da via férrea, para escoamento da produção, recebimento e entrega de insumos” (Agropan, 2001).

produção. Assim, em 1974 a COTRIJUI constrói silos graneleiros para soja/trigo no perímetro urbano do município de Jóia, além da comercialização de insumos agrícolas, logo após o chamado *Boom* da soja em 1973. A AGROPAN também constrói sua unidade de recebimento e comercialização no povoado de São José, distrito daquele município, nos anos seguintes. Com efeito, devido aos seus condicionantes históricos de formação, a COTRIJUI passa a ser a representante na região dos tricultores citadinos e colonos minifundiários associados, e a AGROPAN como representante de tradicionais pecuaristas metamorfoseados em empresários da sojicultura. Essas empresas passam a disputar a produção dos últimos espaços do Planalto e sua incorporação na chamada modernização da agricultura (Rückert, 1985a).

Destarte, ao final da década de 1970 a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul está terminada e tem-se a formação de três principais grupos de agentes sociais beneficiados diretamente com esse processo de transformações: os capitalistas arrendatários que se tornam proprietários fundiários; uma fração de estancieiros que se transformam em empresários da agricultura; e, num processo de diferenciação interna, os colonos “enriquecidos”, que a partir do próprio trabalho familiar conseguem acumular certo capital econômico e terras. O primeiro segmento acumulou previamente em atividades urbanas e com os incentivos governamentais empreendeu de maneira capitalista a tricultura a partir dos anos de 1930-1940; o segundo passa a investir na agricultura e substituir progressivamente a pecuária a partir de 1970; o terceiro inicia suas atividades após 1965, aproveita as excepcionais condições de crédito e possivelmente o fato de possuir, individualmente ou em grupos de famílias associadas, frações de terra maiores do que as unidades familiares já então fragmentadas e/ou o fato de melhor gerenciamento do capital e fatores produtivos, e ‘descola’ economicamente dos demais pequenos proprietários de terra.

Por outro lado há a um crescimento absoluto do número de pequenas propriedades familiares a partir de seu fracionamento, um aumento das relações de parceria e arrendamento para a *limpa* de novas terras de mata que foram incorporadas à agricultura no contexto da expansão da soja, e um aumento do assalariamento temporário e permanente, estimulado, principalmente, por aqueles três grupos sociais descritos anteriormente. Esses últimos espaços de reprodução econômica foram ocupados tendencialmente por aqueles agricultores ou filhos de agricultores empobrecidos e sem condições de despendar recursos financeiros para migrar com certa segurança para outras regiões do país em busca de terras e por aqueles trabalhadores caboclos que já eram empregados em estâncias, granjas ou colonos mais aquinhoados (Rückert, 1985a; 2003).

Contudo, a conjuntura inaugurada nos anos de 1980, e que se estenderá para próxima década, de redução do preço internacional da soja e a diminuição seguida do fim dos créditos subsidiados aprofundariam as diferenças econômicas e simbólicas associadas à configuração social do espaço agrário em todo o Planalto e Alto Uruguai riograndense. A subordinação indireta das formas sociais de agricultura familiar e sua posição de pequenos patrimônios produtivos na ordem capitalista, passa a imprimir uma situação estruturante de vivências em um espaço social *restringido e mutante*, tanto maior quanto menor o tamanho dos patrimônios produtivos e quanto maior o número de integrantes das famílias de agricultores (Moreira, 1999). De forma ainda mais profunda tende ser a determinação estrutural de vivências em que os trabalhadores assalariados sem patrimônios produtivos estão inseridos. Neste contexto, muitos pequenos agricultores perdem suas propriedades e tende a ocorrer uma redução da quantidade absoluta de empregos temporários e permanentes na agricultura. A elevação da escala de produção para geração de taxas mais elevadas de lucro acaba selecionando aqueles agricultores com condições para suportar tal ritmo imposto pelo capital – devido à diminuição

do preço dos produtos e o aumento do custo intermediário.³⁰ O que não significa afirmar que haja uma expropriação automática da terra, mas, no mínimo, condiciona o agricultor e sua família a lançar mão de outras estratégias de reprodução econômica, como aumento da jornada de trabalho da família, emprego temporário em outras atividades produtivas (o que atualmente poderia ser considerado como pluriatividade), etc. Essa situação pode forçar o agricultor a vender a terra em busca de melhores condições de vida, uma vez que considere indignas aquelas condições em que vive, ou pode forçar a redução de carências e desejos, conformando-se com uma condição socioeconômica menor que o almejado. Contudo, muitas vezes, como descrito por Rückert (2003: 127-129), nem essa possibilidade de redução dos padrões de vida é permitida ao pequeno agricultor no caso de endividamento, sendo a única opção a venda da terra para saldar dívidas adquiridas em momentos anteriores, como na compra de máquinas e equipamentos.³¹ Por outro lado, os empregos tendem a diminuir devido a adoção de processos técnicos que dispensam mão-de-obra, muitos parceiros e/ou rendeiros se vêem obrigados a devolver a terra em que trabalhavam por já terem efetuado a *limpeza* da terra, necessária para o cultivo mecanizado.

Assim, essa situação estrutural que tem sua origem na forma como se desenhou a ocupação do território e que se assevera a partir da década de 1960, gerou uma infinidade de trajetórias sociais específicas às circunstâncias espaço-temporais vividas individualmente ou coletivamente. Uma dessas possibilidades é o desencadeamento da *luta* pela terra. Assim foi no pré-64, com os acampamentos realizados pelo MASTER no chamado Passo do Feio, no município de Nonoai, no Alto Uruguai; assim como na expulsão dos colonos da reserva indígena em 1978 e a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante, ou na Fazenda Anonni em 1985 e, além de tantas outras *lutas* e assentamentos conquistados durante as décadas seguintes, por ser nosso objeto de estudo, assim foi com os agricultores sem-terra acampados que se dirigiram para o Assentamento Ceres, em final de 1996. Situação que, determinada sócio-historicamente, sempre foi motivo de preocupações por aqueles setores sociais estabelecidos e mantenedores da ordem, do *status quo*.

Nesse sentido, tanto os governos militares reagiram através da repressão ou transporte de agricultores para outras regiões do Brasil, como Amazônia, frustrando ainda mais aqueles que aceitaram tal aventura, devido às precárias condições de sobrevivência oferecidas nesses locais;³² governos posteriores através de vários mecanismos, indo da repressão ao corte de programas de desenvolvimento de áreas assentadas, com destaque para os Governos FHC;³³ como também houve uma reação por parte das próprias Cooperativas Tritículas, em suas áreas de influência na década de 1970 e 1980. A COTRIJUÍ é um exemplo: ao mesmo tempo em que incentivava o desenvolvimento da associação trigo/soja entre os médios e grandes proprietários, procurava promover as cooperativas de colonização e o transporte de colonos excedentes nas regiões coloniais de Ijuí e Jóia para regiões de fronteira agrícola no Centro-Oeste do país. Esse é o exemplo descrito por Rückert (1985a: 56), quando em 1976, 460 famílias de colonos foram transportadas e instaladas em Canarana, distrito de Barra do Garças, no estado do Mato Grosso; aí também instalando infra-estruturas para promoção da agricultura de exportação.

No entanto, no mesmo ritmo que houve a chamada modernização da agricultura, a grande parte dos pequenos proprietários, parceiros e rendeiros tiveram suas propriedades

³⁰ Segundo Rückert (2003:127-128) de 1974 a 1985, o custo de produção da soja, por exemplo, eleva-se em torno de 140.000%, enquanto que seu preço aumenta pouco mais de 70.000%.

³¹ Para dar uma dimensão das conseqüências psicológicas e da desestruturação subjetiva dos agricultores que perderam suas propriedades devido ao endividamento, Wagner (1988:52 *apud* Rückert: 2003: 59), analisando uma amostra de 100 internos do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, na década de 1970, mostra que 80% deles provinham da zona rural após perderem suas propriedades.

³² A esse respeito *vide* Tavares dos Santos (1985).

³³ A esse respeito *vide* Medeiros e Leite (2004a).

expropriadas ou foram impossibilitados de reproduzirem-se como haviam feito até então, através da migração para novas áreas de fronteira agrícola. Desse modo, consolidam-se as transformações no espaço agropastoril riograndense onde formou por um lado uma massa de trabalhadores rurais sem-terra e, por outro, uma nova categoria rural de empresários da agricultura. Esses últimos empreenderam uma dinâmica de substituição progressiva da atividade pecuária pela agricultura empresarial que estende-se até os dias atuais, especialmente aquela relacionada com a produção sojícua. Um exemplo disso é o município de Jóia: tomando-se como referência o ano safra 1996/1997, quando houve a instalação das famílias sem-terra no Assentamento Ceres, o município possuía em torno de 47.000 ha plantados com a soja (Gubert e Basso, 2005). Oito anos depois, na safra 2004/2005, segundo registram os autores, foram em torno de 75.000 ha cultivados com a mesma cultura. Por outro lado, a diminuição da área ocupada com bovinocultura extensiva e ovinocultura poderia ser avaliada pela diminuição do número de cabeças desses rebanhos, respectivamente e entre os mesmos períodos, de 53.000 para 40.000 e de 26.000 para 10.000.

Essa tendência impressa pela chamada modernização da agricultura, de ampliação da área plantada com a soja, além de alterar os sistemas agrícolas comerciais de policultivo para monocultivo, também agiu alterando a forma dos pequenos agricultores de se relacionar com a sociedade. Rückert (1985a: 55), analisando os pequenos agricultores colonos do município de Jóia, irá relatar que num ambiente de valorização da cultura da soja, houve uma tendência em acreditar que o preço pago a essa leguminosa continuaria subindo e

(...) que a monocultura seria mais compensadora que a diversificação agrícola [levando] os pequenos agricultores a ocupar o máximo possível de suas propriedades com o cultivo da soja. Em decorrência passaram a adquirir na cidade aquilo que antes produziam. Isto obviamente condicionou a alteração do padrão de vida do pequeno produtor, pois à medida que começou a comprar alimento que antes ele mesmo produzia, parte dos lucros que obtinha com o cultivo da soja teve que ser empregado até na própria alimentação.

Assim, quando os preços da soja diminuíram a partir da década de 1980, segundo aquele autor, o componente alimentar também forçou uma queda no seu padrão de vida: de um lado por condicionar um maior dispêndio de recursos e, por outro, devido a uma tendência em considerar simbolicamente aqueles produtos adquiridos fora da propriedade como “modernos”, em detrimento daqueles que anteriormente ele produzia. Nesse sentido, o processo de modernização não promoveu apenas mudança de sistemas produtivos, surgimento de novas categorias sociais, expulsão de populações do campo, etc. Mas, fundamentalmente, tendeu a alterar simbolicamente o mundo das populações envolvidas, como as dimensões relacionadas com as técnicas agrícolas e com as noções de tempo. As técnicas antes passadas de geração em geração foram apreendidas pela cultura hegemônica como tradicionais e atrasadas, significavam aquilo que deveria ser superado pelas técnicas apreendidas como “modernas” e que foram repassadas por institutos de pesquisa e extensão rural, como condição para aumentar os rendimentos (Moreira, 1997). Com relação às noções de tempo, o que antes poderia representar ser um tempo cíclico, de um passado que se repete, que não se modifica no futuro, pode aparecer, com a idéia hegemônica de progresso da modernidade, como um futuro que pode e tende a ser diferente do passado (Bailey, 1971). Para o autor, essa concepção de tempo hegemônica estaria, portanto, associada ao desenvolvimento do *capital* e à mercantilização de dimensões da vida dos indivíduos – como à compra de bens de consumo e bens produtivos necessários para reprodução social. Nessa direção, poder-se-ia considerar, em tese, que dependendo da forma com que esse processo de modernização foi/vivo pelos indivíduos, os seus aspectos ideológicos e simbólicos podem mais ou menos serem incorporados como *habitus* por aqueles que dele participam.

Nesse sentido, se for usado um modelo para olhar para as principais formas sociais que são subordinadas ao capital e que foram tratadas durante o texto, como os *pequenos*

proprietários e assalariados agrícolas, poder-se-ia considerar que elas tendem a viver as experiências relacionadas com sua posição social de forma *semelhante* e também de forma *diferente*. *Semelhante* porque o *pequeno proprietário* é explorado principalmente de forma indireta (através de preços baixos dos produtos vendidos e pagamento de juros, etc.) e o *assalariado agrícola* de forma direta (pela extração do *mais valor do trabalho* realizado, através do pagamento de salário). As vivências tenderiam a ser *semelhantes* porque ambos tendem a sentir e perceber sua condição subordinada na estrutura social, por mais que isso não lhes apareça de forma consciente e seja expressado de diferentes formas: migrando em busca de terra, procura de outros tipos de emprego nas cidades, vivendo a eminência de ir para o acampamento *lutar* por terra, ocupações, etc. *Diferente*, porque a forma de viver as angústias relativas a sua fragilidade social dá-se a partir de experiências vividas em posições sociais diferentes na estrutura de relações sociais: no primeiro caso, como pequeno agricultor ou filho de pequeno agricultor e, no segundo caso, como assalariado agrícola. Portanto, as (res)significações realizadas das experiências de seu passado, vividas como dimensões culturais no momento presente, tensionadas por situações e circunstâncias vividas também no momento presente, tendem a provocar elaborações de desejos e de projetos de vida para um futuro igualmente de forma diferente. Se isso estiver correto, haveria uma heterogeneidade de projetos e desejos entre os trabalhadores sem-terra quando decidem ir para o acampamento, por mais que aí não sejam expressadas, mas que tendem a emergir com toda a força quando essas famílias recebem seu lote de terra nos assentamentos, constituindo as lógicas e racionalidades produtivas aí desenvolvidas.

3. A VENDA DA GRANJA CERES AO INCRA

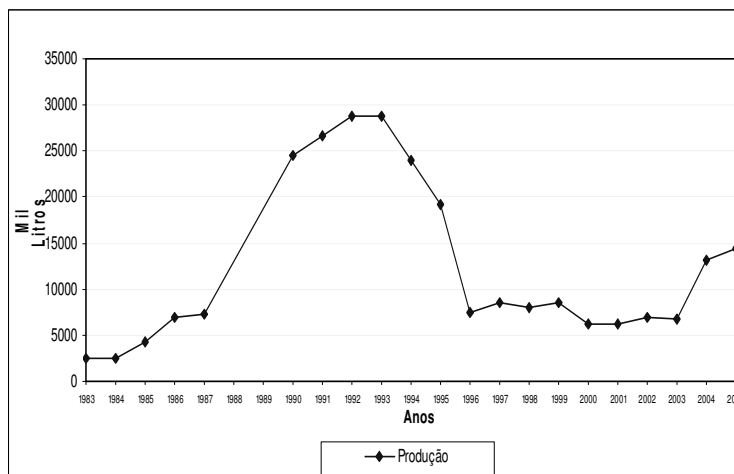
Durante a década de 1980, a Fundação Ruben Berta desenvolveu uma Granja especializada na produção leiteira, considerada pelo INCRA, quando da aquisição da área, como “altamente produtiva” (Incra, 1996: 64). Nas duas décadas anteriores, a chamada modernização da agricultura havia promovido a alteração da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, aumento da produtividade bruta do setor, consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Alterações promovidas a partir de farta concessão de créditos agrícolas a taxas de juros reais negativos, além de outros mecanismos de promoção de certos setores produtivos coordenados pelo Estado, como aqueles relativos às políticas setoriais. Provavelmente, essa conjuntura tenha favorecido a Fundação Ruben Berta no desenvolvimento de tal atividade produtiva na Granja Ceres. Contudo, a partir do final daquela mesma década os créditos agrícolas diminuem progressivamente, principalmente aqueles destinados a investimento, aprofundando-se na década de 1990, juntamente com a reestruturação do Estado brasileiro, liberalização econômica, valorização cambial e retirada do Estado como regulador de alguns setores produtivos, entre eles, da atividade leiteira (Belik e Paulillo, 2001; Leite, 2001, Delgado, 2001; Benetti, 2000; Cordeiro; Schmitt; Armani, 2003: 13). A hipótese, portanto, para os motivos da venda da Granja Ceres é de que ela não foi capaz de competir nesse novo ambiente institucional, ou seja, alcançar taxas médias de remuneração do capital como em outros setores da economia.

A empresa da Fundação Ruben Berta que era responsável e administrava seus investimentos na atividade agrícola e pecuária chamava-se Varig Agropecuária S.A. (VAGRO). Era uma empresa de capital aberto e sua composição acionária, em 1996, era constituída da seguinte forma: 78% das ações estavam sob controle da Fundação Ruben Berta, 21% das ações pertencentes à Viação Aérea Riograndense (VARIG propriamente dita) e o

restante dividido entre pequenos acionistas. Vale destacar que a VAGRO possuía, até 1996, em vários estados do país, 15 imóveis rurais, incluindo a Granja Ceres, num total de 68.733,7 ha. Sua sede localizava-se no estado de Pernambuco, cidade de Recife (Inkra, 1996).³⁴

Na Granja Ceres desenvolverá uma grande infra-estrutura composta por: aeroporto, dois estábulos *fristall*, dois geradores de energia elétrica, duas salas de ordenha, silos ‘tipo trincheira’, silos ‘tipo cobertura’, casas, galpões, alojamentos, refeitório, nove açudes, tanque de combustível, fábrica de ração, piscina, dois tanques de resfriamento de leite, e outras benfeitorias utilizadas para manejo dos animais como cercas, estábulos, etc. Com exceção do aeroporto, as demais benfeitorias foram indenizadas pelo INCRA quando houve sua aquisição. No auge da produção leiteira a referida Granja possuiu, conforme Declaração para Cadastro de Imóvel Rural, realizado em maio de 1992, 462 bovinos leiteiros com idade até dois anos e 459 bovinos leiteiros com idade superior a dois anos. Esses animais foram sendo progressivamente leiloados pela VAGRO a partir de 1993, e, portanto, não foram adquiridos pelo INCRA (Inkra, 1996). Neste mesmo ano a Granja possuía 143 funcionários distribuídos entre os vários setores de atividades, sendo que quatro deles optaram por permanecer e receber lotes, e outros dois optaram por permanecer como funcionários da cooperativa dos assentados, que foi criada após o assentamento das famílias sem-terra. A Granja chegou a produzir mais de 10 mil litros de leite ‘tipo B’ diariamente, influenciando de forma determinante no conjunto da produção total de leite do município de Jóia, como indica o Gráfico-1.

Gráfico – 1. Evolução da produção leiteira no município de Jóia entre os anos de 1983 a 2005.



Fonte: Gubert e Basso (2005) e IBGE - SIDRA

³⁴ Essa empresa será ‘esvaziada’ em 2001, passando seus ativos e passivos para uma outra empresa, recém constituída, chamada de Seletto Alimentos Nordeste, da mesma Fundação Rubem Berta. Essa última empresa teria sido ‘absorvida’ por outra empresa de nome AASTEC, dirigida por um cunhado do então presidente da Fundação. Segundo o jornal O Estado de São Paulo (21/12/2005) “a AASTEC não teria desembolsado um tostão pelo negócio, tampouco pago as dívidas com o INSS, que corrigidas somariam mais de 80 milhões”. Desse modo, é provável que o fim da VAGRO insira-se numa conjuntura, segundo o jornal Valor Econômico (20/12/2005a; 20/12/2005b), “de fraudes, desvios de recursos, nepotismo e disputas de poder [que] aconteceu entre o final dos anos 90 até meados de 2003, quando a Fundação Ruben Berta era presidida por Yutaka Imagawa e que levou aquela Fundação a vender algumas das empresas que controlava (...)”. Para uma discussão da origem política da VARIG em final da década de 1920, como resultado das estratégias geopolíticas internacionais do Estado Alemão e sua influência no empresariado Ítalo-brasileiro no Rio Grande do Sul, e da posterior formação da Fundação Ruben Berta; *vide* Fortes (2004: 137-238).

Nesse gráfico é possível sugerir que a VAGRO investiu decididamente na atividade leiteira a partir de 1987, tendo seu pico de produção entre os anos de 1992 e 1993, quando já inicia o processo de desativação que resultará na venda da Granja Ceres ao INCRA no ano de 1996. Pode-se perceber que quando a Granja é desativada completamente, os índices de produção leiteira do município voltam a se assemelhar com aqueles anteriores a 1987, aumentando significativamente somente a partir de 2004. Esta diminuição da produção leiteira municipal foi usada pelas autoridades do executivo de Jóia como argumento contrário à instalação de assentamento rural nessa área, haja vista o que a Granja significava economicamente e simbolicamente no município (Zero Hora, 21/08/1996). Nesse sentido, tanto o INCRA quanto as lideranças do MST sofreram pressões para que a estrutura instalada não fosse desativada com a realização do Assentamento e que a produção da Granja fosse mantida ao menos em parte. Por outro lado, o próprio MST queria construir no município uma imagem de que os assentamentos eram produtivos, usando isso na *luta* política como uma das justificativas para a realização da reforma agrária. Esse “embate” realizado a partir das críticas de lideranças municipais sobre o futuro daquela área constituirá um dos tensionamentos enfrentados pelas lideranças do MST e que será importante na organização futura do Assentamento, na quantidade de famílias assentadas, assim como na distribuição na área (assuntos que serão tratados no Capítulo III).

De todo modo, a partir de um documento enviado pela VAGRO ao INCRA, em 29 de Janeiro de 1996, desencadeia-se o processo de aquisição da área para fins de reforma agrária. Nesse sentido, em 06 de fevereiro do mesmo ano o INCRA constitui uma Comissão de Avaliação e Vistoria com vistas à elaboração de um relatório técnico sobre o imóvel que estava sendo ofertado. De acordo com esse relatório a área situa-se em uma região de “ótima infra-estrutura de apóio às atividades agropecuárias” devido à existência no município de Jóia de uma filial da COTRIJUÍ e outra da AGROPAN, com suas respectivas lojas agropecuárias e unidades de recebimento de cereais, além de outras empresas que oferecem serviços nesse setor da agropecuária. Apresenta o imóvel como em “ótimas” condições para o desenvolvimento tanto da agricultura quanto da pecuária, devido às condições de fertilidade do solo, por não apresentar afloramento de rochas em mais de 85% da área, ser cortado por pequenos rios e por possuir várias nascentes, assim como pela infra-estrutura presente. Nessa direção, informa que a referida área apresenta 2.210,40 ha, distribuídas da seguinte forma: 1.707,9 ha destinadas para culturas anuais; 80 ha ocupadas com culturas permanentes (reflorestamento); 403 ha como área de preservação permanente; 2,1 ha ocupadas com açudes; e em torno de 17 ha ocupadas com benfeitorias e estradas internas. Ainda é importante destacar que essa área está situada a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia. Com uma população total de 8.284 pessoas este município faz vizinhança com Augusto Pestana a 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí a 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto riograndense, e dista a 432 km de Porto Alegre (Ibge, 2000) – *vide* no Anexo B a localização geográfica do município de Jóia em relação a Porto Alegre e aos municípios citados. As estradas que ligam esses municípios são todas pavimentadas com asfalto, sendo apenas aquela que liga o município de Jóia à Granja Ceres constituída por cascalho de pedra. Isso facilitaria, segundo o relatório, o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação, transporte, assessoria técnica e creditícia, além do comércio de insumos e produtos agropecuários. Ao final do relatório de Avaliação e Vistoria a comissão responsável conclui que a área é viável para a realização de assentamento e que a mesma apresenta uma potencialidade de assentar 128 famílias em lotes individuais de 17ha (Inkra, 1996).

Contudo, além das pressões contrárias à implantação do assentamento provindas do poder Executivo Municipal, tanto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) quanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) teriam se mobilizado no sentido de evitar que aquela área fosse destinada à política

de assentamentos. Em entrevista ao autor, o Coordenador da Divisão de Assentamentos do INCRA/RS à época da constituição daquele assentamento, Sr. José Rui Cancian Tagliapietra, que atualmente coordena o Projeto Brasil Quilombola e é o atual Superintendente Substituto daquele órgão, relata que aqueles dois órgãos de proteção ambiental teriam investido no sentido de evitar a aquisição da área pelo INCRA, devido à existência nas matas da Granja de uma espécie de papagaio considerada em extinção. Segundo ele, tanto o IBAMA quanto a FEPAM consideravam que o assentamento de famílias de agricultores naquela fazenda levaria ao desmatamento dos 403 ha de preservação permanente, colocando em risco a espécie de tal papagaio.

Dessa forma, para evitar que houvesse o impedimento de constituição do Assentamento por questões ambientais, foi constituído uma área de 120 ha de preservação permanente com caráter intocável, ou seja, não entraria no processo de loteamento e concessão para as famílias. O restante da área de preservação permanente seria distribuído entre os lotes dos agricultores sem-terra, mas eles teriam que assumir o compromisso de não desmatar a área que estivesse em seu lote. Segundo o Sr. José Rui Cancian Tagliapietra, estas foram às condições com que aqueles órgãos ambientais permitiram a constituição do Assentamento, uma vez que fariam a fiscalização ambiental da área com regularidade.

Vencidas as principais dificuldades políticas e institucionais para a aquisição da área e sua destinação para Assentamento rural, o INCRA pagou um total de R\$ 5.181.150,70 pela mesma, sendo que destes, R\$ 4.423.404,60 foi o valor total pago em Títulos da Dívida Agrária - TDA's pela terra nua (um valor médio por Hectare de R\$ 2.343,98); R\$ 180.000,00 o valor total pago pelas culturas permanentes (reflorestamento); e R\$ 568.746,10 como valor total pago pelas benfeitorias presentes na área.

A partir da finalização da negociação de compra e aquisição ocorrida em agosto de 1996, houve a constituição de uma comissão formada por técnicos do INCRA e representantes do MST para a discussão de como seria realizada a instalação das famílias e a organização do Assentamento. Essa comissão foi responsável por estabelecer os critérios de seleção das famílias a serem ali assentadas, bem como pensar o destino que seria dado à infraestrutura. Essas questões apresentam-se como fundantes do futuro Assentamento Ceres, definindo a partir daí o número total de famílias objetivamente assentadas, a matriz produtiva adotada e a constituição da Cooperativa dos assentados, entre outras questões, que serão abordadas no Capítulo III.

CAPÍTULO III: A MENINA DOS OLHOS DOS SEM-TERRA: CRITÉRIOS DE ENTRADA, ACAMPAMENTOS, ORIGEM GEOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS E AMBIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CERES

Esse capítulo possui três objetivos centrais:

a) analisar os projetos realizados pela direção do MST e a Divisão de Assentamentos do INCRA³⁵ sobre o futuro da área reformada quando houve a aquisição do imóvel, bem como os critérios elaborados para seleção das famílias. Essa Divisão do INCRA-RS e a direção do MST coordenaram o processo de debates que resultaria na criação de uma Cooperativa para administrar a infra-estrutura herdada da antiga Granja, ocupando uma área de 200 ha, resultando na diminuição do número de famílias assentadas e da área de cada lote, em relação ao sugerido inicialmente pelo Relatório de Avaliação e Vistoria do Imóvel (apresentado no Capítulo II). Da mesma forma, foram responsáveis pela definição dos critérios de seleção das famílias que vieram a ser assentadas. Estas questões são fundantes do próprio Assentamento e estão entre os motivos para a área ser vista inicialmente pelos trabalhadores sem-terra como *a menina dos olhos dos sem-terra do estado*, e, posteriormente, configurar possíveis frustrações dos agricultores-assentados devido às expectativas de futuro não concretizadas.

b) analisar a conjuntura de mobilizações sociais que promoveu a ida dos agricultores sem-terra para os acampamentos, localizando a região geográfica de origem dos mesmos e as expectativas geradas nessa fase com relação à área onde seriam assentados. A análise dessa fase anterior ao assentamento das famílias é importante porque localiza sócio-historicamente esses indivíduos no processo de ocupação do território. Da mesma forma, por que tende a revelar-se como um período de vivência de novas experiências carregado de angústias, incertezas, ansiedades, perigos, redefinição de visões de mundo, de projetos de vida e também de oportunidades para quem dele participa, influenciando na definição futura das estratégias produtivas das famílias e das lógicas subjacentes. Contudo, essa dinâmica do processo de *luta* pela terra não será abordada a partir das trajetórias específicas dos agricultores-assentados, mas de apontamentos teóricos. A análise das trajetórias específicas e as diferentes significações atribuídas às novas experiências serão realizadas no Capítulo V dessa dissertação.

c) e, analisar alguns fatores que compõe a ambiência sócio-ecossistêmica vivida pelas famílias no Assentamento Ceres, relativo à influência exercida pelos vizinhos granjeiros, ao desenvolvimento da Cooperativa do Assentamento, à presença da assessoria técnica, às

³⁵ A Divisão de Assentamentos do INCRA é responsável pelo serviço de regularização das famílias, troca de lotes, processo de seleção das famílias, titulação e destinação de bens, acompanhamento da assistência técnica, trabalhos e projetos relacionados com o desenvolvimento dos assentamentos como o Programa Terra Sol - que busca desenvolver ações de agroindustrialização -, os Planos de Ação e Consolidação dos Assentamentos (PAC) - que trabalha com alguns assentamentos nos chamados pólos de desenvolvimento do estado, em consonância com os Governos Estadual e Federal - e programas de melhorias de habitações nos assentamentos do referido estado, entre outras ações (conforme a entrevista concedida ao pesquisador pelo Sr. Richard Matins Torciano, atual Chefe da Divisão de Assentamentos do INCRA/RS).

conjunturas de ocorrência da Febre Aftosa, de introdução da soja transgênica e do aumento do preço da saca de soja a partir de 1999 até meados de 2004. Esses seriam fatores principais da ambiência no Assentamento e que mantêm relação direta com as estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias de agricultores-assentados. São eventos construídos socialmente e vividos na cultura que, portanto, não apresentam apenas uma dimensão material, objetiva, mas que também carregam recursos ideais e ideológicos que influenciam na constituição de projetos de futuro, de desejos, de aspirações, de valores, de visões de mundo, formas de comportamento e de frustrações dos indivíduos que vivem tais circunstâncias. No entanto, os estilos de interações-reações com tais eventos dependem daquilo que os indivíduos interiorizaram como *habitus* em trajetórias anteriores e de recursos simbólicos que os distinguem. Tendem a promover, dessa forma, uma variedade de estilos de estratégias produtivas e respectivas recomposições a partir da vivência daqueles eventos; mas, dentro de um leque limitado de opções devido à posição social vivida como pequeno agricultor-assentado no cômputo da assimetria de poderes objetivada na sociedade, mais especificamente relacionado com sua inserção em mercados oligopolizados como os de *commodities* agrícolas.

Nesse sentido, este Capítulo busca abordar uma complexidade de fatores que diz respeito às dimensões fundantes do Assentamento, como a origem e trajetória nas mobilizações e acampamentos das famílias de agricultores-assentados e a vivência de circunstâncias econômicas, políticas e sociais no Assentamento Ceres. Pressupõe-se que, nesse caso analisado, esses aspectos sejam os principais da vida social que influenciaram (e influenciam) na composição das estratégias produtivas e de suas lógicas subjacentes. Dessa forma, a exposição dessas questões está organizada em três seções: a primeira busca elucidar as condições iniciais que fundam o Assentamento, as posições e intenções dos agentes sociais mais relevantes, destacadamente às direções do MST e o INCRA. De forma especial estar-se-á identificando a formação da Cooperativa e dos *grupos coletivos de produção*, bem como os critérios para a seleção das famílias. Com base nas entrevistas realizadas é possível sugerir que isso foi visto pelo INCRA como forma de viabilizar economicamente o Assentamento e pela direção do MST, além da viabilização econômica, como forma de estimular a cooperação e a geração de *novos valores* entre os agricultores-assentados. A segunda seção destaca as regiões de origem dos agricultores sem-terra e os processos de mobilizações e acampamentos até a entrada no Assentamento Ceres. Realiza-se uma abordagem para destacar a importância desse período de *lutas* (anterior ao Assentamento), por constituir experiências relativas à incerteza, instabilidade, ansiedades, perigos e oportunidades que podem agir ressignificando visões de mundo e projetos de vida. A terceira seção aborda os principais eventos e processos ideológicos vividos pelas famílias assentadas que influenciaram nos processos produtivos definindo um determinado campo de possibilidades de reprodução econômica, com destaque para os vizinhos granjeiros, à formação da Cooperativa, à Febre Aftosa, à soja transgênica e sua dinâmica de preços no mercado internacional.

1. ASPECTOS FUNDANTES DO ASSENTAMENTO CERES E OS DEBATES ENTRE O INCRA E O MST

Depois de realizada a aquisição da área da Granja Ceres pelo INCRA o debate que ocupou os responsáveis pela Divisão de Assentamentos dessa Instituição e a direção do MST foi com relação a como se daria a utilização da infra-estrutura presente e a entrada das famílias. Para o INCRA, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. Rui Cancian Tagliapietra, o debate central estava em entender (...) *qual seria a racionalidade de*

aproveitamento daquela infra-estrutura; para a direção do MST, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. José Cenci³⁶, além de *ter que dar rumo* para aquela infra-estrutura era uma oportunidade para promover mecanismos que diminuíssem a tendência de *individualismo dos agricultores*, através de *coletivos de produção* e concessão de créditos com aval cruzado (quando um determinando grupo de indivíduos se responsabiliza conjuntamente pelo crédito acessado individualmente)³⁷, por exemplo. Neste sentido, é possível sugerir que enquanto o INCRA procurava garantir a viabilidade econômica da área, a direção do MST também se preocupava em estimular interações sociais entre os agricultores-assentados que, de acordo com seu ideário, pudesse permitir a geração de “novos valores sociais”.³⁸ Em ambos os casos estava em jogo uma afirmação positiva para o conjunto da sociedade sobre a viabilidade do processo de assentamentos rurais e, de um modo geral, do debate em torno da potencialidade da reforma agrária brasileira.

Neste contexto, o INCRA teria considerado duas possibilidades de como organizar o Assentamento: ou assentar as 128 famílias em lotes de 17 ha cada, ocupando toda a área disponível do Assentamento, ou constituir uma determinada área de produção coletiva, trazendo para a discussão conjunta com as direções do MST a possibilidade da formação de uma Cooperativa de agricultores-assentados, para colocar, de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra, *em imediato funcionamento aquela infra-estrutura*. Essa segunda possibilidade poderia, além de permitir a manutenção e utilização da infra-estrutura, estimular a atividade leiteira entre o conjunto dos agricultores-assentados, tendo a Cooperativa como um agente promotor de tal processo, tornando essa atividade a fonte principal de obtenção da renda monetária das famílias. Além do mais, poderia tornar-se uma Cooperativa de âmbito regional englobando os outros dois assentamentos que já existiam no município (Assentamento Botão de Ouro, com 64 famílias e formado em 1989, e o Assentamento Rondinha, com 233 famílias e formado em 1995), estimulando também as atividades produtivas desses assentamentos vizinhos. Contudo, reduziria a quantidade de famílias assentadas e também a quantidade de hectares por lote. Nesse sentido, após as discussões realizadas juntamente com a direção do MST, teve-se preferência pelo segundo modelo, procedendo-se a constituição de uma área de uso coletivo de 200 ha, que ficaria sob responsabilidade de uma Cooperativa de agricultores-assentados, e um Assentamento com 113 famílias em lotes de aproximadamente 13,7 ha cada.

Ainda de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra a opção do INCRA-RS por essa forma de constituição do Assentamento teria gerado protestos do INCRA-Brasil devido ao alto preço por família assentada que o modelo representava. Segundo ele:

(...) foi uma surpresa interna [no INCRA]. Mas como assim destinar 200 ha como área coletiva!? Pois toda a pressão de Brasília [do INCRA-Brasil] era de reduzir o custo de implantação do Assentamento, ou seja, aumentar o máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA por família (...). Aliás, acho ainda, que aquele imóvel foi o mais caro adquirido até então.

Dessa forma, as pressões do INCRA-Brasil seriam dadas pelas limitações de recursos empregados na obtenção terras, haja vista que uma área de 200 ha destinada à Cooperativa diminuiria o número de famílias assentadas e, conseqüentemente, aumentava o custo por família assentada. Assim, a constituição do tamanho dos lotes dependia do grau de prioridades

³⁶ À época da realização do Assentamento Ceres compunha a Direção Estadual do MST e acompanhou desde o processo de mobilização das famílias em suas comunidades de origem para formar os acampamentos, assim como participou dos debates com o INCRA sobre a área da Granja Ceres. Atualmente compõe instâncias de direção local e regional e é assentado desde 1995 em outro assentamento, próximo ao Assentamento Ceres (aproximadamente 25 km), no mesmo município.

³⁷ A esse respeito *vide* Bavaresco (1998) e Navarro (2002).

³⁸ Por não compor os objetivos desta pesquisa não será realizada uma análise do ideário da direção do MST nessa dissertação. Para o caso estudado importa os mecanismos e conseqüências de tais opções. Para uma leitura expositiva de tais idéias segundo as concepções das Direções do MST, *vide* Caldart (2000).

do Governo Federal frente à implantação de assentamentos rurais e da lógica de sua ação nas questões de ordem fundiária. Para Medeiros e Leite (2004b: 19) a ação governamental em relação à reforma agrária e à constituição de assentamentos rurais sempre foi marcada por dar respostas às situações de conflito e mobilização social, não havendo a definição de áreas prioritárias às políticas de reforma agrária, mas assumindo um caráter pontual e de dispersão dos projetos. Portanto, seria possível sugerir que o sentido da intervenção Estatal estava guiado mais por uma preocupação em atender as reivindicações dos demandantes por terra, diminuindo as pressões e mobilizações populares, do que com a geração das condições objetivas para viabilização socioeconômica das famílias envolvidas. Mesmo que tenha ocorrido a formação da área da Cooperativa, essa lógica de ação governamental pode ser constatada devido ao tamanho dos lotes ser menor que aquele sugerido pelo Relatório de Avaliação e Vistoria, além de também ser menor que o módulo fiscal³⁹ regional fixado em 25 ha. Dessa forma, o estabelecimento final do tamanho médio dos lotes em 13,7 ha pode ser atribuído à natureza de uma política pública que visa distensionar conflitos sociais. Assim, uma ação que poderia ser centrada na análise das capacidades de geração de renda nas áreas de reordenação fundiária tende a ser substituída pelo preceito de aumentar o máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA por família. Portanto, não pode ser desprezado o fato de que a forma como essa política é operacionalizada pelo Estado também determina um lugar social *restringido e mutante* (Moreira, 1999) quando esses agricultores-assentados são inseridos no mercado e em processos de concorrência com capitalistas de *commodities* na fixação das rendas e lucros, tendendo a comprometer a viabilização econômica dessas famílias.

Além do mais, segundo aquele entrevistado, existiam dificuldades de agilização dos processos desapropriatórios para a aquisição de imóveis passíveis de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. O que em última instância dependia da luta política travada entre os setores patronais e o MST (principalmente) e o rebatimento dessas pressões nas esferas governamentais responsáveis pela realização da reforma agrária.⁴⁰ Dessa forma, a pouca disponibilidade de terras adquiridas em relação ao número de demandantes para os projetos de assentamentos pressionava para o aumento do número de famílias a serem assentadas em uma única área, dada a lógica da ação governamental. Contudo, ainda de acordo com aquele entrevistado, a justificativa apresentada para a opção de formação da área da Cooperativa foi a “grande” infra-estrutura presente e a “qualidade” das terras compradas, o que poderia apresentar “uma potencialidade” para o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores-assentados no Assentamento Ceres e também para os assentamentos da região. No entanto, essa opção influenciou na diminuição da área dos lotes em relação à proposição inicialmente feita pelo Relatório de Avaliação e Vistoria que tinha fixado em 17 ha a área relativa a cada família.

Dessa forma, após o delineamento geral de como seria organizado produtivamente o Assentamento definiram-se os critérios para a seleção das famílias que seriam beneficiadas em tal área. A partir da análise das duas entrevistas referidas acima é possível sugerir que o INCRA tenha influenciado apenas de que deveriam ser privilegiadas aquelas famílias que demonstrassem interesses em trabalhar com a atividade leiteira. A direção do MST teria estabelecido os demais critérios tendo em vista o desejo de tornar tal Assentamento um modelo de produção e organização no estado do Rio Grande do Sul. Com esses objetivos a principal consideração definida, além daquela pactuada com o INCRA, foi a de que teriam

³⁹ O módulo fiscal é entendido pela legislação como a área necessária para a reprodução familiar e das suas atividades econômicas, respeitadas as diferenças regionais e tecnológicas existentes.

⁴⁰ Para uma discussão do processo de luta política no estado do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002, entre o MST e os setores patronais, e o rebatimento de tais lutas no andamento das políticas públicas no âmbito da reforma agrária, *vide* Da Ros (2006).

preferência àquelas famílias que estivessem organizadas em grupos de produção coletiva ainda no período de acampamento. Nesse sentido, quando indagado sobre os critérios utilizados para a seleção das famílias, o dirigente do MST entrevistado irá declarar que:

Foi um debate na verdade da organização [do MST], onde o INCRA ajudou propor para que a gente fizesse um debate diferenciado e colocasse critérios para a questão de tu concorrer na área. E aí nós começamos a fazer o debate interno. Nós levamos quatro meses fazendo o debate dessa área, colocando o que era, quais eram os objetivos dela, como era a área, da importância da produção de leite, de como era para produzir e tal. Como nós no acampamento não podia dizer: ó, o 'fulano' vai para o sorteio e o 'ciclano' não vai, nós não podia dizer isso, aí nós colocamos critérios, e um deles foi de que teriam preferência aqueles organizados em grupos de produção coletiva, e aí o povo veio (...).

Dessa forma, o projeto elaborado pela direção do MST e pela Divisão de Assentamentos do INCRA previa a constituição de uma área coletiva de 200 ha, que seria administrada por uma Cooperativa, e o restante da área do Assentamento dividida entre *grupos de produção coletiva* que englobariam as famílias beneficiadas. Na área sob administração da Cooperativa seria reativado o tambo (instalações) leiteiro, sendo que a produção aí desenvolvida visaria manter o corpo de funcionários e despesas gerais da Cooperativa e contribuir com a organização do MST e mobilizações. Contudo, a criação de animais dar-se-ia de forma semi-confinada, ao invés do confinamento das vacas em sistema de *Fristall* como era realizado anteriormente. Essa área de 200 ha deveria ser autônoma na produção de alimentos para os animais aí instalados e produzir terneiras de até dois anos como futuras matrizes para os agricultores-assentados produtores de leite. Da mesma forma, a Cooperativa deveria reativar uma fábrica de rações deixada pela antiga proprietária e produzir esse insumo para os sócios, além de ativar um pequeno mercado internamente no Assentamento onde se ofereceria produtos que os agricultores-assentados não pudessem produzir. Além de caracterizar-se como sendo de produção e comercialização, a Cooperativa deveria ser prestadora de serviços, oferecendo serviços aos associados como transporte de produtos, aluguel de máquinas e equipamentos para a plantação dos lotes dos agricultores-assentados. Nessa direção, coordenaria a produção de leite dos sócios não apenas fornecendo animais, mas recolhendo e comercializando a produção de leite dos agricultores-assentados, comercializando através do mercado interno do Assentamento insumos agrícolas e outros produtos que os agricultores-assentados não produzissem em seus lotes e oferecendo serviços aos mesmos. Esse era o projeto elaborado para a Cooperativa e para a área sob sua responsabilidade. Já os *grupos de produção coletiva* deveriam privilegiar a produção de leite e a produção de autoconsumo, como declarou o referido dirigente do MST entrevistado pelo autor:

Nesse Assentamento o leite era para ser a principal fonte de renda dos assentados. O leite era para formar a renda e as miudezas deveriam ser produzidas para o pessoal não gastar tanto em mercado (...).

Portanto, a centralidade das estratégias produtivas dos agricultores-assentados “deveria ser” a atividade leiteira, em integração com as atividades desenvolvidas pela Cooperativa do Assentamento.

A partir disso, as áreas dos grupos coletivos teriam sido demarcadas antes da entrada das famílias no Assentamento, sendo que, posteriormente, procedeu-se a divisão de lotes individuais, constituindo a base disposicional atual (à época da pesquisa) entre a área da Cooperativa, os lotes dos agricultores-assentados e a Reserva de Proteção Ambiental. Foi nessa base disposicional que houve a intervenção do poder público para construção de vias de acesso, rede de energia elétrica e água potável. Nesse sentido, entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997 as famílias selecionadas entraram na área do Assentamento Ceres e, já em

1997, ocorreu a formação da Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda (COOPERVIDA). [Para uma visualização da conformação espacial do Assentamento Ceres, como os locais e áreas sob responsabilidade da COOPERVIDA, Área de Preservação Ambiental e lotes de agricultores-assentados, entre outros, *vide* Anexo C].

Entretanto, o projeto inicialmente elaborado pelo MST e o INCRA não teve um desenrolar conforme planejado. A COOPERVIDA enfrentaria problemas na administração dos 200 ha, na tentativa de reestabelecer o tambo leiteiro, além de administração da fábrica de ração e do mercado interno. Já, as famílias que entraram na área passaram imediatamente a desfazer os tais *grupos de produção coletiva* e reivindicar a demarcação dos lotes individuais, com exceção de dois deles. Além de que ambas as situações depararam-se com outros problemas como a doença da Febre Aftosa em 2000/2001, que provocou o abate de todos os animais de casco fendido do Assentamento, e das conjunturas de valorização do cultivo da soja na região onde o Assentamento está localizado. Essas e outras questões serão tratadas com maior profundidade na terceira seção desse Capítulo.

Parte-se agora para a análise das mobilizações sociais, origem geográfica das famílias e acampamentos realizados antes de deslocarem-se para a área do Assentamento Ceres. Com efeito, tratar-se-á esse período como sendo um importante período da trajetória dos agricultores sem-terra, onde há a tendência de recomposições culturais, redefinição de visões de mundo, vivência de angústias, incertezas e oportunidades, não apenas ligadas à conquista da terra, mas também associadas a cursos de *formação política*, *cursos de agroecologia* e à militância política. Em tempo, assinala-se na próxima seção que essas experiências do período de acampamento tendem a ser vividas de forma diferenciada pelos agricultores sem-terra, ampliando ainda mais as heterogeneidades culturais entre os indivíduos que delas participam, por mais que aí possam não ser expressadas, mas que emergem quando em Assentamento.

2. O CONTEXTO DAS MOBILIZAÇÕES, ORIGENS GEOGRÁFICAS, ACAMPAMENTOS E A ENTRADA NO ASSENTAMENTO CERES

No início da década de 1990 a reforma agrária passou a ser praticamente interdita frente às políticas estruturantes de liberalização econômica e desregulamentações de políticas públicas, marcando a implementação das chamadas reformas neoliberais que seriam aprofundadas nos anos seguintes. Contudo, mesmo havendo uma tendência à marginalização da temática da reforma agrária no bojo das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, ela seria alçada como um dos grandes temas nacionais a partir da metade daquela década devido à intensidade de mobilizações, conflitos, ocupações e marchas ocorridas a partir das reivindicações por terra dos trabalhadores rurais. Neste cenário desenrolou-se uma série de lutas pelo acesso a terra e em quais estiveram inseridas as famílias que hoje estão assentadas no Assentamento Ceres.

Nacionalmente, entre os principais eventos que recolocaram a temática da reforma agrária na agenda de debates do país esteve a violência policial, principalmente em dois episódios que ficaram conhecidos como massacres: o primeiro foi o de Corumbiara, no estado de Rondônia em agosto de 1995, e o segundo foi o de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará em abril de 1996. Outros dois fatores que influenciaram para o reposicionamento do debate acerca da reforma agrária entre as prioridades nacionais foi o aumento do número de ocupações de terra, que entre 1995 e 1996 saltou de 146 para 398, e o de conflitos fundiários, que passou de 440 para 653, no mesmo período. Nessa direção, em meio ao aumento das mobilizações de trabalhadores rurais, uma ‘marcha’ a Brasília, ocorrida em 1997 e organizada pelo MST, que visava cobrar o julgamento dos responsáveis pelas chacinas de sem-terra (em

especial a de Eldorado dos Carajás), procurou conquistar a opinião pública para a necessidade da reforma agrária e, de certa forma, completou um ciclo de mobilizações ‘encurralando’ o Governo Federal. Esses são os principais eventos considerados por Medeiros e Leite (2004a: 362-363; 373-375) para o ‘enquadramento’ do Governo Federal no sentido de buscar distensionar o ambiente político e social com a edição de uma *política de assentamentos* e uma série de outras ações.⁴¹ Nesse sentido, dos 4.264 projetos de assentamentos realizados no período de 1985 a 1999, considerados os assentamentos e reassentamentos promovidos pelo INCRA e outras formas de iniciativas Federal, estadual ou municipal, apenas 14% foram criados entre 1985 e 1989, 11% foram criados entre 1990 e 1994, e 75% foram criados entre 1995 e 1999. Para os autores citados isso demonstra nitidamente que o expressivo aumento da realização de projetos de assentamentos entre 1995 e 1999 foi uma resposta governamental ao aumento das pressões populares.

No estado do Rio Grande do Sul a realização de assentamentos nesse período seguiu lógica semelhante. De acordo com Da Ros (2006: 307-308), houve uma intensificação das mobilizações desembocando no aumento dos acampamentos e ocupações de terra no estado. Nessa direção, segundo o autor, em 1995 foram 2 acampamentos realizados e 2 ocupações, já em 1996 houve 6 acampamentos e 5 ocupações. O número de famílias acampadas nesse mesmo período teria saltado de 787 para 1.581, respectivamente.⁴² O número de projetos de assentamentos implementados também saltou de 26, entre 1990 e 1994, para 75 entre 1995 e 1998, envolvendo, entre os mesmos períodos e respectivamente, 991 famílias e 3.560 famílias (Da Ros, 2006: 546). É durante esse período de aumento das mobilizações sociais no campo que, de forma geral, as famílias do Assentamento Ceres estiveram envolvidas, sendo assentadas entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997.

Segundo o Sr. José Cenci, dirigente do MST, em entrevista concedida ao pesquisador, as famílias que hoje se encontram assentadas no Assentamento Ceres começaram a ser mobilizadas a partir de 1994, em um processo organizativo que foi chamado pelo MST/RS de *retomada da luta pela terra*, que desencadearia as mobilizações nos anos seguintes. Segundo ele, houve quatro localidades no estado que concentraram inicialmente os sem-terra: nos municípios de Santo Ângelo e Tupaciretã, localizados no Planalto riograndense, e nos municípios de Frederico Westphalen e de Sarandi, localizados na região do Alto Uruguai.

⁴¹ Neste sentido, encontra-se o lançamento do programa Novo Mundo Rural, que delineou muitos meandros da realização da reforma agrária, bem como inaugurou mecanismos na tentativa de isolar os movimentos sociais do campo. Essas ações do Governo irão aprofundar as experiências de programas para a obtenção de terras a partir da compra direta, com a mediação do Estado, entre os trabalhadores e proprietários, que, posteriormente, seria chamada de “reforma agrária de mercado”. Para maiores informações a respeito, além de consultar os autores citados, *vide* Pereira (2004; 2006) e Medeiros (2002).

⁴² Uma observação sobre o número de famílias acampadas se faz necessária: o autor citado usa como fonte de suas informações os dados recolhidos no Gabinete Extraordinário de Reforma Agrária, criado durante o Governo Estadual Olívio Dutra (1998-2002). Contudo, O Relatório Azul 1996 – RIO GRANDE DO SUL (1997: 223) -, publicação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do referido estado, usando dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apresenta que seriam 3.000 famílias acampadas no ano de 1996. No entanto, a metodologia usada pela CPT não considera que frequentemente mais de um acampamento é realizado com as mesmas famílias, a depender das mobilizações empreendidas. Contudo, por outro lado, também deve ser considerado que o número de famílias é instável dentro dos acampamentos, frequentemente há a entrada de novas famílias, assim como a saída de outras. Talvez, a informação que poderia ser usada como referência e que melhor indicaria o número de famílias demandantes por terra seja aquele referente ao número de famílias cadastradas pelo INCRA. Neste sentido, segundo o jornal *Correio do Povo* (17/12/1996: 24), no ano de 1996 estiveram cadastradas 2.335 famílias, como demandantes de terra. Em todo caso, essas informações não indicam com precisão o número de pessoas e famílias mobilizadas durante as ocupações de terra, uma vez que costuma ocorrer a solidariedade de agricultores que já estão assentados. Esse pode ser o caso das mobilizações empreendidas a partir de Janeiro de 1996, quando o jornal *Zero Hora* (12/01/1996: 37) noticia haver 3.400 famílias acampadas em todo o Estado. Em qualquer situação, é inegável que houve um aumento considerável das mobilizações, ocupações e aumento do número de demandantes.

Para esses municípios se dirigiram os agricultores sem-terra que eram mobilizados pela chamada *frente de massas*, que podem ser comparadas à “comissões” de acampados e/ou dirigentes do MST, a partir dos chamados *trabalhos de base*, que consistem na visita de agentes mobilizadores às comunidades das respectivas regiões do estado realizando reuniões explicativas em que os sem-terra são convidados a cerrarem fileiras na *luta* pela terra. Após esse processo de mobilização inicial, já em 1995, as famílias que estavam nas intermediações do município de Sarandi e de Tupaciretã, juntaram-se em um único acampamento no município de Cruz Alta, somando aproximadamente 1.000 famílias (Oliveira, 2001: 23), e aquelas mobilizadas a partir dos municípios de Santo Ângelo e Frederico Westphalen juntaram-se em outro acampamento no município de Palmeira das Missões, num total de 1.800 famílias, aproximadamente 4.300 adultos e 400 crianças (Zero Hora, 12/01/1996: 37).

Nesses dois municípios procederam-se atos públicos e posteriormente ocupações de propriedades rurais. Em Cruz Alta, em 06 de Setembro de 1995, ocorreria a ocupação da Fazenda Boqueirão, de 2.500 ha, do proprietário Hugo Aquilino Hernandez (Correio do Povo, 07/09/1995: 08). Depois de aproximadamente 20 dias de negociações e com alargamentos dos prazos de desocupação emitidos pelo Juiz local, as famílias saíram da referida área e se deslocaram para o município de Júlio de Castilhos, onde no início de 1996 ocorreriam novas ocupações. Vale a pena destacar, contudo, que nesse acampamento realizado em Cruz Alta haviam famílias que estavam mobilizadas em outros acampamentos no estado desde 1991 e que já tinham empreendido outras quatro ocupações de terra (ocorrendo enfrentamentos com fazendeiros ou Brigada Militar (BM), sendo que em 1992 um sem-terra teria sido assassinado), ocupações de prédios públicos, marchas e outras mobilizações (Oliveira, 2001: 19-23).

Com relação ao município de Palmeira das Missões, em Novembro de 1995 foi formado um acampamento chamado de Palmeirão, devido ser considerado um grande acampamento. Nesse município as famílias empreenderam a ocupação da Fazenda do Salso, de propriedade de Plínio Dutra e com 11.000 ha, em 11 de janeiro de 1996 (Zero Hora, 12/01/1996: 37) – *vide* algumas imagens da ocupação no Anexo D. Depois de pouco mais de um mês em negociações, acompanhadas por forte aparato policial, e com sucessivas prorrogações de mandatos judiciais para a desocupação da área (Zero Hora, 25/01/1996: 50), as famílias se deslocaram para o município de Júlio de Castilhos, onde já havia outro acampamento. As famílias que ali estavam eram aquelas vindas de Cruz Alta, após a ocupação da Fazenda Boqueirão, e que em Júlio de Castilhos tinham desencadeado, em 14 de janeiro de 1996, uma outra ocupação, agora da Fazenda Santo Antão, de 510 ha, sob propriedade de Antão Vargas da Rosa (Zero Hora, 19/01/1996: 45). Essa ocupação gerou reação organizada dos estancieiros da região, que passaram a prestar solidariedade ao proprietário da referida fazenda. Nessa direção, várias ações foram realizadas como carreatas pelo centro da cidade de Júlio de Castilhos, vigílias na sede da fazenda com a presença de peões e representantes dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG's) de todo estado, além de manifestos endereçados aos Governos Federal e Estadual. Também, essa ocupação foi marcada por trocas de tiros entre os sem-terra e os fazendeiros, em que uma sem-terra (hoje assentada no Assentamento Ceres) e um estancieiro foram feridos (Zero Hora, 19/01/1996: 45; 22/01/1996: 48; 24/01/1996: 38) – *vide* imagens da ‘mobilização dos fazendeiros’ e da ‘preparação dos sem-terra para a resistência’, no Anexo E. Da mesma forma que os outros acampamentos, depois de muita negociação e estendimento dos prazos para a desocupação da fazenda, as famílias se retiraram para as intermediações do Assentamento Alvorada, naquele mesmo município, somando-se às famílias que vinham de Palmeira das Missões, da ocupação da Fazenda do Salso.

No dia 22 de julho de 1996 essas famílias realizariam outra ocupação de terra no município de Júlio de Castilhos, na Fazenda Taquarimbó, de 1.500 ha e do proprietário

Francisco Sales de Barros. Essa ocupação seguiu um desenrolar semelhante às outras, com vigília de estancieiros – porém, sem confrontos –, estendimento do prazo de desocupação e, no limite da ordem judicial, retorno das famílias para as intermediações do Assentamento Alvorada (Correio do Povo, 24/07/1996: 12; Oliveira, 2001: 24).

Mesmo não tendo ocorrido confrontos com morte (mas lembrar que houve feridos na ocupação da Fazenda Santo Antônio) entre sem-terra e polícia ou estancieiros, deve ser destacado que durante o período de 1994/1998, o Governo do estado estava sob gestão do então governador Antônio Britto. Essa gestão realizou apenas duas aquisições de áreas de terra assentando 84 famílias (Da Ros, 2006: 307) e foi marcada por tratar os sem-terra com truculência, chegando a afirmar que: “a reforma agrária não é de responsabilidade do estado, ao estado cabe acionar a Brigada [Militar] para cumprir as ordens de desapropriações (...)” (Correio do Povo, 24/07/1996: 12). As demais aquisições de terra ocorridas nesse período foram realizadas pelo Governo Federal. Essa postura do Governo Estadual frente aos problemas fundiários aumentava a tensão nas áreas ocupadas e, ao mesmo tempo em que permitia certas ações de represálias por parte dos estancieiros, os sem-terra construíam trincheiras e se organizavam para a resistência. Sugere-se, portanto, que esse tenha sido o ambiente político vivido pelas famílias que hoje estão assentadas no Assentamento Ceres.

Assim, após a saída da Fazenda Taquarimbó, as famílias permaneceram próximas ao Assentamento Alvorada até o sorteio para o Projeto de Assentamento Ceres (P. A. Ceres). De acordo com o Sr. José Cenci, o período entre o final de 1995 e o ano de 1996, teria sido o auge, até então, de aquisição de terras no estado pelo INCRA. Nesse sentido, muitas áreas estavam sendo adquiridas, principalmente na região da chamada Metade Sul do estado, como nos municípios de Livramento, Pedras Altas, Erval do Sul e Piratini, abrindo processos de seleção e sorteio das famílias nestes acampamentos para ocupar essas áreas. No entanto, como o processo de aquisição da Granja Ceres era de conhecimento público e as famílias sabiam que a área era bem localizada em relação aos centros urbanos, com infra-estrutura e de solo fértil, muitas delas preferiram não entrar nos sorteios daquelas áreas localizadas na Metade Sul, esperando a realização do sorteio para a referida Granja. Nesse sentido, se a direção do MST colocava como um dos principais critérios para entrar no sorteio dessa área o fato de que as famílias deveriam estar organizadas em *grupos de produção coletiva*, é possível sugerir, contudo, que o fizesse em um ambiente social em que área da Granja era esperada com ansiedade. Portanto, aquelas famílias que haviam deixado de participar de outros sorteios mirando esse da Ceres fariam o possível para nos critérios se enquadrarem e tornarem-se beneficiadas.

Dessa forma, no dia 16 de novembro de 1996 houve o sorteio das famílias para o Assentamento Ceres sob forma de *grupos de produção coletiva*. Entretanto, como a Granja Ceres era *a menina dos olhos dos sem-terra do estado* e, por isso, *todo mundo queria ir para lá*, (como declarou ao pesquisador um agricultor-assentado no Ceres, o Sr. Pedro), quando se procedeu a entrada na área entre dezembro de 1995 e janeiro de 1996, apenas 2 dos grupos formados entraram na área como coletivos de produção, um envolvendo 26 famílias e outro envolvendo 9 famílias. Os demais, assim que chegaram ao Assentamento se desfizeram, constituindo unidades individuais. Ou seja, a grande maioria constitui-se em *grupos de produção coletiva* visando atender o critério posto pela direção do MST no período do acampamento. Uma vez já dentro do Assentamento e tendo sua reivindicação imediata atendida – a conquista de “um pedaço” de terra - desarticulam a artificialidade da forma coletiva, aparentemente estranha à visão de mundo que os socializou.⁴³ A mobilização inicial dos sem-terra pelas chamadas *frentes de massa* e os municípios de origem das famílias que hoje estão no referido Assentamento podem ser visualizadas na Figura-1.

⁴³ A esse respeito, vale lembrar que a propriedade privada é a forma da Lei desde 1850, estando, portanto, internalizada como natural tanto nos setores sociais hegemônicos e contra-hegemônicos/subalternos.

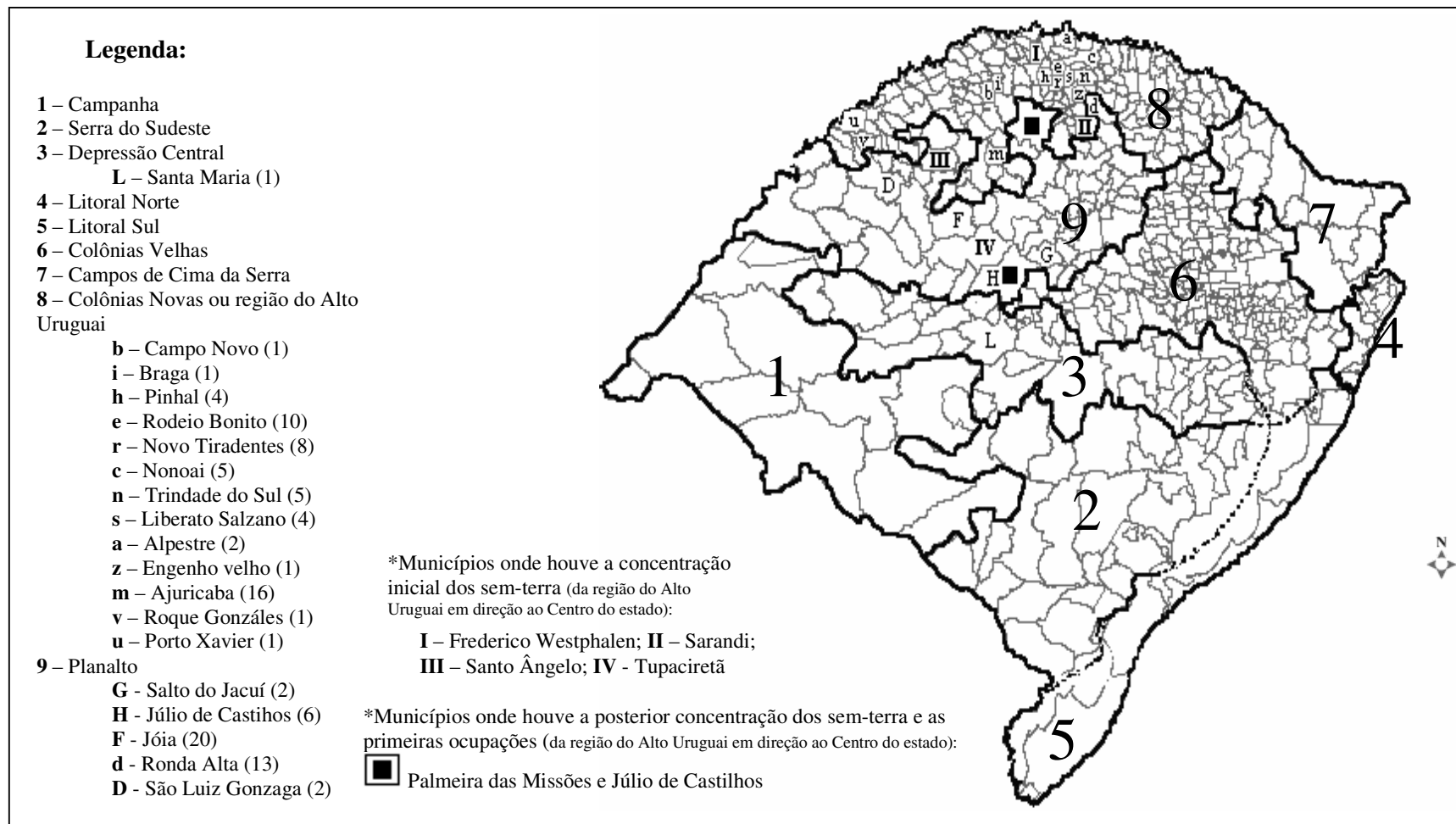


Figura-1. Regiões dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, os municípios de origem e onde se realizou as principais mobilizações dos agricultores sem-terra que foram beneficiados no Assentamento Ceres.

Fonte: www.geolivres.gov.br; Silva Neto (2005: 97) e a partir de dados de campo.
 Organização: do autor.

Esse processo de mobilização dos sem-terra e os mecanismos usados tanto pela direção do MST quanto aqueles usados pelas famílias para se fazerem beneficiárias de uma área que desejavam, conformou um determinado quadro social que compôs o Assentamento Ceres.

Nesse sentido, a Figura-1 evidencia que os agricultores-assentados vieram de três regiões do estado e de 19 municípios. Do município de Santa Maria, localizado na região da Depressão Central, 1 família tem origem. Na região do Planalto são de 5 municípios que as famílias têm origem: 2 famílias de Salto do Jacuí, 6 famílias de Júlio de Castilhos, 20 famílias de Jóia, 13 famílias de Ronda Alta e 2 famílias têm origem de São Luiz Gonzaga. Assim, da região do Planalto têm origem 43 famílias, dando destaque para Jóia, município de 20 delas – é possível que as famílias desse município tenham tido prioridade no processo de sorteio dos beneficiados, por outro lado, tem que se considerar que quatro famílias que trabalhavam na antiga Granja Ceres decidiram ficar e receber lotes no Assentamento que estava se formando, constando, portanto, com origem de tal município, mas sem passar necessariamente por processos de *lutas*. Na região das Colônias Novas ou Alto Uruguai são de 13 municípios que as famílias têm origem: 1 de Campo Novo, 1 de Braga, 4 de Pinhal, 10 de Rodeio Bonito, 8 de Novo Tiradentes, 5 de Nonoai, 5 de Trindade do Sul, 4 de Liberato Salzano, 2 de Alpestre, 1 de Engenho Velho, 1 de Roque Gonzáles, 16 de Ajuricaba e 1 família com origem no município de Porto Xavier. Assim, 60 famílias têm origem da região das Colônias Novas ou Alto Uruguai, sendo que o maior número de famílias dessa região, possivelmente, seja resultado da forma de ocupação do território riograndense, discutido no Capítulo II, onde se processou uma excessiva fragmentação das propriedades rurais a partir da década de 1970, gerando um grande número de sem-terra e onde desenrolou-se as primeiras ocupações de terra nesse estado. Em tempo, é preciso destacar que outras 3 famílias declararam ter origem no município de Campo Erê, no estado de Santa Catarina (essa informação não está representada pela Figura-1). É possível que essas famílias tenham migrado do Rio Grande do Sul para aquele estado e, posteriormente, tenham retornado para integrar os processos de *luta* pela terra, devido aos constantes itinerários seguidos pelas famílias antes de decidirem-se *lutar* por um lote de terra.⁴⁴

A opção realizada por apontar os processos de *luta* pela terra e a origem das famílias por município não é sem propósito. O simples fato de um assentamento reunir indivíduos de diferentes regiões amplia as possibilidades de ali se revelar diferentes trajetórias sociais, visões de mundo e, de modo geral, diferentes composições socioculturais entre os agricultores-assentados. Se, como foi argumentado no Capítulo I, for aceita a postulação de que a heterogeneidade das condições sociais e naturais permite ser possível falar em diferentes composições de *habitus*, então, por conseguinte, diferentes significações podem ser conferidas aos mesmos eventos sociais e naturais experimentados tanto no período de acampamento quanto no Assentamento. Esses indivíduos possuem um conjunto de conhecimentos, códigos e modalidades mentais, que tendem a ser vividos como naturais da cultura e que funcionam como disposições duráveis constituindo um modo de compreensão e comportamento.

Nesse sentido, por exemplo, os diferentes conhecimentos que possuem da natureza tendem a orientar as avaliações sobre os novos ambientes naturais do Assentamento,

⁴⁴ As informações sobre os municípios de origem das famílias foram obtidas a partir de documentos da COOPERVIDA que foram consultados. É preciso destacar que nem todos(as) os(as) beneficiários (as) entraram na área com cônjuges. Existem situações em que pessoas solteiras foram beneficiadas e posteriormente formaram grupo familiar com indivíduos do local. Nesse sentido, os documentos consultados não eram precisos a ponto de definir o local de origem do esposo e da esposa. No entanto, provavelmente as informações se refiram aqueles que foram beneficiados e que tenham o lote em seu nome, portanto, que estiveram majoritariamente nos processos de *luta* pela terra.

definindo utilidades e usos desse espaço. Assim, o agricultor que foi socializado num ambiente natural (que também é cultural porque expressa um conhecimento social) de terras onduladas e de pedregulho da região do Alto Uruguai pode identificar nas terras planas e sem pedras do Assentamento as condições para o desenvolvimento da soja e não do gado leiteiro – *vaca é pra ladeira, ao menos eu sempre fiz assim (...)*, como declara o Sr. Venâncio em conversa com o pesquisador, e arremata: *Essas terras aqui, planas, aqui tem que colocar soja, vai colocar vaca!?* Esse agricultor-assentado atualmente também procura trabalhar com gado leiteiro, mas diz ter *dó de colocar as vacas nessa terra*. Ou, por outro lado, um outro agricultor-assentado que declarou em conversas informais com o pesquisador, ter trabalhado em estâncias de gado na região do Planalto e que no Assentamento teve que aprender a trabalhar com a soja, por mais que durante os períodos de crise de reprodução econômica, como nos de baixos preços da soja, ainda prefira *encher o lote de gado ao invés de arrendar*. Essas são duas situações que exemplificam as situações vividas em trajetórias anteriores ao Assentamento.

Analisando os aspectos socioculturais de trabalhadores sem-terra e a intensidade da participação política em acampamentos, Gaiger (1994a: 182) irá argumentar que as posições sociais vividas anteriormente como as mais marginalizadas no Rio Grande do Sul, como assalariados rurais, peões e antigos meeiros, tendem a ter uma menor participação política, o contrário ocorrendo com filhos de pequenos agricultores. Para o autor isso estaria relacionado com a vivência diferenciada das experiências da práxis coletiva empreendida durante o período de *luta* pela terra, que também estaria relacionado com os processos de socialização anteriores à ida para o acampamento.

Ou seja, as reações e interações às novas experiências e práticas vivenciadas na *luta* pela terra e sobre a terra tendem a ganhar significação a partir de um conjunto de referências socioculturais internalizadas nas socializações anteriores; que aqui estão sendo tratadas como da posição social e visões de mundo internalizadas nos processos de socialização primária, mais propriamente aquela adquirida dos pais. Nesse sentido, tendo por base as elaborações de Moreira (2004; 2006), os conhecimentos, valores, desejos e formas de comportamento dos agricultores-assentados poderiam ser entendidos como construídos em ambiências sócio-ecossistêmicas, ao mesmo tempo social, histórica e natural, vivida pelos indivíduos como “natural”, naturalizadas socialmente e cristalizadas em seu tempo. Assim, no entendimento do referido autor, seria “natural” de cada cultura, durante a socialização dos indivíduos. Dessa forma, a noção de ambiência sócio-ecossistêmica é entendida como sendo composta das visões de mundo, saberes, lógicas de ações, instituições e materialidades diversas que orientam as relações sociais, econômicas e políticas, orientam os espaços e tempos cotidianos de determinada sociedade e os espaços e tempos do indivíduo; seus locais de vivência, trabalho e afetos; são assim processos complexos no espaço e no tempo, em co-determinações: individuais e sociais.

Nesse contexto, seria nas inter-relações complexas da relação do ser humano na *natureza* e na *sociedade* onde cada um experimentaria sua individuação. Com efeito, a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade, e experiências a ela relacionadas, tenderiam a conformar realidades específicas e lógicas de ação como fundamento interativo-reativo aos novos eventos que lhe chegam aos sentidos. Os princípios (sistemas de referência) orientadores das lógicas de agir, pensar e se comportar, moduladores dos *habitus* sociais seriam formados, portanto, em ambiências sócio-ecossistêmicas. *Habitus* entendido como uma estrutura internalizada que tende agir como estruturante das práticas sociais, das formas de reagir a novas experiências e definidora de um vir a ser do indivíduo (Bourdieu, 1996; 2002). Neste contexto, os motivos para a mobilização dessas frações de agricultores encontram lastro na própria cultura e vivência de situações que causam insatisfação com a realidade percebida, em algum grau provocam *frustração*, mas

fundamentalmente pela manutenção da esperança em melhorar as condições econômico-sociais de vida (Gaiger, 1999).

Por esse ângulo as mobilizações de agricultores sem-terra não seriam obra unicamente de um esclarecimento intelectual de sua condição subalterna e subordinada. Mas primordialmente seria impulsionada por uma defasagem entre as carências materiais e simbólicas geradas sócio-historicamente e as expectativas de alcançá-las, confrontadas com a realidade identificada como limitante de tais desejos. Uma realidade constituída por variados itinerários sociais em que se buscou conquistar, preservar ou reestabelecer condições por eles consideradas dignas de vida. Trajetórias quase sempre marcadas pela insatisfação e privação material. Este contexto gestaria um *estado de frustração* (Gaiger, 1999: 75) entre os agricultores e que seria a porta de entrada para os agentes mobilizadores do MST, para o caso aqui estudado, mas em outras conjunturas históricas aos agentes religiosos, atingirem indivíduos predispostos com suas idéias de *lutar* coletivamente por um lote de terra.

Contudo, essa perspectiva de *luta*, aberta aos sem-terra, tende a ser eivada de contradições, medos e insegurança. Se por um lado ela cria a expectativa de equacionar aquela defasagem entre carências e realidade limitante, por outro tende a promover uma espécie de luta interna contra suas visões de mundo e valores que, não raramente, identifica os sem-terra com preconceito. Uma visão de mundo internalizada e que representa os interesses daqueles que os subjagam direta ou indiretamente e que é, pelo menos, tensionada quando decidem ir para o acampamento. Entretanto, Gaiger (1999: 87) argumenta que essa decisão tende a ser precedida por uma avaliação se vale ou não a pena correr os riscos e represálias inerentes a esse tipo de ação. Aqueles que decidem correr os riscos tendem a entrar num caminho sem volta, tanto por que os custos em abandonar, possivelmente, pequenas parcelas que cultivam sob meação ou arrendamentos são irreversíveis, quanto pelo rompimento de laços com sua comunidade de origem onde passa a ser estigmatizado e reprovado por ter tomado tal atitude. Dado esse contexto, ele só pode retornar quando tiver adquirido terra para não ser desmoralizado e para não voltar ao ponto de partida. Se voltar noticiando que conseguiu um lote – o que pode ser sua redenção na comunidade – outros indivíduos tendem a seguir seus passos. Nesse sentido, o fato dos agricultores possuírem exemplos em sua comunidade ou ponderarem que outros conseguiram terra, o que também tende a ser habilmente trabalhado pelos agentes mobilizadores do MST, costuma ser um importante fator para a hipótese da *luta* permanecer entre suas opções como meio para construir um projeto de vida em cima de um pedaço de terra.

Mas, se os medos, temores e os tensionamentos de suas crenças culturais e visões de mundo oferecerem maior perigo do que o não atendimento de suas necessidades e desejos sociais, então, para Gaiger (1999:82) isso poderia provocar juntamente com a falta de outras alternativas uma racionalização, aceitando sua condição subordinada. Esse processo consistiria em passar a supervalorizar as vantagens da situação presente e subestimar aquelas da situação desejada. Nesse sentido, poder-se-ia argumentar que uma condição estrutural e objetiva de privação material e simbólica condicionada por mecanismos assimétricos de poder é internalizada subjetivamente como forma de suportar tal condição. Paradoxalmente, o indivíduo passa a participar de sua submissão para não sofrê-la. Contudo, deve-se admitir esse processo como não sendo fechado, mas aberto e permeado por incerteza e indeterminação, pelo menos até o momento em que a realidade lhe apresentar novos fatos que exijam novas reações e ressignificações de sua trajetória e de seus projetos de futuro.

Especialmente para o filho do pequeno agricultor uma outra contradição tende a ser enfrentada: a de categoria referência. De acordo com Gaiger (1999: 83) os agricultores-assentados seriam uma categoria de *referência ao contrário* contra a qual o filho do pequeno agricultor luta para não integrá-la devido ao medo de cair em situação miserável daqueles que nada possuem. Situação que tende a ser amenizada com as freqüentes visitas aos

assentamentos rurais considerados modelos, com amplas infra-estruturas de beneficiamento e com estruturas coletivas de organização do trabalho e da terra (visitas estas promovidas por sindicatos, igrejas e pelo próprio MST). Pela análise das entrevistas realizadas nesta pesquisa, somente depois dessas visitas é que muitos agricultores (ou os filhos desses) decidiram-se por integrar a *luta* pela terra.⁴⁵ Contudo, supõem-se que a imagem referência continuaria sendo aquela ligada a de *pequeno agricultor*, *agricultor familiar* ou mesmo de *colono*. Tanto que, de modo geral, no Assentamento pesquisado, devido à crise financeira vivida pelas famílias com o baixo preço da saca da soja, é recorrente a argumentação de que os *pequenos agricultores* estariam em melhores condições e que esta situação seria melhor que a de *assentado*.

De todo modo, a decisão de participar de um acampamento tende ser acompanhada por um processo de autoconvencimento de que a *luta* é a única alternativa para se ter acesso a terra e a reprodução dos padrões de vida almejados. Dessa forma, Neves (1999) destaca que o autoconvencimento significa, no fundo, uma luta contra as regras sociais de propriedade instituídas. Ir acampar significaria, portanto, não aceitar a ordem das coisas e, mesmo que não-consciente, eleger ao lado de quem e contra quem lutar; recusar o *status quo* estabelecido representaria alterar sua forma de ver e se ver no mundo e de um modo geral, significaria insatisfação com a realidade vivida, por outro lado, esperança num futuro de melhores condições de vida. Assim, pode ser levantada a hipótese de que essa luta é contra as injustiças sociais atribuídas à distribuição desigual da propriedade da terra uma vez que almejam ter seu pedaço de terra legitimado socialmente como sua propriedade. Logo, outras formas de organização econômico-social da terra e do trabalho seriam estranhas aos seus desejos e horizontes que os mobilizaram inicialmente. A alteração das visões de mundo dependerá de como será sua interação-reação com as novas experiências da *luta*. Lembre-se que no Assentamento Ceres há a desarticulação da maioria dos *grupos de produção coletiva* pelos agricultores participantes, o que aponta também para a constituição de lotes privados de terra.

Nesse sentido, a análise das lógicas e racionalidades produtivas que os agricultores-assentados desenvolvem no Assentamento deve considerar esse processo de formação sociocultural inscrito nas trajetórias individuais e, como se tem abordado, intimamente relacionado com as posições sociais ocupadas até a ida para o acampamento. Se aceita essa postulação, teria-se que reconhecer as diferenças entre aqueles agricultores-assentados que ocuparam posições sociais anteriores ao acampamento como filhos de pequenos agricultores, como trabalhadores assalariados agrícolas ou como trabalhadores urbanos, por exemplo. Posições sociais que conformariam experiências de vida, saberes e lógicas diferentes conduzindo a ações também diferentes; ou ainda a uma mesma ação, mas com significações diferentes.

Assim, os desejos, projetos de futuro e objetivos diretos para com a posse do lote de terra poderiam ser diferentes, bem como a vivência de incertezas, instabilidades, ansiedades,

⁴⁵ Os filhos dos pequenos agricultores tendem a enfrentar internamente em sua família de origem uma outra situação que pode provocar a saída da propriedade e a precipitação para a entrada na *luta* pela terra: os padrões de herança e sucessão da propriedade familiar. Contudo seria necessário objetivar as posições sociais no interior da família dos indivíduos que *ficam* e os que *saem* para verificar essas regras sociais. Ou seja, como a literatura tem apontado, costuma ocorrer uma constituição social daquele filho *que fica* para herdar a propriedade, assim como em relação àqueles que *devem sair*. Nessa última situação, podem ser construídas várias possibilidades como encaminhar determinados (as) filhos (as) para “o estudo” e outros para “o seminário”. Nesse sentido, o autor dessa dissertação observou que para esse último “destino” teriam sido encaminhados alguns filhos de pequenos agricultores que hoje são agricultores-assentados, freqüentando, portanto, o seminário por algum tempo. Entretanto, sugere-se que dada a pequena quantidade de terra dessas famílias os padrões de herança também possam ter-se comprometidos, não ficando nenhum filho na propriedade e nem mesmo o *pai*, seguindo juntamente com aqueles para os acampamentos, como ocorrido com os pais de vários agricultores-assentados entrevistados pelo autor. Contudo, para uma discussão mais detalhada sobre os padrões de sucessão, herança e estratégias de reprodução social ver: Moura (1978); Seyferth (1985); Bourdieu (1994); Woortmann e Woortmann (1993); Carneiro (2001).

perigos e oportunidades. Neste sentido corrobora o estudo realizado por Gaiger (1994a) em que os agricultores-assentados que eram filhos de pequenos agricultores e arrendatários rurais em situação anterior ao acampamento tendiam a apresentar um campo de visibilidade de interesses maior que aqueles que se situavam como trabalhadores assalariados, antigos meeiros e peões de fazenda. Teriam os filhos de pequenos agricultores um “olhar” voltado para o lote no sentido de construir um projeto de vida, mas fundamentalmente a partir de uma perspectiva de acúmulo de capital econômico? Por outro lado, será que aqueles indivíduos que trabalhavam como peões de fazenda, meeiros, empregados rurais e urbanos não teriam um “olhar” voltado para o lote no sentido de construir um projeto de vida, em que o fundamento desse projeto seria o desejo de autonomia no trabalho (na jornada de trabalho) e independência, constituindo a centralidade de sua racionalidade produtiva? Claro que essas indagações são baseadas em modelos de análise e, como tais, não revelam diferenças internas entre os grupos de agricultores considerados, nem toda sua complexidade. Mas, podem sugerir uma variedade de objetivos para com a participação nos acampamentos e na conquista do lote.

Essa “carga” sociocultural que começa a ser tensionada desde o momento em que a realidade aparece ao indivíduo como limitante de suas carências e que pode ser aprofundada quando entra em contato com os agentes do MST, tende a ser revolvida e ressignificada ainda mais quando vive o período de acampamento. A vivência nos acampamentos possibilita várias experiências de vida anteriormente estranhas aos agricultores. A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar que havia divisões de tarefas por meio das chamadas *brigadas*, que tinham o objetivo de garantir as mínimas condições de convivência coletiva. Já, os núcleos organizativos discutiam temas variados como política, gênero, saúde e produção. No contexto dos acampamentos, como foi demonstrado neste texto, a realização de ‘marchas’ ou ocupações torna-se uma possibilidade do presente. Assim como, de sofrer represálias por grupos armados a mando dos grandes proprietários de terra e enfrentamentos com a polícia. Dessa forma, para Caldart (2000: 116) a forma de organização coletiva do acampamento é dada pelo conjunto de circunstâncias inerentes aos diferenciais de poder representados pela condição de sem-terra por um lado e, de outro, pelas oligarquias agrárias e pelo poderio econômico. Para a autora, esse contexto conforma uma situação onde ou “(...) a vitória virá para todos, ou não virá para ninguém”. Portanto, a organização do acampamento é realizada a partir do atendimento das necessidades básicas de sobrevivência e de um consenso em movimento guiado pelo desejo de conquistar um lote de terra; por mais que esse desejo possa ter significados diferentes entre os indivíduos. Para Zimmermann (1994) haveria uma *homogeneização* dos desejos, para Ferrante (1994) a condição de sem-terra e por estarem inseridos num processo de *lutas* como demandantes por um pedaço de terra constituiriam um *espaço de iguais*.

No entanto, os novos e sucessivos eventos até então desconhecidos dos sem-terra e vividos como experiências impõe-se como práxis individual e coletiva, que exigem novas significações e atribuições de sentidos. Esses eventos tendem a ativar recursos culturais que não são lineares e uniformes e que funcionam com referência para atribuição de significados. Assim, esses recursos culturais desigualmente distribuídos tendem a definir interações-reações que movem os sem-terra para graus e níveis diversos de participação internamente nos acampamentos e de compreensão sobre o significado das próprias *lutas*. Por conseguinte, é de supor que esse processo funcione ampliando as diferenciações culturais já existentes. Noutras palavras, o que se está argumentado é que entre a mudança das condições sociais (nesse caso, relacionado com a “transformação” do *agricultor* em *agricultor sem-terra* lutando nos acampamentos e mobilizações) e a mudança de comportamentos dos indivíduos e grupos os diferenciais de poderes da ordem social não são vividos da mesma forma e nem com a mesma significação. Dependem daquilo que os indivíduos interiorizaram como *habitus*

ao longo de suas vidas. Mesmo que essas diferenças sejam sutis e só acessíveis ao pesquisador por meio de indícios, os *habitus* tendem a definir determinadas interações-reações e significações das experiências no período de *lutas* também de forma diferente. Ao nível social as reações às mudanças tenderiam a ser semelhantes entre indivíduos que ocupam posições reconhecidas como semelhantes na estrutura socialmente legitimada daquela sociedade. As classes e categorias sociais são ao mesmo tempo representações sociais de diferenciação e de identificação, bem como de estruturação de diferenciais de poderes, hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos ou subordinados. Diferenciações que também podem ocorrer a depender do ciclo familiar, número de filhos do casal, idade do casal e idade dos filhos, ou se o caso é de jovens solteiros empenhados na *luta* pela terra. Portanto, quando maior a diversidade, maiores seriam as modalidades e possibilidades de produção de sentidos segundo as circunstâncias, conjunturas e experiências vividas.

Nesse sentido, para Gaiger (1994a) o período do acampamento tende ser modulador e acelerador das diferenças socioculturais. A *luta* pode tanto gerar uma mudança circunstancial, um ajuste temporário no novo meio, sem colocar em cheque os fundamentos de vida trazidos por eles - assim, à medida que se alcançam os objetivos materiais imediatos haveria uma tendência àquelas referências reassumirem um papel ativo colocando os sem-terra no que seria para eles o cotidiano habitual, sobre a terra. Quanto, pode também ser geradora das condições para desnaturalizações de noções ligadas a visões de mundo e, inclusive, redefinir os próprios objetivos iniciais que os conduziram para a *luta* pela terra - se antes o objetivo que movia o indivíduo era a conquista de um pedaço de terra, agora a “libertação” da classe pode constituir a força motriz de sua ação política. Dessa forma, quanto maior a “sensibilidade” às descobertas da *luta* no período de acampamento maior seria a possibilidade de participação em cursos de formação política e cursos técnicos (como cursos de Realidade Brasileira e cursos sobre a *Agroecologia*) constituindo novos conhecimentos que potencialmente seriam incorporados pelos agricultores participantes. Assim, *habitus* e *práxis* estariam intimamente relacionados. Se o *habitus* está associado a uma visão de mundo que orienta a atribuição de sentidos a partir de sistemas de referência culturais, a *práxis* dos indivíduos - ou seja, as ações empreendidas - articula e ordena o conjunto de experiências intencionais e espontâneas experimentadas e as reflexões empreendidas. Nessa direção, o *habitus* tornar-se-ia a referência da *práxis*, sobre o qual ela também agiria. Portanto, quanto mais intencionais fossem as práticas, maior seria a possibilidade de ressignificação do próprio *habitus*.

Um dos exemplos de reordenamento de pressupostos culturais dos sem-terra, trabalhados por Gaiger (1995), diz respeito ao lugar que a religião ocupa em suas crenças. Para esse autor haveria um deslocamento do religioso na vida daqueles que *lutam*. Mesmo que a participação em mobilizações e na política tenha sido a partir de agentes religiosos e do campo religioso, à medida que tomam consciência de que os problemas por que passam são de origem humana e não transcendente, o fato religioso tende a perder a condição de realidade imanente, tornando-se objeto de interrogação. Dessa forma, o autor argumenta que o papel assumido pela religião como fonte de legitimação e de mobilização, tende a ser seguida a médio prazo por uma substituição gradual de referências religiosas por referências seculares, provenientes principalmente da *práxis* sociopolítica.

Na vivência do autor dessa dissertação com o conjunto dos agricultores-assentados e a partir da análise das entrevistas foi possível identificar que alguns deles haviam participado de cursos de formação política e técnica durante esse período de acampamento. Quais teriam sido os motivos para tal participação? Quais foram as características distintivas a eles atribuídas entre os demais que os legitimaram para tais participações? Quais foram os sentidos atribuídos a tais cursos, especialmente os técnicos, devido aos assuntos diretamente tratados nessa dissertação? Como os conhecimentos potencialmente incorporados nesses cursos foram

integrados às racionalidades produtivas dos agricultores-assentados, aqui entendidas como racionalidades culturais? Isso constitui fator de diferenciação interna no Assentamento? De uma forma geral, como essas experiências vividas na fase de acampamento integram-se com as estratégias produtivas elaboradas pelas famílias, ou não se integraram? Ou seja, por um outro ângulo, as estratégias produtivas elaboradas pelas famílias de agricultores-assentados contêm fatores culturais e materiais que foram adquiridos na fase de acampamento?

Neves (1999) argumenta que as características que distinguem os sem-terra nos acampamentos e no processo de *luta* tendem a ser expressados nos assentamentos por meio de novas hierarquias sociais, em especial aquelas representadas pela direção: do assentamento e de outras instâncias de decisão do MST. Assim, tanto os acampamentos e os assentamentos seriam espaços sociais onde outras formas de prestígio, reputação, reconhecimento e reintegração social seriam legitimados. Portanto, esses componentes gerados no processo de *luta* pela terra e na terra também comporiam o quadro de características sociais distintas entre os indivíduos. Para aquela autora, as direções dos assentamentos teriam maiores condições de estabelecimento de redes de relações e, portanto, circuitos alternativos de comercialização poderiam ser acionados a partir dos contatos pessoais desenvolvidos. Existe relação, a partir da amostra social que compõe esta pesquisa, entre essas diferenciações sociais no Assentamento Ceres e as estratégias produtivas desenvolvidas pelos agricultores-assentados?

De todo modo, a *luta* pela terra tende a conformar um modo de pensar em movimento, como reflexo de questionamentos e transformações de *habitus*, de assimilação de novas referências que implica uma revisão nas formas de pensar e agir. Um processo que poderá ser aprofundado ou relativizado, dependendo do contato com as novas práticas sociais, políticas e econômicas gestadas na *luta* sobre a terra. Neste sentido, portanto, trata-se de um processo em andamento, aberto, cuja complexidade e possíveis desdobramentos justificam os esforços que aqui se tem empreendido na perspectiva de entender a cultura como um conjunto de referências incorporadas e como um senso em movimento que modifica-se à medida que os agricultores-assentados descortinam horizontes, (re) constroem novos cenários de futuro e deparam-se com novas experiências.

3. CONDIÇÕES DE AMBIÊNCIA NA MENINA DOS OLHOS DO SEM-TERRA

A conformação social do assentamento rural é um momento da *luta* pela terra que tende a marcar uma nova fase na vida das pessoas envolvidas. Torna-se um espaço social onde as contradições entre o interiorizado como *habitus* nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo e saberes) e as novas experiências sociais e naturais vividas no assentamento exacerbam-se. Isso tende a ocorrer em relação às condições físicas e sociais onde o assentamento está localizado, às diferenças específicas de cada lote produtivo, coletivos e familiares, com instituições de crédito, assistência técnica, cooperativa, redes mercantis, relações de vizinhança, dentre outras. Portanto, defrontam-se com fatores estruturais, conjunturais, objetivos e subjetivos inerentes a este tipo de formação social. Esse contexto tende a configurar uma nova ambiência sócio-ecossistêmica onde os agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos.

Uma das dimensões do conjunto de novas experiências dessa fase que os agricultores-assentados entram em contato diz respeito ao acesso às políticas públicas. Ainda que, muitas

vezes, de forma precária, tendem a ser reconhecidos pelo estado e atendidos por políticas públicas que até então eram estranhas a esse segmento social (Leite et al., 2004). Entre as mais notórias estão o acesso ao crédito financeiro e serviços de assessoramento técnico, energia elétrica, água potável, entre outras. No Assentamento Ceres, todos os agricultores-assentados entrevistados pelo autor responderam nunca ter acessado créditos agrícolas até 1997, quando foram liberados os créditos de apoio e as parcelas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Portanto, para muitos pode ter sido a primeira vez que houve o uso de recursos financeiros externos com vistas a pagamento futuro. O mesmo acontecendo com a assessoria técnica, passando a ter algum acompanhamento com uma equipe do LUMIAR a partir de 1997 e, posteriormente, com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec). Nesse último caso, poder-se-ia supor que em algum grau haveria certo “confronto” de racionalidades entre os assessores técnicos que tiveram uma formação baseada na ciência moderna, em universidades, e os agricultores que internalizaram os conhecimentos da natureza não apenas como conhecimentos técnicos, mas também como um *modo de vida* (Moreira, 2005), além das possíveis desvalorizações e valorizações dessas técnicas (Moreira, 1997). Não raro, as mobilizações ainda continuam sendo acionadas para pressionar os governos para construção de sistemas viários e escolas no Assentamento, como ocorreu com a ocupação de prefeitura de Jóia em 1997 (Zero Hora, 22/11/1997: 67).

Por outro lado, a partir do acampamento há a construção de planos e projetos de futuro para o Assentamento tanto por parte das famílias quanto por parte das direções do MST e do INCRA. Como se abordou na seção anterior, foi no período do acampamento onde se processou um momento de tensão e disputa entre estes agentes sociais que legitimou uma determinada distribuição dos lotes e a formação de um Plano de Desenvolvimento para o Assentamento Ceres, identificando-se o que seria produzido e como deveria ser organizada a produção. Assim, a forma de organização inicial do Assentamento pode ser identificada como resultado de disputas em torno de projetos de futuro onde se expressam os poderes assimétricos entre os agentes envolvidos e as autonomias relativas inerentes a esses poderes. Um processo que se revela não apenas entre ‘direções do MST e INCRA’ com ‘as famílias’, mas também internamente entre esse último grupo, ou seja, entre os beneficiários, a partir de um quadro de vantagens e características sociais e simbólicas desenvolvidas e reconhecidas até então por indivíduos ou grupos. Por exemplo, alguns se legitimam como lideranças, ocorre a formação de grupos de produção coletiva, geralmente por identificações entre os assentados – o que não impede que surjam diferenças e divergências internas -, e outros tornam-se produtores individuais. Revelam-se, pois, com maior visibilidade as diferenças de projetos e visões de mundo, podendo-se falar em ampliação da heterogeneidade sociocultural dos agricultores-assentados, onde valores e desejos podem se mostrar conflitantes.⁴⁶

É no Assentamento onde as famílias irão viver as experiências de serem sócias de uma Cooperativa que tem por objetivo a produção, comercialização e prestação de serviços relacionados com a atividade leiteira. Da mesma forma, será onde vivenciarão as influências de outras cooperativas, empresas da região e agricultores granjeiros vizinhos que possuem como centro de suas estratégias produtivas a atividade sojícua.

Neste contexto, as atribuições de sentidos aos eventos desta nova ambiência fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se legitima no processo, legitimando atores sociais e pessoas, técnicas e projetos, bem como age desqualificando outros. A participação do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o

⁴⁶ Sem sombra de dúvida o local onde estas diferenças mais florescem são nos chamados grupos de produção coletiva. Sobre o assunto ver: Ferrante (1994); Bergamasco e Ferrante (1994); Paulilo (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

ambiente sócio-ecossistêmico de seu lote, do Assentamento e da própria região. Cada agricultor fala de um lugar sócio-ecossistêmico específico e age prioritariamente neste lugar: esta seria a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento. Para facilitar, baseando-se nas elaborações de Moreira (2004, 2005, 2006), tais relações sociais de interdependência social, institucional e ecossistêmica serão chamadas apenas como sendo a *ambiência*, da unidade familiar, do Assentamento e da região. Tais ambiências contêm elementos de cooperação e disputas que representam diferenciais de poderes, seja entre os membros da família, entre os assentados, bem como na região. É onde cada um atualiza seu passado, presentifica seus sonhos de futuros e age nos diversos espaços sociais, como aqueles relacionados às atividades produtivas. Nesta direção é que pode ser argumentado que as ações são e estão integradas em um *modo de vida* e não apenas em um *modo de produção*.

Neste sentido, entre as atribuições de sentidos e valores que os agentes envolvidos no amoldamento do Assentamento buscam atribuir a esse espaço social encontram-se aquelas relacionadas à dimensão biofísica do ambiente natural. Por um lado existe uma conformação sócio-histórica que presentifica as possibilidades futuras no Assentamento, tais como, o quê este território “poderia” ou “deveria” produzir. Poder-se-ia dizer que, reconhecendo possíveis diferenças, essa dimensão seria aquela que orienta as ações da direção do MST e do INCRA no sentido de criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, centralmente baseado na atividade leiteira. Isso ocorreria devido às características da antiga Granja, contudo, em uma região onde a atividade sojícua é a expressão dos poderes hegemônicos sobre o território, como foi abordado no Capítulo II. Por serem representações sociais construídas sócio-historicamente sobre os usos do território e expressões simbólicas dos diferenciais de poder, pode ser considerado que em algum grau elas também estão presentes na visão dos agricultores-assentados. Mas, nesse caso tende a haver uma maior especificidade porque o trabalho em seu lote de terra atualiza as internalizações culturais adquiridas no território sócio-ecossistêmico vivido em fase anterior à ida para o acampamento. Processam-se com base nessas internalizações culturais julgamentos sobre o seu lote: de fertilidades, topografia, proximidade com centros urbanos, entre outras, além de acionar conhecimentos e saberes dando usos específicos aos fatores de produção ali presentes. Dessa forma, haveria uma determinada plasticidade e autonomia relativa dos agricultores-assentados na ambiência de seu lote. Mas, seria prudente considerar que a atribuição de sentidos e valores tanto ao Assentamento quanto, por óbvio, aos lotes, não são da ordem de uma autonomia absoluta por parte de nenhum dos agentes separadamente. Tanto as condições culturais objetivas quanto as subjetivas sobre o território seriam socialmente co-determinadas: resultado das interações com instituições, como o INCRA e o MST e seus mediadores; com grupos de agricultores e membros da própria família; com outras instituições sociais religiosas, políticas, econômicas e culturais em suas dimensões culturais, de conhecimento e de expressão de diferenciais de poder.

Apesar de todos esses fatores serem importantes nas definições produtivas do Assentamento, e de forma mais específica dos lotes, estar-se-á dando destaque a seguir a alguns deles que são “externos” às trajetórias individuais específicas dos agricultores-assentados. São, portanto, da ambiência do assentamento e da região. Ou seja, não estão sob controle da autonomia relativa dos assentados, por mais que com elas interajam e possam funcionar como estruturas que são estruturadas pela prática dos indivíduos. Julga-se, após análise das entrevistas e da vivência do pesquisador com as famílias, que os fatores com maior influência objetiva e subjetiva nas definições e escolhas produtivas dos agricultores-assentados sejam: a relação estabelecida com os vizinhos granjeiros; as conjunturas da Febre Aftosa; o aumento do preço da saca da soja; a introdução de variedades de soja transgênica; e o desenvolvimento das atividades da COOPERVIDA. Estar-se-á argumentando que o desenrolar dessas questões fortaleceu dentro do Assentamento uma noção que acabou se

tornando hegemônica de que a sojicultura faria os agricultores-assentados *melhorar de vida*⁴⁷ sem a necessidade de *muito trabalho*. A dinâmica produtiva regional sobrepor-se-ia assim aos projetos iniciais das direções do MST, do INCRA e, de modo geral, também o das famílias.

Na última subseção desse Capítulo estar-se-á localizando na estrutura complexa de relações do Assentamento as ações realizadas pela assessoria técnica. Componente da ambiência do assentamento o corpo técnico participa de forma restringida e relativa nesse contexto. A objetivação de seu “lugar” e influências no Assentamento é que se buscará problematizar.

3.1. Os vizinhos Granjeiros, a Febre Aftosa e as Conjunturas da Soja.

Desde a década de 1960 há uma expansão da sojicultura como atividade comercial entre os proprietários rurais da região do Planalto riograndense, como foi analisado no Capítulo II. Nesse ambiente regional a soja passou a substituir progressivamente as culturas produtivas tanto das colônias quanto das antigas estâncias. Se nas primeiras a economia baseada no policultivo cedeu lugar inicialmente ao binômio trigo-soja, nas segundas a pecuária extensiva é desvalorizada abrindo caminho para o arrendamento capitalista baseado no trigo. A partir de então, a cultura da soja torna-se tanto hegemônica comercialmente nas áreas de campo quanto nas áreas onde até bem pouco tempo atrás eram cobertas por florestas. Durante as décadas seguintes a valorização tanto objetiva, com a expansão da área cultivada, quanto subjetiva, devido à afirmação das idéias de que os agricultores teriam melhoria econômica, foi aprofundada por conjunturas favoráveis devido ao aumento do preço internacional dessa *commoditie*, como ocorreu em 1973, ou como aquela que se desenvolve a partir de 1999 até meados de 2004 (Bentevi, 2005) e com a ocorrência da Febre Aftosa em 2000/2001.

As circunstâncias político-sociais e econômicas do final da década de 1950 marcam uma espécie de metamorfose do território e uma redefinição dos poderes sobre tal. Forma-se uma nova categoria social proprietária de terras composta principalmente por cidadãos de origem colonial, quais se convencionou chamar de agricultores modernos, agricultores capitalistas ou, simplesmente, de *granjeiros*. Eles foram os precursores do cooperativismo empresarial e da expansão da soja para todos os rincões dessa região. Contudo, já na década de 1970, estancieiros convertidos em capitalistas da agricultura também passam a compor essa nova categoria, assim como aqueles colonos mais aquinhoados que fizeram da soja o centro de suas estratégias produtivas comerciais, em associação com as recém criadas Cooperativas Triticulas. Embora seja necessário observar que esses estancieiros também podem ser chamados regionalmente como *estancieiros da soja* e os agricultores das colônias apenas como *colonos*, especialmente aqueles que atualmente estão mais empobrecidos, estar-se-á denominando-os genericamente apenas como *granjeiros*, por dois motivos - mesmo que internamente a essa categoria haja diferenças óbvias, o que aqui não vem ao caso. Primeiro: por que tendem a cultivar a soja dentro dos marcos econômicos e tecnológicos considerados modernos. Segundo: por que, de forma geral, os agricultores-assentados denominam os outros agricultores vizinhos como *granjeiros*, podendo ser realizada uma distinção com *granjeirinhos* para denominar os agricultores com menor patrimônio produtivo.

⁴⁷ Por mais vaga que seja essa expressão decidiu-se mantê-la por ser amplamente usada pelos agricultores-assentados e por que denota, de uma forma geral, um desejo de melhorar materialmente; mesmo que formas e conteúdos possam ser diferenciados e diversos a partir das referências internalizadas do que seja digno ou não suportar como condição para *melhorar de vida*.

Portanto, o Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período temporal onde há uma valorização crescente da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados. De forma geral, o primeiro contato entre granjeiros e assentados ocorre já em 1997, quando se iniciou o trabalho de limpeza dos lotes, pois alguns deles estavam em áreas de macegais, e no estabelecimento do preparo da terra para o início dos cultivos de inverno, verão ou perenes. Segundo os agricultores-assentados entrevistados essa relação teria sido estabelecida de duas formas: ou através do pagamento em dinheiro para os granjeiros dos trabalhos realizados nos lotes ou através do arrendamento dos lotes a estes, por um valor em dinheiro ou determinada quantidade da produção final, definidos à priori. Tanto em uma situação quanto em outra os motivos para tais baseavam-se no fato de que os créditos do PROCERA não haviam sido liberados, e, portanto, os agricultores-assentados estavam recém iniciando a aquisição das primeiras ferramentas, máquinas, equipamentos, fazendo as moradias, etc. Dessa forma, o relacionamento com os granjeiros permitia realizar trabalhos agrícolas e colocar de imediato a terra produzindo, gerando alguma receita. Do contrário só seria possível quando fossem adquiridas as devidas máquinas e equipamentos, notadamente tratores e implementos. É possível sugerir que para os granjeiros o interesse pela área do Assentamento decorria da fertilidade e da qualidade da terra que poderia permitir boas safras. Segundo a entrevista concedida ao autor por um dirigente do Assentamento e que também presta atualmente serviços com trator e equipamentos para os demais assentados, havia granjeiros que chegaram a cultivar sob a forma de arrendamento em torno de 15 a 16 lotes de terra, mesmo nos anos seguintes do Assentamento. Contudo, de forma geral, essa relação produtiva (de arrendamento ou o pagamento por serviços prestados) com os granjeiros teria sido mantida por praticamente todos os agricultores-assentados no início do Assentamento, mesmo por aqueles que estavam investindo na bovinocultura de leite, devido à implementação de pastagens, ou em atividades de produtos agroecológicos, para o preparo do solo, por exemplo.

Nos anos seguintes a 1997, a relação com os chamados granjeiros passou a depender das atividades que os agricultores-assentados desenvolviam nos lotes e da aquisição de máquinas e implementos que alguns deles realizaram. Assim, os trabalhos motomecanizados no Assentamento passaram a ser desenvolvidos tanto por agentes externos quanto internos. No entanto, os granjeiros tinham ampla vantagem sobre os agricultores-assentados detentores de máquinas e equipamentos motomecanizados na realização dos trabalhos agrícolas para os demais assentados, por dois motivos principais [para facilitar, durante o texto estar-se-a chamando de 'agricultores-assentados detentores' aqueles que possuem máquinas e equipamentos e de 'agricultores-assentados demandantes' aqueles que não possuem máquinas e equipamentos]: a) possuíam uma infra-estrutura maior - tratores com maior potência, mais e melhores equipamentos para o preparo do solo, semeadura e colheita - sendo que os agricultores-assentados demandantes poderiam estabelecer uma *parceria* onde o *granjeiro* realizava todas as operações mecânicas; b) por que a direção do MST desaprovava qualquer relação que o agricultor-assentado viesse desenvolver no sentido de arrendamento de parte ou de toda área de seu lote, além de que não via com bons olhos a atividade sojícola, uma vez que incentivava a bovinocultura leiteira. Nesse contexto, os agricultores-assentados detentores também sofriam pressões por parte das direções do MST para que não realizassem práticas de arrendamento com os agricultores-assentados demandantes.

Dessa forma, a palavra *arrendamento* sempre foi interpretada internamente no Assentamento, tanto por agricultores-assentados quanto pela sua direção e do MST, como algo desprestigiado para aqueles que a praticavam. Por mais que desde o início do Assentamento seja uma prática comum entre os assentados, mesmo com integrantes da direção. Nesse sentido, na fala dos agricultores-assentados a palavra *parceria* é acionada

frequentemente para designar práticas de arrendamento entre os agentes internos do Assentamento e mesmo com os granjeiros. Contudo, *parceira* também pode designar para os agricultores-assentados outras formas de relações e interações produtivas que não apenas a de arrendamento, como práticas de cooperativismo entre os agricultores-assentados, trocas de trabalhos e formação de determinadas associações em que as atividades produtivas podem ser parcialmente planejadas de forma conjunta: como áreas de pastagens, áreas para semeadura de milho, soja, etc. Apesar dessas relações de interdependência entre os agricultores-assentados serem importantes, esta-se apenas abordando no sentido de descrever as influências que os granjeiros tiveram e têm dentro do Assentamento. Entre os agricultores-assentados que desenvolveram relações e interações produtivas como trocas de trabalho, ajudas, formação de associações, grupos coletivos de produção, de parceria e mesmo de arrendamento, houve uma tendência de diminuir a influência direta e objetiva dos granjeiros.

Neste cenário a relação dos granjeiros com os agricultores-assentados ocorreu (e ainda ocorre) principalmente na semeadura, na realização dos tratos culturais e colheita dos cereais, especialmente o da soja. Entre os agricultores-assentados que demandam a contratação de tais serviços estão aqueles que ocupam o seu lote exclusivamente ou majoritariamente com a soja. Dessa forma, geralmente ocupam seus lotes com o cultivo da soja nos meses de verão, nos meses do inverno, quando a pastagem nativa se desenvolve, podem ou aproveitar para vender alguma quantidade de leite ou formar *parceira* (na acepção entendida pelos agricultores-assentados) arrendando parcialmente ou totalmente a pastagem para outros agricultores-assentados ou para os granjeiros, que tendem a realizar a fenação.

Os granjeiros podem receber pagamento por todos os serviços realizados ou estabelecer relações de arrendamento. No segundo caso, podem pagar adiantado o arrendamento segundo a média ou o equivalente regional de 10 sacas (sc) de soja/ha, ou pagar em moeda corrente na hora da colheita. Geralmente quem decide a forma de pagamento é o agricultor-assentado, dependendo de sua necessidade financeira. Se o arrendatário não aceitar, o agricultor-assentado pode conceder a outro granjeiro sua área de terra para o cultivo. Percebeu-se que em alguns casos a palavra *parceria* entre granjeiros e agricultores-assentados pode significar também o estabelecimento de um contrato informal para que o primeiro realize o cultivo do lote por mais de um ano. Nesses casos o granjeiro pode pagar adiantado como forma de constrangimento para que no próximo ano seja a ele concedida novamente a área do lote. A análise dos dados de campo, principalmente das entrevistas realizadas pelo pesquisador com a amostra de agricultores-assentados (melhor explorada no Capítulo V), permite argumentar que os agricultores-assentados que desenvolvem tais relações de arrendamento com os granjeiros são aqueles que tendem a não ver o lote do ponto de vista de reprodução econômica ampliada, mas fundamentalmente a partir de desejos de independência e autonomia.

Com relação àqueles agricultores-assentados que pagam(vam) todos os trabalhos mecanizados para o cultivo da monocultura da soja, os dados de campo permitem argumentar que tendem a ver o lote a partir de uma chave de leitura da realidade segundo a qual *melhorar de vida* seria mediado pelo desejo de acúmulo econômico. Nesse sentido, é possível assinalar que essa ideologia promovida com o cultivo da soja tenha sido desenvolvida a partir das relações estabelecidas com os granjeiros, que acabaram inserindo estes agricultores-assentados nos circuitos comerciais dessa *commoditie*, empresas agropecuárias e cooperativas tritícolas como a COTRIJUI e AGROPAN. A declaração do Sr. Vanderlei, agricultor-assentado que teria cultivado a soja como a base comercial do lote desde a chegada no Assentamento e que à época da entrevista estava desenvolvendo a atividade leiteira, pode ser esclarecedora desse processo. Perguntado sobre como havia realizado nos primeiros anos de cultivo e por que sua opção foi pela soja, ele irá declarar que:

Quando nós chegamos aqui **tivemos que contratar os granjeirinhos** aí perto para plantar os lotes. Eles diziam que **aqui na região era a soja**, a soja era melhor

porque dava dinheiro e tal. E aí era o que a gente via, todo mundo plantava soja aí por roda [do Assentamento] (...). Nós achávamos que **a soja ia tirar o pessoal do fundo do poço**, ia **melhorar de vida**. (...) **Não precisa trabalhar muito** porque paga para passar veneno, paga para plantar, paga para passar veneno de novo, depois paga para colher e pronto, tá com o dinheiro no bolso.

Os trechos em negrito na declaração do Sr. Vanderlei destacam um ambiente regional em que havia agentes legitimados produtivamente com o cultivo da soja e uma determinada influência objetiva-subjetiva exercida sobre os agricultores-assentados, pois essa seria a cultura que *ia tirar o pessoal do fundo do poço*, ou seja, fazer os agricultores-assentados melhorar materialmente. Dessa forma, as idéias de *melhorar de vida sem muito trabalho* com o cultivo da soja ameaçavam os planejamentos iniciais de construir um Assentamento voltado para a produção leiteira e integrado pela Cooperativa. Além do mais, essa perspectiva produtiva e as idéias associadas eram reforçadas pelos sucessivos aumentos do preço da saca de soja praticadas pelo comércio internacional até meados de 2004, além de outros dois acontecimentos: a ocorrência da Febre Aftosa e a introdução de variedades de soja transgênica.

Em agosto de 2000 é diagnosticada em bovinos a doença popularmente chamada de Febre Aftosa, provocando o abate de todos os animais de casco fendido (bovinos, caprinos, suínos, ovinos) no Assentamento Ceres e arredores, modificando os sistemas produtivos dos agricultores envolvidos (Andreatta, 2003). Isso significou a interrupção imediata de toda a atividade leiteira que vinha sendo empreendida pelos agricultores-assentados e pela COOPERVIDA. Acontecimento que marca as entrevistas realizadas pelo pesquisador como uma espécie de baliza onde a dinâmica e hegemonia regional da soja sobrepõem os projetos produtivos de tornar o Assentamento Ceres voltado para a produção leiteira. Mesmo com a possibilidade de reposição progressiva dos animais entre março e julho de 2001, após o período chamado de ‘vazio sanitário’, nem a COOPERVIDA voltaria a ter a mesma quantidade de animais que anteriormente possuía em sua área de 200 ha, e nem todos os agricultores-assentados que antes possuíam bovinos leiteiros com interesses comerciais voltaram a investir nessa atividade - pelo menos até o momento em que há queda do preço da saca de soja a partir de 2004.

O diagnóstico e o abate de todos os animais de casco fendido atingidos pela referida doença não interrompeu apenas a atividade comercial daqueles agricultores-assentados que obtinham renda monetária com o leite, mas inviabilizou também qualquer atividade de autoconsumo que tivesse origem nesses animais. Portanto, ameaçou as condições de produção da alimentação básica das famílias. Essa situação além de gerar resistência entre os agricultores-assentados no sentido de tentar evitar que fossem realizados os abates, também gerou preocupação por parte do Governo Estadual, sob administração da Frente Popular – Gestão Olívio Dutra (1998/2002). De acordo com o Sr. José Cenci, que à época havia sido contratado pelo Gabinete de Reforma Agrária para trabalhar na execução dos programas desse órgão, o Governo Estadual buscou atender e dar suporte às famílias atingidas.

Entre as principais ações desenvolvidas esteve a formação das chamadas patrulhas agrícolas que realizaram o preparo do solo e a semeadura da soja a custo zero, o fornecimento de alimentação e a indenização dos animais aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a realização do preparo do solo e cultivo da soja provocou uma diminuição dos custos intermediários dessa atividade, ampliando as margens de lucro. Além do mais, segundo as entrevistas realizadas com os agricultores-assentados, nesse ano agrícola não teria ocorrido estiagens, garantindo a colheita de uma *boa* safra. Isso reforçou a crença de que a atividade sojícola seria o meio para os agricultores-assentados *melhorar de vida sem muito trabalho*. Some-se o fato de que nessa conjuntura, paradoxalmente, houve uma autonomização dos

agricultores-assentados dos contratos de parceria ou arrendamento realizados com os granjeiros para a plantação da área dos lotes.

A entrevista do Sr. José Cenci, também atingido pelo abate dos animais em assentamento vizinho, quando perguntado sobre esse momento por qual passavam os agricultores-assentados, é reveladora dessa situação. Segundo sua declaração:

(...) nesse período, num desespero emocional muito grande, o estado colocou estrutura para plantar, como não tinha gado e não podia ter gado, o estado colocou aqui trator e plantadeira de tudo quanto foi tipo, e aí o povo encheu tudo de soja. Isso era 2000, e aí o quê que aconteceu? Naquele ano deu safra de encher a boca do balão. Nunca em período de Assentamento tinha dado tanto quanto aquele ano. Custo zero, o estado colocou trator e tudo mais. Safra *record*. E aí o pessoal não queria mais voltar para o leite, era só soja, todo mundo só falava na tal da soja (...).

Dessa forma, somando-se às influências já exercidas pela presença dos granjeiros no Assentamento, a Febre Aftosa condicionou a que todos plantassem a soja. Como não havia animais, as pastagens perenes formadas foram desfeitas e em muitos poteiros (local onde os agricultores costumam deixar os animais) os gramados receberam venenos para preparar a terra à sojicultura. Assim, estava, de forma geral, desorganizada a estrutura e investimentos já realizados por aqueles agricultores-assentados que produziam ou que estavam em vias de começar a produzir leite. No entanto, a frustração provocada pela Febre Aftosa era contrabalançada pelos fatos da realidade empírica, que lhes apresentava: custo zero da plantação da soja, preços da saca em ascensão e safra de *encher a boca do balão*, ou seja, uma *safr record*, e sem a necessidade de *trabalhar muito*, como exigido pela atividade leiteira. Portanto, essa realidade apresentava muitos fatores aos agricultores-assentados para tornar a atividade sojícola a principal fonte de obtenção de recursos econômicos do lote.

Para completar o quadro de argumentos e fatos empíricos que promoveram a adoção dessa oleaginosa como atividade produtiva principal no Assentamento, variedades de soja transgênica são introduzidas por alguns agricultores-assentados a partir de meados do ano de 2000. Com a promessa de reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade, esses grãos tornam-se motivo de “discórdia” (Menasche, 2005) também dentro dos assentamentos rurais.

O debate em torno das sementes transgênicas aprofunda-se no estado ainda em 1999 com a intenção do Governo Estadual em tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos. Menasche (2005) aborda os principais fatos e embates ocorridos entre o Governo do estado, movimentos e organizações sociais populares com os grandes agricultores rurais organizados pela Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL) e sindicatos patronais rurais sobre essa temática. Segundo a autora, as principais ações de fiscalização nas lavouras de soja realizadas pelo Governo Estadual ocorreram na região do Planalto, entre os municípios de Cruz Alta e Tupaciretã, o que, por outro lado, também gerou reação dos sojicultores, impedindo através de piquetes, bloqueios de estradas e manifestações à ação dos fiscais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. O resultado dessas ações foi a suspensão das vistorias e um “passo atrás” do Governo em tornar o estado um território livre de transgênicos.

Neste contexto, a direção estadual do MST tirou uma orientação política não permitindo que os agricultores-assentados plantassem as sementes ilegais. Contudo, era impossível negar o fato de que o aumento aparente da renda atraía cada vez mais agricultores-assentados para esse cultivo, inclusive alguns indivíduos que compunham instâncias de direção do MST. No Assentamento Ceres, segundo a entrevista do Sr. José Cenci, a direção regional do MST (que envolve os assentamentos instalados no município de Jóia) e a COOPERVIDA teriam se enfraquecido internamente, devido às tentativas de colocar em prática as decisões da direção estadual do MST. Segundo sua declaração, a direção regional

chegou a punir e afastar lideranças por plantar a tal soja; nesse município as mobilizações promovidas queimaram lavouras dessa soja e a assessoria técnica do Assentamento teria trabalhado para evitar que os agricultores-assentados a cultivassem. No entanto, segundo esse entrevistado:

(...) outras regiões [as direções regionais do MST] não sustentaram [as posições tiradas pela direção estadual], exemplo: [o município de Tupaciretã], vizinho aqui, não sustentou e nós quebramos muito a cara; [o município de] Sarandi fazia o debate, mas teve dirigente que plantou transgênico e aí o povão chegava e falava: mas o que vocês querem e tal, se nos outros assentamentos os assentados plantam [soja transgênica] (...). Então nós enfrentamos isso. Aqui envolvia tudo, envolvia a direção política [do Assentamento] e também a Cooperativa porque tinha a área [de 200 ha] e não podia plantar [soja transgênica]; só que a COANOL [Cooperativa de alguns assentamentos do município de Sarandi] comprava soja transgênica nas estruturas da cooperativa (...).

Assim, as contradições entre a decisão tirada pela direção estadual do MST e a realidade de outras regiões do estado, como no município de Tupaciretã e Sarandi, em que os agricultores-assentados plantaram a soja transgênica mais livremente, não apenas gerava conflitos entre os agricultores-assentados e as direções do Assentamento Ceres. Também, a COOPERVIDA ficou prejudicada, pois plantar (em parte dos 200 ha, que não eram utilizadas para o gado leiteiro, ou em toda a área, quando ocorreu a Febre Aftosa) a soja convencional significava maior custo intermediário em relação à soja transgênica, além de enfraquecer as estratégias de estímulo da atividade leiteira entre os agricultores-assentados. De todo modo, nos anos subsequentes houve uma introdução progressiva no Assentamento Ceres dessas variedades de soja, constituindo mais um elemento da afirmação dessa cultura produtiva como capaz de fazer os agricultores-assentados melhorar materialmente.

Contudo, tem relevo importante um elemento na ambiência local vivida pelos agricultores-assentados que ainda não foi analisado: o desenvolvimento das atividades da COOPERVIDA. Esse aspecto será analisado a seguir.

Em tempo, deve ser lembrado que se está tratando de um momento de valorização da cultura da soja e abordando os principais fatores dessa situação, o que não implica afirmar que todos os agricultores-assentados tenham aderido a essa estratégia produtiva. Após o fim do 'vazio sanitário', devido à Febre Aftosa, muitos voltam a recolocar os animais na área e a investir na atividade leiteira, outros, todavia, permanecem no cultivo da soja, como geradora principal da renda familiar. A partir do ano de 2004, quando o preço da saca de soja diminuiu, as idéias hegemônicas relacionadas ao seu plantio perdem densidade, e é intensificado pela COOPERVIDA e pela assessoria técnica o desenvolvimento da atividade leiteira, agora tendo como modelo produtivo o chamado Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), como será abordado nas próximas subseções.

3.2. A COOPERVIDA e a Ambiência Local

A Cooperativa do Assentamento Ceres foi fundada em 18 de setembro de 1997. Entre seus objetivos figurava por em funcionamento a infra-estrutura destinada à produção leiteira, herdada da antiga proprietária, utilizar produtivamente os 200 ha que estavam sob sua responsabilidade e estabelecer uma espécie de tutoramento produtivo, de prestação de serviços e comerciais para com os agricultores-assentados, especialmente, em atividades relacionadas com a produção leiteira. Isso gerou, de forma geral, expectativas entre os agricultores-assentados de que a mesma se constituiria como uma referência produtiva a ser seguida, além de um instrumento que promoveria o apoio necessário às suas atividades

agropecuárias. No entanto, os problemas surgidos na tentativa de colocar em funcionamento as infra-estruturas herdadas; da aplicação dos investimentos providos do PROCERA – Teto II; em tensões com os agricultores-assentados no estabelecimento de preços ao leite, recolhimento e no pagamento; na concorrência com outras empresas para o recolhimento do leite dos agricultores-assentados; e devido a Febre Aftosa - entre outros motivos -, condicionaram um desenrolar diferente aos planejamentos iniciais realizados em relação à COOPERVIDA e ao Assentamento. Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, era voz corrente entre os dirigentes do MST, entre os agricultores-assentados e entre o corpo técnico a possibilidade de assentar outras famílias sem-terra na área dos 200 ha da Cooperativa. Além de que o tambo de leite e as outras infra-estruturas por ela administradas estavam praticamente desativadas. Estas questões geraram no decorrer dos anos um sentimento de frustração e de descrédito por parte dos agricultores-assentados em relação à Cooperativa, sendo um dos fatores que influenciou na construção das idéias de que a soja seria a melhor alternativa produtiva a ser desenvolvida.

Os recursos financeiros acessados pela COOPERVIDA para por em funcionamento suas atividades e realizar o assessoramento aos agricultores-assentados foram via PROCERA-Teto II. Segundo o Sr. Rui Cancian Tagliapietra⁴⁸, em entrevista ao autor, o chamado Teto II consistia em uma complementação financeira para investimentos não suportados pelo chamado Teto I, ou seja, uma modalidade de crédito em que os recursos dobravam o valor normalmente recebidos pelo Teto I. Os recursos eram acessados por um determinado grupo de agricultores-assentados e repassados total ou parcialmente para a Cooperativa. Dessa forma, a COOPERVIDA teria acionado duas vezes esse fundo de crédito agrícola no ano de 1998.

De acordo com o Projeto de Investimento Teto II (Lumiar, 1997), elaborado em dezembro de 1997 o primeiro investimento foi no valor de R\$ 195.435,00, utilizado para a aquisição de maquinário, animais leiteiros, reformas de infra-estruturas e transporte formando o chamado parque de máquinas com o objetivo de por em funcionamento a estrutura produtiva.⁴⁹ De forma especial, esse Projeto previa a aquisição de 50 vacas leiteiras e um planejamento da área de modo que no decorrer de 5 anos o plantel de animais leiteiros em lactação chegasse a 150, quando deveria se estabilizar; *vide* Anexo F. Também previa uma redução, inversamente proporcional ao aumento do número de animais, da área cultivada com cereais destinados à venda direta, como a soja.

O segundo acesso àquele fundo financeiro foi realizado a partir de um segundo Projeto de Investimento (Lumiar, 1998) e aprovado pela Comissão Estadual do PROCERA em 23 de dezembro de 1998 (Incrá, 1998) no valor de R\$ 312.070,00. Esse projeto era qualitativamente diferente do primeiro e, de forma especial, previa a aquisição de 210 vacas de leite, sendo que destas, 60 seriam incorporadas na atividade leiteira da COOPERVIDA e as demais seriam repassadas para os agricultores-assentados. Com relação ao planejamento do número de animais em lactação no tambo leiteiro administrado pela Cooperativa, permanece a mesma meta a ser atingida dentro dos 5 anos seguintes. Pode-se, portanto, levantar questionamentos quanto à validade dos planejamentos, ou quanto ao manejo dos animais inicialmente adquiridos, dentro da hipótese de que tenham ocorrido mortes e declínio dos índices zootécnicos, ou quanto à aplicação dos recursos nesse fim; contudo, por mais que importantes, não compõe os objetivos dessa dissertação explorar tais questões.

⁴⁸ De acordo com sua declaração, além de ter ocupado o cargo de Diretor da Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, nessa época também teria sido Presidente da Comissão Estadual do PROCERA. Essa comissão era composta por um representante da EMATER/RS, um representante do Banco do Brasil, um representante do então Setor de Assentamentos do Governo do Estadual e um representante da Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

⁴⁹ Não foi possível localizar a Ata da Comissão Estadual do PROCERA que autorizou a liberação do referido crédito, mas o Laudo de Aplicação de Recursos Oriundos do PROCERA elaborado por Lumiar (1998) comprova a liberação do mesmo.

Esse ambiente de aquisição de máquinas, equipamentos, veículos para transporte, animais, reacionamento da fábrica de ração, oficina mecânica e mercado de produtos alimentícios, somando-se às discussões na fase de acampamento de criação de um Assentamento “modelo” traduzem alguns indícios das promessas de futuro tanto para a COOPERVIDA quanto aos agricultores-assentados. Entre os agricultores-assentados entrevistados a declaração do Sr. João pode ser considerada a síntese das demais entrevistas realizadas pelo pesquisador sobre esse período, para quem a Cooperativa era imaginada como *a verdadeira mãe dos assentados*. No entanto, ainda segundo sua declaração, no decorrer dos anos esses projetos transformaram-se em decepção dando lugar a sentimentos de que teriam sido *iludidos* pelas promessas realizadas.

Com efeito, já na aplicação do primeiro recurso financeiro a Cooperativa teria começado a se *desvirtuar* dos objetivos iniciais. De acordo com as declarações do Sr. José Cenci ao pesquisador, as máquinas e equipamentos que deveriam ter sido adquiridas enquadrar-se-iam como sendo de *porte médio e pequeno* e não de *porte grande*, como as que foram compradas. Essa declaração pode ser comprovada quando são analisados e comparados os documentos relativos à Ata nº 2 da Assembléia Geral dos Associados, que autorizou o Conselho Administrativo a fazer as aquisições, com os documentos dos investimentos realizados - documentos presentes no primeiro Projeto de acesso do Teto-II, Lumiar (1997). Nos anos seguintes, esses investimentos foram objeto de dois pedidos por parte da COOPERVIDA para desalienação de bens e reinvestimentos, endereçados para a Comissão Estadual do PROCERA (Câmara Técnica), conforme os documentos Lumiar (1999) e Coopervida (2002). O primeiro solicita em junho de 1999 que fosse autorizada a venda do veículo denominado ‘caminhão MB 2318 ano 93’, no valor de R\$ 40.000,00, devido aos demonstrativos financeiros apresentar prejuízos referente a esse investimento, sendo argumentado que esse valor seria “reinvestido na atividade principal da COOPERVIDA: a atividade leiteira”. O segundo solicita em janeiro de 2002 (lembrar que essa data é após o abate dos animais devido a Febre Aftosa) que fosse autorizada a desalienação de outros bens para o reinvestimento em máquinas e equipamentos considerados *menores*. O argumento central da justificativa desse último documento é de que seria “irracional, econômica e administrativamente manter uma estrutura sub-utilizada”. A diferença financeira também seria reinvestida na atividade leiteira com a compra de 27 vacas leiteiras, sendo que com esses animais estabelecer-se-ia um planejamento para que em 6 anos se atingisse um total de 110 vacas leiteiras, quando se estabilizaria o tamanho do rebanho – *vide* Anexo G .

A comparação desse último planejamento com os outros dois anteriores demonstra uma redução das expectativas quanto ao ideal do tamanho do rebanho a ser atingido, assim como levanta outro questionamento, que não será aqui explorado: se após a Febre Aftosa a recomposição do rebanho foi realizada com recursos do Reinvestimento do PROCERA Teto II, aonde foi utilizado o valor recebido pela Cooperativa com a indenização dos animais abatidos em agosto/setembro de 2001 devido a Febre Aftosa? Talvez tenha sido investido na compra de um outro caminhão para o transporte do leite de seu tambo e dos agricultores-assentados até as empresas compradoras, já que a partir desse período uma das principais fontes de receita da COOPERVIDA passa a ser a aferição de lucros com tal atividade.

Assim, a partir de 1999, a Cooperativa readequou seu parque de máquinas e ‘enxugou’ o escopo de atividades propostas inicialmente. Nesse sentido, foram desativadas a fábrica de ração, a oficina mecânica e o mercado de produtos alimentícios, assim como parte da prestação de serviços aos agricultores-assentados como serviços de trator, de caminhão, entre outros. Contudo, para o Sr. José Cenci até a ocorrência da Febre Aftosa a COOPERVIDA estava, apesar dos problemas financeiros, no auge de sua produção de leite, assim como na coordenação dessa atividade entre os agricultores-assentados. Segundo sua declaração, até então a Cooperativa fazia a intermediação entre a indústria e (mais ou menos) 80% dos

agricultores-assentados produtores de leite. Por outro lado, no entanto, já havia a influência de outras empresas entre os demais agricultores-assentados, estabelecendo concorrência com a COOPERVIDA.

Ainda de acordo com sua declaração essa concorrência foi motivo para certos atritos entre agricultores-assentados e direção da Cooperativa no referente aos mecanismos de pagamento do leite. Ou seja, inicialmente seria realizada uma padronização do preço do litro do leite pago a cada produtor, independente da quantidade vendida. Esse mecanismo era distinto de outras empresas, pois estas incentivavam com um preço maior pago ao litro à medida que a escala de produção também aumentasse. Essa situação teria gerado certa indisposição entre aqueles agricultores-assentados que produziam maior quantidade de leite, pois havia a tendência de receberem maior quantia monetária comercializando com outras empresas que não a COOPERVIDA. Apesar desse debate do escalonamento do preço do litro de leite de acordo com a escala de produção ser considerado *difícil*, segundo sua entrevista não tinha como manter o mesmo preço entre aqueles que produziam *durante todos os meses do ano* e aqueles que produziam *apenas nos meses de inverno*, quando se desenvolvia a pastagem nativa nas lavouras, sob pena da COOPERVIDA *perder os melhores produtores de leite*.

Por mais que todos esses problemas afetassem as atividades desenvolvidas e a credibilidade da COOPERVIDA, o período anterior à Febre Aftosa é considerado pelo Sr. José Cenci como um momento em que o Assentamento tinha dado *um salto de qualidade e avançado na produção leiteira*. Segundo ele, cerca de 15% apenas dos agricultores-assentados não tinham investido ou não estavam investindo na bovinocultura de leite, permanecendo na atividade sojícola.

Contudo, esse cenário seria modificado com a ocorrência daquela doença e o aumento do preço da saca de soja. De acordo com sua declaração:

(...) deu a Aftosa e o pessoal colheu bem, a baixo custo (...). No ano seguinte, foi plantado de novo e deu safra cheia e deu aquele 'preço' que chegou a R\$ 50,00 a saca, coisa que nunca tinha acontecido.

(...) ta, e aí tu na política não segurava mais, a maioria ficou na soja, no outro verão entorno de 30% do pessoal vendeu as vacas e encheu o lote de soja (...).

Essa declaração é importante por dois motivos principais: primeiro por que desenha um ambiente da época em que a soja é valorizada devido aos baixos custos de produção e pelo pico do preço alcançado. Segundo por que revela os debates que a direção do MST tentou construir no sentido da não produção da soja, em especial da transgênica, o que, devido àquela conjuntura, foi inócuo: *na política não segurava mais*. Ou seja, a soja, independentemente dos debates travados pela direção, tornava-se uma importante alternativa comercial na visão dos agricultores-assentados.

Apesar de tudo, após a ocorrência da Febre Aftosa e a reposição dos animais, outros dois projetos procuraram estimular e desenvolver a atividade leiteira: o primeiro refere-se à chamada Intercooperação entre a COOPERVIDA, COANOL e COOPERTERRA (Cooperativa dos Assentamentos do município de Tupaciretã) e o segundo ao Projeto Leite Sul; resultado de um convênio entre INCRA e COPTEC através do Programa Terra Sol, firmado em final de 2004. A principal estratégia da Intcooperação era a busca do monopólio no recolhimento e venda do leite produzido nos assentamentos de reforma agrária, já o Projeto Leite Sul buscava a intensificação dos sistemas produtivos e a profissionalização dos agricultores-assentados.

De acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. José Cenci, a Intercooperação teria surgido da necessidade de barganhar um preço mais alto do litro de leite junto às indústrias compradoras, pois cada cooperativa comercializava com indústrias diferentes, sendo que a idéia era comercializar com apenas uma, exigindo um preço maior. Neste sentido,

foi firmado um contrato com uma indústria regional beneficiadora de leite chamada Bom Gosto no ano de 2002, sendo, no entanto, rompido em meados de 2004. De acordo com a entrevista citada a proposta realizada pelo proprietário dessa indústria foi considerada *inédita*, pois pagaria R\$ 0,06 a mais que outras empresas ao litro de leite comercializado. Ainda, a Bom Gosto financiaria a compra de 5 caminhões de recolhimento de leite a granel, destinando 2 caminhões à COOPERVIDA, 2 caminhões à COOPERTERRA, e 1 caminhão à COANOL, para que realizassem o recolhimento de leite nos assentamentos das respectivas regiões. Esse contrato teria garantido às Cooperativas uma negociação direta com o proprietário da indústria, aumentando o preço do litro de leite onde tivesse concorrência com outras empresas, mantendo, portanto, o monopólio no recolhimento e comercialização. Entorno de 1.200.000 litros/mês de leite teria sido o pico de produção que a Intercooperação chegou a comercializar com a Bom Gosto.

No entanto, problemas entre as cooperativas, entre essas e os agricultores-assentados e a conjuntura da falência da transnacional PARMALAT em dezembro de 2003⁵⁰, determinariam o fim do contrato e da Intercooperação. Os principais episódios entre as cooperativas referem-se ao fato de que como a COOPERVIDA possuía uma infra-estrutura de resfriamento do leite herdada da antiga proprietária da Granja Ceres, ali era concentrado o leite da COOPERTERRA e da COOPERVIDA e depois transportado conjuntamente. No entanto, frequentemente ocorriam divergências sobre a quantidade de leite depositado pela COOPERTERRA, uma vez que essa alegava ter enviado uma determinada quantidade que costumava não ser confirmada com a medição dos tanques de resfriamento. Além do mais, se alguma cooperativa depositasse leite com níveis de acidez acima do aceitável, corria-se o risco de que todo o leite misturado fosse condenado pela indústria, sendo as duas cooperativas penalizadas.

Com relação aos agricultores-assentados os principais problemas também residiam no recolhimento de leite que fosse considerado de qualidade. Ou seja, a COOPERVIDA foi condicionada a implantar um sistema de controle de qualidade do leite recolhido para evitar que pequenas quantidades “impróprias” de leite fossem misturadas nos tanques dos caminhões e desencadeassem a condenação de toda a carga, frequentemente gerando indisposições com alguns produtores. No entanto, se por algum motivo ocorresse a perda de uma ou várias cargas de leite dos caminhões a COOPERVIDA não tinha condições políticas de penalizar os agricultores-assentados, pois, nas palavras do Sr. José Cenci: *Tinha que pagar o produtor. Como é que recolhia e depois não pagava? Então era a cooperativa que ficava no prejuízo!* Ou seja, se não pagasse os agricultores-assentados corria-se o risco de gerar crise política, tendo, portanto, que a COOPERVIDA absorver as perdas. Ainda segundo sua entrevista, durante a gestão da qual participou ativamente na administração da COOPERVIDA, teria ocorrido a perda de até 80.000 mil litros/mês de leite devido aos acontecimentos relatados acima.

Contudo, para este entrevistado, foi depois da interrupção do recolhimento e industrialização do leite pelas plantas industriais da PARMALAT no estado, que os problemas se precipitaram. A Bom Gosto passou a ocupar o espaço deixado pela PARMALAT, ampliando sua influência no mercado de produtos lácticos. Essa situação impediu que a Intercooperação continuasse negociando diretamente com o proprietário, passando a ser realizado com funcionários recém contratados e que até então trabalhavam

⁵⁰ A PARMALAT foi considerada inadimplente depois da descoberta de um rombo financeiro de mais de 14 bilhões de Euros. Para o jornal *Le Monde Diplomatique*–Brasil (fev/2004: editorial) o escândalo financeiro da PARMALAT teria sido o maior da Europa desde 1945. Mais de 100 pessoas, entre elas o então dono Calisto Tanzi e os filhos, além de seis bancos estrangeiros, “foram acusados de bancarrota fraudulenta, elaboração de falsos balanços contábeis, formação de quadrilha e divulgação de falsas informações na Bolsa de valores” (Portal de Notícias G1, 20/02/2007).

para a PARMALAT. Dessa forma, a Bom Gosto, num ambiente conjuntural de excesso de oferta de matéria prima, mudou a política de relacionamento com as cooperativas e começou a ‘jogar’ com as contradições da própria Intercooperação - como os problemas relatados acima. Nesse sentido, passou a negociar separadamente o preço do litro de leite com cada cooperativa, gerando disputas entre a COOPERVIDA, a COOPERTERRA e a COANOL. Outras empresas também passaram a oferecer maiores preços ao leite dos agricultores-assentados. A própria PARMALAT durante o processo de reativação de suas plantas industriais, para recuperar mercado, ofereceu um preço maior ao praticado pela Bom Gosto, fazendo com que as cooperativas não vendessem todo o leite recolhido apenas para a Bom Gosto. Esse conjunto de circunstâncias determinou o fim do contrato e da Intercooperação, assim como com o monopólio no recolhimento do leite realizado pelas cooperativas internamente nos assentamentos, devido à emulação de alguns agricultores-assentados por outras empresas.

A partir de então a COOPERVIDA passou a disputar a produção dos agricultores-assentados com outras empresas. Com sérios problemas de fazer com que a contabilidade das atividades desenvolvidas dentro de seus 200 ha saísse do negativo, dependia das margens de lucro da comercialização do leite recolhido nos assentamentos para manter suas atividades. No entanto, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. Nelson Edelir dos Santos, então presidente da COOPERVIDA – Gestão 2002/2004, o custo operacional mensal da cooperativa era em torno de R\$ 6.000,00 – sem contar as dívidas, que eram motivo de preocupação quase que diária -, o que exigia o recolhimento de uma determinada quantidade mínima de leite mensal para que a margem negociada com a indústria permitisse a geração daquela quantia financeira operacional mínima, o que nem sempre era atingido. Esse cenário de crise produtiva e financeira gerava uma situação onde os agricultores-assentados que comercializavam o leite via Cooperativa podiam ter seus pagamentos mensais atrasados. Para os agricultores-assentados isso significava incerteza do recebimento e instabilidade no planejamento dos gastos mensais. Quando da realização do trabalho de campo a COOPERVIDA estava oferecendo R\$ 0,08 a mais que as outras empresas ao litro de leite recolhido, o que, mesmo assim, para muitos agricultores-assentados não se tornava atrativo devido aos riscos por eles considerados de não recebimento, ou de recebimento atrasado.

Para os agricultores-assentados o desenrolar destes acontecimentos transformavam-se em sentimentos de frustração e, não raramente, de revolta. Talvez seja possível atribuir a essas percepções algumas reações dos agricultores-assentados como: a ocorrência de uma espécie de ocupação, com a construção de um barraco de lona na área dos 200 ha da cooperativa realizada por um filho de um agricultor-assentado; a grande maioria dos agricultores-assentados que possuíam lotes fazendo divisa com a área da COOPERVIDA passaram a largar suas vacas nas pastagens, poteiros e lavouras dessa última; furtos de palanques e arames eram frequentes, além de relatos de furtos de gado leiteiro da Cooperativa. Nesse ambiente, a perda de controle das questões relacionadas com a COOPERVIDA pela direção do MST era evidente para qualquer observador.

Considera-se importante chamar a atenção para esses acontecimentos, pois fragilizam a influência da COOPERVIDA e da COPTEC na proposição de estratégias produtivas para as famílias, logo, ganham espaço as perspectivas individuais de buscar desenvolvimento socioeconômico. Se for possível afirmar que os agricultores sem-terra possuem em seus *habitus* um *comportamento previdente* antes da entrada na *luta* pela terra, desconfiado com agentes externos devido os fracassos das “fórmulas” para promover o propalado desenvolvimento (Gaiger, 1994a), os eventos vivenciados no Assentamento reativam essas referências. Qualquer atividade ou tentativa de desenvolvimento de projetos, programas, entre outros, que venham a ser propostos são vistos com desconfiança. A postura que passa a ser construída frente a essas propostas é de descrédito, reforçando assim as iniciativas individuais

a partir do conjunto de experiências e referências incorporadas ao longo de suas trajetórias. Para muitos, a alternativa passa a ser o cultivo da soja ou o arrendamento do lote, conforme uma dinâmica da ambiência regional.

A partir da presença do autor em algumas reuniões entre equipe técnica e agricultores-assentados foi possível perceber que os projetos de desenvolvimento e alternativas produtivas que envolvessem a liberação de crédito eram as mais numerosas. No entanto, essas fontes de crédito, se liberadas, nem sempre seguiam a orientação de aplicação naqueles fatores indicados pelos projetos, mas naquilo que era considerado mais seguro economicamente, ou no que fosse identificado como sendo necessário à família. Uma hipótese explicativa para tais comportamentos reticentes em adotar novas técnicas e manejos de produção é de que isso provém de uma espécie de senso prático dos agricultores-assentados. Ou seja, foram eles ou seus pais que não resistiram à disseminação da economia de mercado e das inovações técnicas. Quando buscaram se adaptar ao processo de modernização, substituindo cultivos e investindo naquilo que a ideologia dominante e o mercado informavam, esses agricultores trilham uma experiência traumatizante de perdas e fracassos sucessivos. Sejam eles que tenham sofrido diretamente esse processo ou que tenham visto outros agricultores passando por tais situações, esse sentimento tendeu a ser incorporado, sendo acionado quando defrontado com novas propostas.

Entretanto, as percepções de que o Assentamento Ceres *era a menina dos olhos dos sem terra do estado* e de que a Cooperativa *seria a mãe*, orientando e tutorando o desenvolvimento das atividades produtivas, estimulou e reacendeu expectativas para com o futuro, onde novos projetos e propostas foram, de forma geral, vistos como meio para *melhorar de vida*. Contudo, o que era expectativa tornou-se *ilusão* e frustração. Aquele senso prático é agora ratificado por experiências vivenciadas internamente no Assentamento e novas “aventuras” sobre a terra são recebidas com muita desconfiança. Assim, as observações realizadas a campo sugerem que, de modo geral, o critério utilizado pelos agricultores-assentados no estabelecimento de novas e alternativas técnicas, cultivos e manejos torna-se o da referência empírica. Ou seja, o “novo” não é aceito até que se comprove que algum outro agricultor-assentado o esteja desenvolvendo e habilitado a dar certo: *tem que ver pra crer*, como se referiu ao autor um agricultor-assentado em uma reunião que se discutiam as técnicas e manejos do Pastoreio Racional *Voisin* (PRV). Dessa forma, não adotam de imediato novas técnicas e processos não por que seriam motivados por uma postura conservadora ou por apego à tradição, mas por que suas trajetórias lhes apresentam motivos para constituir tal lógica de providência. Tão logo lhes pareça que valha a pena encampar tais “novidades” alçarão novamente os projetos de futuro que até então tenham sido negados pelas circunstâncias socioeconômicas.

Porém, na esteira dos episódios que provocaram sucessivas crises econômicas e políticas na COOPERVIDA e a conseqüente perda de referência e frustração por parte dos agricultores-assentados, há um outro fator que pode ser abordado: o *rolo* ou a *lógica do rolo*. Por mais que o objetivo dessa dissertação não seja a análise da desestruturação da COOPERVIDA, o chamado *rolo* está presente na dinâmica do Assentamento, não podendo ser desconsiderado da análise das influências sobre as estratégias produtivas; e mesmo na credibilidade de atividades técnicas promovidas pela COPTec perante os agricultores-assentados. Para Caldart (2000:90) a *lógica do rolo* consiste em tornar os assentamentos uma retaguarda para fazer avançar a *luta* pela terra, de construção de mobilizações, novos acampamentos e ocupações. Seria, portanto, uma lógica de movimento de curto prazo. No entanto, uma outra lógica estaria internalizada dentro dos assentamentos - segundo a autora, especialmente nas cooperativas - que seria aquela referente à organização da produção, na qualificação profissional, no planejamento em longo prazo. Haveria, assim, duas lógicas organizativas distintas com as quais os dirigentes do MST procuram conviver, nas palavras da

autora: “(...) trata-se da lógica do rolo (ou de movimento) versus a lógica da empresa social (de organização, planejamento)”. Dessa forma, a organização produtiva dos assentamentos, geralmente através das cooperativas, torna-se responsável pela manutenção econômica da estrutura necessária para os integrantes do MST ajudarem na organização de novos acampamentos e mobilizações. Os mesmos integrantes que ajudam na mobilização e na chamada *frente de massas* para a montagem de acampamentos e ocupações de terra são também dirigentes das estruturas responsáveis pela organização e promoção da produção nos assentamentos. Assim, para a autora: “(...) uma lógica mais empreendedora de organizar a produção acaba se mesclando nas formas de condução das próprias lutas pela terra”. No entanto, como hipótese provável, a *lógica do rolo* tende a suplantar a *lógica da empresa social* na administração das cooperativas.

Nesse sentido, tanto planejamentos, organização da produção, cursos técnicos e mesmo a assessoria técnica ficam subsumidos a uma dinâmica de movimento social que responde às demandas no curto prazo. Assim, *rolo* pode tornar-se sinônimo de confusão – sem controle separadamente de gastos direcionados para a *luta* e aqueles direcionados para a atividade produtiva, por exemplo - em que *tudo vira um rolão* – como frequentemente era ouvido pelo autor - com relação aos assuntos relacionados à produção e à *luta*. Subsumir a administração de uma empresa ou cooperativa à lógica do *rolão* em um ambiente de economia oligopolizada e regido pela dinâmica da concorrência intercapitalista na produção e venda de mercadorias pode representar um importante fator na inviabilidade financeira do empreendimento. Com relação ao caso que se está analisando pode constituir, junto com outros elementos, um fator responsável pela frustração dos agricultores-assentados frente à COOPERVIDA. E, se antes, a *lógica do rolo* era entendida como um instrumento importante para manter os agricultores-assentados e os dirigentes ligados e solidários à *luta* pela terra, *mutatis mutandis*, agora, o *rolão* pode significar afastamento dos agricultores-assentados das mobilizações e dificuldade dos próprios dirigentes em continuar propondo-se enquanto tais. Pois, fora dos *grupos coletivos de produção* os dirigentes também têm seus lotes para cultivar individualmente. Poder-se-ia sugerir assim, que se os planos e projetos de futuro tornam-se revestidos pela frustração haveria uma tendência de retração tanto dos agricultores-assentados quanto dos integrantes da direção às atividades restritas aos seus lotes. Enfraquecer-se-ia assim a mobilização da *luta* pela reforma agrária, a cooperação - ao menos como é pensada pela direção do MST – e as referências de que seria possível melhorar materialmente no Assentamento de acordo com o desejado.

Pelo o que foi possível analisar das entrevistas e da vivência realizada durante o trabalho de campo, as principais situações e circunstâncias relacionadas com as atividades da COOPERVIDA, que influenciaram e influenciam nas estratégias produtivas do conjunto dos agricultores-assentados, foram abordados nessa subseção. Assim, na ambiência local do Assentamento, considera-se que todas as trajetórias sociais dos agricultores-assentados sejam marcadas, em maior ou menor grau, por tais eventos. Enquanto experiências, também aparecem nas entrevistas realizadas e que serão analisadas com maior afinco no Capítulo V.

Na subseção seguinte o centro da análise estará voltado ao chamado Projeto Leite Sul, desenvolvido pela COPTEC, e no desvendamento da inserção do corpo técnico no conjunto de interações e relações sociais vividas no Assentamento.

3.3. A Equipe Técnica da COPTEC e a Ambiência Local

A equipe técnica do Assentamento insere-se no Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) criado em 2004 pelo INCRA. À época da pesquisa a campo a equipe era composta por um Engenheiro Agrônomo, um Médico

Veterinário, uma Médica Veterinária, uma farmacêutica⁵¹ e três Técnicos Agrícolas. No entanto, além do Ceres outros três assentamentos –Tarumã, Barroca e Rondinha - são atendidos no município de Jóia pela referida equipe, totalizando cerca de 531 famílias de agricultores-assentados. O Assentamento Ceres é uma espécie de base onde há o escritório e casa de residência, a partir do qual realizam as visitas e atividades referentes aos trabalhos nos demais assentamentos. Apesar de manter uma relação estreita com as atividades desenvolvidas pela COOPERVIDA, essa equipe não se constitui como seu departamento técnico, por estar ligada diretamente a COPTec e sua ação se estender para além dos agricultores-assentados sócios daquela Cooperativa. Entre as principais atividades desenvolvidas a partir de 2005 nesses assentamentos está o Projeto Leite Sul que visa desenvolver a atividade leiteira, após um convênio firmado entre o INCRA e COPTec no final daquele ano.

Neste contexto, considera-se que sua inserção no conjunto de interações e relações sociais na ambiência do Assentamento e influências no estabelecimento das estratégias produtivas dos agricultores-assentados dependa de quatro fatores principais: da própria natureza do programa de ATES; da relação estabelecida da COPTec com as direções do MST e COOPERVIDA; dos anseios, expectativas dos agricultores-assentados e suas interações; e, de forma geral, do conjunto de atividades que estão sob sua responsabilidade, como a viabilização de projetos de créditos, relação com outras entidades técnicas e de pesquisa, e demais projetos de assessoramento aos agricultores-assentados. Da dinâmica de funcionamento dessas estruturas e relações estabelecidas resultariam suas potencialidades e limites de ação e influência na ambiência do Assentamento Ceres. Porém, não se pretende realizar uma análise propriamente dita dos trabalhos realizados pela referida equipe técnica, suas metodologias e possíveis tensões de racionalidades com os agricultores-assentados - haja vista sua formação em especialidades do saber acadêmico, possivelmente, orientadas por uma visão de desenvolvimento técnico-econômico. A análise estará centrada na hipótese da existência de um campo de ação que é delimitado por aqueles fatores citados acima, visando desvendar sua presença e influência nas estratégias produtivas dos agricultores-assentados.

Neste sentido, o programa de ATES consiste no assessoramento técnico para a condução e desenvolvimento de projetos socioeconômicos e produtivos, conferindo uma determinada institucionalidade, regulamentação e orientações políticas para o perfil de trabalho desejado dos profissionais extensionistas. De acordo com Dias (2004) a ATES propõe a superação do modelo de difusão de tecnologias⁵² e sugere a intervenção a partir de diagnósticos realizados através de metodologias participativas e a adoção de um papel “educativo” por parte dos profissionais, com relação aos agricultores. Ademais, procura valorizar a construção conjunta de conhecimentos entre técnicos e agricultores partindo das realidades locais e dinâmicas sociais, pautada pela valorização dos conhecimentos, experiências e, de forma geral, da cultura das populações atendidas. Assim, processa-se uma mudança conceitual do serviço prestado: de *assistência técnica* para *assessoria técnica*. A primeira designação valorizaria um modelo de extensão rural relacionado com levar tecnologias externas ao agricultor, associado à idéia de pacote tecnológico; a segunda estaria ressaltando a necessidade da construção de “relações horizontais e menos hierárquicas entre os atores”, uma “visão mais holística do processo de intervenção social”, a construção de

⁵¹ Essa farmacêutica desenvolve trabalhos nos assentamentos de todo o estado, portanto, permanece apenas alguns dias da semana junto da equipe técnica dessa região.

⁵² O modelo de difusão de tecnologias parte de uma constatação de que os problemas relacionados com o ‘subdesenvolvimento’ ou com a pobreza de populações rurais estariam relacionados com a pouca incorporação de tecnologias consideradas modernas aos seus sistemas de cultivo e criações. A partir desse pressuposto caberia aos extensionistas levar as tecnologias consideradas modernas produzidas em centros de pesquisa até o produtor rural (Costa, 2001).

“processos duradouros e contínuos de interação”; fatores considerados importantes para o estabelecimento de “confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados” (Brasil, 2004: 09).

No entanto, as boas intenções do serviço de ATES tendem a contrastar com a forma com que ele foi institucionalizado. Formado em um contexto de reforma neoliberal do Estado e das reivindicações e pressões dos movimentos sociais do campo, se por um lado absorveu as concepções de um serviço mais democrático, com a participação de movimentos sociais em sua condução e com o reconhecimento de que os conhecimentos técnicos não seriam superiores aos dos agricultores, por outro, foi constituído a partir dos preceitos da redução do papel do Estado, em curso, desde o início dos anos de 1990 (Duarte e Siliprandi, 2006). Ou seja, encontra-se dentro dos marcos teóricos da descentralização, privatização e diminuição dos aparatos Estatais. Neste cenário, para Dias (2004: 515), tanto a elaboração do extinto Projeto Lumiar⁵³ quanto o de ATES “(...) representam mecanismos administrativos de descentralização da gestão dos recursos públicos destinados a políticas sociais”. Portanto, são serviços públicos concedidos pelo Estado por meio de convênios para que outras organizações e instituições sociais os realizem.

Nesse novo marco institucional o programa de ATES é concebido como forma de facilitar a abertura de mecanismos de gestão dessas políticas à participação dos diferentes agentes sociais envolvidos. Partindo dessa concepção passa a estimular o controle social das políticas e conferir maior poder decisório às associações e entidades de representação dos agricultores-assentados, como o MST. Dentro desse formado é que se insere a COPTec, sendo controlada politicamente pelas direções deste movimento social. No entanto, segundo Dias (2004), as boas intenções do serviço ficam comprometidas pela instabilidade institucional a que o programa está submetido; podendo ser consubstanciado dentro do quadro de precarização das relações de trabalho aprofundada pelas reformas neoliberais. Assim, dos convênios firmados não se têm certeza da renovação; dependendo dos “ventos” da conjuntura novas regras, normas, decretos e portarias são estabelecidas, sendo fatores de incerteza da própria continuidade do programa. Além do mais, os convênios celebrados com o INCRA, frequentemente, são marcados por atrasos dos repasses financeiros, gerando atrasos no pagamento dos salários e comprometendo as condições materiais objetivas de continuidade daqueles profissionais que trabalham a campo. Nesse ínterim, Dias (2004:536) argumenta que o serviço de ATES permanece com as mesmas deficiências que caracterizaram o seu antecessor, o Lumiar. São programas que buscam responder às demandas postas por pressões sociais (Medeiros e Leite, 2004a), mas que ganham um formato institucional relativo aos preceitos neoliberais de terceirizações de serviços e precarização das relações de trabalho.

Dessa forma, o formato institucional do serviço de ATES tende a inviabilizar preceitos fundamentais de seu programa. Assim, a propalada “construção de processos duradouros e contínuos de interação” e o “estabelecimento de confiança mútua entre técnicos e agricultores-assentados”, ficam no mínimo comprometidos. Uma dimensão desse processo poderia ser avaliada pela alta rotatividade de técnicos nos assentamentos de reforma agrária (Dias, 2004). No Assentamento Ceres, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. José Cenci, entre o início de 2004 e final de 2006, 8 técnicos haviam sido substituídos; uma média de 2,66 técnicos por ano. Se considerados os 10 anos de Assentamento, se contabilizará 28 técnicos substituídos; uma média de 2,8 técnicos por ano. Ou seja, é evidente que com uma rotatividade dessas torna-se impossível o estabelecimento de “processos duradouros” entre técnicos e agricultores-assentados.

⁵³ O Lumiar foi antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para afirmar alternativas de prestação de serviços descentralizados de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária, sendo extinto no ano de 2000.

Um outro fator a ser considerado na análise do campo de ação da equipe técnica diz respeito às relações estabelecidas com as direções do MST, com a COOPERVIDA e com as orientações de trabalho da COPTEC. Como já foi sugerido em outras partes do texto, tanto a COPTEC quanto a COOPERVIDA consistem em estruturas que estão sob influência direta das direções do MST, pela forma de organização e hierarquia em termos de instâncias constituídas pelos integrantes desse movimento social – que aqui não serão abordadas com maior especificação. De uma forma geral, a organicidade do MST no estado do Rio Grande do Sul e suas instituições de maior influência poderiam ser representadas da seguinte forma: direção estadual, direção regional, direções dos assentamentos; por outro lado, COCEARGS, COOPERVIDA; COPTEC, e equipe técnica local. Contudo, nessa organicidade, além de prováveis poderes assimétricos distribuídos entre os indivíduos e instâncias, dado o conjunto de significações simbólicas identificadas em cada caso e valorizadas diferentemente, é possível sugerir que seja transpassada por aquele tensionamento entre a *lógica do rolo* (ou de movimento, em curto prazo) e a *lógica da empresa social* (ou da atividade produtiva nos assentamentos a médio, longo prazo).

Se for aceita a argumentação de que a *lógica do rolo* tende a tornar-se hegemônica, então as estruturas de desenvolvimento das atividades produtivas estariam dimensionadas a partir de tais preceitos. Por consequência, para o caso em análise, as equipes técnicas estariam submetidas de forma desprestigiada e desvalorizada nessa estrutura social. Disso poderia resultar outros usos para a já precária infra-estrutura destinada às equipes e a “negociação” da diminuição de salários, por exemplo. Ao invés do estabelecimento de confiança mútua esse processo geraria desconfiança, passando a ser componente das relações, ao menos entre direções e técnicos. Se o programa de ATES critica a hierarquia estabelecida por métodos como o de difusão de tecnologias por valorizar o saber técnico em detrimento dos agricultores, e sugere sua superação, nesse ambiente, pelo menos naquelas relações mantidas entre técnicos e direção, a hierarquia tende a se inverter, podendo surgir simbolicamente as figuras de empregado e patrão. Assim, os processos “mais democráticos” propalados pelo programa de ATES passam a ser relativos ao conjunto de significações valorizadas e reconhecidas nesse espaço social, representadas de forma desigual entre seus integrantes e que funcionam como poderes sociais sendo expressados em comportamentos e ações. Uma situação que possui raiz no processo institucional a que o programa de ATES está submetido.

Portanto, é nessa estrutura social determinada pela institucionalidade do programa de ATES e dos poderes relativos aos agentes no espaço social do Assentamento que a equipe técnica atua e procura dar suporte as ações de desenvolvimento socioeconômico aos agricultores-assentados. Neste sentido, possui não apenas aquelas orientações gerais do programa de ATES, mas também as orientações da COPTEC, confrontadas com as prioridades de trabalho que emanam dos assentamentos - como a realização dos projetos de crédito -, e das especificidades de atendimento às demandas colocadas pelos agricultores-assentados. De acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Engenheiro Agrônomo do Assentamento o Sr. Marcelo Trevisan, que foi coordenador da equipe local e regionalmente do Projeto Leite Sul, existem *quatro linhas gerais e históricas* de orientação *do movimento* (portanto, da COPTEC) para com as equipes técnicas: a) a produção de alimento para o autoconsumo; b) o desenvolvimento dos trabalhos a partir dos conhecimentos sistematizados pela *agroecologia*; c) a gestão de processos produtivos que possam oferecer renda mínima mensal; d) e, trabalhos voltados para o incentivo e produção de sementes. Essas são orientações que procurariam guiar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e as ações das equipes, mas que, além das particularidades desse espaço social com relação aos poderes distribuídos entre os agentes, a própria dinâmica de elaboração dos projetos de crédito limitaria tais ações enumeradas devido ao tempo exigido do conjunto da equipe para sua viabilização.

Como a presença do extensionista nos assentamentos rurais é condição primeira para o acesso dos agricultores-assentados às políticas públicas de crédito (Leite, et al., 2004; Dias, 2004), aproximadamente 6 meses de cada ano as equipes técnicas se vêem envolvidas na viabilização desses projetos. De acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. Marcelo Trevisan, do mês de setembro a dezembro toda a equipe volta-se para a elaboração de projetos visando os chamados Créditos Custeio (PRONAF), referentes ao financiamento dos cultivos anuais de verão. Essa modalidade de crédito é concedida a partir das indicações de cultivos realizadas pelo zoneamento agrícola da região, que permitiria, segundo aquela entrevista, apenas o financiamento das culturas da soja, milho e feijão. Esse seria o grau de determinação do Crédito Custeio em relação às estratégias produtivas dos agricultores-assentados que o acessam, por não dar margem ao financiamento de outras atividades. Como nessa região, entre as três culturas citadas, a soja é a mais valorizada comercialmente, o crédito pode acabar condicionando sua eleição como cultivo principal, haja vista que as outras duas tendem a ser encaradas pelos agricultores-assentados como destinadas ao autoconsumo da família ou como produto intermediário a outras atividades produtivas. A não ser que o crédito solicitado não seja aplicado naquelas atividades declaradas; o que pode significar maiores incertezas de sucesso do empreendimento, pois em caso de perda da produção por problemas climáticos não terá assegurado os cultivos pelo chamado PROAGRO – seguro agrícola. Portanto, nesses meses do ano a prioridade da equipe técnica seria a viabilização de tal linha de crédito.

Outros três meses seriam dedicados à viabilização dos projetos de outra linha de crédito chamada de Crédito Investimento (PRONAF), havendo a concentração dos trabalhos entre os meses de janeiro a março. Mas, esse financiamento pode ser investido em qualquer atividade produtiva de eleição dos agricultores-assentados, como na compra de animais, equipamentos, máquinas, etc. A sugestão realizada pelas direções do MST e da COPTEC seria para que as famílias investissem na atividade leiteira, haja vista que pode constituir uma fonte de renda mensal, assegurando a entrada de rendimentos com maior frequência que os cultivos anuais.⁵⁴

No ambiente do Assentamento o trabalho com o crédito agrícola envolve uma série de atividades para a elaboração dos projetos que não se resumem apenas ao escritório, mas abrange uma série de outras ações. Perguntado sobre o processo de trabalho com o crédito agrícola, o Sr. Marcelo Trevisan irá declarar que:

A organização da liberação do crédito é difícil. Não é só você elaborar um projeto técnico. Vai desde a discussão de sua aplicação com os agricultores-assentados - de acordo com o processo organizativo dos núcleos de famílias -, da organização dos grupos que irão receber o crédito conjuntamente, do debate nas instâncias do movimento sobre objetivos de aplicação, da visita a alguns agricultores que estão com problema de acessar o crédito e, em muitas ocasiões, depois de feito o projeto tem que ir na casa dos agricultores para pegar suas assinaturas (...). Então, todo esse processo é uma loucura e demanda tempo da equipe.

Dessa forma, os seis meses em que a equipe técnica fica absorvida na viabilização dos créditos envolvem reuniões com os núcleos de família no Assentamento, organização dos grupos para receber os chamados “créditos solidários”, debate com as direções do MST e visitas específicas a alguns agricultores-assentados que possivelmente apresentem problemas durante o processo de viabilização dos projetos. Nesse contexto, o trabalho com as linhas de crédito torna-se complexo e possivelmente demanda um tempo maior que em outras frações de agricultores familiares. Contudo, sua viabilização é uma prioridade exigida tanto pelas

⁵⁴ Um panorama geral do número de agricultores-assentados que acessam tais fontes de financiamento será realizada no Capítulo IV.

direções do Assentamento quanto pela maioria dos agricultores-assentados. Assim, as demais atividades desenvolvidas pela equipe ficam em segundo plano durante esse período.

De uma forma geral, a equipe também acompanha as questões relativas às trocas de lotes, laudos e programas desenvolvidos por intermédio do INCRA, como programas de recuperação de moradias, recuperação de assentamentos, de agro-industrialização e demais projetos de desenvolvimento socioeconômico. Demais trabalhos ficam, de certa forma, dependentes da relação ‘número de agricultores/número de técnicos’, que é em torno de 100/1, tornando-se praticamente impossível estratégias de assessoria e visitas individualizadas aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a equipe técnica tende a privilegiar a realização de oficinas temáticas, cursos e reuniões, para permitir que um público maior seja atingido – com exceção para os atendimentos clínicos realizados pelo(a) Veterinário(a). Contudo, como o ambiente local possui a soja como cultura produtiva hegemônica, há uma tendência dos trabalhos da equipe técnica serem condicionados por tal atividade produtiva, a começar pelo processo de elaboração dos projetos de crédito. Assim, aqueles agricultores-assentados que, por algum motivo, não acessam créditos agrícolas, não possuem a soja como principal estratégia produtiva e que procuram desenvolver cultivos baseados, por exemplo, na *agroecologia* tendem a perceber os trabalhos técnicos em contradição com as linhas produtivas orientadas pelas entidades de influência da direção do MST. A declaração do Sr. Pedro, agricultor-assentado que à época da pesquisa a campo procurava diversificar os cultivos e criações com destino ao comércio, pode ser considerada representativa daqueles agricultores-assentados que estavam em situação semelhante. Quando perguntado sobre como era a relação com a assessoria técnica ele irá responder:

Eu achava que o objetivo dos técnicos era prestar assistência para um tipo de produção como a gente está querendo e tentando fazer, numa coisa sem muito veneno, mais ecológica, sem essa tal de soja. Mas quando chega a hora dos créditos aí acaba envolvendo todos os técnicos e aí a prioridade é a soja. Um planejamento do lote a curto, médio e longo prazo a gente não consegue fazer com os técnicos.

Essa declaração é importante porque revela algumas contradições vivenciadas pela equipe técnica no desenvolvimento de suas ações. Por mais que as orientações tanto do serviço de ATES quanto da COPTec sejam baseadas a partir de preceitos da *agroecologia*, do trabalho conjunto para a geração de novos conhecimentos e no estabelecimento de estratégias produtivas alternativas a monoculturas, entre outras, a ambiência da matriz produtiva que caracteriza a região onde se insere o Assentamento restringe a ação da equipe técnica na materialização destas orientações. Nesse caso, a soja e a liberação do Crédito Custeio destinado ao financiamento do cultivo dessa oleaginosa são elementos que também determinam um dado campo restringido de ação da equipe. Neste contexto, os agricultores-assentados, como o caso do Sr. Pedro, que buscam desenvolver atividades produtivas diferentes à soja (podendo ser encarado como estando entre as prioridades do serviço de ATES devido àquelas orientações) são públicos que neste tipo de ambiente tendem a possuir uma assessoria deficitária. Obviamente, que não apenas este fator pode ser contabilizado, mas se considerado a relação de 1 técnico para 100 agricultores-assentados, mesmo em outros períodos do ano torna-se impossível o acompanhamento personalizado e a manutenção de metodologias que propiciem “contínuos de interações”.

Assim, afóra os períodos de liberação de crédito, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. Marcelo Trevisan, duas formas de relacionamento com os agricultores-assentados seriam realizadas prioritariamente. Uma delas seria o atendimento de demandas específicas que chegam aos técnicos quando estes são procurados pelos agricultores-

assentados solicitando informações e soluções para problemas pontuais em seus lotes.⁵⁵ A outra seria a realização de espaços (reuniões, cursos ou oficinas) que procuram reunir um determinado número de agricultores-assentados e debater um tema específico. Essa última seria usada prioritariamente para desenvolver as atividades referentes ao Projeto Leite Sul e estimular a adoção da bovinocultura leiteira.

Esse Projeto tomou centralidade entre as ações dos técnicos da COPTEC depois que foi aprovado um convênio dessa prestadora de serviço com o INCRA, com meta inicial de atingir em um ano 1.500 agricultores de três movimentos sociais do campo: Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), nos três estados do Sul. Entre outras coisas, o convênio previa a realização de 35 cursos de capacitação aos agricultores envolvidos, além de atividades de formação aos técnicos que trabalham com o serviço de ATES. Entre os objetivos do Projeto destaca-se a produção de leite a base de pasto através do estabelecimento dos chamados PRV's, com vistas à diminuição de custos intermediários da produção (Milknet, 2005). Com relação ao Assentamento Ceres as atividades relacionadas com o desenvolvimento da bovinocultura leiteira datam do início do próprio Assentamento, haja vista suas particularidades de constituição. Contudo, foram intensificadas a partir de 2005 devido ao referido Projeto, quando o preço da soja começa a diminuir no mercado internacional, prolongando-se durante o ano de 2006 – *vide* no Anexo H fotografias dos cursos e materiais usados pela equipe técnica para divulgação destes.

Entretanto, a partir da presença do autor em algumas reuniões e cursos para a apresentação, discussão e avaliação do Projeto Leite Sul tornava-se evidente uma postura reticente em adotar as técnicas e manejos sugeridos, apesar do interesse demonstrado pelos agricultores-assentados. Possivelmente uma forma de reação modulada por um conjunto de experiências em suas trajetórias sociais marcadas por frustrações referentes a projetos e propostas nos quais acreditaram que poderiam ter tido progresso socioeconômico. Os mais recentes seriam os fracassos dos projetos iniciais elaborados pelas direções do MST e pela COOPERVIDA no Assentamento. Neste sentido, a declaração de um agricultor-assentado durante uma das reuniões que avaliava a equipe técnica e o Projeto Leite Sul, rompendo o silêncio que pairava sobre os participantes, pode ser reveladora de tal postura previdente: argumentando de que “não via resultado” dos trabalhos desenvolvidos pela *assistência técnica* irá dizer que:

Não é isso que nós precisamos. Precisamos de planejamento da produção leiteira para ver se a gente se sustenta com o lote, produzindo leite. Temos que saber se vamos conseguir sustentar as vacas dentro do piqueteamento. Será que isso vai dar uma renda para a gente viver!?

Dessa forma, é possível sugerir de que ele “não via resultado” nos trabalhos da equipe técnica porque a apresentação de novas técnicas, manejos e possíveis sucessos proferidos nos cursos eram recebidos com desconfiança de sua real objetivação como fonte de renda econômica. Nesse sentido, a centralidade das questões sobre o desenvolvimento da bovinocultura leiteira não residia em incorporar conhecimentos técnicos acerca dessa produção, mas em saber se isso lhe proporcionaria condições de *se sustentar do lote produzindo leite*, ou então, ter *uma renda para viver*. Note-se que a argumentação ocorre no plural e refere-se a todos os agricultores-assentados, pelos menos os presentes em tal reunião.

⁵⁵ Essa situação é descrita pelo Sr. Marcelo Trevisan da seguinte maneira: *Então, se o agricultor tiver uma demanda para trabalhar a questão da produção de milho para a silagem e ele vir até a equipe técnica e dizer que quer produzir milho para a silagem e ele precisa da tecnologia para essa produção, se ele quer um processo de diversificação e quer saber qual é a melhor cultivar de batata-inglesa para plantar na área, a gente vai atrás e responde para ele. Agora, dizer que nós temos condições objetivas de estabelecer uma relação de assessorar ele mais de perto, não é verdade, aí a gente não consegue!*

Assim, ele coloca em questão esta atividade produtiva a partir de uma noção de garantia e segurança na obtenção de condições necessárias para a reprodução socioeconômica daqueles agricultores-assentados que ali estavam dispostos a desenvolver a bovinocultura leiteira. Registre-se que a declaração de Sr. Pedro, citada anteriormente, também destacou a necessidade de realizar *planejamento do lote a curto, médio e longo prazo* com os técnicos do Assentamento. Ou seja, marca uma busca por segurança nas atividades produtivas que venha a desenvolver. Esse comportamento previdente também pode ser realçado tendo em vista que 21 agricultores-assentados se inscreveram no Projeto Leite Sul como aqueles que desejavam desenvolver as orientações, mas que apenas 5 as tinham levado a cabo quase um ano após o início do referido Projeto. Nesse sentido, como *tem que ver para crer*, resgatando aquele comentário feito ao autor por um agricultor-assentado, revela-se um comportamento expressado pela maioria que, apesar do interesse, opta por esperar que algumas famílias desenvolvam tais manejos e técnicas para presenciar empiricamente se aquelas experiências deram ou não certo, antes de se aventurarem pelos mesmos caminhos.

Excetuando-se outras possíveis fontes de renda na economia doméstica, um lote de terra de aproximadamente 14 ha é o único patrimônio produtivo de uma família de agricultores-assentados. Essa é sua posição de produtora e competidora no mercado pela renda da terra e lucro⁵⁶ das mercadorias comercializadas. Se for considerada como uma produtora de *commodities* (soja ou leite, por exemplo), portanto, concorrendo em um mercado oligopolizado em que os preços dos produtos são definidos a partir das leis de oferta e procura no mercado internacional, seria prudente admitir que sua categoria de agricultores-assentados ocupe uma das posições mais frábil entre os competidores devido sua pequena escala de produção e pelo quase desprezível tamanho de seu patrimônio produtivo, quando comparado com capitalistas produtores das mesmas *commodities*. Sendo “a ponta” mais fraca dessa estrutura social, são os que mais sofrem com pequenas modificações e acirramento das disputas entre os capitalistas pela fixação da renda da terra e lucros; significando instabilidade das condições materiais de vida. Essa instabilidade determinou a perda ou a impossibilidade de continuar fracionando a pequena propriedade familiar antes de participar das *lutas* por um

⁵⁶ É necessário fazer uma distinção entre os significados dessa categoria para a economia política e como ela é entendida, geralmente, pelos trabalhadores rurais pequenos proprietários familiares. Na economia política a categoria lucro assume grandezas diferentes entre uma unidade de produção capitalista e uma unidade de produção familiar - como o caso dos agricultores-assentados. Em uma unidade de produção capitalista a categoria lucro corresponde ao valor residual do produto realizado no mercado descontadas as despesas com meios de produção e força de trabalho. Nesse caso, portanto, as despesas com a força de trabalho constituem os custos de produção na acepção capitalista. Assim, o valor residual do produto realizado no mercado tende a ser igual à *mais-valia*, esse seria o lucro capitalista. Em uma unidade de produção familiar as despesas com a força de trabalho tendem a não ser computadas entre os custos de produção, mas sim no valor agregado final do produto realizado no mercado, juntamente com a renda da terra (que pode corresponder ao preço médio dos arrendamentos pagos em uma região considerada) e o lucro, ou seja, um valor a mais de acordo com as taxas médias de remuneração do capital. No entanto, devido aos mecanismos, principalmente, de preços e juros a posição de pequenos patrimônios produtivos dos agricultores familiares na ordem de concorrência intercapitalista tende a impedir que tanto a renda da terra quanto o lucro sejam realizados, correspondendo, portanto, a zero. Assim, o valor do produto realizado no mercado pela unidade de produção familiar corresponderia apenas ao valor da reprodução da força de trabalho. Por este motivo que Moreira (1999) vai chamar o pequeno agricultor (possuidor de pequeno patrimônio produtivo) de *trabalhador por conta própria*; assim como Wanderley (1979) chamará este mesmo sujeito social de *trabalhador para o capital*. No entanto, quando entre os pequenos agricultores é usada a palavra *lucro* para se referir aos rendimentos obtidos com a venda de seus produtos é como se estes indivíduos juntassem tanto o valor para a reprodução da força de trabalho + a renda da terra + o lucro, sem fazer distinção dessas diferentes grandezas econômicas. Nessa situação, *lucro* seria a colheita que se obtém da safra descontadas as despesas com produtos intermediários Garcia Jr. (1983: 108-109). Este sentido também pode ser atribuído à palavra *renda*, quando usada pelos agricultores familiares. Assim, no texto da dissertação a palavra **lucro** estará designando o sentido dado pela economia política. De forma geral, essas questões serão retomadas no Capítulo IV.

lote de terra e encontra-se na origem da formação de um comportamento previdente frente à “aventuras” produtivas. Tornando-se referência de uma trajetória social marcada por frustrações, ela tende a ser (re)acionada e catalisada pelas decepções quanto aos projetos fracassados da direção do MST e da COOPERVIDA.

Portanto, tal comportamento não pode ser identificado como incapacidade de internalizar inovações tecnológicas, como apego às tradições ou como um comportamento de tipo reacionário. Nesse caso, tende ser uma forma de proteção frente às instabilidades socioeconômicas. Experiências de vida que se tornaram uma espécie de senso prático e informam suas primeiras reações frente a quaisquer propostas de alteração de seus sistemas produtivos e modos de vida, por mais que despertem curiosidade e simpatia. No entanto, tendo em vista os dados de campo apresentados, é possível sugerir que tão logo se convençam de que valha a pena novamente correr riscos e/ou que os projetos apresentem determinada segurança na geração de melhores condições materiais de vida haveria uma tendência em aderir a tais inovações.

No entanto, essa é uma abordagem geral como forma de identificar semelhanças nas reações a circunstâncias comuns. Particularidades desse processo deveriam ser analisadas a luz das referências culturais incorporadas como *habitus* ao longo de trajetórias sociais individuais. Porém, esse estilo geral de comportamento pode ser considerado como um fator importante na montagem das estratégias produtivas e nas lógicas de ação subjacentes.

Contudo, um outro fator pode ser considerado na delimitação do campo de ação da equipe técnica e suas influências nas definições produtivas. De acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Sr. Marcelo Trevisan, a forma de inserção da equipe técnica no Assentamento Ceres, por ser local de residência, influenciaria na manutenção de uma pequena relação com os agricultores-assentados quanto comparada com outros assentamentos que são atendidos pela referida equipe. Por mais que pareça um paradoxo, a moradia da equipe no nesse Assentamento tende a diminuir o contato com os agricultores-assentados justamente porque a estada e a alimentação não se realizam nas casas destes; o contrário ocorrendo em outros assentamentos. Quando perguntado sobre a relação dos técnicos com as famílias, aquele entrevistado irá declarar que:

Ali é difícil [no Assentamento Ceres]: tu faz um visita ou um atendimento, por exemplo, uma atividade técnica, tu sai as 8h da manhã e volta ao meio dia. Não se cria um vínculo mais pessoal com os agricultores. Cria um vínculo simplesmente de uma prestadora de serviço. Que é diferente dos outros assentamentos, que tu faz as tuas refeições e dorme na casa do assentado (...).

Dessa forma, quando comparado com os outros assentamentos atendidos, o vínculo que é desenvolvido com as famílias torna-se pontual, relativo a visitas e às atividades. Nos outros assentamentos o técnico acaba acompanhando mais o dia-a-dia daqueles agricultores-assentados em que realiza as refeições ou que permanece durante a noite. As discussões tendem a não se limitar aos temas pontuais relativos aos aspectos que foram solicitados, podendo haver uma interação mais holística entre conhecimentos internalizados por ambos os agentes. Além do mais, o fato de permanecer nas casas dos agricultores-assentados tende a aproximar o técnico à comunidade devido à manutenção de outros vínculos que não apenas os de caráter técnico propriamente dito, estabelecendo relações de amizade que contribuem para diminuir as hierarquias sociais e construir relações de confiança. Contudo, deve ser destacado que esse tipo de relacionamento mantido entre técnicos e agricultores-assentados se dá dentro de um quadro de precariedade das condições de trabalho. Ou seja, ele ocorre por que não há condições materiais objetivas suficientes para realizar uma intervenção mais planejada. Nesse sentido, não se deve às metodologias sócio-educativas que são prerrogativas do programa de ATES, mas das péssimas condições de trabalho a que as equipes estão submetidas. Neste contexto, podem ser levantadas dúvidas sobre a própria eficiência de uma assessoria técnica

nessas condições, mesmo que venham a manter vínculos mais estreitos com as famílias desses assentamentos.

Voltando ao Assentamento Ceres, portanto, as interações entre técnicos e agricultores-assentados também estariam relativas à espacialidade que a equipe possui nesse ambiente.

Neste contexto, a influência da assessoria técnica na definição das estratégias produtivas fica restrita a elaboração dos projetos de crédito e na apresentação de novas tecnologias em cursos, reuniões e oficinas. É provável que em nenhuma das duas situações a equipe técnica tenha condições de desenvolver as orientações metodológicas de relacionamento com os agricultores-assentados como o programa de ATES e as orientações da COPTec sugerem. Com relação ao Crédito Custeio, só é liberado para aquelas culturas que a agência de financiamento permite dentro da própria matriz produtiva regional, sendo que a equipe tem que viabilizar a elaboração dos projetos. Portanto, não há margem de manobra da equipe para propor o uso desse crédito em outras atividades identificadas, juntamente com os agricultores, como potenciais geradoras de renda – ou mesmo para aquelas atividades que venham garantir um maior suprimento de produtos para o autoconsumo da família e uso no lote. Com relação à apresentação de novas tecnologias e manejos haveria a tendência dos agricultores-assentados expressarem comportamentos reticentes em tais adoções. Portanto, ganharia destaque às diferenças e sutilezas entre as trajetórias sociais frente a tais eventos proporcionados pela assessoria técnica.

Assim, a incorporação de inovações produtivas parece ter uma determinada relação com o conjunto de referências culturais adquiridas em trajetórias sociais passadas, que se atualiza frente às circunstâncias vividas naqueles espaços de discussão técnica e que pode orientar um leque de variações daquele comportamento previdente. Neste ambiente, portanto, as particularidades de *habitus* sociais teriam evidência nos processos de diferenciações produtivas. Ou seja, nem a COOPERVIDA, nem a equipe da COPTec teriam logrado constituir hegemonia com relação às orientações produtivas dos agricultores-assentados. Esta hegemonia estaria dada pela dinâmica produtiva regional e nas influências de oscilações de preços das *commodities* e do controle da esfera financeira. Assim, as diferenciações de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados estariam fundamentalmente alicerçadas nas suas distinções culturais, haja vista a pequena influência daquelas cooperativas ligadas ao MST, resultando em um aumento da autonomia relativa individual para a construção de variações àquela hegemonia regional.

Portanto, este conjunto de situações inerentes à forma de inserção espacial da equipe, a institucionalidade do serviço de ATES, aos poderes relativos dos agentes nesse espaço social e a inserção em um ambiente regional marcado pela hegemonia do cultivo da soja, tendem a definir o que se chamou durante o texto de campo de ação da assessoria técnica. Esse campo de ação limitaria as possibilidades de influências nas estratégias produtivas dos agricultores-assentados. Dadas às devidas limitações, como se abordou durante o texto, haveria uma tendência de ser ressaltada as sutilezas inerentes às trajetórias sociais dos agricultores-assentados nesse espaço social.

No Capítulo seguinte estar-se-á dando um panorama do conjunto de estratégias produtivas elaboradas pelos agricultores-assentados no Assentamento, procurando mostrar as três categorizações de sistemas produtivos classificados pelo pesquisador: sistema produtivo *diversificado*, sistema produtivo *soja* e sistema produtivo *soja-leite*.

CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS, DINÂMICAS FAMILIARES E COMPOSIÇÃO DAS RENDAS

A abordagem desenvolvida neste Capítulo estrutura-se a partir da classificação realizada pelo autor dos agricultores-assentados tendo como referência seus sistemas produtivos, chamados de: *diversificado*; *soja-leite* e *soja*. De uma forma geral busca-se identificar particularidades que podem ser ao mesmo tempo elementos de identificação e diferenciação ‘intra’ e ‘entre’ os grupos. Essas particularidades podem representar a materialização de distinções sociais incorporadas como *habitus* ao longo das trajetórias individuais e coletivas. Por outro lado podem agir como dispositivos socioeconômicos que estruturam diferenciais de poderes entre os agricultores-assentados e influenciam a definição das estratégias produtivas. Poder-se-ia ainda argumentar que essa dimensão da análise representa o “mais visível” das diferenças sociais incorporadas nas pessoas dos agricultores-assentados e expressadas no Assentamento, em seus lotes. Neste sentido se dará relevo às dimensões objetivas e quantificáveis de possíveis diferenciações a partir da abstração e análise de elementos relacionados ao lote, à família e a composição das rendas geradas pelas famílias com vistas à reprodução social. Nesta direção, o Capítulo possui três objetivos centrais:

a) analisar a ocupação dada à área dos lotes pelos agricultores-assentados e as estratégias produtivas desenvolvidas neste âmbito. Procura-se considerar as relações existentes entre a forma de ocupação da terra, o espaço nos lotes e as estratégias produtivas montadas pelos agricultores-assentados, haja vista que isso tende a definir desenhos diferenciados de organização dos fatores produtivos e de composição das rendas monetárias. O pressuposto inerente à análise é de que o espaço social do lote constitui uma ambiência onde cada agricultor-assentado age prioritariamente. Mesmo possuindo uma autonomia relativa à dinâmica dos processos sociais complexos da região e do Assentamento, tratados no Capítulo III, é o lugar onde há a tendência de atualizar as referências sociais inscritas como *habitus*, presentificando sonhos e projetos de futuro. Portanto, o lote como local de manejo dos recursos produtivos disponíveis e de trabalho imediato pode expressar objetivamente uma exteriorização dos conhecimentos, costumes, vontades e projetos de futuro em forma de estratégias produtivas; mesmo ponderando que uma mesma estratégia produtiva possa representar diferentes significados para as famílias que as desenvolvem.

A análise dos dados do trabalho de campo e do questionário socioeconômico aplicado pela assessoria técnica do Assentamento não forneceu indícios de que as diferenças na composição natural dos lotes pudessem privilegiar determinados agricultores-assentados quanto ao desenvolvimento e valorização de determinadas estratégias de produção em detrimento de outras. Assim, considera-se que as fertilidades, localização, disponibilidade de água, topografia e relação entre área agricultável e de floresta (Área de Preservação Permanente – APP) não são determinantes de tal situação. O que não significa afirmar que essas diferenças não existam entre os lotes, mas elas não conformam determinações quanto às escolhas e montagem das estratégias produtivas dos lotes. Contudo, podem significar a obtenção de maior ou menor rendimento monetário para os grupos domésticos.

Neste sentido, estar-se-á analisando inicialmente este objetivo em abstração a outros elementos que também tendem a orientar as estratégias produtivas, como a dinâmica de ciclo familiar e o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos os meios de sobrevivência, como trabalhos assalariados e outras fontes de receita. Questões que compõem os outros dois objetivos deste Capítulo.

b) analisar as dinâmicas dos grupos familiares com vistas ao estabelecimento de possíveis relações com as estratégias e sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores-assentados. Neste sentido, tanto as questões relacionadas com o ciclo familiar, às recomposições familiares devido à garantia mínima de sobrevivência que um lote de terra proporciona, à saída de jovens para trabalhos urbanos ou para integrar a *luta* por terra, assim como as possibilidades de assalariamento temporário ou permanente, tendem a influenciar na quantidade de mão-de-obra disponível do grupo familiar para a montagem de sistemas produtivos. Espera-se com isso poder identificar possíveis determinações quanto às estratégias produtivas estabelecidas pela dinâmica de integrantes da família e atividades desenvolvidas fora dos lotes. Por outro lado, essa análise poderá apresentar grupos mais ou menos homogêneos quanto a estes fatores dentro da classificação dos agricultores-assentados realizada pelo pesquisador, indicando, portanto, que as explicações para diferentes estratégias produtivas residem em outros elementos, como no *habitus* de seus integrantes.

c) e, analisar a composição das rendas monetárias e não-monetárias (do autoconsumo) em articulação com as estratégias produtivas considerando o conjunto de atividades que proporcionam os meios de sobrevivência aos grupos domésticos. Assim, busca-se evidenciar como essas fontes de renda (monetária ou não) se imbricam na elucidação das condições materiais objetivas das estratégias de reprodução social. Tal análise poderá contribuir para a explicitação do comportamento dos agricultores-assentados frente ao manejo dos recursos naturais e fatores produtivos nos seus lotes, assim como perante as circunstâncias de obtenção de rendas em outras atividades relacionadas com empregos temporários ou permanentes. Deve ser destacado que na análise das composições monetárias e não-monetárias serão observados apenas os agricultores-assentados que fazem parte da amostra entrevistada em profundidade pelo pesquisador, a partir da classificação de sistemas produtivos. Ou seja, a apresentação destes dados será relativa à média de três agricultores-assentados de cada sistema produtivo estabelecido (*diversificado, soja-leite e soja*), pelas razões apresentadas no Capítulo I. Os demais dados e descrições apresentadas neste Capítulo referem-se ao conjunto dos agricultores-assentados no Assentamento.

Dessa forma, as informações apresentadas a seguir referem-se ao ano agrícola de 2005/2006 a partir das declarações dos agricultores-assentados a um questionário aplicado pela assessoria técnica do Assentamento e ao pesquisador, quando em trabalho de campo e visita às famílias. Para melhor situar o leitor o ano agrícola nessa região é marcado pelas condições climáticas características que acentuam o inverno e o verão como estações do ano. Nesse contexto, tanto técnicos quanto agricultores-assentados costumam dividir as plantações agrícolas em *culturas de inverno* e *culturas de verão*. As outras duas estações (outono e primavera) acabam sendo “diluídas” naquelas referências das plantações agrícolas. Assim, as referências no texto ao *inverno* e *verão* são realizadas a partir das noções utilizadas no Assentamento: nesse ambiente essas noções podem englobar os meses de abril a setembro e outubro a março, respectivamente.⁵⁷

O Capítulo está organizado em cinco seções: a primeira busca abordar a utilização dada à área dos lotes com relação às atividades produtivas desenvolvidas tendo em vista as classificações de sistemas produtivos, enfocando as plantações e criações comerciais. A segunda procura analisar a dinâmica das atividades produtivas desenvolvidas

⁵⁷ Apenas como registro, o início das estações do ano ocorre oficialmente por volta das seguintes datas: 22 de dezembro (verão); 20 de março (outono); 21 de junho (inverno); 23 de setembro (primavera).

preferencialmente ao autoconsumo. Destaca as diferenças entre os agricultores-assentados e a importância dos produtos do autoconsumo para grupo doméstico, que tende identificá-los como *miudeza*, mas que pode transformá-los em *grandeza* por constituírem fonte de receita monetária. A terceira seção analisa a dinâmica interna dos grupos familiares e procura estabelecer grupos com características semelhantes em relação a estes fatores no interior de cada sistema produtivo. A quarta aborda uma caracterização dos agricultores-assentados com relação ao acesso ao crédito agrícola a partir das classificações realizadas. A quinta seção aborda as composições das rendas a partir da amostra de agricultores-assentados selecionados pelo pesquisador e busca englobar as análises em torno das estratégias de reprodução social.

1. UTILIZAÇÃO DADA À ÁREA E AO ESPAÇO DOS LOTES TENDO EM VISTA AS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Tem-se considerado nessa dissertação que a ocupação da área dos lotes nos quais as famílias de agricultores-assentados vivem e produzem seria influenciada tanto por fatores da ambiência regional, local – onde estão inseridos -, como por fatores específicos de cada grupo familiar (em outras palavras: de cada beneficiário de um lote de terra), como a disponibilidade de mão-de-obra, ciclo familiar, além das composições socioculturais que tornaram-se *habitus* ao longo das trajetórias sociais e constroem preferências e costumes que habitualmente são expressados nos comportamentos sociais. Os usos atribuídos às parcelas de terra passariam por decisões do grupo familiar ou individuais tendo em vista as autonomias relativas que esse espaço social estrutura aos agentes participantes. Assim, a utilização dada à área dos lotes não poderia ser resultado de uma autonomia completa das famílias e, por outro lado, nem de um constrangimento absoluto exercido pelas dinâmicas econômico-produtivas da região onde o Assentamento está localizado. A partir dessas considerações sugere-se que a organização das estratégias produtivas e do espaço do lote seja consequência da co-determinação de um conjunto complexo de fatores presentes na ambiência sócio-ecossistêmica vivida pelo agricultor-assentado com o qual interage-reege. Portanto, as decisões e ações que resultam corresponderiam às interpretações e representações dos eventos sociais e naturais vividos, marcadas, assim, pelas referências socioculturais dos mesmos.

No entanto, deve-se considerar que esse processo de tomada de decisão das formas de ocupação da área do lote não aparece necessariamente de forma consciente e racionalizada aos agricultores-assentados, mas tende a ocorrer a partir de um *sendo prático* (Bourdieu, 1996, 2002) que informa suas ações frente aos eventos vividos. Nesse sentido, tanto os eventos sociais quanto naturais podem aparecer naturalizados, enquadrando usos e destinações produtivas.

Se aceitas tais argumentações, uma das maneiras de analisar a dimensão objetiva do processo de decisão e escolha pelos quais os agricultores-assentados definem os usos da área dos lotes seria pela sistematização dos principais sistemas produtivos desenvolvidos. A aplicação dessa metodologia permitiu ao pesquisador agrupar os agricultores-assentados a partir dos usos, manejos e principais atividades produtivas realizadas. Nesse sentido, três grupos foram formados no Assentamento Ceres, sendo apresentados na Tabela-1. O sistema produtivo chamado de *diversificado* agrupou 17 agricultores-assentados; o sistema produtivo chamado de *soja-leite* agrupou 42 agricultores-assentados; e o sistema produtivo chamado de *soja* agrupou 47 agricultores-assentados.

Tabela 1 – Utilização da área dos lotes a partir dos sistemas produtivos – ano agrícola 2005/2006

Discriminação dos lotes: uso e atividades produtivas	Classificação dos agricultores-assentados por sistema produtivo											
	Diversificado 17 agricultores-assentados				Soja-leite 42 agricultores-assentados				Soja 47 agricultores-assentados			
Área média dos lotes (ha)	13,70				13,80				13,95			
1. Atividade Pecuária	n° de agt's*	%**	ha média	%***	n° de agt's	%	ha média	%	n° de agt's	%	ha média	%
Uso 1 - Pastagem Plantada de verão	17	100	2,5	18,2	21	50,0	1,65	11,9	6	12,7	1,2	8,6
Uso 2 - Pastagem Perene Plantada	17	100	2,2	16,0	32	76,1	1,25	9,0	20	42,5	1,1	7,8
Uso 3 - Campo Nativo	2	11,7	0,5	3,6	13	30,9	1,45	10,5	16	30,0	1,0	7,1
2. Atividade Agrícola	n° de agt's	%	ha média	%	n° de agt's	%	ha média	%	n° de agt's	%	ha média	%
Uso 1 - Soja	6	35,2	3,1	22,6	42	100	6,5	47,1	47	100	9,0	64,5
Uso 2 – Milho	17	100	4,2	30,6	37	88,0	1,6	11,5	22	46,8	1,3	9,3
3. Demais Formas de Ocupação do Lote****	-		2,1	15,3	-		1,36	9,8	-		0,5	3,5

* Número de agricultores-assentados que apresentam em seus lotes as atividades relacionadas.

** Indica a porcentagem de agricultores-assentados que apresentam as 'atividades' e 'usos' relacionados nos lotes.

*** Indica a porcentagem que as 'atividades' e 'usos' relacionados ocupam com relação à área total dos lotes.

**** Áreas utilizadas para produção de autoconsumo; áreas não utilizadas; APP; outras atividades produtivas destinadas ao comércio.

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

Antes de discutir os dados apresentados na Tabela-1 deve-se assinalar que as informações consideradas para a montagem de tal panorama sobre a ocupação da área dos lotes foram relativas às *culturas de verão*. Ou seja, a um período temporal de trabalho onde se ocupa a área dos lotes com as culturas referentes à noção de verão agrícola dos agricultores-assentados e técnicos. Quanto à ocupação dos lotes realizada no período de *inverno*, será possível discutir, de forma geral, com base nas informações recolhidas a campo pelo pesquisador e anotadas em caderno de registros; assim como por analogia à ocupação da área realizada no período de *verão*. Tem-se, assim, a análise de um ciclo agrícola.

Neste sentido, a referida tabela apresenta informações das principais formas de ocupação da área dos lotes, com destaque para as atividades ligadas à pecuária e a atividades agrícolas. Com relação à pecuária, a discriminação 'Uso 1 - Pastagem Plantada de Verão' refere-se à semeadura de cultivos realizados todo o início de *verão* como Milheto ou Capim Italiano e Aveia de Verão, principalmente (nomes populares usados a campo); a discriminação 'Uso 2 - Pastagem Perene Plantada' refere-se a áreas de terra cobertas com pastejos plantados, geralmente determinadas espécies de gramas que apresentam maiores quantidades de forragem, não sendo necessário semear todo o início do ciclo agrícola, perpetuando-se no solo por vários anos; a discriminação 'Uso 3 - Campo Nativo' refere-se a áreas de terra que apresentavam pastejos perenes desde a época de implantação do Assentamento sem que se tenha realizado semeaduras nessas áreas.

Acerca dos dados apresentados na Tabela-1 a primeira consideração a fazer diz respeito à área média dos lotes ser semelhante entre os grupos considerados, não podendo ser atribuído, portanto, determinações, a priori, com relação a definição de sistemas produtivos a partir dessa informação. As demais atividades e usos apresentam diferenças marcantes, tanto com referência ao número de agricultores-assentados que as desenvolvem quanto à área média destinada para cada caso. Com relação à atividade pecuária destaca-se que todos os

agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado* desenvolvem em seus lotes tanto Pastagem Plantada de Verão quanto Pastagem Perene Plantada, ocupando 18,2% e 16% da área média dos lotes, respectivamente. Esses pastejos apresentam redução acentuada nos outros dois grupos tanto em relação à porcentagem de agricultores-assentados que os realizam quanto à área destinada para tais usos. No sistema produtivo *soja-leite* 50 % dos agricultores-assentados apresentam o primeiro pastejo, e 76,1% deles apresentam o segundo pastejo, ocupando 11,9% e 9% da área média dos lotes, respectivamente. No sistema produtivo *soja* a redução é ainda maior, 12,7% dos agricultores-assentados considerados nesse grupo apresentam o primeiro pastejo, e 42,5% deles apresentam o segundo pastejo, ocupando 8,6% e 7,8% da área de seus lotes. Estas informações permitem sugerir que a bovinocultura leiteira é uma das principais atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo de agricultores com sistema produtivo *diversificado*; não recebendo o mesmo privilégio pelos outros agricultores-assentados dos sistemas produtivos *soja-leite* e *soja*. O mesmo pode-se depreender da análise do Uso 3 – Campo Nativo: entre os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado* 11,7% deles apresentam tal uso, em uma área média de 3,6% dos lotes. Essas porcentagens sobem expressivamente nos outros dois sistemas produtivos: no *soja-leite* 30,9% dos agricultores-assentados apresentam tal pastejo, em uma área média de 10,5% dos lotes; já no *soja* 30% dos agricultores-assentados apresentam área de Campo Nativo, apresentando média de 7% dos lotes. Dessa forma, essas informações podem indicar que os agricultores-assentados do primeiro sistema produtivo analisado diminuíram e/ou substituíram as áreas de Campo Nativo como forma de promover melhoramentos de pastagens e potencializar a bovinocultura leiteira.

Com relação à análise da área destinada às atividades agrícolas essa tendência tende a ser confirmada, ao mesmo tempo que indica o surgimento da sojicultura como atividade privilegiada nos sistemas produtivos *soja-leite* e *soja*. Nesse sentido, a sojicultura é desenvolvida por 35,2% dos agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, ocupando uma área média de 22,6% do lote. Já nos sistemas produtivos *soja-leite* e *soja* todos os agricultores-assentados possuem tal cultivo, ocupando 47,1% e 64,5% da área média dos lotes, respectivamente. Com relação ao milho, é uma cultura produtiva desenvolvida principalmente por agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, sendo seu cultivo realizado por todos deste sistema, ocupando uma área média de 30,6% dos lotes. Nos outros sistemas produtivos ele decresce em importância: no *soja-leite* é atividade de 88% dos agricultores-assentados, ocupando uma área média de 11,5%; no *soja* é desenvolvida por 46,8%, em uma área média de 9,3%. Essas informações evidenciam a importância que as atividades da soja e/ou do milho possuem nas estratégias produtivas dos agricultores-assentados. No primeiro sistema produtivo analisado tanto uma quanto outra cultura produtiva tendem a ser usadas preferencialmente como produtos intermediários na alimentação animal, especialmente para a bovinocultura leiteira. Destaca-se a importância que ganha o milho pelos agricultores-assentados deste sistema, que além de ser produzido por todos eles, ocupa quase 3 ha a mais que os outros produtores e supera a área produzida pela sojicultura em seus lotes. Contudo, é possível que os agricultores-assentados dêem preferência ao comércio desses produtos quando o preço compensar a compra de ração animal e os utilizem como produtos intermediários quando o preço pago no mercado não compensar a compra de alimentação animal. Nos outros dois sistemas produtivos, os agricultores-assentados possuem o milho como produto eminentemente usado no consumo intermediário, sendo a soja a principal atividade agrícola destinada ao comércio.

As diferenças de usos e ocupações da área dos lotes ainda podem ser analisadas quando se observa os dados referentes às ‘Demais Formas de Ocupação do Lote’. Os dados apresentados na referida tabela são as médias de todos os agricultores-assentados de cada sistema produtivo. No *diversificado* essa discriminação ocupa uma área média de 15,3% dos

lotes; no *soja-leite* representa 9,8% da área média dos lotes; e no *soja* representa 3,5% da área média dos lotes. Por mais que nessa categoria esteja incluída uma série de possíveis destinos dados à área, os agricultores-assentados do primeiro sistema produtivo utilizam-na preferencialmente com outros cultivos destinados ao autoconsumo e/ou para a comercialização, quando são analisadas as diferenças respectivas de áreas dos lotes entre os três sistemas produtivos, haja vista que decresce acentuadamente no *soja-leite* e *soja* (esse aspecto dos dados será melhor explorado a partir da segunda seção desse Capítulo).

Contudo, é na explicitação de como os agricultores-assentados manejam tais recursos e áreas dos lotes que se pode ter uma melhor dimensão do funcionamento dos sistemas produtivos. Tal análise pode ser realizada a partir da desagregação dos dados referentes ao número de agricultores-assentados que possuem os pastejos apresentados na Tabela-1. Dessa forma, constrói-se um outro panorama na explicitação da organização produtiva dos lotes, em que agricultores-assentados do mesmo sistema produtivo são agrupados a partir das mesmas associações de pastejos, como apresentado na Tabela-2. A partir de tais informações é possível discutir também os demais usos do solo agrícola nos lotes tanto nos períodos conhecidos como *verão* ou como *inverno*, pois mesmo sendo ciclos agrícolas diferenciados há influências e determinações de um sobre o outro.

Tabela 2 – Agricultores-assentados por associação de pastejos nos sistemas produtivos e número de animais leiteiros

Sistema produtivo	Total	Tipos e associações de pastagens*							Nº médio de animais leiteiros por lote**	
		CN	PPP	PPV	CN + PPP	CN + PPV	PPP + PPV	CN + PPP + PPV		Não apresentam nenhum tipo de pastagem
<i>Diversificado</i> : nº de agricultores-assentados	17	0	0	0	0	0	15	2	0	15,6
<i>Soja-leite</i> : nº de agricultores-assentados	42	4	14	1	3	5	14	1	0	8,2
<i>Soja</i> : nº de agricultores-assentados	47	11	11	2	5	0	4	0	14	4,5

* Legenda: CN: Campo Nativo; PPP: Pastagem Perene Plantada; PPV: Pastagem Plantada de Verão.

** Referente apenas aos animais utilizados na produção leiteira: vacas secas, em lactação, novilhas, terneiras e machos reprodutores.

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

Nesta tabela os agricultores-assentados são agrupados dentro de cada sistema produtivo a partir dos tipos de pastagens e possíveis associações que apresentam em seus lotes. No entanto, a análise do funcionamento dos sistemas produtivos ainda levará em consideração os dados apresentados na Tabela-1 e as informações recolhidas a campo pelo pesquisador, como forma de melhor interpretar a Tabela-2. Destaca-se também que por tratar-se de um modelo de análise as particularidades nos manejos e usos das áreas dos lotes que possivelmente cada agricultor-assentado possua tendem a ser negligenciadas. Para uma análise mais detalhada seria preciso considerar cada agricultor-assentado individualmente e suas maneiras específicas de trabalho. Contudo, a metodologia de isolar e analisar alguns fatores pela abstração pode indicar tendências comuns internamente aos grupos considerados.

Nesse sentido, a Tabela-2 apresenta que do total de 17 agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, 15 apresentam a associação de Pastagem Perene Plantada e Pastagem Plantada de Verão, e 2 apresentam a associação das três pastagens consideradas. Os agricultores-assentados desse sistema produtivo, quando comparado com os integrantes dos outros dois, apresentam a maior média de animais leiteiros por lote: 15,6. A presença nos lotes dessas associações de pastagens e número de animais indica uma maior especialização

dos agricultores-assentados envolvidos com a atividade leiteira. O manejo das áreas dos lotes tende a garantir a produção de pastagens para os animais durante o ano inteiro. Há uma tendência de que a presença de Pastagem Perene Plantada represente o desenvolvimento, mesmo que inicialmente, de manejos associados à divisão múltipla dessa área formando pequenas parcelas separadas por um único fio de ‘arame liso’ (elétrico), chamada de piqueteamento, podendo formar o Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), proporcionando uma maior oferta de forragem dessas áreas durante todo o ano, mesmo considerando que durante o *inverno* há uma diminuição do crescimento vegetativo dessas plantas. Contudo, indica a presença de uma área que tende a ser considerada exclusiva para pastejo dos animais: não sendo substituída pela cultura da soja no *verão*. A diminuição da oferta de forragem no *inverno* tende a ser compensada por outros dois mecanismos: a liberação das áreas ocupadas até então com soja e/ou milho, haja vista que há o surgimento de pastagens nativas, localmente identificadas como Aveia e/ou Azevém; e pelo oferecimento aos animais de silagem realizada com o milho em período anterior, no chamado *verão*. Essa silagem pode ser realizada em áreas do lote do mesmo agricultor-assentado ou em áreas dos lotes de outros agricultores-assentados por meio das chamadas *parcerias* realizadas entre estes. Nesse caso, pode haver a divisão da silagem produzida ou o pagamento por outros meios, como em moeda corrente ou em produção de milho em grão. Essa estratégia de formar *parcerias* geralmente se dá com os agricultores-assentados dos outros sistemas produtivos, especialmente o do *soja*, permitindo que os agricultores-assentados do *diversificado* dêem outros destinos às demais áreas dos seus lotes como na semeadura de Pastagem Plantada de Verão e de soja. Contudo, é nítido que a soja tende a ocupar um lugar secundário em tal estratégia, pois o simples fato de que semear áreas com Pastagem Plantada de Verão retira a principalidade de tal leguminosa, uma vez que ambas são semeadas no verão; ambas “disputam”, portanto, as mesmas áreas de terra. O dado referente na tabela à presença de Campo Nativo pode significar áreas de terra que foram incorporadas à Pastagem Perene Plantada e, assim, aos manejos de piqueteamento e ao Pastoreio Racional *Voisin*. Esses manejos dos lotes e as *parcerias* realizadas tendem a garantir a permanência da produção leiteira ao longo de todo o ano, atenuando-se as diferenças de quantidades de leite produzidas entre as estações de maior e menor oferta de pastagens nativas.

Com relação aos agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite* aparentemente há uma maior diversidade de situações. Contudo, nesse sistema duas características são transversais: a prioridade que a cultura da soja possui sobre os manejos das áreas de pastagens e, conseqüentemente, uma maior diferença de quantidade de leite produzida ao longo das estações do ano, tendendo a diminuir fortemente no *verão* devido ao cultivo da soja. Situação que também é representada pela diminuição, comparativamente ao *diversificado*, do número médio de animais leiteiros por lote: 8,2. Nesse sentido, os que possuem apenas o Campo Nativo como pastagem (4 agricultores-assentados), os que possuem apenas Pastagem Perene Plantada (14 agricultores-assentados), assim como os que apresentam a associação de Campo Nativo e Pastagem Perene Plantada (3 agricultores-assentados), tendem a desenvolver um manejo muito semelhante das áreas dos lotes. Nesses casos há a tendência dessas pastagens formarem um lugar chamado de *potreiro* como lugar de permanência prioritária dos animais. O *potreiro* é uma pastagem fechada com vários fios de ‘arame farpado’ onde não há a divisão múltipla de parcelas e tende a apresentar uma menor quantidade de forragem ofertada, em comparação às áreas piqueteadas ou com Pastoreio Racional *Voisin*. Nesse sentido, a Pastagem Perene Plantada tende a ter o objetivo de formar um *potreiro*, haja vista a inexistência de uma área de Campo Nativo. A Associação de Campo Nativo e Pastagem Perene Plantada pode ocorrer com o objetivo de aumentar a área de *potreiro*, no caso de ser considerada que a área de Campo Nativo não é suficiente para os animais. As demais associações de pastagens realizadas com Pastagem Plantada de Verão

(Campo Nativo e Pastagem Plantada de Verão, envolvendo 5 agricultores-assentados; Pastagem Perene Plantada e Pastagem Plantada de Verão, envolvendo 14 agricultores-assentados; e Campo Nativo e Pastagem Perene Plantada e Pastagem Plantada de Verão, envolvendo 1 agricultor-assentado) podem indicar que a atividade leiteira começa a ganhar importância entre as atividades destinadas ao comércio, haja vista a destinação de áreas de terra para a formação de pastagens no *verão*; quando poderiam ser destinadas à semeadura da soja. Contudo, entre esses casos, também existe a área chamada de *potreiro* como lugar preferencial para os animais quando termina o *inverno* e a área é preparada para o plantio da soja. Como no *verão* a área do lote está ocupada preferencialmente com essa leguminosa os animais são confinados nos *potreiros*; fornecendo alimentação complementar aqueles agricultores-assentados que possuem áreas com Pastagem Plantada de Verão e/ou realizaram *parcerias* para a produção de silagem. Neste caso as *parcerias* podem ser realizadas concedendo áreas de seu lote a outro(s) agricultor(es)-assentado(s) ou negociando áreas de lotes de outros agricultores-assentados. Com a colheita da soja há o surgimento de pastagem nativa nas lavouras, ocorrendo a soltura dos animais dos *potreiros* para essas áreas de pastagem em formação e, conseqüentemente, havendo um aumento da produção leiteira entre estes agricultores. Já, a organização produtiva do único agricultor-assentado que declarou possuir apenas Pastagem Plantada de Verão é explicada observando-se seus manejos e a localização internamente no Assentamento (por mais que aqui o objetivo não seja analisar características específicas). Esse caso ocorre devido a ele utilizar para pastejo as áreas da COOPERVIDA, liberando totalmente seu lote para outras atividades, entre elas o cultivo de tal pastagem. Contudo, as demais formas de manejo da área são semelhantes aos outros agricultores-assentados desse sistema produtivo, investindo prioritariamente na produção e cultivo da soja.

Já, os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* são os que menos apresentam associações de pastagens e também aqueles que possuem uma menor quantidade média de animais leiteiros: 4,5. Quanto ao manejo da área dos lotes tanto aqueles com Campo Nativo (11 agricultores-assentados), com Pastagem Perene Plantada (11 agricultores-assentados) e com a associação de Campo Nativo e Pastagem Perene Plantada (5 agricultores-assentados), tendem a usá-las como *potreiros*. Quanto aos agricultores-assentados que declararam possuir área de Pastagem Plantada de Verão (2 agricultores-assentados), Pastagem Plantada de Verão e Pastagem Perene Plantada (4 agricultores-assentados) é possível que sejam referentes às chamadas *parcerias* desenvolvidas com outros agricultores-assentados. Nesse caso, seriam áreas concedidas a outros agricultores-assentados para a semeadura de pastagens anuais por meio de pagamento em moeda corrente ou pelo direito de colocar seus animais nessas áreas. Em qualquer situação, de forma geral, esses animais são soltos nas lavouras após a colheita da soja, sendo encaminhados novamente para os *potreiros* quando acaba o *inverno*. Contudo, devido à pequena quantidade de animais, esses agricultores-assentados também podem arrendar áreas de terra de seus lotes a outros agricultores no período de *inverno* para o cultivo de trigo e/ou a produção de fenação da aveia e azevém que se desenvolvem de forma espontânea nas lavouras. Esse arrendamento pode ocorrer tanto para agricultores-assentados ou agricultores granjeiros vizinhos. Dessa forma, no contexto do sistema produtivo *soja*, há uma tendência dos animais leiteiros serem usados preferencialmente no autoconsumo do grupo familiar. Pode haver casos de venda de leite no período de *inverno*, devido a grande quantidade de pastagens disponíveis promoverem o aumento da produção leiteira além da capacidade de consumo da família. Mas, nesse caso, a venda é provocada mais pelo excesso de leite devido às circunstâncias do manejo desenvolvido no lote privilegiando a soja, do que uma ação organizada com vistas a desenvolver tal atividade comercialmente. Com relação aos demais integrantes desse sistema produtivo, chama a atenção que 14 agricultores-assentados responderam não possuir nenhum tipo de pastagem. Provavelmente sejam casos em que os

animais são pastoreados em áreas baldias, beiras de estrada ou dentro da área e lavouras da COOPERVIDA. Também, pode indicar a ausência de grupo familiar e/ou a não moradia nos lotes do Assentamento, onde a soja pode ser a cultura produtiva de eleição para ocupar as parcelas de terra e uma das fontes de geração de renda monetária; na seção 4 desse Capítulo essa situação poderá ser melhor explorada, quando for analisada a composição interna dos grupos familiares.

Assim, a análise dos sistemas produtivos demonstrou as diferenças mais significativas de ocupação da área dos lotes, indicando a montagem de estratégias produtivas diferenciadas entre as famílias assentadas. Neste sentido, diferentes lógicas de ação podem orientar os agricultores-assentados no cotidiano do Assentamento, perante o trabalho nos lotes, indicando interações e reações também diferenciadas aos eventos vividos em suas trajetórias sociais. Contudo, outros fatores estarão sendo analisados no decorrer do texto que podem ajudar no desvendamento das lógicas produtivas e racionalidades subjacentes às estratégias de reprodução socioeconômicas.

Nesta seção se analisou os manejos e atividades destinadas prioritariamente para a comercialização. Na próxima, se analisará, a partir da classificação dos sistemas produtivos, as atividades agrícolas e criações destinadas preferencialmente para o autoconsumo dos grupos familiares.

2. DINÂMICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREFERENCIALMENTE AO AUTOCONSUMO

No contexto da ambiência regional onde o Assentamento Ceres está inserido, em que as atividades comerciais baseiam-se majoritariamente em *commodities* agrícolas, destacadamente a soja, o milho e a produção de leite, há uma tendência de desenvolvimento de atividades e criações utilizadas prioritariamente ao autoconsumo do grupo familiar. Ou seja, os canais de comercialização hegemônicos construídos são relativos àqueles produtos tratados na seção anterior. Isso não significa, entretanto, que as famílias de agricultores-assentados não constituam outros canais de comercialização de outros produtos agrícolas e pecuários, como o comércio estabelecido entre os próprios agricultores-assentados, com os agricultores granjeiros vizinhos, com a população urbana de Jóia e municípios próximos, etc. Entretanto, de forma geral, a principal fonte de renda monetária tende a ser vista pelos agricultores-assentados como sendo alcançada por meio da comercialização naqueles canais e mercados hegemônicos através das mercadorias correlatas. Neste sentido, as demais atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nos lotes tendem a ser consideradas com destino ao autoconsumo.

Contudo, em momentos de crise de reprodução social essas atividades podem ser alçadas a uma condição central na obtenção de recursos monetários entre o conjunto de atividades com essa finalidade. Nesse contexto, o que antes poderia ser identificado como *miudeza* agora pode virar *grandeza*, como declarado ao autor pela esposa do Sr. Pedro. Ou seja, a primeira noção designa as criações e culturas produtivas e dedicadas ao autoconsumo da família, podendo expressar atividades consideradas secundárias em grau de importância nos trabalhos rurais, quase sempre desenvolvida pela mulher. Fazendo uma relação com o estudo de Garcia Jr. (1983: em especial o Capítulo II), poderia ser sugerido que, no caso do Assentamento, seriam as atividades produtivas geradoras de renda monetária aquelas designadas por *trabalho*, realizadas preferencialmente pelo homem; as demais, as de autoconsumo, consideradas complementares ou como *ajuda* ao provimento das condições materiais ao grupo doméstico. No entanto, em momentos de crise de realização monetária

daquelas culturas tidas como dedicadas ao comércio (soja, milho, por exemplo) as *miudezas* podem se tornar *grandezas* quando assumem importância econômica comercializável, podendo deslocar os homens de suas atividades até então consideradas como principais para aquelas que eram consideradas secundárias. Essa seria uma dinâmica inerente às atividades de autoconsumo, com determinantes externos ligados a fatores do mercado e internos à família, relacionados com disponibilidade de mão-de-obra e número de consumidores (ciclo familiar)⁵⁸, além das tradições culturais das famílias de agricultores-assentados que podem considerar diferentemente determinadas atividades como necessárias à reprodução familiar. Olhando a partir da família de agricultores-assentados, sugere-se que essa dinâmica também dependa de recursos incorporados pelos indivíduos quanto a conhecimentos e relações personalizadas construídas individualmente ao longo das trajetórias sociais – como aqueles agricultores-assentados que ocupam posições de direção da Cooperativa ou do Assentamento e tendem a ter suas redes de relações sociais aumentadas; facilitando a construção de ‘pontes’ comerciáveis em momentos de crise de realização econômica.

Neste sentido, as principais atividades destinadas preferencialmente ao autoconsumo na ambiência do Assentamento são apresentadas na Tabela-3. As atividades agrícolas e criações apresentadas devem ser entendidas como sujeitas a tal dinâmica comentada anteriormente, sem rigidez quanto ao fornecimento apenas e exclusivamente de alimentação de autoconsumo, mesmo considerando os poderes circunscritos na matriz produtiva regional que define o lugar prioritário dos demais cultivos como sendo de autoconsumo nos lotes dos agricultores-assentados. Nessa tabela apresenta-se o número de agricultores-assentados que manifestam tais atividades e criações a partir da classificação por sistemas produtivos. Optou-se por essa metodologia de apresentação dos dados, pois fornece tendências quanto à valorização dessas atividades pelas famílias envolvidas em cada sistema produtivo, por mais que não se quantifique o total produzido. A análise das rendas geradas de forma indireta pelos agricultores-assentados com os produtos do autoconsumo será realizada na seção 6.

Tabela 3 – Agricultores-assentados e as principais atividades destinadas prioritariamente ao autoconsumo

Atividades agrícolas e criações		Sistemas produtivos e agricultores-assentados					
		Diversificado 17 agricultores-assentados		Soja-leite 42 agricultores-assentados		Soja 47 agricultores-assentados	
		Nº de agt's*	%**	Nº de agt's	%	Nº de agt's	%
1. Principais atividades agrícolas: amendoim, feijão mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar; entre outras	5 ou mais atividades	7	41,1	6	14,2	2	4,2
	4 atividades	4	23,5	8	19,0	8	17,0
	3 atividades	6	35,2	18	42,8	15	31,9
	2 atividades	0	-	6	14,2	9	19,1
	1 atividade	0	-	5	11,9	4	8,5
	0 atividade	0	-	0	-	9	19,1
2. Pomar e horta doméstica		17	100	26	64,2	22	46,8
3. Aves		17	100	41	97,6	31	65,9
4. Suínos		17	100	40	95,2	29	61,7

* Número de Agricultores-assentados que possuem as atividades relacionadas.

** Indica a porcentagem de agricultores-assentados que apresentam em seus lotes as atividades de autoconsumo relacionadas.

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

⁵⁸ As formulações teóricas que inspiram essa consideração vêm de Chayanov (1974).

Essa tabela indica que entre os agricultores-assentados considerados, aqueles relacionados pelo sistema produtivo *diversificado* formam um grupo mais homogêneo quanto à valorização das atividades relacionadas. Destaca-se que dentre estes, 41% apresentam 5 ou mais atividades agrícolas e todos possuem pomar e horta doméstica, aves e/ou suínos para a realização do autoconsumo familiar. Os outros dois sistemas produtivos apresentam uma maior diversidade de situações. A grande maioria dos agricultores-assentados tanto do *soja-leite* quanto do *soja* apresentam 3 atividades agrícolas, respectivamente representando 42,8% e 31,9% do total de agricultores-assentados relacionados. Ainda com relação às atividades agrícolas, se somadas as categorias referentes à '2 atividades' e à '1 atividade' no sistema produtivo *soja-leite* e no sistema produtivo *soja* dar-se-á relevo ao fato de que 26,1% e 27,6% dos agricultores-assentados desses grupos apresentam no máximo duas atividades produtivas destinadas à alimentação do grupo familiar, respectivamente.

Essa caracterização tende a configurar situações de maior instabilidade quanto à geração de alimentação em seus lotes como forma de enfrentar possíveis situações de crises de realização monetária dos produtos destinados exclusivamente ao comércio, devido a baixos preços ou à queda da produção devido a estiagens, por exemplo. Nessas situações, não obstante, pode tornar mais difícil a venda (ou a troca) de produtos até então utilizados no autoconsumo, haja vista que tende a aumentar seu consumo no grupo familiar; além da pequena variedade de produtos disponíveis nos seus lotes para operações de comércio em casos de ameaça da reprodução social. Chama a atenção também que 19,1% dos agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* responderam não possuir qualquer tipo de atividade agrícola apresentada na tabela. É possível que a explicação para tal situação resida nas particularidades vividas com relação à formação dos grupos familiares, como no caso de beneficiários solteiros; situação que será melhor analisada na seção 4. Se forem outros os motivos, que provoque tal situação de inexistência de atividades de autoconsumo, pelos menos aquelas auferidas pela pesquisa, então é possível sugerir que esses grupos familiares já apresentam sua reprodução social ameaçada, podendo depender exclusivamente de programas sociais governamentais.

Contudo, as situações de instabilidade de produção para o autoconsumo de alguns agricultores-assentados tanto do sistema produtivo *soja-leite* quanto o do *soja* pode ser observada quando são analisados os dados referentes à presença ou não das outras atividades consideradas na tabela. Nesse sentido, 64,2% e 46,8% dos agricultores-assentados apresentam pomar e horta doméstica, respectivamente. Os dados referentes à presença de suínos e/ou aves também indicam que nem todos os agricultores-assentados desses sistemas produtivos possuem essas criações. Essa caracterização das atividades destinadas ao autoconsumo tende a limitar a variedade de alimentação, ou aumentar as despesas domésticas com aquisição de produtos alimentares em 'supermercados'. Em ambas as situações o grupo doméstico pode viver maior instabilidade das condições alimentares mínimas necessárias para a sobrevivência.

Vale a pena destacar que o perfil dos grupos de agricultores-assentados e as valorizações das atividades de autoconsumo apresentam correspondência relativa ao item 'Demais Formas de Ocupação do Lote' da Tabela-1. Nesse item foi demonstrado que os agricultores-assentados do sistema *diversificado* destinam maior área média para outros fins que não apenas aqueles relacionados com as atividades diretamente comercializáveis, quando comparados com os agricultores-assentados dos outros dois sistemas produtivos. Tende a indicar, portanto, uma maior produção média de alimentos para o autoconsumo realizado pelos agricultores-assentados considerados no primeiro sistema produtivo analisado.

Contudo, deve-se considerar que os outros dois sistemas produtivos apresentam situações diferenciadas entre os agricultores-assentados quanto à disponibilidade em seus lotes de alimentação para esse fim. Se a média de tais grupos quanto às porcentagens de

agricultores-assentados que desenvolvem as atividades relacionadas na Tabela-3 é menor que a média do primeiro sistema produtivo, assim como a média de área disponibilizada para 'Demais Formas de Ocupação do Lote' apresentado na Tabela-1, não é possível constatar que todos os agricultores-assentados envolvidos nos sistemas produtivos *soja-leite* e *soja* tenham uma produção de alimentos destinados ao autoconsumo menor que os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*. Pelo contrário, a Tabela-3 apresenta em números absolutos que a quantidade de agricultores-assentados que possuem 4 atividades agrícolas é superior nos sistemas produtivos *soja-leite* e *soja*. O mesmo pode ser constatado somando-se o número de agricultores desses dois sistemas produtivos com relação ao item '5 atividades'. Portanto, não pode ser atribuída uma relação direta entre maior quantidade de atividades destinadas ao autoconsumo e sistemas produtivos considerados; por mais que haja certa tendência nesse sentido quando estabelecido porcentagens referentes às relações internas em cada grupo e comparadas entre tais.

Em qualquer situação as atividades desenvolvidas para o autoconsumo tendem a ter relevância para além da oferta imediata de alimentos para a família. De acordo com Garcia Jr (1994: 90) haveria uma tendência de que quanto mais recursos monetários e alimentares dispusessem o grupo familiar menor seriam as necessidades de assalariamento de integrantes da família. Dessa forma, a quantidade produzida desses alimentos pode orientar também o comportamento dos agricultores-assentados, escolhendo quantidades de produtos para a venda ou disponibilizando no mercado sua mão-de-obra para trabalhos agrícolas, principalmente. No entanto, quais seriam as lógicas subjacentes a tais estratégias de reprodução social dos agricultores-assentados? Além das influências das dinâmicas de composição do grupo familiar e ciclo de vida, haveria relações com as referências socioculturais heterogêneas e relativas às posições sociais ocupadas anteriormente à *luta* pela terra, com os *habitus* e práticas cotidianas?

Nessa seção se tratou das dinâmicas referentes às atividades destinadas preferencialmente ao autoconsumo familiar. Na próxima, se abordará as dinâmicas internas aos grupos domésticos.

3. DINÂMICA E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS

Parte-se do pressuposto de que o ambiente sócio-ecossistêmico do *lote* de terra é o lugar onde as famílias de agricultores-assentados preferencialmente produzem e vivem. Assim, não é apenas um lugar de produção, uma unidade de produção, essa seria uma dimensão da vida empreendida num pedaço de terra, mas também é um lugar onde se constrói a família; os filhos nascem, crescem e saem do grupo doméstico de origem para casar e constituir novos grupos domésticos, geralmente, sob outras frações de terra. Para Gaiger (1999) a própria alternativa da *luta* pela terra tende a ser vista por jovens sem-terra como uma possibilidade de recriar as condições materiais e simbólicas de constituição da família e projetos de futuro; que do contrário estariam inviabilizados. Neste sentido, no ambiente do lote, formas de ver e se ver no mundo tendem a ser reproduzidas, ressignificadas e atualizadas, recursos culturais identificados como ideais, intelectuais e afetivos que orientam as práticas individuais e coletivas, como a honra e a hierarquia familiar. Assim, existiria neste espaço social uma relação estreita entre os principais componentes (sociais e naturais) que organizam o universo simbólico desses indivíduos, como a *terra* (portanto, o lote), a *família* e o *trabalho*. Ou seja, baseando-se em Woortmann (1990) pode ser argumentado que para os agricultores-assentados, pensar em *terra* corresponderia pensar também em *família* e *trabalho*, assim como não se pensa o *trabalho* sem pensar a *terra* e a *família*. A *terra* é um

lugar de moradia, não apenas objeto de trabalho ou fator produtivo; é onde se *trabalha* e se constrói a *família*, sendo assim uma expressão de moralidade ancorada nos valores *terra*, *trabalho* e *família*. O *trabalho* é também aquilo que constitui o pai de família, sua honra e expressão de hierarquia. Nesse contexto, o campo econômico não estaria dissociado do campo moral hierárquico e da divisão do trabalho internamente à família, conferindo assim, uma dinâmica própria de funcionamento do grupo familiar enquanto unidade de produção.

Nesta direção, um dos elementos da especificidade da unidade produtiva seria seu caráter familiar. Essa é uma característica identificada desde as análises empreendidas por Chayanov com relação ao campesinato russo do início do século XX, consistindo em uma de suas principais contribuições ainda apontada como válida no estudo de grupos familiares que vivem e trabalham a terra.⁵⁹ Ou seja, são os membros de uma família que potencialmente formam a unidade de trabalho e que se reproduzem conjuntamente em um dado tempo e espaço, materializado por morarem em uma mesma *casa*. No entanto, dependendo do sexo e da idade, os integrantes podem estar excluídos ou incluídos em determinadas tarefas produtivas. Da mesma forma, não há relação direta entre o desempenho de cada membro no processo de trabalho e seu nível de consumo. Portanto, a participação de cada integrante no trabalho da terra depende de sua inserção nas relações de parentesco e de sua posição social no grupo familiar. Neste sentido, *grupo doméstico* teria significado quantitativa e qualitativamente diferente de *família*. Para Garcia Jr. (1983: 104, 116) essa distinção seria necessária para dar conta do fato de que nem toda relação familiar é uma relação entre membros de um mesmo grupo doméstico. Assim, o *grupo doméstico* significaria um conjunto de pessoas que trabalham e consomem conjuntamente, constituindo uma unidade de residência e trabalho, que organiza a reprodução física e social de seus integrantes. Já, a noção de *família* é entendida como um conjunto de indivíduos relacionados por laços de parentesco, consangüinidade e afinidade, que são sacralizados e cujas pessoas envolvidas guardam relações de solidariedade mecânica: de parentesco.

Um exemplo do significado dessas duas noções pode ser encontrado na instituição do casamento, pois implica na saída de pelo menos um dos cônjuges de seu *grupo doméstico* de origem para a formação de um novo *grupo doméstico*. Contudo, essa mudança não significa que deixe de fazer parte de sua *família* de origem, com quem passa a redefinir sua relação e participação. Assim, os membros de um mesmo *grupo doméstico* formam uma nova unidade de produção. No caso dos agricultores-assentados, poder-se-ia argumentar, isolando-se outros fatores externos, que o *lote* é o resultado e produto primordial do trabalho dos integrantes que formam o *grupo doméstico*. Ao menos potencialmente, todos os membros são trabalhadores, o que não quer dizer que sejam efetivamente trabalhadores. Ou seja, as regras de pertencimento da unidade de trabalho não são as mesmas regras de pertencimento da *família*. Um indivíduo pode migrar, saindo da unidade de produção enquanto trabalhador efetivo, o que não significa que deixe de reconhecer e ser reconhecido por laços de parentesco – situação que pode ser identificada por casos em que há o envio de dinheiro por parte daquele que migrou para a família de origem.

Em todo caso a unidade familiar enquanto instituição social tende a representar a base da reprodução econômica e de reconhecimento social enquanto pivô das estratégias de reprodução social. Neste sentido, ela é uma realidade material e simbólica à existência individual e coletiva, encarnando hierarquias e divisões de obrigações internas. Assim, *família* e *lote de terra* garantem certa autonomia no processo de trabalho através de um dimensionamento da jornada de trabalho estabelecida pelo agricultor-assentado a partir dos desejos e necessidades identificadas pelo grupo doméstico e pela crença em suprir tais carências. Por outro lado, *família*, *terra* e *trabalho* também conferem autonomia com relação

⁵⁹ Olhar: Chayanov (1974); uma crítica ao autor é desenhada em: Cardoso (2002) e Wanderley (2003), entre outros

às gerações mais velhas, assim como às experiências e iniciativas coletivizantes das direções do MST. Esse último caso foi particularmente expressado no Assentamento Ceres quando houve a entrada das famílias na área e seguiu-se a diluição dos grupos coletivos formados ainda no acampamento – critério estabelecido para se ter acesso a essa área de terra. Atualmente, no ambiente do Assentamento apenas três grupos domésticos permanecem trabalhando de forma coletiva sobre a terra, estimulados, principalmente, por laços de parentesco devido aos homens serem irmãos, formando uma unidade de produção, os demais formaram unidades individuais de produção. Acentua-se assim, os destinos produtivos dados aos lotes de terra a partir de características objetivas dos grupos domésticos e suas formações socioculturais específicas.

No Assentamento, o grupo doméstico geralmente é constituído por duas gerações, ou seja, o casal e seus filhos. Havia à época do trabalho de campo apenas três casos em que a mãe do homem ou a mãe da mulher habitavam junto com o casal; coincidentemente, distribuídos um em cada sistema produtivo. Não foram identificadas situações que apresentassem o pai do homem ou o pai da mulher em mesma situação. De qualquer modo, a presença da terceira geração residindo na mesma casa em que a filha ou o filho constituíram grupo doméstico parece estar associada à morte de um dos cônjuges, com o fim do casal de origem. A Tabela-4 apresenta o número de integrantes dos grupos domésticos, assim como aqueles casais que não apresentam filhos(as) residindo na mesma casa, e o número de indivíduos solteiros residindo em seus lotes – ou que pelo menos são titulares destes -, a partir da classificação de sistemas produtivos.

Tabela 4 – Agricultores-assentados e estrutura dos grupos domésticos por sistema produtivo

Agricultores-assentados por sistema produtivo: grupos domésticos		Estruturação do grupo doméstico (número de integrantes)					n° de solteiros(as) titulares de lotes	
		Somente o casal	3 Integran-tes	4 Integran-tes	5 Integran-tes	6 Integran-tes		7 Integran-tes
1. <i>Diversificado</i>								
17 agricultores-assentados	* n° de grupos domésticos	1	5	3	6	2	0	0
2. <i>Soja-leite</i>								
42 agricultores-assentados	* n° de grupos domésticos	0	10	14	4	11	1	2
3. <i>Soja</i>								
47 agricultores-assentados	* n° de grupos domésticos	2	9	6	8	5	5	12

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

Entre os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, 1 grupo doméstico é formado apenas pelo casal, de acordo com os dados fornecidos no questionário socioeconômico possuem idade superior a 50 e inferior a 60 anos.⁶⁰ Os demais grupos domésticos são todos formados pelo casal e filhos(as), não havendo titulares de lotes solteiros. O número de filhos(as) por casal varia entre 1 e 4, sendo que o maior número individual de casais (6 deles) apresentam 3 filhos(as). O maior número de grupos domésticos no Assentamento encontra-se no sistema produtivo *soja-leite*. Entre estes, apenas 1 grupo

⁶⁰ Uma das particularidades por este casal apresentar uma produção *diversificada*, repousa em sua trajetória social. Segundo a declaração desse agricultor-assentado, teria sido dirigente do MST e por sempre estar envolvido em instâncias de direção *nunca* teria trabalhado como queria o lote, para ter suas *coisinhas*. Para ele, estava na hora de fazer no lote aquilo que sempre tinha *pregado* para outros sem-terra: *fazer o lote produzir para comer e depois para vender*. No entanto, em conversas do cotidiano eram constantes as afirmações de que era *muito trabalho* para os *dois velhos*, estando na hora de pensar em *descansar e viver melhor*.

doméstico é formado pelo pai e filhos(as), os demais pelo casal e filhos(as). São 2 titulares de lotes que são solteiros, de acordo com os dados fornecidos no questionário socioeconômico possuem idade de 28 e de 34 anos. Já, o sistema produtivo *soja* é o que apresenta a maior quantidade de titulares de lotes solteiros, totalizando 12 agricultores-assentados; o questionário socioeconômico informa que 3 deles apresentam idade inferior a 25 anos, 8 apresentam idade entre 25 e 40, e 1 apresenta 63 anos de idade. Nesse mesmo sistema produtivo, 2 grupos domésticos são formados apenas pelo casal, com idade superior a 41 e inferior a 60 anos. Os demais grupos domésticos são formados pelo casal e filhos(as); destaca-se que 5 destes casais apresentam 5 filhos(as) cada.

Assim, a maior quantidade de grupos domésticos do Assentamento encontra-se internamente no sistema produtivo *soja-leite*, com 40 deles; seguido por 35 do sistema produtivo *soja* e por 17 do sistema produtivo *diversificado*. Chama a atenção o número de agricultores-assentados que são solteiros e que integram o sistema produtivo *soja*, sugerindo, portanto, que a falta de grupo doméstico na unidade de produção tende a ser um fator que estimula a ocupação produtiva dos lotes com essa monocultura. Apesar de 2 agricultores-assentados solteiros figurarem no sistema produtivo *soja-leite*, a falta da unidade familiar tende a limitar o uso produtivo do lote às monoculturas comerciais, haja vista a pouca disponibilidade de mão-de-obra e a ausência de divisão social do trabalho. Contudo, pode ser sugerido que essa situação seja passageira entre a maioria dos agricultores-assentados solteiros, modificando-se com a realização do casamento e formação de grupo doméstico. Por isso, não serão objeto de maiores investigações nesta dissertação; que se concentra no desvendamento das estratégias produtivas e lógicas socioculturais subjacentes de grupos domésticos (ou unidades domésticas familiares), onde tende a haver uma maior exteriorização dos projetos de futuro e desejos relacionados com a formação da família e ciclo de vida de seus integrantes.

Neste sentido, o caráter de *família* dos grupos domésticos, sujeitos, portanto, às regras de parentesco, reconhecimento e solidariedade mecânica, nos lotes de reforma agrária pode agir no sentido de reagrupar familiares antes dispersos devido às ameaças de sobrevivência. Em estudo realizado por Heredia et al. (2002: 84) envolvendo as chamadas ‘manchas’ de assentamentos em territórios no Sul do estado da Bahia, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Sudeste do Pará, Oeste Catarinense e Zona Canavieira do Nordeste, os autores constataram que 62% dos agricultores-assentados pesquisados possuíam parentes morando em outros lotes no mesmo assentamento. No Assentamento Ceres, apesar desse dado não ter sido auferido pelos questionários utilizados na pesquisa, a observação empírica permite a afirmação de que processo semelhante também ocorre entre os agricultores-assentados. A aproximação de famílias pode ocorrer desde o período do acampamento ou posteriormente, por meio da troca de lotes nos assentamentos rurais. Para Medeiros e Leite (2004b: 33) as relações de parentesco nos assentamentos também podem servir de apoio àqueles parentes em piores condições monetárias e/ou como ‘tempo de espera’ para a participação e formação de novos acampamentos na região. Segundo os autores, isso tem ocorrido em assentamentos rurais de todos os estados pesquisados da Federação. No estado do Rio Grande do Sul, os estudos empreendidos a partir da delimitação de ‘manchas’ indicaram que em torno de 12% dos agricultores-assentados possuem parentes morando no mesmo lote. No Assentamento Ceres esse dado não foi auferido, mas a partir da observação empírica constata-se que o fato também ocorre; o relato de um agricultor-assentado ao pesquisador reconhecia ter recebido vários parentes em seu lote antes desses se dirigirem para os acampamentos. Contudo, segundo os autores citados, se há um movimento de atração, também tende a haver um outro de saída dos lotes. Este último é empreendido principalmente por jovens que buscam trabalhos urbanos ou dirigem-se para os acampamentos *lutar* por seus lotes de terra quando chega o momento de constituir família.

Uma outra característica dos grupos domésticos conferida pelo seu caráter familiar diz respeito à tendência de indivisibilidade das rendas entre seus integrantes. Este é um fator citado pela bibliografia, como Wanderley (2003: 58), e registrado desde os estudos empreendidos por Chayanov. As rendas eventualmente obtidas fora da unidade de produção, como em assalariamentos, tendem a integrar a renda total da família, sendo que as necessidades de seus integrantes passam a ser atendidas pela redistribuição conforme as necessidades individuais e coletivas (quando possível atendê-las). Ou seja, mesmo que as rendas sejam obtidas individualmente, tende à posição social do *pai* decidir como será empregada nas estratégias de reprodução social do grupo familiar. Alguns estudos apontam que essa característica seria flexibilizada com a incorporação progressiva por parte dos indivíduos do grupo doméstico dos valores individualizantes da chamada modernidade, podendo causar uma *revolução simbólica* em suas vidas com a unificação do mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2000), ocorrendo mudanças na *balança Nós-Eu* (Elias, 1994) dessas populações. Uma das conseqüências poderia ser a *descoberta do pai-patrão*, gerando questionamento da hierarquia familiar (Woortmann, 1990: 50).⁶¹ No caso específico dos sem-terra, Gaiger (1994a) sustenta a tese de que as experiências relacionadas ao acampamento e mobilização coletiva são momentos em que pode haver recomposições culturais, mesmo que de forma desigual entre os participantes. Caldart (2000: 118) argumenta que a forma de organização das famílias sem-terra nos acampamentos e o conjunto de temas (política, produção, cultura, formas organizativas, etc.) em que são incitados a participar e opinar tende a gerar ansiedades, medos e questionamentos das crenças até então cultivadas. Portanto, talvez para os agricultores-assentados as experiências desse processo de *luta* coletiva é que constitua a força motriz para uma espécie de *revolução simbólica* em suas vidas e mesmo para a incorporação de valores associados à modernidade, na direção de maior autonomia individual nos grupos familiares. Neste caso, um aspecto importante a perceber é que as modificações culturais ocorrem a partir da forma com que os sem-terra se relacionam com a sociedade englobante, principalmente a partir de suas noções e compreensões de *luta*.

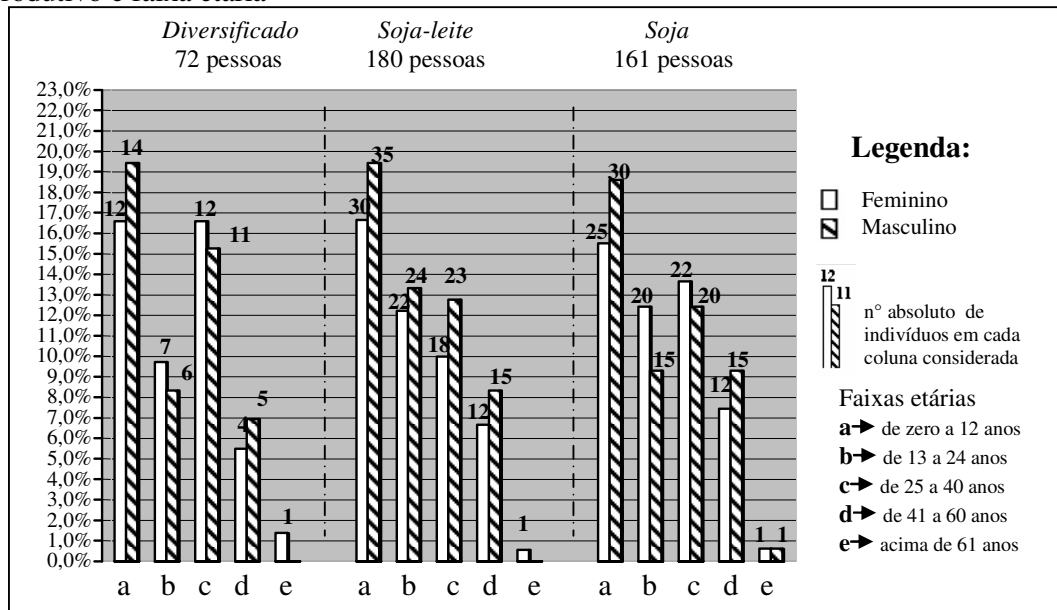
Seja como for o desenvolvimento dessas relações internas ao grupo doméstico, as rendas obtidas fora da unidade de produção podem cumprir importante complemento das rendas familiares. Em estudo comparativo de orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em quatro assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, Leite (2003: 140) apresenta que dos 58 informantes da amostra pesquisada, em 45 deles o desenvolvimento de trabalhos externos era realizado pelos responsáveis dos lotes de terra, ainda que os trabalhos fossem descontínuos. Neste caso, portanto, 77,5% dos responsáveis pelos lotes desenvolviam outras atividades que não apenas aquelas das unidades de produção – o estudo sugere ainda que outros integrantes das famílias também desenvolviam trabalhos externos à unidade produtiva, mas o autor não apresenta dados quantificáveis de tal informação. No estado do Rio Grande do Sul, um estudo de áreas selecionadas, incorporando amostras dos assentamentos Nova Ramada, Conquista da Fronteira, 30 de Maio e Annoni Fase IV, aponta que 24% dos agricultores-assentados entrevistados possuíam algum membro da família que trabalhava de forma permanente ou temporária fora dos lotes (Benedetti, 2004: 64). No Assentamento Ceres a sistematização dos questionários socioeconômicos aplicados pela assessoria técnica apresenta que 13 grupos familiares possuíam integrantes que desenvolviam trabalho externo ao lote, um total de 14,1% do total de grupos familiares. Quando consideradas por sistemas produtivos, 1 unidade estava localizada no sistema

⁶¹ Outras modificações simbólicas nos grupos domésticos familiares, devido sua inserção na chamada economia de mercado (oligopolizado), podem ser encontradas nos estudos de Silvestro et al. (2001), Carneiro (2001), Castro (2004), Bourdieu (2000), entre outros autores. Entre as principais mudanças de referências simbólicas estariam situações do tipo: “o herdeiro que não quer herdar”, em certa medida a chamada “masculinização do campo” e a “descoberta do pai-patrão”.

produtivo *diversificado*; 4 no sistema produtivo *soja-leite*; e 8 no sistema produtivo *soja*; respectivamente: 5,8%, 10% e 22,8% dos grupos domésticos considerados em cada sistema produtivo. Assim, comparando-se com os estudos citados anteriormente, o menor número de unidades domésticas que apresentam integrantes em trabalhos externos aos lotes pode ocorrer devido à região apresentar suas atividades econômicas ligadas principalmente à agropecuária com alto desenvolvimento tecnológico, e devido ao pequeno desenvolvimento industrial, não oferecendo maiores oportunidades de trabalho. Contudo, há uma tendência às famílias classificadas no sistema produtivo *soja* de apresentar uma maior relação de assalariamento, comparadas àquelas dos outros dois sistemas produtivos.⁶² Essa característica será novamente abordada na seção 6, quando será realizada a análise do conjunto das rendas dos grupos domésticos selecionados.

De modo geral, dentro da hierarquia familiar tende ao *pai* a obrigação de prover as condições materiais para a sobrevivência dos integrantes de seu grupo. Assim, como chefe de família, além das obrigações morais de redistribuição das rendas obtidas pela unidade, possui sob sua responsabilidade os trabalhos desenvolvidos no lote. Isso não quer dizer que o faça somente a partir de seu trabalho e atividades. Fundamentalmente, é o organizador das tarefas desenvolvidas pelos membros de sua família nas terras do lote. Dessa forma, não somente a quantidade de integrantes é importante, mas também a composição por sexo e idade dos trabalhadores em potencial; crianças, jovens, velhos e mulheres tendem a oferecer quantidades diferentes de trabalho, ou podem não ser identificados como componentes da unidade de trabalho familiar. Neste sentido, o Gráfico-1 apresenta um panorama geral da composição por sexo e faixa etária dos integrantes dos grupos domésticos e estabelece relações percentuais entre cada faixa etária considerada nos três sistemas produtivos. Salienta-se que as unidades produtivas compostas apenas por um integrante não estão representadas no referido gráfico.

Gráfico 2. Distribuição porcentual dos membros dos grupos domésticos por sistema produtivo e faixa etária



Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

⁶² Uma observação é necessária: é possível que esses dados estejam subdimensionados devido a uma imprecisão do questionário adotado, por considerar apenas a existência ou não de outros trabalhos realizados fora do lote por integrantes do grupo familiar, sem a distinção entre trabalhos temporários e permanentes.

A análise desses dados informa primeiramente que a idade da população que ingressou no Assentamento Ceres em 1997 era majoritariamente inferior a 30 anos. Isso significa afirmar que a entrada na *luta* pela terra tende a coincidir com a busca dos meios para a constituição de um novo grupo familiar. Aliás, essa também é uma constatação de Gaiger (1999: 72) em seu estudo sobre as condições socioculturais do engajamento no MST entre as famílias sem-terra meridionais. Uma tendência que parece ser confirmada internamente no Assentamento quando é analisado o número de crianças na faixa etária 'a', de zero a 12 anos, nos três sistemas produtivos considerados, indicando que a geração de grande parte dos filhos ocorreu quando houve a aquisição de um lote de terra.

De forma geral, pode ser observado que se trata de grupos domésticos formados quase que exclusivamente por indivíduos de até 60 anos de idade. Nos três sistemas produtivos a faixa etária 'a' (de zero a 12 anos) é a mais populosa, sendo o número de crianças masculinas maior que o feminino, apresentando uma relação porcentual semelhante entre ambos os sistemas. A faixa etária 'b' (de 13 a 24 anos) apresenta uma relação porcentual menor entre os grupos domésticos do sistema produtivo *diversificado*, quando comparado com os demais; os indivíduos do sexo masculino somente são em maior número em relação ao feminino entre os grupos domésticos considerados no sistema produtivo *soja-leite*. Na faixa etária 'c' (de 25 a 40 anos) a relação porcentual de indivíduos localizados no sistema produtivo *diversificado* é maior que os demais; sendo que a relação de indivíduos do sexo masculino somente é maior no sistema produtivo *soja-leite*. A faixa etária 'd' (de 41 a 60 anos) apresenta uma relação porcentual semelhante nos grupos domésticos de ambos os sistemas produtivos; já, o número de indivíduos do sexo masculino é maior que o feminino nas três circunstâncias.

De conjunto há uma relação maior de indivíduos do sexo masculino, considerando as faixas etárias 'b', 'c' e 'd', entre aqueles do sistema produtivo *soja-leite* quando comparado com os demais sistemas. Destaca-se também a maior presença de indivíduos do sexo feminino nas faixas etárias 'b' e 'c' entre aqueles considerados nos sistemas produtivos *diversificado* e *soja*. Entretanto, a partir dos dados apresentados no referido gráfico, não é possível estabelecer relações diretas entre a composição, idade e sexo dos membros em grupos domésticos individualmente, haja vista que um mesmo grupo doméstico pode apresentar apenas prole masculina ou feminina e em diferentes idades. Contudo, quando os dados apresentados nesse gráfico são cruzados com aqueles apresentados na Tabela-4 e analisados à luz do perfil do sem-terra meridional (Gaiger, 1999), é possível sugerir que as diferenças de estratégias produtivas adotadas (*diversificado*, *soja-leite* e *soja*) nos lotes não residem exclusivamente na composição dos grupos domésticos. Considerando que os componentes das unidades de trabalho estejam principalmente entre as faixas etárias de 'b' a 'd', então os grupos domésticos de ambos os sistemas produtivos tendem a possuir semelhante disponibilidade de força de trabalho.

É com a força de trabalho potencial do grupo familiar que o agricultor-assentado fundamentalmente organiza as atividades produtivas em seu lote e com a qual procura gerar as condições materiais de atendimento das carências dos integrantes do grupo. A rigor, o casamento é o ponto de partida para a divisão do trabalho entre os dois sexos. No contexto da divisão do trabalho interno ao grupo familiar no Assentamento cabe ao homem (pai) a responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades produtivas dedicadas primordialmente ao comércio. Como essas atividades são identificadas como aquelas que podem garantir uma melhora das condições materiais do grupo doméstico, são as tarefas a elas relacionadas designadas por *trabalho*. A mulher (mãe) cabe o papel de governar a casa e quando ela e os filhos mais novos desempenham trabalho nas atividades produtivas comerciais este tende a ser reconhecido como *ajuda*. A ela também cabe cultivar as *miudezas*, parcela das atividades destinadas ao autoconsumo da família, como o cuidado com a horta, galinhas, vacas, amendoim e batata-doce, assumindo um caráter complementar às atividades principais,

podendo também serem trabalhos classificados como *ajuda*. Quando os filhos(as) começam a desenvolver pequenos trabalhos há a tendência de substituir a mulher no cultivo das *miudezas* e na *ajuda* ao homem nas culturas produtivas comerciais. Quando os filhos ainda não “chegaram” e/ou estão pequenos na unidade doméstica, pode haver a decisão pela permanência da mulher no lote, sem realizar trabalhos assalariados, para *ajudar* a construir os projetos e sonhos de futuro sobre a terra. Neste sentido, as declarações do Sr. Pedro e de sua esposa ao autor são reveladoras das divisões de trabalho internamente ao grupo doméstico e das circunstâncias vividas pela família no início do Assentamento. Quando perguntados sobre como havia sido os primeiros anos de trabalho no lote, irão dizer que:

Sr. Pedro: (...) isso aqui estava tudo por fazer. Só tinha capoeira (...) e nosso barraco no primeiro ano aqui no lote. Depois a gente foi fazendo. Comecei a **trabalhar** as lavouras e ter um gadinho de leite. Esposa: como o meu caso né, eu deixei de dar aula e optei por ficar no lote (...). Sr. Pedro: nós achamos melhor ela ficar em casa e ir **ajudando** a implantar **nosso projeto de vida no lote**, ia implantar melhor... porque **ajuda** também, ia avançar mais. Se ela fosse trabalhar fora nós não iríamos avançar muito e ia demorar mais (...). Esposa: pelo menos até o piá [filho] crescer.

A presença da mulher *em casa* viabiliza e *ajuda* o *trabalho* realizado pelo homem na construção do *projeto de vida no lote*. Um projeto que é de ambos pela instituição do casamento e inicia quando a terra é conquistada. Nessa declaração também fica patente a dinâmica interna de trabalho aos grupos domésticos, pois quando *o piá crescer*, poderá substituir a mulher na *ajuda* ao *trabalho* do homem, e/ou ser mais um indivíduo a fornecer trabalho efetivo no desenvolvimento das atividades no lote. Assim, pertencer ao grupo doméstico não significa pertencer necessariamente à unidade de trabalho familiar, depende da posição social de cada membro frente ao demais. A existência de filhos(s) pequeno(s), em idade que não possa(m) *ajudar*, tende a exigir uma quantidade maior de trabalho da mulher, o que pode não se repetir quando a(s) criança(s) crescer(em). De certa forma, todos os membros que sejam considerados integrantes da unidade de trabalho devem *ajudar* o pai de família no desenvolvimento das atividades que são consideradas as principais no lote, na tentativa de alcançar as condições materiais desejadas para a construção do *projeto de vida*. Dessa forma, a presença de ambos os sexos nos mesmos espaços tende a ser materializada pela realização de trabalhos desigualmente complementares de uma mesma atividade produtiva. Assim, não há de maneira exclusiva locais de trabalho masculinos ou femininos; existem trabalhos que são próprios de cada gênero, mas não absolutos.⁶³

Em todo caso, a condição de criança pequena, velhice ou doença enfrentada por algum membro do grupo doméstico retira destes a identificação de componentes da unidade de trabalho familiar, diminuindo a presença de mão-de-obra efetiva no lote. Contudo, essas situações podem estar longe de dar limite às atividades desenvolvidas pelo *pai* no lote, pois tende a aumentar a utilização dos trabalhadores disponíveis na unidade familiar e/ou recorrer aos *mutirões* e *ajudas* de vizinhos. Neste sentido, mesmo que não sejam trabalhos socialmente aceitos para a mulher, lá ela também trabalha, *ajuda* o homem. De forma geral, a mulher participa dessas atividades em três circunstâncias: *ajuda* quando os filhos(as) são pequenos, ou seja, quando há poucos trabalhadores na unidade familiar; quando o grupo familiar passa por períodos considerados difíceis para a produção das condições necessárias à reprodução social; e em períodos de pico do ciclo agrícola, que exigem mais trabalho da unidade de produção familiar que normalmente é despendido.⁶⁴ O expediente de *mutirões* e *ajudas* de

⁶³ De forma geral, no Assentamento Ceres os papéis sociais tanto da mulher quanto do homem no grupo familiar são semelhantes a outros estudos de populações rurais e grupos domésticos, referente às categorias de *trabalho*, *ajuda* e espaços prioritários de atuação. Nesse sentido *vide* Moura (1978), Seyferth (1985), Brandão (1999).

⁶⁴ Garcia Jr. (1983: 118), em seu estudo sobre o campesinato Pernambucano, fala que a mulher pode ser encontrada no *roçado* em outra circunstância: quando existem trabalhos da *roça* que são considerados femininos,

vizinhos geralmente é alçado também em momentos que exigem maior quantidade de trabalho que o grupo doméstico não pode fornecer. Nesses casos, tende a haver a “liberação” da mulher dessas atividades, concentrando-se no preparo das refeições para os homens que permanecem em tal atividade.

Uma dessas situações foi vivenciada pelo pesquisador na chamada *dobra do milho* na lavoura de seu Sr. Pedro. Essa é uma atividade realizada para conservar a espiga de milho e proporcionar uma maior secagem do grão ainda na lavoura. Frequentemente pode existir outras culturas produtivas semeadas em consórcio com o milho, como o feijão que passa a se desenvolver sobre o milho dobrado. A *ajuda* recebida por seu Sr. Pedro dos vizinhos foi antecedida um dia antes por uma espécie de visita, que não durou mais que poucos minutos, para “convidar” que o ajudassem em tal trabalho. A presença de algum membro dos outros grupos domésticos sempre é esperada, pois, caso contrário, o grupo doméstico que não enviou pode também não receber *ajuda* quando solicitada. Opera-se dessa forma uma modalidade de reciprocidade no trabalho que não é necessariamente realizada entre membros de uma mesma família, ligados por laços de parentesco, mas que ocorre entre iguais (Woortmann, 1990: 29), entre agricultores-assentados.

A *ajuda* pode ser sempre acionada quando o grupo familiar não conseguir realizar todos os trabalhos em época de pico do ciclo agrícola no lote e é assim designada quando os mesmos trabalhos não corresponderem aos de outros lotes, aos de outros grupos domésticos, como na dobra do chamado milho *safrinha*, por não ser realizada por todos os agricultores-assentados. Contudo, como na safra normal do milho ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro, se vários agricultores-assentados precisarem de *ajuda*, poderá se desenvolver o chamado *mutirão*. O *mutirão* é a reunião dos agricultores-assentados em uma mesma lavoura para *vencer os serviços* de um dado grupo doméstico, sendo que na seqüência a lavoura de outro agricultor-assentado é assistida, e assim sucessivamente até que todos tenham seus trabalhos realizados. Segundo o Sr. Pedro os *mutirões* ocorriam com maior freqüência no início do Assentamento, mas com o desenvolvimento da soja por grande parte dos agricultores-assentados essa modalidade de trabalho teria diminuído, mas não as *ajudas*. Contudo, com a frustração da soja, devido à diminuição dos preços e com o endividamento, os *mutirões* estariam sendo novamente acionados para o desenvolvimento de trabalhos comuns aos grupos domésticos, como na colheita do milho. Para Woortmann (1990: 29) a troca de trabalho possui um sentido de afirmar a condição moral de pai, haja vista que viabiliza as condições para a reprodução social do grupo doméstico.

Neste contexto, o assalariamento poderia cumprir um mesmo sentido, o que, no entanto, não garantiria que o rendimento líquido fosse igual, devido ter que descontar os custos com o pagamento da mão-de-obra. No Assentamento Ceres, pode haver o assalariamento dos parentes que estão se preparando para ir para os acampamentos. Contudo, os parentes recebem salário por não possuírem grupos domésticos e lote de terra no Assentamento, o que possibilitaria a troca de trabalho. No entanto, assalariar parentes temporariamente também pode ser entendido como uma espécie de *ajuda* mútua. Ou seja, o agricultor-assentado *ajuda* o assalariado por que esse está ganhando algum dinheiro enquanto espera o acampamento, que por sua vez *ajuda* o agricultor-assentado a realizar os trabalhos no lote, como argumentou um dos agricultores-assentados visitados pelo autor. No entanto, essa

como colocar as sementes nas *covas* feitas no solo e tapá-las com terra com um movimento dos pés. No ambiente do Assentamento não foi constatado trabalhos que sejam considerados atividades femininas no desenvolvimento das atividades produtivas principais semelhantes àquelas citadas pelo autor. Talvez, um dos motivos seja a mecanização ser largamente utilizada no cultivo entre os Agricultores-assentados. No Assentamento, os trabalhos que são da responsabilidade da mulher são aqueles relacionados às atividades de autoconsumo da família, por mais que possa contar com o trabalho do homem na realização de tarefas consideradas mais difíceis.

situação tende ser ocasional e transitória, marcada pela excepcionalidade da existência de parentes dispostos a seguir o caminho da *luta* pela terra e pelas conjunturas de formação dos acampamentos.

Dessa forma, seja utilizando sua unidade doméstica ou lançando mão de outros meios para realizar os trabalhos no lote, depende do agricultor-assentado dimensionar a extensão de quais atividades produtivas deseja realizar e a conseqüente jornada de trabalho que está disposto a manter. No contexto das assimetrias de poder representadas pela dinâmica produtiva regional e sua inserção em mercados oligopolizados, assim como pela ambiência do Assentamento apresentar outros agentes e interesses relacionados, principalmente, à direção do MST, à Cooperativa e a assessoria técnica, o trabalho do agricultor-assentado tende ser o único fator que depende apenas e exclusivamente de si próprio para vencer os obstáculos que sua posição social lhe impõe. Inserido na sociedade como possuidor de *pequeno patrimônio produtivo*, num *espaço social restringido* e que define uma participação mercantil *mutante* (Moreira, 1999), a resultante de seu processo de trabalho tem que garantir a sobrevivência do grupo doméstico, ser suficiente para cobrir as despesas futuras com instrumentos e objetos de trabalho, além de atender as necessidades do consumo familiar.

Nesse sentido, duas questões tomam relevo: a primeira diz respeito às dinâmicas de funcionamento da unidade de produção, abordadas acima; a segunda à maneira como o agricultor-assentado se articula à dimensão mercantil no âmbito do sistema capitalista. Desta última resulta sua especificidade em que tende a ocorrer a drenagem dos lucros, de parte do valor de seu trabalho e da renda da terra em que trabalha e vive (de forma geral, a renda monetária), podendo transformá-lo em *um trabalhador para o capital* (Wanderley, 1979), *um trabalhador por conta própria* devido aos mecanismos de exploração indireta, entre os principais, relacionados a preços e taxas de juros (Moreira, 1981; 1995; 1999; 2004).⁶⁵ Uma sujeição estrutural definida pelo regime social de posse da propriedade, em especial da terra, que naturaliza poderes assimétricos sobre o território ecossistêmico, entre indivíduos, classes sociais, nações e sociedades, podendo ser entendida como uma violência socialmente construída e legitimada (Moreira, 2004).

Para Garcia Jr. (1983: 106) essa especificidade da unidade doméstica de produção condiciona leis que presidem suas possibilidades de acumulação diferenciadas das leis de circulação e acumulação do capital. Baseado em Chayanov e Marx o autor argumenta que tanto em uma ‘unidade de produção capitalista’ quanto no caso da ‘unidade de produção familiar’ a geração do *valor trabalho* ocorreria através de uma mesma representação formal: $D - M - D + d$, mas com significados distintos. Antes de prosseguir é necessário esclarecer o que está implícito naquela representação formal: para facilitar o raciocínio o autor considera em ambos os casos (‘produção capitalista’ e produção na ‘unidade familiar’) que para a produção de uma determinada mercadoria (representada como ‘M’) seja necessário uma determinada quantia de dinheiro ‘D’. Na realização de ‘M’, ou seja, na sua venda, tanto o capitalista quanto o possuidor de pequeno patrimônio produtivo familiar podem recuperar ‘D’ investido, além de um determinado valor a mais ‘d’. Contudo, o processo de trabalho realizado em uma unidade de produção capitalista e em uma unidade de produção familiar é diferente, determinando leis diferenciadas de acumulação.

Ou seja, a questão central está em entender como ocorre a formação desse valor a mais ‘d’, assim como sua fixação, em ambos os casos. No caso da unidade de produção capitalista

⁶⁵ Moreira, nos estudos citados, ressignifica ‘Renda da Terra’, entendida no debate clássico (Marx e Ricardo) como Renda Diferencial I e II, para renda da ‘Natureza’; argumenta que localização e fertilidades seriam uma valorização econômica e cultural do meio físico natural e ecossistêmico, relativo a cada sociedade, contrapondo-se à compreensão que as entendem como valores intrínsecos ao meio biofísico como dádivas da natureza. Nessa direção, a apropriação do *valor trabalho* (como *mais-valia*), enquanto resultado do conhecimento socialmente produzido e realizado, pode ser entendido como a apropriação mercantil da cultura.

esse 'd' só pode ser gerado se houver uma mercadoria que durante o processo produtivo possa gerar mais valor do que contém.⁶⁶ Essa mercadoria é a força de trabalho, pois é comprada pelo valor dos produtos necessários à sua reprodução, mas seu uso pelo comprador, ou seja, o trabalho a ser efetivamente realizado, pode gerar mais valor do que aquilo por qual foi comprada. A geração desse novo valor só pode ser feita no processo de produção, onde o trabalho se materializa em uma atividade concreta e socialmente útil, podendo reproduzir o valor inicialmente investido, ou seja, com instrumentos, objetos e força de trabalho, e aumentá-lo. Assim, a venda da mercadoria 'M' produzida reproduz o valor do dinheiro inicial 'D', ou seja, o valor dos instrumentos, objetos e a força de trabalho, e mais um novo valor, porque o valor adicionado pela força de trabalho é superior ao seu próprio valor como mercadoria, que Marx chamou de *mais-valia*. Para Garcia Jr. (1983: 106) na unidade de produção doméstica familiar, isto é, em pequenos patrimônios produtivos como o lote dos agricultores-assentados, a diferença fundamental do processo de trabalho repousa no fato de que o montante do trabalho é dado pelo potencial da família, e, no máximo, com a *ajuda* dos vizinhos pelas chamadas trocas de trabalhos, mas não é obtido por troca mercantil.⁶⁷ Assim, de 'M' realizada, ou o valor que lhe é equivalente 'd', teria que sair para o consumo familiar e para a reposição dos instrumentos e objetos de trabalho de que precisa para materializar o trabalho familiar em período da produção seguinte.

Disso resulta que o acesso ao montante de trabalho por laços de parentesco ou por compra via mercantil provoca usos e significados diferenciados desse valor a mais que é produzido: 'd'. No caso do capital, 'd' é valor monetariamente apropriado utilizado para consumo próprio e da família do capitalista e na ampliação do processo de reprodução de seu capital, ou seja, para o acúmulo de ainda mais valor: na compra de novos instrumentos e objetos de trabalho e da força de trabalho. Esse seria o processo de *reprodução ampliada* de seu capital, se conseguir realizar no mercado o valor (*mais-valia*) incorporado em 'M'. Dessa forma, a força de trabalho como um fator de produção não faz parte de 'd', mas de 'D'. Isso é que dá sentido à possibilidade de acumulação, o que para o autor citado define o próprio conceito de capital. Contudo, poderá ocorrer *reprodução simples* se na venda de 'M' não conseguir realizar a *mais-valia* incorporada no valor total de 'M', repondo apenas as condições sociais de reprodução capitalista: os custos com a força de trabalho, instrumentos e objetos de trabalho. Nesse sentido, mesmo na *reprodução simples* há a produção de *mais-valia*, mas que o capitalista não consegue reter devido, principalmente, mecanismos de concorrência com outros capitalistas.

No caso da 'unidade familiar' tanto o processo de trabalho quanto as possibilidades de acumulação do valor a mais produzido é diferenciado: aqui, 'd' é equivalente da reprodução da força de trabalho, do grupo familiar, e 'D' apenas dos instrumentos e objetos de trabalho. Contudo, os conceitos de *reprodução simples* e *reprodução ampliada* são ressignificados para serem usados no caso da 'unidade de produção familiar', pois nesse caso não há geração de

⁶⁶ Os pressupostos do raciocínio que se está assumindo provêm da análise da lei do valor na tradição marxista, que procura explicitar o caráter de classe do capitalismo a partir de uma visão sobre a natureza e caráter destas sociedades. Para uma análise das elaborações da lei do valor nas tradições da fisiocracia francesa, na economia clássica inglesa – especialmente em Ricardo –, e na tradição marxista, olhar o esclarecedor texto de Moreira (1995).

⁶⁷ Contudo, por mais que tenha sido usada uma fórmula representativa para ambos os processos de trabalho (D-M-D+d), em uma 'unidade de produção familiar' que trabalha na terra e uma 'unidade de produção industrial capitalista', deve ser destacado que em uma propriedade rural há um outro componente que é o tempo de crescimento e desenvolvimento das culturas agrícolas/criações que, fundamentalmente, não depende do trabalho concreto para que se realize. Esse seria dado pela natureza. A esse respeito olhar a revisão bibliográfica realizada por Schneider (2003: Capítulo I). Contudo, poderia ser argumentado que o conhecimento do tempo de crescimento e desenvolvimento das culturas agrícolas/criações é socialmente gerado e não da natureza 'em si', assim estaria também incorporado trabalho, por mais que não somente aquele do agricultor que realiza o cultivo, mas trabalho como conhecimento gerado sócio-historicamente.

mais-valia, implícita nos conceitos quando referidos à unidade de produção capitalista. Nesse sentido, poderia ser dito que a *reprodução simples* na ‘unidade doméstica’ ocorreria quando ‘d’, o produto gerado ou a renda resultante, fosse totalmente empregado no consumo familiar e para a manutenção e reposição dos instrumentos e objetos de trabalho de que precisa para materializar o trabalho familiar no período seguinte, para a *reprodução simples* das condições sociais e objetivas de produção. Se o renda resultante permitisse, além de atender as condições sociais e objetivas de produção, a obtenção de lucro a partir das taxas de remuneração do capital, então estaria apresentando *reprodução ampliada* das condições de produção (Garcia Jr. 1983).

Entretanto, três questões são importantes e principais no caso da produção familiar: a) as carências nos grupos domésticos podem não ser as mesmas, qualitativa e quantitativamente os sentimentos de privação podem ser diferentes; b) a família pode dedicar uma quantidade de trabalho (que, geralmente, se materializa em uma jornada de trabalho) maior ou menor em seu lote; c) a drenagem do lucro e renda da terra ocorre devido à forma com que se articula com o modo de produção capitalista, como pequeno produtor mercantil, em pequeno patrimônio produtivo.

Ou seja, nestas unidades familiares a acumulação depende de fatores intrínsecos a sua formação, desenvolvimento e articulação com a sociedade envolvente. Assim, as carências de consumo podem aumentar ou diminuir, seja por novas necessidades sociais criadas, por maior ou menor número de consumidores na família, ou por necessidades culturais diferenciadas entre os grupos familiares devido possuírem uma formação sócio-histórica e a incorporação de *habitus* diferenciados. Dessa forma, as regras de consumo necessário sofrem variações e não parece, por conseguinte, que todos os agricultores-assentados tenham as mesmas exigências mínimas de consumo; por mais que haja níveis de consumo socialmente considerados como mínimos e que aparecem nas falas dos agricultores-assentados. O que é privação para uns pode não ser para outros - o que pode ser considerado o mínimo suportado para uns pode não ser para outros. Um exemplo dessa situação entre os grupos familiares do Assentamento Ceres é observado quando se analisa os cultivos agrícolas e criações utilizadas preferencialmente para o autoconsumo. Estes, além de não serem valorizados da mesma maneira, representam um fator de distinção social entre os agricultores-assentados e de possibilidade de acumulação.

A análise que segue tem por base, principalmente, a permanência por alguns dias do pesquisador em dois grupos domésticos vizinhos: do Sr. Pedro e do Sr. Francisco. No primeiro caso ter a *mesa cheia* significava *fartura*, condição para deixar de ser *pobre*. Se adquirir determinados bens materiais com a venda das culturas agrícolas comerciais e com o leite era identificado como difícil, podendo-se tolerar e até renunciar, por mais que a postura não fosse de resignação, a condição para manter a noção de dignidade da família passava por possuir uma alimentação considerada em abundância e variada. Assim, era sinal de pobreza se à mesa não estivesse, entre os principais: produtos oriundos da horta, mandioca, carne de aves ou suínos ou bovinos, leite, batata-doce, arroz, feijão, pão de trigo, derivados de milho, geléias, doces. Obviamente que não eram utilizados todos os produtos nas mesmas refeições, destacando a presença constante de pelo menos um tipo de carne, dependia basicamente das associações que a mulher preparava. Não possuir uma alimentação em *fartura* era considerado uma resignação à pobreza. Nas palavras do Sr. Pedro, com esposa e um filho com idade de 08 anos, classificado como integrante do sistema produtivo *diversificado*:

(...) pobre, pobre a gente não é, não tem tantas coisas assim... pode ver, a gente têm pouca coisa... Carro, um trator bom, maquinário, uma casa grande... isso a gente não têm. Então, **rico** a gente não é. Mas também não é **pobre**, nossa **mesa sempre foi cheia, sempre teve fartura**, ao contrário de outros aqui [no Assentamento] que nem horta tem em casa (...).

Há nessa citação um reconhecimento do que é ser *rico* e do que é ser *pobre*, além do informante não se identificar com nenhuma das categorizações que estabelece. Chama a atenção que as referências por ele utilizadas para definir o que é ser *rico* são semelhantes às características identificadas nos agricultores granjeiros próximos do Assentamento. Possuir *carro, trator bom, maquinário, uma casa grande*, são elementos da definição de uma condição social na qual ele não se encontra, mas que faz parte de seu cotidiano quando mantém relações, seja de vizinhança ou produtivas, como no caso do aluguel de alguma máquina agrícola, com os agricultores granjeiros, mesmo que também possam ser considerados pequenos produtores. É possível que a categorização *rico* utilizada tenha uma significação que procura expressar a aquisição dos elementos necessários para se materializar os projetos de vida almejados. Neste sentido poderiam ser os elementos para onde olha e que servem como modelo de referência para guiar suas ações no lote. Por outro lado, *também não é pobre*. A condição de *pobre* está relacionada às diferenças identificadas para com outros agricultores-assentados. Tirar do resultado de seu trabalho majoritariamente os produtos do autoconsumo para se ter uma *mesa sempre cheia, com fartura*, é uma distinção social em relação àqueles *que nem horta tem em casa*, identificado como um elemento definidor da condição de ser *pobre*. Neste sentido, possuir uma alimentação considerada variada e farta passa a ser um valor social, um fator componente da dignidade da família.

No segundo caso o fato de não possuir uma quantidade de produtos agrícolas e criações destinadas ao autoconsumo como seu vizinho, não figurava entre os padrões de consumo como uma privação definidora de uma condição material inferior. As identificações de padrão mínimo de autoconsumo pareciam estar ancoradas sobre outras referências socioculturais que não valorizavam necessariamente ter o cultivo e criação desses produtos no lote. No entanto, a capacidade de adquirir parte dos alimentos no supermercado da cidade era um elemento de valorização na família. No grupo familiar do Sr. Francisco, formado por esposa, 3 filhas de até 11 anos e 1 filho de 4 anos, classificado entre o sistema produtivo *soja*, o pão de trigo e até mesmo carne de galinha não eram alimentos produzidos internamente no lote. De forma geral, do que foi possível perceber, os componentes das dietas alimentares costumavam ser arroz, feijão, mandioca, pão de trigo e carnes, essa última não diariamente. A produção de autoconsumo não era valorizada como na família de Sr. Pedro, e também não constituía um componente definidor de um *valor social* conformador de sentimentos de privação. Da mesma forma, não parecia ser um elemento de comparação com relação aos modelos considerados ideais de vida e de projetos de futuro. No entanto, ganhava relevo o dimensionamento da jornada de trabalho dedicada às atividades no lote. Aparentemente, tornava-se desnecessário manter uma jornada de trabalho maior que aquela já realizada, pois as condições materiais presentes nos lotes não representavam ao Sr. Francisco ser justificadoras de uma dedicação maior, como a realizada por seu vizinho. Durante a entrevista concedida ao autor, quando os assuntos referentes à formação do Assentamento e das diferenças entre os agricultores-assentados estavam sendo abordados em sua fala, irá declarar que:

(...) dentro do Assentamento os assentados trabalham... Eu trabalho, se for comparar com o vizinho aqui da frente, eu não trabalho que nem ele. Mas, olha, se for comparar eu não estou tão atrás dele não. Eu tenho minhas coisinhas, mesmo não **se ‘matando’ de tanto trabalhar**. Também não dá para ser escravo do trabalho (...).

É provável que a comparação realizada esteja observando as características semelhantes de moradia, ausência de automóvel e condições aparentes de vestimenta - a posse de um trator pelo Sr. Pedro era vista por Sr. Francisco como algo que *mais incomodava do que ajudava*, devido a estar frequentemente em conserto. Assim, não havia sentido dedicar uma jornada de trabalho maior se as condições materiais consideradas não o deixavam *tão*

atrás do Sr. Pedro, que se ‘*matava*’ de tanto trabalhar. O “excesso” de trabalho realizado por seu vizinho não trazia vantagens materiais consideráveis quando comparada com sua situação. Neste sentido, desprovido simbolicamente das carências relacionadas com as atividades de autoconsumo, não considerava o trabalho aí despendido como um fator constituinte de uma moralidade para com o grupo doméstico. Ao mesmo tempo, certa despreocupação com a melhora econômica exprime uma ação prioritária pela não autoalimentação do trabalho, ou seja, utilizar seu tempo com o trabalho até o momento que considerar se tornar desmedido, não comprometendo a possibilidade de dispô-lo como bem entender.

O cultivo inicial das *miudezas* por parte da família do Sr. Pedro possui impulso em uma referência cultural, uma carência socialmente construída e exteriorizada em sua ação no lote. Quando houve queda do preço das culturas dedicadas ao comércio a família passou a alçar as atividades de autoconsumo como *grandezas*, criando novos canais de comercialização. Assim, se aparentemente as diferenças de jornadas de trabalho não revertiam as semelhanças de posses materiais com a comercialização das *commodities* características da ambiência regional, a presença e valorização no lote de atividades de autoconsumo podem se constituir em alternativas produtivas comerciais, antes utilizadas apenas como *miudezas*. Em se tornando uma *grandeza* para a família, quando essas atividades passam a ser consideradas comerciais, poderá reverter em algum grau o diferencial de trabalho em maior diferencial de renda, aprofundando as diferenças socioeconômicas entre os agricultores-assentados. No entanto, o Sr. Francisco começava a citar as experiências de seu vizinho, com a venda de produtos antes dedicados ao autoconsumo, como referências para constituir alternativas de renda à soja. Contudo, isso parecia se mesclar com outros dois sentimentos: de ameaça à autonomia em utilizar seu tempo com outras ocupações, tornando-o *escravo do trabalho* e, ao mesmo tempo, com certo “medo” de que essas experiências testadas pelo seu vizinho não dessem certo. Ou seja, que não se constituíssem de fato em alternativas de renda monetária à soja. Disso resultava seu comportamento reticente.

Neste sentido, pode ser sugerido que, de certa forma, as possibilidades de *acumulação ampliada* residem no aumento da jornada de trabalho e de um sistema de produção que não tivesse em sua centralidade as culturas produtivas comercializadas como *commodities* agrícolas. Teoricamente, essa situação poderia ser levada a cabo se houvesse uma intensificação do uso dos instrumentos e objetos de trabalho (como o fator terra) e de um maior tempo de trabalho da unidade de trabalho familiar. Essa é a opção incorporada (consciente ou inconscientemente) no chamado Projeto Leite Sul, desenvolvido no Assentamento pela equipe local da COPTec. No entanto, como no caso do Sr. Pedro, a existência de um sistema cultural que valoriza moralmente determinadas atividades produtivas e, por conseqüência, poderia ser sugerido, uma relação do tipo ético-moral para com o trabalho, sendo fator de dedicação e esforço, proporciona um comportamento que pode permitir lançar mão de outras atividades comercializáveis – seja pela existência de atividades de autoconsumo consideradas em abundância, que permite investidas e experiências comerciais, seja pela disponibilidade de intensificação da quantidade de trabalho.

Note-se que, como argumentado por Moreira (1999), a posição estrutural *restringida* que essas unidades domésticas possuem na estrutura de relações mercantis e na concorrência em mercados imperfeitos (oligopolizados) tende a determinar o lucro e a renda da terra próximos de zero. Ou ainda, se a colheita for ruim ou se os preços dos produtos de seu trabalho caírem, a reposição das condições materiais de produção pode ser efetuada às expensas do consumo familiar: pode ocorrer o fenômeno conhecido como descapitalização. Isso tende a conformar um espaço social *mutante* de integração desses setores sociais, deslocando os proprietários com menor patrimônio produtivo para outros ramos de produção, para outras atividades produtivas, desde que tenham recursos socioculturais que permitam essa migração, como aqueles que o Sr. Pedro expressa para realizar a produção e venda de

produtos antes destinados ao autoconsumo. Nesse sentido, a utilização mais intensa de instrumentos e objetos de trabalho, assim como do trabalho da unidade familiar, pode permitir, mas não garante, um maior controle sobre a reposição das condições materiais de produção.

Nessa seção se abordou a dinâmica e composição dos grupos domésticos no Assentamento, assim como, a inserção mercantil dessas formas sociais e alguns apontamentos de como as diferenças socioculturais podem conformar estratégias e lógicas produtivas diferenciadas. Na próxima seção será realizada uma caracterização quanto ao acesso e uso dos créditos agrícolas por parte dos agricultores-assentados no ano agrícola de 2005/2006.

4. CARACTERIZAÇÃO QUANTO O ACESSO E USO DO CRÉDITO AGRÍCOLA

Passados 10 anos de fundação do Assentamento Ceres e instalação das famílias a modalidade atual de crédito agrícola acessado pelos agricultores-assentados é referente ao PRONAF, em suas categorias 'c' e 'd'.⁶⁸ Conforme a entrevista concedida ao pesquisador pelo Engenheiro Agrônomo do Assentamento, dos agricultores-assentados que utilizam essa fonte de crédito a grande maioria estaria acessando a categoria 'c', poucos a categoria 'd'. Se por alguma eventualidade o agricultor-assentado estiver impedido ou não quiser acessar essa fonte de crédito, poderá lançar mão de outro expediente para realizar a semeadura das culturas produtivas que caracterizam o ambiente regional: *fazer dívida* em alguma empresa fornecedora de insumos agrícolas do município de Jóia com o compromisso de pagamento na época da colheita. Com efeito, nesse caso adquire-se as sementes e insumos (adubos, venenos, etc.), não havendo margem de manobra para possível investimento desses valores em outras atividades produtivas que não a soja, haja vista o pequeno prazo para se ter retorno dos investimentos e realizar o pagamento. Em não se efetuando o pagamento por problemas de estiagens ou pragas, pois está desprovido de seguro agrícola, pode haver cobrança judicial da dívida, acarretando a perda de pequenos patrimônios (tratores, implementos agrícolas, animais, etc.) em troca do saneamento das obrigações monetárias firmadas; como presenciado pelo autor em duas situações no Assentamento. Enquanto permanecer na condição de devedor o agricultor-assentado fica impossibilitado de acessar o PRONAF (devido figurar nos cadastros de devedores acessados pelo Banco do Brasil), assim como novos "créditos" nas empresas. Dessa situação, ou da opção de não acessar nenhuma fonte de crédito, possibilidades variadas de fins produtivos podem ser dados aos lotes, entre os identificados pelo autor (podendo haver associação entre eles): a prática do arrendamento de parte do lote; corte de gastos e despesas, aumentando o cultivo e criações de autoconsumo – tanto no referente à alimentação familiar quanto aos fatores produtivos intermediários –; intensificação

⁶⁸ Do ano de 1996 até o lançamento do Plano Safra 2007/2008 (para a agricultura familiar) o PRONAF possuía cinco categorias principais de crédito: 'a'; 'b'; 'c'; 'd' e 'e', onde os agricultores familiares eram agrupados, principalmente, por faixa de renda bruta. Desse modo, no Grupo 'a' estavam incluídos, a partir da extinção do PROCERA no ano de 1999, os agricultores-assentados das políticas de assentamento, que podiam acessá-lo por três anos agrícolas, passando, então, a serem incluídos nas categorias 'c' e, posteriormente na 'd'. No grupo 'a' os agricultores-assentados podiam financiar até R\$ 2.500,00 para custeio de cada safra agrícola (tendo por base as regras para o plano safra 2003/2004) e disponibilizava-se até R\$ 13.500,00 para investimentos durante os três anos. No demais Grupos as categorias de crédito também são compostas por linhas de custeio e investimento. No Grupo 'b' do PRONAF estavam incluídos os agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda anual de até R\$ 2.000,00. No Grupo 'c' estavam incluídos os agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 2.000,00 e R\$ 14.000,00. No Grupo 'd' os agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00. No Grupo 'e' os agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e 60.000,00 (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

da jornada de trabalho; e a decisão de aumentar o comércio de produtos antes utilizados basicamente para o autoconsumo familiar.

De uma forma geral, a sistematização dos dados do questionário socioeconômico indica que apenas 44 agricultores-assentados (41,5% do total de agricultores-assentados) responderam ter acessado crédito oriundo das linhas de financiamento do PRONAF no ano agrícola de 2005/2006. Destes, 11 compunham o sistema produtivo *diversificado*, 21 o sistema produtivo *soja-leite* e 12 o sistema produtivo *soja*; 64,7%, 50% e 25,5% dos agricultores-assentados em cada sistema produtivo, respectivamente. Disso resulta não ser possível o estabelecimento de relações diretas entre o acesso do crédito agrícola e o sistema produtivo desenvolvido, por mais que o maior número proporcional de agricultores-assentados que não acessaram se encontre no sistema produtivo *soja*. Os que acessam são enquadrados formalmente pelo sistema de crédito bancário para a realização da semeadura de soja e/ou milho e/ou feijão, como argumentado no Capítulo III. No entanto, como os prazos de pagamento podem ser estendidos e o recebimento do crédito se dar em dinheiro, há a possibilidade de investimento em outras atividades produtivas que não exatamente aquelas fixadas formalmente. O crédito, nessa situação, pode ser usado parcialmente nas atividades produtivas pré-estabelecidas e o restante investido em outras produções de escolha do agricultor-assentado, assumindo-se os riscos inerentes de tal ação.⁶⁹

Como argumenta Leite (2003: 141) nem sempre os créditos de custeio ou investimento sofrem uma separação nítida entre o conjunto dos recursos empregados no desenvolvimento das atividades produtivas, ainda mais quando é considerado a aquisição de produtos destinados às necessidades básicas de consumo das famílias. Da mesma forma, para o pagamento dessas dívidas outras fontes de recursos podem ser mobilizadas que não apenas aquelas em que foram investidos os recursos financeiros definidos inicialmente. De qualquer maneira, o recebimento do crédito advindo do PRONAF pode proporcionar uma flexibilidade maior quanto ao seu uso, sendo destinado integralmente às atividades produtivas estabelecidas pela agência financiadora ou não, sofrendo outros fins a depender dos objetivos do agricultor-assentado. Esse pode ser um mecanismo usado pelos 11 agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado* que acessaram os créditos do PRONAF. Quanto àqueles 21 agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite* sugere-se que estejam “mais” enquadrados nas definições legais de liberação dos créditos quanto às culturas financiadas, haja vista que a atividade sojícola ainda ocupa a centralidade de suas rendas.

Nesse contexto, se é possível sugerir que o acesso a esse crédito pode ser usado para a diversificação da pauta produtiva e comercial nas unidades produtivas, também pode ser sugerido que enquadra as atividades produtivas (comerciais) do agricultor, sendo que a alteração nos planos de aplicação dos recursos financeiros representa risco para o agricultor-assentado, podendo ser um motivo para que não se “aventure” em outras atividades produtivas. Além do mais, a impossibilidade de acesso pode condicionar alguns agricultores-assentados a uma situação de privação tal em que o arrendamento de parte do lote aparece como a alternativa mais viável, ou, pelo contrário, provocar uma situação de estímulo à produção e comércio de outras atividades nos lotes, mesmo que de forma precária ou insipiente. Ou seja, a rigor, dependerá das reações de cada agricultor-assentado às diferentes

⁶⁹ Um deles estaria no fato da não garantia do seguro agrícola, outros estariam relacionados à sub-investimentos em insumos agrícolas, como adubos e venenos, comprometendo maiores rendimentos dessas produções que se poderia obter se seguisse às orientações técnicas de cultivo e manejo. A esse respeito Caporal (1994: 06) argumenta que a adoção parcial do modelo modernizante (colocar “pouco” adubo, usar semente de má qualidade, usar inadequadamente trator e implementos agrícolas, etc.) nessas *commodities* por parte dos agricultores-assentados pode gerar uma situação do rendimento obtido não pagar as despesas efetuadas, devido à baixa produtividade. Nesse sentido, além de estar inserido na condição de pequeno patrimônio produtivo, entra na disputa no mercado pelo valor de seu trabalho, dos lucros e da renda da terra como um competidor ainda mais enfraquecido.

situações que estão sujeitas a serem vividas no ambiente regional, local e do lote. Nesse sentido, dependeria de possibilidades de financiamento próprio, de alguma poupança prévia, de redes familiares de financiamento e, de forma destacada, do conjunto de relações pessoais construídas ao longo das trajetórias sociais que podem agir num sentido de facilitar a abertura de canais de comercialização, como no caso daqueles agricultores-assentados que ocupam ou ocuparam cargos de direção do Assentamento ou do Movimento Sem Terra. Assim, entre os principais fatores estaria o conjunto de recursos socioculturais (*habitus*, conhecimentos, contatos pessoais, habilidades, etc.) incorporados durante as trajetórias sociais que orientam reações diferenciadas frente a essas situações de acesso ou não de fontes de crédito.

Essa heterogeneidade de situações quanto ao acesso ou não de crédito nos três sistemas-produtivos pode ser identificada na amostra de agricultores-assentados selecionados para a análise das rendas monetárias e não-monetárias: dos 9 agricultores-assentados componentes da amostra, 3 declararam ter acessado o crédito agrícola: 1 compõe o sistema produtivo *diversificado* e os outros 2 o sistema produtivo *soja-leite*.

5. RENDAS MONETÁRIAS E NÃO-MONETÁRIAS (DO AUTOCONSUMO)

A explicitação do conjunto das rendas permite analisar as principais estratégias de reprodução socioeconômica que os grupos domésticos lançam mão, assim como as ocupações de seus membros. Dessa forma, as produções levadas a cabo no lote podem compor um quadro mais amplo de trabalho dos grupos familiares, não se restringindo às atividades aí desenvolvidas. Contudo, é o lote de terra que tende a garantir certa estabilidade na geração das condições mínimas de sobrevivência, como no caso de findar contratos de empregos agrícolas. Nessa direção, se for considerado o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos os meios de sobrevivência, constituindo, portanto, as estratégias de reprodução social dos grupos familiares, seria prudente observar as produções de autoconsumo que estes desenvolvem nos lotes e não apenas aquelas destinadas especificamente ao comércio. Ou seja, por mais que esses cultivos e criações não se convertam diretamente em renda monetária, podem diminuir os gastos com a aquisição de alimentação e produtos intermediários à produção, que do contrário, aumentaria as despesas monetárias com a manutenção da família e reduziria o valor líquido recebido das produções vendidas. Neste sentido, o exame da composição dos rendimentos (monetário e não-monetário) pode revelar formas diferenciadas de lograr as condições materiais de sobrevivência dos grupos familiares.

Assim, tanto as rendas adquiridas externamente aos lotes, em empregos temporários ou permanentes, como as rendas advindas do lote, com possíveis arrendamentos totais ou parciais dos mesmos, assim como do comércio de produtos e do autoconsumo, ganham importância. Para Garcia Jr. (1994), a consideração da renda obtida de forma indireta no autoconsumo possui fundamento no mesmo princípio que permite a análise de rendas comercializadas advindas das atividades agrícolas e aquelas do trabalho assalariado. Ou seja, todas elas podem ser encaradas como recursos alternativos e disponíveis utilizados pelas famílias para reprodução socioeconômica. Neste sentido, a composição e origem da pauta de rendimentos dos núcleos familiares do Assentamento Ceres pode ser visualizada na Tabela-5, com base na média geral dos agricultores-assentados considerados na amostra em cada sistema produtivo. Os dados apresentados permitem comparar as fontes e composições das rendas dos agricultores-assentados em cada sistema produtivo. [Assinala-se que não se trata da análise do que se poderia chamar de 'fluxo de caixa' onde receitas e despesas (ou entradas e saídas) são observadas na economia doméstica dos agricultores-assentados. Tal análise só

seria possível se a pesquisa tivesse mais tempo para recolha de dados mensais por um período mínimo de um ano, o que praticamente se torna impossível num curso de mestrado].

Tabela 5. Origem e composição dos rendimentos totais brutos dos grupos domésticos por amostra em cada sistema produtivo

Sistemas produtivos	Fontes e composição da rendas								
	Total %	Autoconsumo %		Monetária bruta do lote %***			Arr./alug máquinas ou terra** %	Trabalho assalariado %	Benefícios sociais %
		Humano %	Animal %	Agrícola %	Pecuária %	Benef.* %			
<i>Diversificado</i>	100	10,74	10,43	14,38	31,02	30,01	0,43	0	2,95
<i>Soja-leite</i>	100	17,06	10,74	40,28	26,72	0,66	0	0	4,5
<i>Soja</i>	100	15,98	10,63	14,02	8,61	0	25,68	14,58	10,45

*Renda gerada no beneficiamento dos produtos

** Renda gerada pelo Arrendamento/Aluguel: de máquinas, equipamentos ou terra.

***Resulta da multiplicação da quantidade produzida pelos preços médios na parcela de produção que foi efetivamente vendida.

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

Pode-se perceber que a média porcentual interna a cada sistema produtivo da rubrica ‘autoconsumo’ é semelhante, tanto com referência ao autoconsumo humano quanto animal. Nesse ponto ganha destaque a mandioca (aipim) pelo seu caráter alternativo, usando tanto para o consumo humano quanto animal, além de que seu cultivo possibilita uma estocagem natural, podendo ser usado em momentos em que, por exemplo, escaceiam-se outras fontes de alimentos destinadas aos animais.

Contudo, a participação das outras rubricas na composição da renda bruta total entre os agricultores-assentados dos três sistemas produtivos sofre grandes variações.

O sistema produtivo *diversificado* possui 14,38% de sua renda bruta na venda direta de produtos de origem Agrícola, 31,02% com a venda direta de produtos de origem na Pecuária, 30,01% com a venda de produtos Beneficiados com origem no lote - podendo ser de origem animal ou vegetal -, apenas 0,43% com rendas advindas, nesse caso, de Arrendamento ou Aluguel de Máquinas e implementos agrícolas, e 2,95% com recursos vindos de Benefícios sociais, sem apresentar recursos vindos de Trabalhos assalariados permanentes ou temporários.⁷⁰ O que chama a atenção em relação aos agricultores-assentados dos outros sistemas produtivos é a participação na renda bruta total das rubricas ‘Pecuária’, onde é considerado apenas os rendimentos com a atividade leiteira, e rubrica ‘Beneficiamento’ nessa categoria de agricultores. Essas são as duas fontes principais de recursos financeiros, seguido pela rubrica ‘Agrícola’, referente à venda de soja, milho, feijão, amendoim, e uma variedade de produtos com origem em horta doméstica/comercial. Com relação ao beneficiamento ganham destaque os produtos derivados da cana-de-açúcar, onde é elaborado o açúcar mascavo, o melado e a associação com outras matérias-primas dando origem a novos produtos comerciais; além do mais, produtos oriundos do beneficiamento da carne de pequenos animais como o suíno e aves domésticas, assim como a realização das chamadas comotas beneficiando frutas e alguns produtos com origem na horta.⁷¹

⁷⁰ Entre os agricultores-assentados dos três sistemas produtivos não foram consideradas outras possíveis fontes de recursos como ajudas, doações e contribuições familiares, assim como não se considerou os créditos agrícolas recebidos.

⁷¹ Portanto, os produtos que eram utilizados como *miudeza* e que passaram a assumir um papel de *grandeza* dentro da economia doméstica, ou seja, compuseram as fontes de renda monetária do grupo doméstico, foram considerados na rubrica ‘Agrícola’ ou ‘Beneficiamento’. Para tanto, a pesquisa baseou-se nas declarações dos

Os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite* possuem uma participação relativa da rubrica ‘Agrícola’ na renda bruta total de 40,28%, seguida por 26,72% da ‘Pecuária’, 4,5% de ‘Benefícios sociais’ e 0,66% de ‘Beneficiamento’, sem apresentar recursos vindos de ‘Trabalho assalariado’ permanente ou temporário. Percebe-se nitidamente a centralidade que a renda obtida com a venda direta de produtos agrícolas, destacadamente a soja, possui no total de rendimentos financeiros, figurando em seguida a atividade leiteira. A pequena renda obtida com beneficiamento de produtos refere-se a um agricultor-assentado que vendia a mandioca “limpa e descascada” para um mercado na cidade de Jóia. Tanto nesse sistema produtivo, quando no *diversificado* os membros dos grupos domésticos declararam que se dedicavam integralmente para o desenvolvimento das atividades produtivas dos lotes, sem apresentar qualquer fonte de renda externa advinda do trabalho.

Já, entre os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* a renda advinda da rubrica ‘Arrendamentos/Aluguel’, nesse caso de parte da terra do lote, representa 25,68% na renda bruta geral, seguida por 14,58% advindo da rubrica ‘Trabalho assalariado’, 14,02% da rubrica ‘Agrícola’, 10,45% de ‘Benefícios sociais’ e 8,61% da ‘Pecuária’. Destaca-se nesse sistema produtivo que as principais fontes de renda são os arrendamentos de parte da terra dos lotes e as rendas obtidas com trabalhos temporários, seguido pela renda agrícola obtida, principalmente, com o cultivo da soja. As práticas de arrendamentos de parte dos lotes foram discutidas no Capítulo III. Com relação aos assalariamentos (não foi registrado trabalhos permanentes) ganham relevo os trabalhos de *diaristas* realizados nas fazendas da região, e, em época de safra, na Cooperativa Agrícola de Tupaciretã (AGROPAN), localizada no município vizinho de Tupaciretã.

De conjunto, em relação às principais diferenças percentuais de obtenção de rendas, pode-se dizer que enquanto os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado* possuem como fontes principais a venda de **leite e produtos beneficiados**, os agricultores do sistema produtivo *soja-leite* possuem a centralidade de suas rendas monetárias obtidas na venda da **soja e do leite**, e os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* possuem a centralidade de suas rendas monetárias obtidas do **arrendamento de parte da terra do lote, do trabalho assalariado e do cultivo da soja**. A importância monetária relativa dessas atividades entre os agricultores-assentados de cada sistema produtivo para a composição da renda total é exposta na Tabela-6.

Nessa tabela, a discriminação das fontes de rendas monetárias e não-monetárias é realizada em moeda nacional (Reais). Para o cálculo das rendas dos produtos vendidos foram considerados os preços médios oferecidos ao agricultor. Para o cálculo da renda indireta dos produtos utilizados no autoconsumo (humano e animal) foram utilizados os preços médios ao consumidor ao longo do ano (Garcia Jr. 1994: 91). Vale salientar que os produtos estocados destinados ao comércio foram considerados vendidos; os produtos estocados destinados ao autoconsumo também foram contabilizados no preço total dos produtos dessa rubrica. Para o cálculo da Renda Monetária Líquida total com origem no Lote (RMLL), foram subtraídos da Renda Monetária Bruta os custos com insumos para os tratos agrícolas e a criação de animais (fertilizantes, herbicidas, fungicidas, inseticidas, ração, concentrado, sal mineral, medicamentos, etc.), manutenção de veículos, máquinas e equipamentos, com aluguel de máquinas e equipamentos para as semeaduras e tratos culturais, salários eventualmente pagos a outros trabalhadores e outros custos. Nesse sentido, procurou-se considerar os valores monetários declarados pelos agricultores-assentados efetivamente praticados no custeio ao longo do período considerado nessa dissertação. [Não foram imputados valores relativos ao

agricultores-assentados sobre a quantidade desses produtos que ainda ficavam para o autoconsumo familiar, como forma de melhor definir as rendas monetárias (portanto dos produtos comercializados) e as rendas indiretas advindas do autoconsumo do grupo doméstico e para estimação de sua rubrica no quadro dos rendimentos.

custo de oportunidade à mão-de-obra familiar, nem a depreciação de máquinas, equipamentos, edificações e animais, tampouco a renda da terra].

Tabela 6. Renda monetária e renda indireta do autoconsumo (não-monetária) da amostra de grupos domésticos em cada sistema produtivo. Ano agrícola 2005/2006⁷²

Discriminação da fonte de renda	Sistemas produtivos		
	<i>Diversificado</i>	<i>Soja-leite</i>	<i>Soja</i>
1. Agrícola bruta	3.296,66	5.275,0	1.250,0
2. Pecuária bruta	7.104,66	3.500,0	768,0
3. Beneficiamento bruta	6.874,33	87,45	0
4. Arrendamento ou aluguel de máquinas ou terra	100,0	0	2.289,33
a) Renda Monetária Bruta total com origem no lote (a= 1+2+3+4)	17.375,65	8.862,45	4.307,33
b) Renda Monetária Líquida total com origem no Lote (RMLL): (b= 1+2+3+4 - custos de produção)	9.034,65	4.282,45	3.746,67
5. Trabalho Assalariado (RTAs)	0	0	1.300,00
6. Benefícios sociais (RB)*	673,33	592,00	932,00
7. Autoconsumo específico/ano (renda indireta)			
c) Humano	2.461,33	2.234,20	1.424,30
d) Animal	2.389,33	1.406,66	947,50
7.1. Autoconsumo total/ano (RA): (c+d)	4.850,66	3.640,86	2.371,8
7.2. Autoconsumo total/mês (c+d/12)	404,22	303,40	197,65
7.3. Autoconsumo Humano/mês	205,11	186,18	118,69
7.4. Autoconsumo Animal/mês	199,11	117,22	78,95
Renda Total Líquida/ano (b+5+6+7.1.)	14.558,64	8.515,31	8.350,47
Renda Total Líquida/mês (b+5+6+7.1/12)	1.213,22	709,60	695,87

* auxílio maternidade, bolsa família, vale gás, etc.

Fonte: questionário socioeconômico e dados de campo do pesquisador.

O desenvolvimento das atividades econômicas monetárias com origem nos lotes conforma uma RMLL diferenciada entre os agricultores-assentados de cada sistema produtivo. Entre aqueles classificados no *diversificado* a RMLL para o ano agrícola de referência representa uma média em torno de R\$ 9.034,65, para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite* esse valor diminui para R\$ 4.282,45, e para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* a RMLL representa uma média aproximada de R\$ 3.746,67. É interessante perceber que se for somado à RMLL dos agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* o valor anual médio referente ao Trabalho Assalariado (RTAs) (R\$ 1.300,00) a renda monetária anual média dessa categoria ultrapassa a renda monetária anual média dos agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite*.

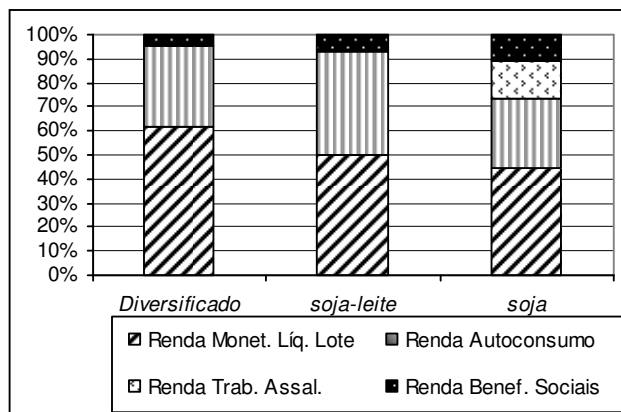
⁷² Assinala-se que os respectivos rendimentos devem ser relativizados enquanto tendências, tendo em vista possíveis descontinuidades em cada ano agrícola como estiagens, problemas enfrentados por cada agricultor-assentado, etc. Informações com um grau maior de confiabilidade deveriam considerar dados de um número maior de anos, além de um número maior de agricultores-assentados na amostra.

Com relação à Renda indireta estimada do Autoconsumo (RA), tanto aquela utilizada para consumo humano ou animal, é destacadamente maior no sistema produtivo *diversificado*, apresentando uma renda anual média de R\$ 4.850,66; no sistema produtivo *soja-leite* ela representa uma renda anual média de R\$ 3.640,86, e no sistema produtivo *soja* uma renda anual média de R\$ 2.371,8. Desse modo, as maiores rendas de autoconsumo não estão associadas ao que se poderia chamar de grupos domésticos mais pobres. A maior renda de autoconsumo no sistema produtivo *diversificado* utilizada como produto intermediário para a produção animal pode significar não somente uma maior jornada de trabalho dos integrantes deste sistema produtivo, para reduzir os custos com produtos intermediários adquiridos externamente ao lote e aumentar os rendimentos líquidos obtidos com a venda dos produtos finais, mas também indicar a importância que a atividade leiteira assume na composição das rendas monetárias. Já, a maior renda de produção para o autoconsumo humano nessa mesma categoria de agricultores-assentados aponta que essas atividades não estão associadas às unidades familiares que apresentam uma menor renda monetária, existindo uma diferença marcante com aqueles agricultores do sistema produtivo *soja*, que apresentam a menor RMLL. É possível que haja relação com aquilo que os agricultores-assentados consideram como ideal de consumo familiar, variando conforme as valorizações culturais das fontes de alimento, como o caso de Sr. Pedro e do Sr. Francisco apresentado na seção 4 desse Capítulo.

Somando-se as duas variáveis da renda autoconsumo (humano e animal) chega-se a valores mensais de aproximadamente R\$ 404,22 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, R\$ 303,40 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite*, e R\$ 197,65 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja*. Mesmo considerando as diferenças entre essas rendas, elas garantem o estabelecimento de um padrão alimentar mínimo para as famílias dos agricultores-assentados, além de possíveis cálculos estratégicos de maior ou menor uso na alimentação animal ou humana; tão mais importante quando é alçada a informação citada em Leite (2003: 131) de que no contexto brasileiro existem cerca de 3 milhões de famílias que vivem com menos de U\$ 1 *per capita*.

Quando é somado à RMLL a Renda estimada indireta do Autoconsumo (RA), mais a Renda obtida com o Trabalho Assalariado (RTAs) e a Renda advinda de Benefícios sociais (RB) gera-se uma Renda Total Líquida/ano (RTL) em torno de R\$ 14.558,64 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*, R\$ 8.515,31 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite*, e R\$ 8.350,47 para os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja*. Isso conforma uma Renda Total Líquida/mês de aproximadamente R\$ 1.213,22 para os integrantes do sistema produtivo *diversificado*, R\$ 709,60 para os integrantes do sistema produtivo *soja-leite*, e R\$ 695,87 para os integrantes do sistema produtivo *soja*. A representação quanto a composição da RTL/ano pode ser visualizada no Gráfico-3.

Gráfico 3. Composição da Renda Total Líquida/ano (RTL/ano - em %)



De forma geral, esse estudo no Assentamento Ceres coaduna com algumas tendências demonstradas em outros estudos internacionais e observadas por Garcia Jr. (1994: 90). Ou seja, pode ser sugerido existir uma tendência de que quanto maior a renda advinda de atividades agrícola e animal, menor seria a venda de força de trabalho a terceiros e, por outro lado, quanto menor a renda agrícola e animal, maior a venda de força de trabalho. Noutro sentido, registra-se a importância das práticas de autoconsumo, seja para o oferecimento de alimento para a família, pois a impossibilidade de praticá-lo aumenta a tendência de ofertar trabalho a preços vis, seja como fator intermediário da produção comercial (quando eles próprios não são comercializados), evitando que um alto volume de despesa monetária com os meios de produção restrinja os graus de liberdade da decisão sobre os destinos da produção final obtida.

Contudo, a análise realizada até o momento sobre as estratégias, origem e composição das rendas tratou majoritariamente os agricultores-assentados mais como ‘beneficiários’ genéricos das políticas de assentamentos rurais, do que indivíduos que possuem uma história, uma trajetória e uma situação social anteriores. A luz dessa consideração, quais seriam os significados dessas estratégias produtivas para os agricultores-assentados tendo em vista suas trajetórias e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta* pela terra? Quais são as principais experiências de vida por eles relatadas até o momento “presente” no Assentamento que tende a conformar uma forma de ver o mundo e se ver nele, relativo, portanto, às representações sociais quase sempre naturalizadas e que dão ordenamento aos seus universos sociais/naturais? Quais são as experiências citadas como mais marcantes de suas vidas durante o período de *luta* pela e sobre a terra, de forma especial o período do acampamento, no referente a recomposições quanto às visões de mundo e também às ações produtivas que seriam desenvolvidas quando se conquistasse um pedaço de terra? Como essas referências socioculturais internalizadas desde os processos de socialização primária orientam uma lógica de ação e comportamento produtivo nos lotes de reforma agrária?

Essas e outras questões serão abordadas no Capítulo V.

CAPÍTULO V: POSIÇÕES SOCIAIS, TRAJETÓRIAS E LÓGICAS SOCIOCULTURAIS

Uma rápida análise das entrevistas revela que antes de ingressarem na *luta* pela terra os agricultores-assentados considerados na amostra por sistema produtivo possuíam diferentes origens em termos de posições sociais na estrutura de relações sociais da sociedade: filhos de pequenos agricultores, filhos de empregados rurais temporários ou permanentes, filho de agricultor-assentado, ex-pequeno agricultor e ex-empregados rurais – em algumas situações também eram arrendatários e/ou meeiros. Esse é um processo estrutural onde o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo enquanto sistema social de apropriação privada dos recursos sócio-ecossistêmicos determina lugares sociais a essa parcela da população quase sempre associados aos setores mais empobrecidos - setores que tendem a acumular menor quantidade de recursos, entre os principais, econômicos e culturais valorizados hegemonicamente. Nesse sentido, os fatores ligados às diferentes posições sociais tendem a medir a situação dos indivíduos em termos de experiências e de vantagens relativas no quadro de relações econômicas, sociais e culturais quando comparados com as outras categorias e classes sociais, mas também quando esses indivíduos são comparados internamente ao que se poderia chamar genericamente de ‘categoria social sem-terra’.

A posição social por eles ocupada vis-à-vis ao desenvolvimento das relações sociais tende a conformar vivências diferenciadas dos diferenciais de poderes da cultura, dadas pelas experiências acumuladas, conhecimentos e aptidões intelectuais adquiridas em cada contexto, como um conjunto de saberes que tendem a se sedimentar em lógicas de ação, como um senso prático e como *habitus* sociais. Tem-se, portanto, como hipótese que as lógicas de ação e comportamento forjadas ao longo das trajetórias sociais influenciam na montagem e definição das estratégias produtivas nos lotes do Assentamento.

Nesse sentido, esse Capítulo possui dois objetivos centrais:

a) Identificar as condições de produção cultural relacionadas com as posições sociais que engendraram as principais referências socioculturais (diferenciadas) em cada contexto. As interações-reações às novas experiências e práticas vivenciadas na *luta* pela terra e sobre a terra tendem a ganhar significação a partir dessas referências internalizadas nas socializações anteriores; aqui tratadas como da posição social de origem e visões de mundo dos pais. Ou seja, na atribuição de sentidos realizada pelos indivíduos (sem-terra) às vivências de eventos até então inusitados opera uma ordenação cultural que se internalizou como *habitus*. Os conhecimentos, valores, desejos e formas de comportamento dos agricultores-assentados teriam sido construídos em ambiências sócio-ecossistêmicas ao mesmo tempo social, histórica e natural, geralmente vivida pelos indivíduos de forma naturalizada, específica de cada cultura, durante sua socialização. Seriam assim processos sociais no tempo e no espaço em co-determinações individuais e sociais, sendo nessas inter-relações complexas da relação do ser humano na *natureza* e na *sociedade* onde cada um experimentaria sua individuação (Moreira, 2004; 2006). Com efeito, portanto, a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade, e experiências a ela relacionadas, tenderia a conformar realidades específicas e lógicas de ação que orientaria os comportamentos expressados frente a novas circunstâncias vividas. Nesse sentido, torna-se necessário conhecer previamente alguns dos

elementos do sistema de disposições culturais interiorizados ao longo da história por esses indivíduos, o que pode ajudar a analisar as condições em termos de ação e estratégias produtivas encontradas no Assentamento. Esse ‘passo atrás’ permite identificar que os agricultores-assentados são portadores de um *habitus* que tende a orientar as condutas à maneira de uma adaptação contínua à sociedade.

b) Analisar como os agricultores-assentados, portadores de referências socioculturais específicas, interagem-reagem frente aos eventos inusitados da *luta* pela terra e sobre a terra. Sendo o *habitus* uma estrutura de disposições sociais, tende a haver uma espécie de balizamento da consciência na medida em que abre – e, portanto, também limita – um campo de opções aceitáveis, sancionando certas formas de raciocínio como razoáveis em detrimento de outras na produção de sentidos e atribuição de significados. Isso não significa afirmar que o *habitus* seja imutável, sua mudança vai depender do abalo que as novas experiências provocam sobre os sistemas socioculturais em função da necessidade de encontrar novas normas de conduta e compreensão. Contudo, a modelação da mudança cultural depende, em parte, da própria reação que é dada pelos parâmetros culturais até então internalizados. Ou seja, a práxis dos indivíduos enquanto ações empreendidas articula e ordena o conjunto de experiências intencionais ou espontâneas experimentadas e reflexões realizadas; quanto mais intencionais fossem as práticas, maior seria a possibilidade de ressignificação do próprio *habitus*. Dessa forma, seria correto afirmar então que o *habitus* tornar-se-ia a referência da práxis, sobre o qual também agiria. Nessa direção, Gaiger (1994a) argumenta que as novas e sucessivas experiências da *luta* pela terra e sobre a terra, impondo-se como práxis, ao invés de produzir, como se poderia imaginar, uma espécie de homogeneização das representações sociais, amplifica e potencializa os recursos culturais desigualmente distribuídos entre os sem-terra, age no sentido de definir graus diferenciados de participação política, aprofunda as diferenças socioculturais já existentes e tende a materializar-se também na forma de organizar a produção e na montagem de estratégias produtivas nos assentamentos.

Com base nesses objetivos as análises estarão sendo realizadas a partir das informações colhidas em entrevistas e em situações do cotidiano junto com as famílias entrevistadas. Com relação à entrevista, enquanto forma de coleta de dados, é importante destacar que seu conteúdo pode ser entendido como uma leitura que o informante faz de experiências passadas tendo em vista suas próprias avaliações e ressignificações, onde tende a realizar de forma inconsciente uma determinada seleção dos fatos e lembranças que lhes pareçam mais convenientes a serem declaradas. Neste sentido, as informações obtidas por esse método são representações que o informante produz sobre sua própria trajetória social tendo em vista sua posição e condição social ocupada no “presente”, com suas crenças, certezas e também medos e dúvidas. Assim, há a tendência de, em uma entrevista em profundidade que objetiva a compreensão de trajetória social, os principais fatos, experiências e significados que o informante julga marcantes em sua vida serem declarados a fim de tornar inteligível a si próprio suas escolhas e opções de vida. Dessa forma, se o que é dito é uma construção individual, é também uma construção influenciada pelo coletivo e determinada pelas relações de poder existentes onde o agente esteve/está inserido. Revela-se, pois, em algum grau, uma história incorporada na forma de referências socioculturais e que é expressão dos diferenciais de poderes vividos numa dada posição social. Se essa dimensão pode expressar predisposições atuantes, como referências significativas produzidas e renovadas pelos agentes sociais no plano subjetivo, sua materialização tende a se dar em forma de história objetivada sobre o lote de terra no Assentamento; daí a importância das análises realizadas sobre os sistemas produtivos apresentados no Capítulo IV.

Tanto em uma dimensão quanto em outra torna-se possível construir indicadores do funcionamento do próprio *habitus*, uma vez que esse tende a se expressar, de modo geral, em saberes e comportamentos. Como indicadores, olhados a partir da teoria e inseridos nos

processos de constituição sócio-histórica onde esses indivíduos viveram/vivem, constituem um pano de fundo das lógicas de ação, cuja reconstituição permite ao pesquisador interpretar a diferenciação cultural dos agricultores-assentados que, no âmbito produtivo, tendem a se expressar em estratégias produtivas em seus lotes. Convém reconhecer que esse é um método e uma forma de compreensão da realidade que, se não tem a pretensão de constituir “a” verdade, pode provocar determinadas deduções que tendem a renovar as análises já constituídas no campo social em estudo a cerca de tal realidade.

É importante ainda esclarecer e justificar a opção realizada para a apresentação da discussão que segue.

O Capítulo está dividido em duas Partes. Na Parte I as trajetórias anteriores à entrada na *luta* pela terra serão apresentadas conforme a classificação por sistemas produtivos, haja vista a hipótese de haver relação entre as estratégias produtivas desenvolvidas e as posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta* pela terra. Nesse sentido, a análise das entrevistas permite identificar que: os três agricultores-assentados classificados no sistema produtivo *diversificado* ocupavam a posição social de **filhos de pequenos agricultores** antes de irem para o acampamento; entre os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja-leite* um deles ocupava a posição social de **filho de agricultor-assentado**, outro como **ex-proprietário rural e assalariado urbano**, e o terceiro como **filho de pequeno agricultor e empregado permanente em granja de soja/milho**; entre os agricultores-assentados do sistema produtivo *soja* um deles ocupava a posição de **empregado temporário em granjas e fazendas de gado**, outro como **filho de empregado temporário/meiero em granjas**, e o terceiro era **filho de pequeno agricultor**. Contudo, vale destacar que não é a posição social *em si* que modula os parâmetros socioculturais, mas as experiências vividas em cada uma delas, havendo, portanto, uma maior probabilidade de serem semelhantes em mesmas posições sociais. Neste sentido, serão analisadas as principais experiências e circunstâncias vividas (pelos entrevistados, declaradas ao pesquisador), inserindo-as no contexto sócio-histórico onde as trajetórias se desenrolam. De uma forma geral, esse contexto é aquele abordado no Capítulo II e constitui o pano de fundo das análises, sendo resgatado na medida do necessário para a compreensão e significação das trajetórias observadas. No decorrer do texto serão construídos indicadores que tendem a compor as principais referências socioculturais dos agricultores-assentados, sugerindo determinadas posturas e disposições para com os objetivos imediatos da entrada na *luta* pela terra, tendendo a orientar a significação das experiências posteriores.

A Parte II do Capítulo abordará as principais interações-reações dos agricultores-assentados às experiências do período de *luta* pela terra e as subseqüentes no Assentamento, tendo em vista aqueles indicadores das disposições sociais abordados e elaborados na Parte I. Nesse sentido, ganharão destaque as diferentes reações e significados atribuídos à participação nos espaços de discussão política e discussão da produção agropecuária no período do acampamento. Em Assentamento, de modo geral, os significados atribuídos às estratégias produtivas; as reações frente aos “problemas” enfrentados pela COOPERVIDA; as diferentes posturas assumidas no referente à produção nos lotes; e às principais reações frente à retomada das propostas de desenvolvimento da atividade leiteira por parte da equipe da COPTEC.

Como forma de melhor identificar os agricultores-assentados em cada sistema produtivo, quando forem citados durante o texto, estar-se-á atribuindo um determinado nome aos indivíduos entrevistados que compõe a amostra de pesquisa. Assim, os agricultores-assentados de cada sistema produtivo serão chamados de: Sr. Pedro; Sr. Ricardo; Sr. João, no sistema produtivo *diversificado*; Sr. Vanderlei; Sr. Leonel; Sr. Afonso, no sistema produtivo *soja-leite*; Sr. Francisco; Sr. Júlio; Sr. Venâncio, no sistema produtivo *soja*.

1. PARTE I: TRAJETÓRIA E PRINCIPAIS REFERÊNCIAS SOCIOCULTURAIS ANTERIORES À ENTRADA NA *LUTA PELA TERRA*

1.1. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo *diversificado*

Os três agricultores-assentados considerados possuem origem geográfica na região do Alto Uruguai, também conhecida por região das Colônias Novas no estado do Rio Grande do Sul. Conforme abordado no Capítulo II essa região passou a ser colonizada a partir da década de 1920, com a migração progressiva de novas gerações de descendentes de colonos em busca de terras, sobretudo de italianos e germânicos instalados inicialmente num raio de 200 km ao redor do município de Porto Alegre. Neste sentido, a dinâmica de ocupação do território além de promover a formação de colônias ‘mistas’ também determinou nessa região uma maior concentração das populações chamadas de caboclas e indígenas, expulsas inicialmente tanto pelos estancieiros, devido à ocupação preferencial das áreas de campo, quanto pelos projetos de imigração que ocupavam as áreas de mata. Às populações indígenas sobreviventes deste processo de expulsão de seus territórios coube a permanência nas chamadas ‘reservas’ e, de forma geral, tanto aos colonos quanto aos caboclos à ocupação de pequenas propriedades de terra devido ao fechamento da fronteira agrícola a partir da década de 1960. No caso dessas duas últimas “populações” o acesso a terra dava-se principalmente por dois expedientes: o título de propriedade, com o reconhecimento pelo estado de que a população cabocla também era legítima para tal, e compra do direito a posse; mecanismo relatado por Frantz e Silva Neto (2005: 65) e usado por descendentes de colonos que visavam adquirir pequenas frações de terra, quase sempre de caboclos, em regiões de solo pedregoso e íngreme. Nesse contexto, o tamanho das propriedades não era uniforme, como havia sido na implantação das Colônias Velhas no estado, que variam de 77 ha a 25 ha dependendo da datação de instalação, predominando o minifúndio em uma região caracterizada por topografia acidentada.

Nessa formação sócio-histórica duas questões tomam relevo: as possibilidades de caldeamentos culturais e o cultivo de pequenas frações de terra em um período de plena modernização da agricultura. Segundo as entrevistas o Sr. Pedro teria origem étnica mista entre *teuto-brasileiros e caboclos*; o Sr. Ricardo com origem étnica entre *italo-brasileiros e caboclos*; e o Sr. João teria origem étnica *italiana*. Se consideradas como veios culturais do trabalhador rural meridional suas origens étnicas ‘caboclas’ e ‘européia não-ibérica’ teríamos que: os primeiros seriam herdeiros de uma relação *imediata* ao conjunto de circunstâncias da natureza onde propiciava sua vivência, cujo *valor e usufruto da posse da terra* não era estabelecido pela propriedade privada, e onde a *concepção de trabalho* era dado pelo alcance das condições imediatas de sobrevivência; os segundos seriam herdeiros de um *valor terra* mediado pela noção de propriedade privada, de uma *concepção de trabalho* que valorizaria a regularidade, a dedicação e a parcimônia, constituintes de uma noção de honorabilidade, cuja condição poderia ser encarada como fonte de prazer. Veios culturais que constituem um determinado pano de fundo, mas que o desenvolvimento sócio-histórico tendeu a “embaralhá-las”, não permitindo que sejam tratadas de forma autêntica em suas origens quando são analisados os trabalhadores rurais com origem nessa região do estado. No caso analisado, poderia ser considerado que os parâmetros culturais gerados nesse ambiente tenderiam se expressar nos trabalhos desenvolvidos sobre as pequenas propriedades das famílias dos agricultores. Como tais, estavam inseridos principalmente a partir da década de 1970 nos processos de modernização da agricultura.

De acordo com as entrevistas o tamanho das propriedades rurais de suas famílias (grupo doméstico de origem) variavam entre 7 a 11 ha onde a base comercial dava-se a partir da criação de suínos e cultivo de cereais, especialmente trigo, milho e soja, acompanhada por uma diversificada produção de autoconsumo. Os sistemas de cultivo baseavam-se no *consórcio* entre atividades produtivas, como declara Sr. Ricardo, de uma família com quatro irmãos, quatro irmãs e propriedade de 11 ha: *Nós plantávamos soja no meio das carreiras do milho, era consorciado então: milho-soja e depois vinha as miudezas*. Outras atividades geradoras de renda também eram estimuladas no contexto da década de 1980: além das cooperativas tritículas fomentarem o binômio trigo-soja, promoviam plantas industriais de beneficiamento de leite, carne e derivados de suínos, entre outros. Ainda, indústrias fumageiras instalavam-se no estado, constituindo, do ponto de vista dos agricultores, outras possibilidades de geração de renda. Pode ser considerado que esse processo consolidou cadeias produtivas que integrariam os pequenos agricultores no âmbito da comercialização de *commodities* e abriria, ao menos ideologicamente, maiores possibilidades de acumulação de capital.

De forma semelhante, do ponto de vista da geração das condições materiais para reprodução dos valores baseados na família, a inserção nesse processo de modernização, que estava em pleno desenvolvimento, poderia representar a perspectiva de realizar princípios morais, como aqueles relacionados com as “obrigações” paternas de conceder frações de terra para que os filhos pudessem casar e constituir seus grupos familiares. Nessa perspectiva a própria cultura e a tradição seriam ‘motores’ da incorporação de novos processos produtivos, que por sua vez constituiria e ingressaria os agricultores em uma racionalidade mercantil monetarizada (Woortmann, 1990). Agindo em um sentido de afirmação das noções de *progresso*, tenderia a modificar as noções de tempo - de noções de *tempo circular* para noções de *tempo flecha* (Bailey, 1971) -, afirmar as crenças nos valores relacionados à melhora material através da dedicação laboral, criar novos desejos, carências e necessidades ampliando ainda mais as perspectivas mercantis, podendo desenvolver novas capacidades (relacionadas principalmente com os conhecimentos de mercado e de novas técnicas de cultivo elaboradas em instituições de pesquisa e extensão) e formas de pensar. Nesse sentido, como se tem argumentado, os valores culturais não sendo fixos, mas atualizados e presentificados segundo experiências do presente e possibilidades que se abrem para o futuro, o *habitus* dessa posição social (filho de pequeno agricultor) sofreria modificações na direção abordada. Tenderia haver uma transformação cultural profunda de constituição e desenvolvimento de uma racionalidade organizada para trocas monetárias no contexto contemporâneo, impulsionada pela expansão do capitalismo sob a égide da modernização. Trata-se, pois, de uma mudança potencial sobre o pensamento.

Contudo, a pequena propriedade de terra do grupo doméstico representa uma instabilidade estruturante dos espaços sociais das formas das agriculturas familiares (Moreira, 1999). Este pequeno patrimônio produtivo ao não atender às carências conformadas sócio-historicamente, impulsionam os agricultores a práticas de meação e arrendamento que passam a fazer parte das estratégias de reprodução. Frantz e Silva Neto (2005) argumentam que no contexto de expansão das atividades tritícula e sojícula por capitalistas urbanos e/ou colonos melhor aquinhoados eram estabelecidos contratos de parceria (meação, arrendamento) com pequenos agricultores para *limpar* as novas terras com seu cultivo. Após o término da parceria, os proprietários reassumiam as terras para plantação daquelas monoculturas comerciais de forma mecanizada. Esta foi uma situação vivida pelos três agricultores-assentados, conforme as entrevistas concedidas. Nessa direção o Sr. João, de uma família com sete irmãos, uma irmã e 7 ha de propriedade rural, declara que:

Nós arrendávamos a terra de um cara, mas ele sempre te arrendava a pior terra que tinha com ‘rabo de bugiu’, ‘soita’ e ‘içada’. [E quantas hectares vocês plantavam para fora?] Ba! Nós plantávamos até 15 ha para fora, tudo no braçal com três juntas

de boi. No inverno tu ia desbrotar todos aqueles brotos, depois lavrava, envergava, plantava o milho, limpava, plantava a soja e colhia tudo no manual. O problema é que quando tu *limpava* a terra, que ela ficava boa, os caras tiravam ela de você.

Dessa forma, a incorporação de novas terras para o cultivo de cereais e expansão da fronteira agrícola, no âmbito da modernização da agricultura nessa região do estado do Rio Grande do Sul, engendrou relações sociais que tendeu a definir um leque de reprodução econômica dos setores mais empobrecidos do campo. A instabilidade socialmente estruturante dessas situações associavam, por um lado, o cultivo de pequenas parcelas próprias de terra e, por outro, os contratos de parceria com grandes proprietários, nesse caso, por meio da prática do arrendamento. Nessa mesma direção, de forma geral, a incorporação de novas técnicas de preparo do solo e cultivo na triticultura e na sojicultura diminuiu não somente as práticas de arrendamento e meação, depois da fase de *limpeza* das terras, assim como as possibilidades de emprego, mas também reduziu o preço dos produtos oriundos da produção dos colonos. O resultado foi a redução da renda monetária e a incapacidade de atender as carências (materiais e simbólicas) mínimas dos grupos familiares.

Neste sentido, as famílias dos agricultores-assentados aqui considerados estavam inseridas numa economia mercantil de trocas desiguais como proprietárias de pequenos patrimônios produtivos e/ou como pequenos arrendatários, que além da renda para consumo familiar tinham que pagar a renda da terra arrendada. Neste contexto de determinação mercantil – compra de bens de consumo, bens produtivos e pagamento de rendas, necessários para reprodução social naquela ambiência – sugere-se que a exploração da terra, pelo menos naquilo que se referia ao elo mercantil da vida familiar, seguia um princípio de *maior lucratividade*. Mais forte ainda para os casos de arrendamento, onde a renda bruta mercantil tinha que gerar a renda do arrendamento e o ‘lucro’: instabilidade e riscos maiores. Não obstante, para esse caso, o pequeno agricultor tem que provar ao proprietário que possui condições de desenvolver a produção e pagá-lo. Circunstâncias que exigem uma visão monetarizada e de mercado. Contudo, para Piccin e Moreira (2006) seria um equívoco interpretativo considerar que esta mercantilização da reprodução da vida familiar transformaria o “camponês” em “capitalista”. Esse seria um processo de longa datação, desde o nosso escravismo mercantil. A mercantilização não enfraquece o reconhecimento de que estas formas “camponesas brasileiras” estão ancoradas nos valores da *família* e da *terra*, como local *de trabalho* e *de vida*, assim como as condições morais que daí se sucedem (Woortmann, 1990).

Com efeito, essas situações de instabilidades tendem a se asseverar quando chegada à hora dos filhos constituírem novos grupos familiares, condicionando trajetórias sociais em busca de *melhores condições de vida* (Gaiger, 1994a). A análise das entrevistas revela que os três agricultores-assentados ainda eram solteiros e buscavam possibilidades de realização econômica para a constituição de novo núcleo familiar. Com essa perspectiva tiveram outros itinerários como tentativas de reprodução social conforme o *status quo* estabelecido antes de se decidirem pela *luta* pela terra. Nesse sentido, a sistematização das entrevistas revela que o Sr. Ricardo além de *já plantar um pedaço de terra do pai*, também arrendava terras de vizinhos como forma *ter uma maior renda*; o Sr. João migrara para o Norte, em garimpos do Pará, buscando realizar um golpe de sorte para acumular capital econômico; e o Sr. Pedro foi para a cidade em busca de emprego urbano, que considerou não garantir as condições desejadas de vida, tanto do ponto de vista material quanto relacionado à autonomia no processo de trabalho. Nessa direção, quando solicitados para falar sobre esse período anterior e subsequente ao acampamento irão declarar, respectivamente, que:

A dificuldade era grande, na época não tinha muitas alternativas, já que o estudo era difícil (...). Daí que a gente aprendeu foi trabalhar na roça mesmo, fazendo os cantinhos da gente e arrendando terra ‘dobrada’, só ‘perauzedo’, já ‘fraca’. Em

1994 eu tinha uns 21 anos, gostava de trabalhar na lavoura e a terra era pouca, resolvi participar de uma reunião para ir acampar, eles [os integrantes do MST] diziam que era articulação de base aqui na comunidade. [declaração do Sr. Ricardo]

*

(...) eu já tinha dado um *peitaço*⁷³ [no garimpo no estado do Pará]; (...) em 7 de fevereiro de 1995 eu fui visitar um acampamento em Encruzilhada Natalino, onde o MST estava concentrando o povo, depois fui visitar o Assentamento da fazenda Brilhante. Vim para casa e falei para o meu pai: - mas o senhor não vai poder dar terra para nós, eu vou dar outro *peitaço*. Dei outro [*peitaço*] quando fui para o acampamento porque a gente é **de uma família que quer melhorar de vida, não ficar rico sabe, mas dar um futuro melhor para nossa família.** [declaração do Sr. João].

*

(...) fui acampar no início de 1995. O pai não tinha condições de dar um pedaço de terra (...), na cidade eu não queria nem saber, não gostei, **jamais ia adquirir alguma coisa, dar uma vida melhor para a família. E a gente sempre sonhou num futuro melhor.** [declaração do Sr. Pedro].

As citações dão substância à argumentação de que o sentido da decisão de integrar a *luta* pela terra é dado a partir de uma insatisfação com a realidade vivida, ao mesmo tempo em que se lança esperança num futuro de melhores condições de vida. Esperança elaborada a partir de uma defasagem entre as expectativas materiais ou simbólicas com a realidade percebida como limitante para tais realizações. Assim, o “olhar” para o lote de terra passa a ser dirigido pela possibilidade de acúmulo de capital econômico, ascensão social e atendimento das carências socialmente produzidas e internalizadas pelos agentes numa dimensão sócio-histórica e posição social. As frases destacadas, mesmo que com significados subjetivos diferenciados pelos agentes, trilham a compreensão nessa direção.

De forma sintética, três aspectos parecem fundamentais na constituição sociocultural desses agricultores-assentados e que tendem a orientar suas reações às novas experiências no período de acampamento e Assentamento: a) socializados em uma ambiência sócio-eossistêmica como filhos de pequenos proprietários rurais num contexto de plena modernização da agricultura passam a sofrer com a assimetria de poderes materializados na apropriação privada dos recursos produtivos (como a terra) e no mercado (no âmbito da concorrência intercapitalista), condicionando níveis de privação material e simbólica considerados indignos. Por outro lado internalizam princípios relacionados com a lógica da lucratividade, alteram-se as noções de tempo e os próprios sistemas socioculturais - e conhecimentos associados - tendem a ser ressignificados (re)modulando desejos e carências; b) dado um campo de possibilidades de reprodução socioeconômica, determinada inicialmente pela sua posição social e pelas tentativas *frustradas* naquela direção, a *luta* pela terra passa ser considerada como possível. A adesão pode ser devido ao estado de insatisfação anterior ao acampamento e ao acúmulo de vivências em que se buscou preservar, restabelecer ou conquistar condições dignas de vida; c) a visão que ganha destaque em suas entrevistas e passa a ser mobilizada sob a perspectiva de conquistar um lote de terra próprio é aquela relacionada ao progresso socioeconômico, associado à idéia de *dar melhores condições de vida à família*.

⁷³ A expressão *peitaço*, nesse contexto, significa se aventurar, se arriscar em busca das condições consideradas dignas para se viver e constituir família. A lógica de ação desse agricultor-assentado é marcada pelos *peitaços*.

1.2. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo *soja-leite*

O desenrolar da ocupação do território riograndense e o desenvolvimento da modernização da agricultura a partir da década de 1950 determinou um leque de trajetórias sociais aos agricultores pobres, antes de decidirem pela *luta* por terra, além daquelas reconstituídas na seção anterior. Dos três agricultores-assentados aqui considerados o Sr. Vanderlei era filho de agricultor-assentado, o Sr. Afonso era filho de pequeno agricultor que, quando constituiu família, tornou-se trabalhador assalariado em granjas de soja/trigo. Ambos possuem origem geográfica na região do Planalto. O Sr. Leonel foi ex-pequeno proprietário e assalariado urbano em frigoríficos no oeste catarinense, tendo origem geográfica na região do Alto Uruguai. Os três agricultores-assentados declararam possuir origem étnica mista entre *italo-brasileiros* e *caboclos*, o que aponta para os processos de caldeamento cultural. Devido a não possuírem a mesma posição social anterior a ida para o acampamento, além de origens geográficas distintas, as trajetórias serão analisadas separadamente, como forma de objetivar as principais experiências vividas pelos respectivos agricultores-assentados. No entanto, no decorrer do texto buscar-se-á uma progressiva articulação dessas análises particulares, onde permitirá visualizar processos mais gerais e, subseqüentemente, desenvolver uma interpretação global ao nível das lógicas que ordenam o comportamento desses agricultores-assentados.

Neste sentido, a partir da análise das entrevistas foi possível diagnosticar que o Sr. Vanderlei é um sem-terra de segunda geração. Sua família teria acampado no início da década de 1980 na Encruzilhada Natalino no município de Ronda Alta. Sendo o filho mais novo, teria acompanhado todo o período de acampamento. Anteriormente à ida da família para o acampamento seus irmãos mais velhos trabalhavam *a meia* em fazendas da região e seu pai era pequeno agricultor e trabalhador em uma serraria do município. Segundo Rückert (2003: 44) a região de Ronda Alta era caracterizada por grandes extensões de mata com a presença do pinheiro Araucária, que estimulava seu comércio e multiplicação de serrarias, chegando a ser a principal atividade econômica da região. O interesse dos proprietários para com essa atividade impedia que tanto colonos quanto caboclos adentrassem nas matas como forma de reproduzirem seus roçados, sendo que, no entanto, a mão-de-obra utilizada para a extração da madeira era majoritariamente cabocla, assim como nas serrarias. Nesse sentido, pode ser sugerido que o uso das matas como reserva de valor pelos proprietários condensava uma quantidade cada vez maior de pequenos agricultores e filhos de pequenos agricultores impossibilitados de terem acesso à terra de trabalho. Situação que se agrava com a expulsão dos colonos da reserva indígena do município de Nonoai no final da década de 1970, e com a precedente ocupação das fazendas Macali e Brilhante.

De acordo com Caldart (2000: 73), com a divulgação da notícia entre os trabalhadores pobres de que os colonos haviam ocupado as referidas fazendas e de que ainda haveria terra disponível, uma grande quantidade de posseiros, rendeiros, meeiros, pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores, trabalhadores de serrarias e outros se dirigiram para a região. No entanto, devido os acampamentos dos agricultores de Macali e Brilhante tornarem-se “completos”, não ofereciam mais condições para permanência de novos sem-terra. Nesse contexto, um trabalhador chamado Natálio ao chegar para acampar e não encontrar mais lugar irá se acomodar na beira de uma estrada próxima. Como uma grande quantidade de trabalhadores ainda se dirigia para a região com a esperança de conseguir um pedaço de terra, formou-se um dos acampamentos mais importantes na história do MST, o acampamento de Encruzilhada Natalino. Segundo a autora, esse acampamento gestará experiências

organizativas importantes que serviram de referência tanto para a *luta* política quanto para a organização da produção nos assentamentos que se seguiram, como o trabalho coletivo.

Nesse sentido, quando a família do Sr. Vanderlei foi assentada esteve inserida nos processos de formação de grupos coletivos de produção e de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), que pretendia organizar coletivamente o trabalho e os investimentos produtivos no assentamento. No entanto, pode-se depreender de sua entrevista que essas experiências foram vividas negativamente devido às constantes divergências e discussões internas, levando ao fracionamento daqueles grupos de produção coletiva e a individualização da produção. É possível sugerir que as representações estabelecidas da vivência desse ambiente onde localizava-se o lote de terra de sua família constituiu referências de que o trabalho cooperativo (coletivo) não era um modelo a ser seguido para a organização de um assentamento, muito menos para submeter o trabalho familiar a tais condições. Haveria assim a afirmação de uma visão de trabalho baseada na família e na parcela de terra do lote individual. Além do mais, conformaria uma postura previdente às propostas e políticas futuras da direção do MST, pois frente a estas tenderia a atualizar as referências construídas no assentamento de seus pais.

Em momentos de crise de reprodução econômica da família, em estiagens e quando as culturas, principalmente, de milho e soja não produziam o esperado, havia a alternativa de realizar trabalhos temporários em granjas de soja ou estâncias de gado, que faziam divisas com o assentamento. Chegada hora de constituir família e, portanto, sair da casa dos pais, teria ido para Porto Alegre trabalhar em uma fábrica de panificados, mas em não se acostumando com o modo de vida e de trabalho teria decidido, aproximadamente, um mês após a permanência na cidade, integrar a *luta* pela terra em busca de um lote de terra. A experiência de trabalho urbano pode ter agido em um sentido de afirmar que a única alternativa de reprodução social que lhe restava era a conquista de um lote de terra, mediado pelo trabalho da família, sendo essas suas referências centrais e que ordenariam as reações às experiências subseqüentes tanto no acampamento quanto no Assentamento Ceres.

O Sr. Afonso, no contexto do início da modernização da agricultura na região do Planalto, era filho de pequeno agricultor. Seu pai, além de trabalhar em 6 ha de terra própria, trabalhava em regime de meação com grandes proprietários, geralmente, *limpando* as terras para depois serem mecanizadas. O Sr. Afonso também teria trabalhado sob essas condições, sendo que quando constituiu família tornou-se um trabalhador permanente nas terras de um granjeiro durante três anos, antes de decidir integrar a *luta* pela terra. Dessa forma, duas condições de sua posição social caracterizam a trajetória social e referências socioculturais específicas: primeiramente relacionando-se com a prática de meação e em seguida à condição de empregado agrícola.

Enquanto meeiro há a tendência de trabalhar em pequenas frações de terra, geralmente inadequadas ao uso de máquina, como naquelas onde há a derrubada da mata sendo necessário empreender uma determinada quantidade de trabalho para a retirada de raízes e troncos. Nessa posição social, o indivíduo costuma receber a maior parte das sementes e insumos agrícolas do proprietário da terra para realizar o cultivo, em troca de uma parte da colheita a ser paga geralmente em produtos. Cabe ao proprietário as decisões sobre o sistema de cultivo, assim como a quantidade e qualidade do produto. Mesmo que venha a ter alguma participação no processo de decisão sobre o quê e como plantar, é o proprietário da terra que dá a palavra final. Na meação, assim como na posição de empregado rural, cabe ao trabalhador apenas executar o planejamento estabelecido previamente pelo proprietário. Ademais, tende a ficar afastado das trocas monetárias relacionadas com a compra de insumos e movimentações bancárias, como financiamentos agrícolas. A lógica de relacionamento com o trabalho é de sujeição, ao contrário quanto se é proprietário de frações de terra e dali se tira o sustento para a família.

No entanto, é possível sugerir que a referência de pequeno proprietário parcelar permanece latente, até porque ele seria a geração qual o pai não teve condições objetivas de garantir a reprodução social perante a concessão de uma parcela de terra. A análise de sua entrevista revela ansiedade vivida durante o período em que permaneceu como empregado agrícola, pelo desejo de conquistar a condição de *colono* pequeno proprietário. A permanência nas terras do patrão é vista como temporária, mediada pela crença de que seria possível, dentro do *status quo*, alcançar o tão sonhado pedaço de terra próprio. Segundo sua entrevista, a primeira oportunidade que aparece para tornar-se proprietário é ir morar de forma irregular (perante o INCRA) num lote de um assentamento de reforma agrária, depois de “negociado” com o beneficiado inicial. No entanto, devido sua condição de “irregular” as direções do MST e o INCRA não permitiram que ali permanecesse, dirigindo-se assim para o acampamento, conquistar a terra por meio da *luta*. Nesse sentido, a terra própria, particular, aparece como objetivo maior a ser alcançado. Sugere-se, portanto, que essa seja uma referência sociocultural inegociável por parte desse agricultor-assentado, que tende a ser expressada nas condições de acampamento e assentamento.

O terceiro agricultor-assentado aqui considerado, o Sr. Leonel, era proprietário de 5 ha de terra ondulada na região do Alto Uruguai, onde possuía *os cantinhos* de cada atividade produtiva como soja, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar (lembrar do processo de ocupação dessa região do estado). Julgando que a condição de pequeno proprietário não atendia as necessidades materiais e simbólicas da família, surgirá como uma boa oportunidade, comparativamente ao que lhe reservava a vida de pequeno produtor empobrecido, a migração para a região de Chapecó/SC trabalhar como empregado urbano, vendendo seus 5 ha. Acreditando que a permanência na cidade traria melhores condições de vida trabalhará em frigoríficos das empresas Sadia e Aurora durante os três anos seguintes.

Contudo, os baixos salários, as diferenças de processos de trabalho quando comparados com a condição anterior de pequeno agricultor que organizava sua própria jornada de trabalho e a eminência de desemprego na região no início da década de 1990 o fará reavaliar seus projetos de vida. É marcante em sua entrevista que a condição anterior de pequeno proprietário passa a ser representada de forma nostálgica, de um passado “bom” e perdido. São recorrentes os momentos em sua declaração que lembram que a condição anterior permitia ter seus animais, suas plantações, estar no *meio da natureza*, e organizar seu próprio tempo de trabalho. Além do mais, um irmão do pai de sua mulher que teria participado do acampamento de Encruzilhada Natalino os encorajava a ir acampar, pois seria vantagem deixar a cidade e *voltar para a colônia*, ou seja, para trabalhar sobre a terra. Nesse sentido, os projetos para o futuro seriam mediados pelo resgate dos projetos do passado, da condição de tornar-se novamente pequeno agricultor.

Portanto, assim como os outros dois agricultores-assentados, sugere-se que a centralidade de suas razões que motiva para entrar na *luta* pela terra está relacionada com uma visão em que a conquista da terra aparece como valor maior, que permitiria resgatar e construir um modelo de agricultor associado com a imagem de *colono parcelar*, que por circunstâncias históricas foram impedidos de manter ou alcançar. A imagem desse *colono* aparece idealizada, associada a um passado áureo que a condição de agricultor-assentado permitiria (re)constituir. Nesse sentido, trata-se de uma interpretação da imagem de colono, mais idealizada como garantia de estabilidade e segurança do que numa perspectiva de progresso e integração a mercados, como no caso daqueles outros três agricultores-assentados analisados anteriormente. Essa interpretação parece estar associada, sobretudo, às experiências traumatizantes de perdas e fracassos. Seria assim a condição de colono o verdadeiro lugar almejado na sociedade, seja pela ausência de alternativas, ou devido à memória preservada de que até duas gerações atrás a mobilidade social na colônia era suficiente para consagrar o ideal de ter sua fração própria de terra.

Por mais que os três agricultores-assentados aqui considerados possuam trajetórias sociais diferentes, suas declarações apontam no sentido de constituição de um *habitus* orientado pelos preceitos abordados no parágrafo anterior. Nessa direção, quando solicitados para falar sobre esse período de eminência à entrada no acampamento e suas motivações para tal, irão declarar (respectivamente à apresentação das trajetórias anteriores):

Fiquei um tempo lá [no emprego na cidade de Porto Alegre] e depois vim para casa e me mandei para o acampamento. Por que eu vi que **só o lote poderia dar... sabe, aquela segurança**. [Como assim?] Ah, aquela segurança de você **ter uma coisa tua, teus bichos, tua plantaçãozinha. Vida de pobre sim, mas pelo menos naquilo que é teu**. [declaração do Sr. Vanderlei]

*

(...) a gente trabalhava de ‘agregado’, mas sempre tivemos a vontade de ter o nosso próprio pedaço de terra. **A gente sempre teve na cabeça que a morada nas terras do patrão era provisório, porque só se é colono se tem terra**. Tu já viu colono que não tem terra? Então nosso sonho era ter nosso canto e gostar do que faz. **Nós gostamos do que fazemos** [referindo-se ao trabalho agrícola]. [declaração do Sr. Afonso]

*

O que me levou a acampar foi por que eu pensava assim: **no meu lote eu poderia ter minha vaquinha, minha criação, posso plantar e levar a vida**. Na outra terra que eu tinha [antes de ir para a cidade], nós plantava batata, feijão, mandioca, um pouquinho de soja, tinha porco, galinha e tu vivia bem, tinha tudo fácil lá. [declaração do Sr. Leonel]

Nas três declarações os horizontes de projeto materializam-se na posse da terra como garantia de estabilidade de vida, sendo que os desejos de acúmulo de capital econômico podem ser suprimidos, ao menos temporariamente, devido às instabilidades e inseguranças vividas. Se essas experiências já os convenceram de que seria impossível ascender socialmente, pelo menos a posse do lote é vista como condição mínima de suportar uma *vida de pobre*. Nesse sentido, exterioriza-se um modo de ver o lote que é determinada pela condição estrutural subordinada que ocupam na estrutura de relações sociais, que além de condicionar situações de miserabilidade também define um espectro de desejos restrito àquilo que julgam terem condições de ainda atingir: um lote próprio de terra por meio da *luta* onde podem reproduzir um determinado estilo de vida, entendido como sendo próximo à imagem de *colono*. Uma imagem que pode estar representada pelas passagens destacadas nas citações.

Nesse sentido, de forma sintética, destaca-se três questões quanto a conformação sociocultural desses agricultores-assentados e que podem orientar os comportamentos frente às experiências posteriores do acampamento e do Assentamento: a) mesmo sendo socializados em posições sociais diferenciadas, os significados atribuídos aos projetos mais gerais de futuro parecem ser semelhantes. A vivência nessas posições sociais dos diferenciais de poder da cultura tende a limitar os desejos à posse do lote e uma produção agrícola, inicialmente, associada ao que se poderia chamar de autoconsumo, com o qual se daria a reprodução social e simbólica da família; b) dadas as experiências em que se buscou melhores condições de vida para a família (seja a migração para a cidade ou a ida para um lote de terra de um assentamento permanecendo irregular) e o que se encontrou foi maiores ameaças de sobrevivência do próprio grupo familiar, pode ser que as representações sociais elaboradas sejam num sentido de afirmar a condição de proprietário parcelar como a única condição para a reprodução social, cogitando-se a *luta* pela terra e ida para o acampamento; c) a imagem de referência do colono parcelar pode representar tais comportamentos, uma vez que a posse do lote passa a ser vista como condição inegociável para desenvolver seus modos de vida.

1.3. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo soja

Dos três agricultores-assentados aqui considerados dois deles possuem origem geográfica na região do Planalto: o Sr. Júlio que era trabalhador diarista em granjas e estâncias de gado, e o Sr. Francisco que era filho de meeiro/empregado temporário em granjas, tendo trabalhado nas mesmas condições de seu pai antes de ir para o acampamento. O outro agricultor-assentado, o Sr. Venâncio, é de origem geográfica da Região do Alto Uruguai e filho de pequeno agricultor. Segundo as suas declarações as origens étnicas são, respectivamente: *cabocla*, mista entre *italo-brasileira e cabocla*, e *cabocla*. Da mesma forma que o grupo de agricultores-assentados anterior, devido a posições sociais e regiões geográficas distintas, proceder-se-á a análise das trajetórias individuais, que, no entanto, os significados gerados de tais experiências deverão ser articulados no decorrer do texto como forma de tomar uma compreensão geral sobre as lógicas socioculturais que informam seus comportamentos. A análise prévia das entrevistas permite sugerir que esses agricultores-assentados são os que estiveram mais marginalizados econômica e culturalmente ao que se poderia chamar de modernidade.

Nesse sentido, a trajetória do Sr. Júlio está marcada pela história de instalação da própria Granja Ceres ainda pelo Coronel Marcial Gonçalves Terra no início do século XX. Segundo a entrevista, seu avô teria sido um dos *peões* do referido Coronel que trabalhava no cuidado do gado nos vastos campos da região do Planalto. Por volta de 1915-1920, quando há a formação da Ceres, o Coronel teria lhe “dado” 2ha de terra como recompensa por serviços prestados, onde poderia fazer sua morada e plantar para o autoconsumo. Ainda segundo a entrevista, como a família era numerosa, na medida em que os filhos formavam novos grupos domésticos, ali permaneciam e construíam suas casas, que também tinham “famílias grandes” e que também permaneciam e residiam nesse mesmo local. Com o passar dos anos, nessa localidade formou-se uma coletividade que ficou conhecida como Vila Zarb⁷⁴, devido ao número significativo de pessoas que aí residiam.

A principal forma para a obtenção dos meios de sobrevivência dos indivíduos da Vila Zarb seria o trabalho temporário/diarista em fazendas da região. Seu avô teria trabalhado para o tal Coronel. Seu pai também teria trabalhado para o referido Coronel no trato e cuidado dos suínos, já na Granja Ceres. Ele próprio, o Sr. Júlio, trabalhou na Granja Ceres sob propriedade da VAGRO, em atividades de abertura de drenos, derrubada de mata e limpeza de culturas como milho e soja por meio da capina. Como aumentava a população da Vila Zarb e, conseqüentemente, os espaços para a realização de pequenas lavouras para o autoconsumo diminuía, o padrão alimentar teria se assemelhado com os padrões urbanos: *lá a gente comprava tudo que era de comer, não dava para plantar*, comenta. É provável que para os fazendeiros da região esse povoado tenha servido como fonte de mão-de-obra barata, haja vista que os trabalhos nestas propriedades sempre constituíram a principal fonte de renda daqueles que residiam na Vila Zarb. No entanto, com o aumento da mecanização das lavouras o Sr. Júlio percebia que não só estava sendo mais difícil arrumar trabalho, mas que o preço pago pelo dia trabalhado estaria diminuindo. Nesse contexto, com a realização de acampamentos na região no início da década de 1990 algumas famílias, após visitas dos integrantes do MST, integraram a *luta* pela terra, sendo que algumas delas foram assentadas no Assentamento Ceres no início de 1997.

⁷⁴ Esse nome é atribuído pelo pesquisador e, portanto, não confere com o nome popularmente designado na região a essa Vila.

Assim, o desenvolvimento das relações sociais durante a ocupação da região do Planalto conformou um lugar social ao Sr. Júlio e seus parentes marcado historicamente por práticas clientelísticas e pelos laços de dependência para com estancieiros e granjeiros. Esse lugar social tende a limitar o desenvolvimento de carências ao mínimo necessário para a sobrevivência do grupo familiar. Além do mais, há o impedimento de possuir patrimônios produtivos o que restringe os conhecimentos e saberes adquiridos, passados de geração em geração, àqueles relacionados ao trabalho em terras de outrem como a lide com o gado, com a *limpa* das lavouras ou tarefas agrícolas que exigem maior esforço físico, como na construção de drenos. Se analisado numa dimensão sócio-histórica seria possível sugerir que não havia inscrito em seu *habitus* referências quanto à organização produtiva de uma fração de terra própria, quando comparado com a imagem de colono parcelar. O que não impede que tenha se desenvolvido desejos quanto à posse de terra própria e mecanismos de percepção da sujeição vivida, como no caso de identificar sendo pouca a remuneração pelo trabalho diário recebido no início dos anos de 1990. Porém, a análise de sua entrevista permite sugerir que o sentido dado à possibilidade de possuir um pedaço de terra própria, em si, esteja relacionado com sentimentos de ascensão social, garantia de autonomia e de maior liberdade para dispor de seu tempo. Mas, ao lote de terra não é atribuído uma condição *sine qua non* para a constituição da família, e nem uma condição moral de trabalho na terra do lote como fonte de obtenção dos meios necessários para garantir a reprodução social do grupo familiar, assim como o é entre os agricultores-assentados analisados anteriormente.

Quanto à trajetória do Sr. Francisco, por processos de formação sócio-históricos diferentes, sua inserção nos processos de trabalho também se deu de forma subordinada no interior das granjas de soja/trigo antes de entrar na *luta* pela terra. Segundo a entrevista, seu pai era proprietário de aproximadamente 1 ha que utilizava para o cultivo de autoconsumo e a maior parte da renda da família era obtida através de contratos de meação e por trabalhos como diarista em granjas de soja/trigo. De uma família de 9 irmãos, desde criança já trabalhava *por dia e ajudava* o pai nas empreitadas. Como meeiro, assim que as terras iam sendo *limpas* o trator e o arado passavam a substituir os contratos e, conseqüentemente, diminuía as possibilidades de obtenção dos recursos necessários para garantir a sobrevivência à família. As produções socioculturais específicas da posição social de meeiro já foram abordadas anteriormente, não sendo necessário retomar.

Contudo, tendo a família apenas 1 ha de terra impossibilitava-se a prática do pai *dar* alguma fração de terra aos filhos para se preparem para o momento de constituir família. Esse costume, como era praticado pelos pequenos agricultores analisados na primeira seção, tende a inserir o indivíduo em operações mentais de planejamento da roça, de trocas mercantis dos produtos cultivados e, possivelmente, almejar a conquista de maiores extensões de terra como forma de atender as carências e desejos. A posição ocupada na estrutura de relações sociais pelo Sr. Francisco determinava um relacionamento diferente com os resultados do trabalho que, sugere-se, eram vistos mais como o mínimo necessário para a subsistência do que com possibilidades de ascensão social. As situações de pobreza e inexistência de patrimônio produtivo por parte da família podem ter impedido que se manifestassem os valores do modelo de colono parcelar, relacionados, por exemplo, com o trabalho. Além do mais, se nas entrevistas daqueles agricultores-assentados analisados na primeira seção há o destaque para as situações em que recebiam um pedaço de terra do pai para cultivar por conta própria, aqui o que ganha destaque em sua entrevista é que a renda adquirida por meio do trabalho em granjas era entregue para o *pai administrar*. Uma percepção, portanto, de uma espécie de “pai-patrão”. Um contexto que possivelmente tenha formado uma perspectiva de entrar na *luta* pela terra orientada, sobretudo, pelo desejo de ter autonomia sobre os resultados de seu trabalho.

Com relação ao terceiro agricultor-assentado, o Sr. Venâncio, sua trajetória anterior ao acampamento insere-se no contexto de manutenção de pequenas propriedades na região do Alto Uruguai por famílias caboclas, quando se processou a ocupação desse espaço por descendentes de colonos, principalmente, a partir da década de 1950. De uma família de 7 irmãos e em torno de 18 ha de propriedade familiar em terras de topografia acidentada os sistemas de cultivo também se baseavam na produção de gêneros alimentícios para o autoconsumo da família e da produção de soja e milho como principais atividades comerciais. No entanto, sugere-se que, enquanto matriz cultural, seja descendente de uma relação estabelecida com a terra em que não a vê pelo princípio de ascender socialmente e de acúmulo de capital econômico, como na tradição do colono parcelar. Acima de tudo, vê a terra por um ângulo de garantir o necessário para a reprodução de um modo de vida que até duas gerações anteriores era *imediata* para o atendimento das carências relacionadas com a sobrevivência familiar. Mesmo que, obviamente, comercializassem para obter o que não produziam, é possível sugerir que devido a um relativo isolamento geográfico em terras de topografia acidentada, também tenha proporcionado certo isolamento cultural da sociedade englobante.

De acordo com sua declaração a ida para o acampamento ocorre na busca de se tornar *independente* frente aos mandos do pai. Ou seja, quando constituiu seu grupo familiar teria permanecido *morando* em uma área de 5 ha nas terras paternas, mas além de fazer suas roças e entregar parte da produção para o pai, também tinha que cuidar das roças deste. Nesse sentido, essa relação é percebida como de “opressão” pelo casal e teria criado os motivos para ingressar na *luta* pela terra, uma vez que sabiam da existência do MST por serem de uma localidade próxima de onde houve a expulsão dos colonos das terras indígenas no final da década de 1970. Assim, pode-se argumentar que de forma semelhante com o agricultor-assentado anterior o ‘motor’ que impulsiona a decisão de participar do acampamento de *luta* pela terra seriam sentimentos relacionados com o desejo de autonomia, dado a partir das relações de poder estabelecidas no interior da família de origem, na condução de sua roça, de seu trabalho e, de forma geral, de sua vida.

Dessa forma, mesmo que os três agricultores-assentados tenham vivido trajetórias sociais diferenciadas anteriormente ao acampamento, sugere-se que essas tenham conformado um sentido semelhante quanto aos objetivos e desejos imediatos de conquistar um lote de terra. Dadas as diferentes relações sociais de subordinação por eles percebidas, vêm na *luta* pela terra a oportunidade de construir um modo de vida marcado pela possibilidade de poder dispor de seu tempo como bem entender. Esse seria um elemento central na constituição das racionalidades produtivas sobre o lote de terra. Nesse sentido, quando solicitados para falar sobre o período em que estavam se decidindo para integrar os acampamentos e as motivações para tais atitudes, irão responder ao pesquisador, respectivamente à ordem apresentada durante o texto, que:

O pessoal do Movimento [MST] estava na nossa Vila fazendo reuniões [convidando] para ir acampar. Aí eu falei para a mulher: - e se a gente fosse acampar para ganhar terra? **Os patrões já não queriam mais pagar o que uma vez pagavam...** [Como assim?] as diárias, as diárias de serviço [nas fazendas]. Mas nós nunca que imaginávamos que isso fosse acontecer [ter um lote de terra], ainda mais aqui mesmo em Jóia. **Hoje, comparando com o pessoal que ainda está lá [na Vila Zarb] a gente está rico.** [declaração do Sr. Júlio]

*

Ali por 1995 nós estávamos *peleando*⁷⁵, trabalhava em um granja de soja e milho. Daí apareceu uma reunião lá na comunidade e depois falei para o pai [que estava indo para o acampamento]. **Ele não concordou muito porque estava saindo um dos ajudantes dele de casa, mas depois teve que aceitar.** Também... na época eu lembro que ganhava uns bons trocos lá na granja, era solteiro, mas eu tinha que

⁷⁵ O ato de *pelear*, nesse contexto, significa se esforçar no trabalho, em outros contextos poderia significar *lutar* no roçado.

entregar tudo para o pai. [Entregava o dinheiro para o teu pai?] **Ele que sabia o que fazia com o dinheiro, ele sempre administrava o dinheiro para mim (...)**. Uma vez eu disse: - ó, o senhor fica com tudo, eu vou ter minha vida, e fui para o acampamento (...). [declaração do Sr. Francisco]

*

O problema era que lá tinha que dividir tudo (...) com o pai. Trabalhava para ele, na minha terra também, que na verdade não era minha, ele tinha cedido, e ainda dava uma parte das coisas que produzia. **Aí já não deu mais, decidi ir lutar por um canto meu, ser independente, dono do próprio nariz.** [declaração do Sr. Venâncio]

Nas três declarações é possível perceber um sentido semelhante quanto aos significados atribuídos e objetivos centrais a serem perseguidos na *luta* por um lote de terra associado ao que se está chamando de autonomia. Na primeira citação talvez isso esteja menos explícito quanto nas outras duas, mas, principalmente, as frases destacadas conduzem uma interpretação nessa direção, pois uma vez que é percebido que *os patrões* já não *pagam* como antes, o fato de possuir um pedaço de terra próprio os coloca em uma posição social privilegiada, quando comparada com os outros que ainda estão na Vila, que constrói, portanto, um sentimento de poder tornar-se mais autônomo da condição de trabalhador diarista e morador da Vila. Nas outras duas citações a percepção de subordinação à estrutura familiar pode ser melhor identificável nas frases destacadas. Contudo, assinala-se que a vivência e as experiências do segundo agricultor-assentado relacionadas com o trabalho desenvolvido durante sua trajetória social tenham, possivelmente, condicionado uma perda das referências culturais associadas à imagem de colono parcelar, como o *valor terra* e *valor trabalho*, comumente atribuídos a esses últimos. Assim, sugere-se que os três agricultores-assentados teriam um espectro de desejos, determinado por circunstâncias sócio-históricas, diferenciado no que se refere à sobrevivência da família, ou melhor, as expectativas de acúmulo material seriam menores quando comparado com os outros agricultores-assentados analisados anteriormente.

Buscando uma espécie de síntese das principais significações socioculturais formadas nesse período anterior à entrada na *luta* pela terra, que tendem a orientar suas reações às experiências do acampamento e do Assentamento, destaca-se três pontos: a) quanto aos dois primeiros agricultores-assentados, a inserção social como trabalhadores diaristas em fazendas tendeu a definir graus de carências sociais relacionados com o atendimento mínimo das condições de sobrevivência, além de castrar a possibilidade de registrar em suas referências socioculturais conhecimentos e saberes associados com experiências de condução mercantil de fatores produtivos como a terra. Já, o terceiro agricultor-assentado, devido aos condicionantes históricos de ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, teria mantido certo afastamento cultural da sociedade englobante onde a visão de progresso material é hegemônica, mantendo uma relação e referências culturais com a terra em um sentido de garantir o necessário para o autoconsumo e sobrevivência da família, no entanto, teria constituído referências quanto à organização de fatores produtivos voltados para o atendimento, principalmente, do autoconsumo da família; b) dada a estrutura social onde estiveram inseridos e viveram, as referências de 'agricultor' não seriam aquelas associadas ao colono parcelar, sendo que a centralidade de suas racionalidades não estaria orientada pelo acúmulo de capital econômico, mas pelo desejo de poder controlar seu tempo a partir do atendimento das condições de sobrevivência da família; c) os sentidos atribuídos à possibilidade de conquista de um lote de terra dão-se a partir de sentimentos de autonomia em relação às circunstâncias de subalternidade percebidas em cada ambiente onde houve os processos de socialização desses agricultores-assentados.

2. PARTE II: AS PRINCIPAIS INTERAÇÕES-REAÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS AO PERÍODO DO ACAMPAMENTO E NO ASSENTAMENTO CERES

A partir do momento em que esses indivíduos decidem *lutar* coletivamente por terra, optam por um caminho que, tendencialmente, viverão cotidianamente eventos inusitados, até então estranhos aos mesmos. O período do acampamento é marcado pelas mobilizações sociais, as ocupações de terra, os enfrentamentos com a polícia e/ou proprietários de terra, mas também pelos debates políticos, de gênero, de saúde, pela divisão de tarefas nas *brigadas* que têm o objetivo de garantir as mínimas condições de convivência coletiva, pelo convívio com outros sem-terra com histórias e trajetórias de vida semelhantes e/ou diferentes, e pelos debates relacionados com a forma de organização e produção futura nos lotes. Quando em assentamento há a tendência de continuar a experimentar situações que até então não haviam referências constituídas quanto às formas de comportamento: procede-se a discussão sobre a distribuição dos lotes, discussão e sistematização de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento que tende a identificar o que seria produzido e como organizar a produção, discussão das formas de organização política interna nos núcleos do Assentamento, discussão sobre formação e gestão da Cooperativa e, geralmente, pela primeira vez pode se ter acesso a um conjunto de políticas públicas estatais como crédito e assessoria técnica. Essas e outras questões constituem algumas circunstâncias da vida tanto em acampamento quanto em Assentamento marcadas por tensões e disputas, que foram abordadas, de modo geral, no Capítulo III.

Essas circunstâncias tendem a conformar eventos sociais caracterizados pela incerteza, instabilidade, ansiedade, perigos e oportunidades, que pelo ineditismo com que são vividos podem provocar uma reestruturação de seus sistemas socioculturais em função da necessidade de encontrar novas normas de conduta e compreensão, ou serem vividas sem afetar seriamente os fundamentos e referências constituintes dos *habitus* sociais. Nesse contexto, as significações atribuídas a tais eventos tendem a se dar a partir das disposições culturais adquiridas até então, que agem como uma ‘chave’ para produção de novos sentidos e incorporação seletiva de novas referências, num ambiente de práxis coletiva.

Nesse sentido, as análises que seguem procuram considerar as disposições socioculturais dos agricultores-assentados abordadas na Parte I acima, que, contudo, servirão de referência como modelos (tipos) para as observações realizadas sobre o comportamento e lógicas de ação tanto em acampamento quanto no Assentamento. Enquanto modelos, deve ser assinalado que tendem a secundarizar as particularidades existentes entre os integrantes de cada grupo de agricultores-assentados considerados, mas, por outro lado, indicar tendências e similaridades quanto às reações e comportamentos relacionados ao acampamento e à organização da produção no Assentamento Ceres.

2.1. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo *diversificado*

Uma característica peculiar dos agricultores-assentados que apresentam o sistema de disposições socioculturais considerado nesse modelo é a sensibilidade que demonstram em relação às “descobertas” dessa nova fase de suas vidas que se inicia no acampamento. De forma geral, pode-se considerar que esses sem-terra são, quanto comparados com os demais,

os mais fortemente afetados pelas experiências da *luta* coletiva, principalmente quanto às ressignificações de antigas representações sociais associadas a visões de mundo.

Neste ambiente as novas experiências tendem a conferir uma percepção que identifica a fragilidade material de sua posição na sociedade e as causas de tal situação. Mesmo que isso possa ser um fator comum a todos os envolvidos no acampamento, até por que seria uma condição psíquica da participação, a particularidade nesse caso é que o significado dado a esse fator age abrindo uma disponibilidade para uma maior participação e ação política. Evidencia-se que ele faz parte de uma categoria social de despossuídos e da necessidade da unidade dos sem-terra, por outro lado, elege inimigos a serem enfrentados. A sensibilização que os eventos relacionados à *luta* pela terra provocam tende a colocar em xeque possíveis representações sociais de organização da sociedade baseada em pressupostos religiosos, mesmo o do Deus Libertador que talvez o tenha mobilizado para ir para o acampamento por meio de agentes religiosos, e passa a explicar a configuração da sociedade por argumentos que identificam interesses e classes sociais (Gaiger, 1995). Predisposto a somar esforços para subverter o *status quo*, a reflexão a partir da prática coletiva o introduz nas discussões de objetivos maiores da luta, das estratégias correspondentes e de mobilização de seus pares. Frequentemente se dispõe a compor as equipes de *frente de massas*, podendo voltar para sua comunidade de origem mobilizar outros sem-terra, por estar convencido de que a vitória será mais facilmente alcançada se todos os *pobres* lutarem juntos. Essa foi uma tarefa, entre outras, que os três agricultores-assentados aqui considerados declararam terem realizado no período de acampamento. Num sentido das implicações socioculturais que essa fase de suas vidas promove, a declaração do Sr. Pedro aponta na direção abordada; em suas palavras:

Lá [no acampamento] eu vi o quanto o pobre é oprimido e o que existe de terra por aí só com boi em cima. Então eu queria mudar isso, sentia vontade de... (...). Aí comecei a participar das reuniões e já sai na *frente de massa*, fui em toda região lá de onde a gente vêm, fazendo reunião e conversando para o pessoal vir acampar (...).

A fala perpassa a construção de uma identidade coletiva entre *pobres* e *oprimidos* devido às situações de precariedade material. A práxis coletiva torna-se a fonte de produção e ressignificação de representações sociais e de transformação da consciência abrindo novas perspectivas aos sem-terra. Com uma participação política relativamente destacada, como na participação em *frente de massas*, legitimam-se a assumir postos de direção no acampamento. Em tais situações tendem a ficar mais disponíveis às novas formas de pensar, além de que podem ficar mais próximos das direções estaduais do MST; processa-se uma reviravolta geral quanto às crenças até então cultivadas, agora tudo pode ser questionado e redefinido, inclusive as convicções mais arraigadas e os antigos planos para o futuro, podendo adiar a ida para o lote para se dedicar a atividades relacionadas à militância política.

Como se tornam referência no acampamento, e, possivelmente, depositários de esperanças por parte da direção estadual do MST, tendem a estimular os debates sobre as formas de organização da produção e arranjos produtivos entre os demais sem-terra conforme as idéias e projetos das direções desse movimento. Neste ambiente dispõem-se à participação em cursos de formação política - destacadamente o curso conhecido por Escola Nacional -, de cursos de preparação para a organização agropecuária nos lotes, neste caso, baseados nos conhecimentos sistematizados pela *agroecologia*, ministrados seja por assessores do MST ou por entidades parceiras como a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP⁷⁶). Os três agricultores-assentados aqui considerados, entre outros

⁷⁶ A FUNDEP está localizada no município de Braga, região do Alto Uruguai no estado do Rio Grande do Sul. Essa instituição mantém vínculo estreito com os movimentos sociais do campo (MST; MPA, etc.) e desenvolve cursos para jovens filhos de pequenos agricultores, acampados e assentados. A *agroecologia* é temática componente dos conteúdos tratados e por ela desenvolvidos. Os cursos são realizados em forma de alternância

hoje presentes no Assentamento Ceres, participaram de tais situações. Além do mais, as visitas a outros assentamentos que desenvolviam a produção coletivizada – nas entrevistas destacou-se as citações dos assentamentos do município de Sarandi e de Nova Santa Rita, na região da grande Porto Alegre - também influenciavam na afirmação daquelas idéias, uma vez que serviam de referência e atestavam o funcionamento do *coletivo*. Convencem-se de que o modelo de produção familiar parcelar já não é mais viável e admitem integrar os chamados *coletivos de produção* não apenas por que representam um projeto de edificação de *uma nova sociedade*, mas, principalmente, por considerarem que o modelo de coletivização da produção pode oferecer condições de auferir renda monetária maior que da forma individual. Neste sentido, quando perguntado sobre os debates que existiam no acampamento com relação à produção agropecuária, o Sr. João vai afirmar:

No acampamento as discussões eram de muito futuro. No começo a gente ia lá [em outros assentamentos] e via como funcionavam os **grupos coletivos**. Era coisa de fundamento (!). Muitas vezes eu fui fazer **cursos sobre esses grupos coletivos e sobre agricultura alternativa**, alternativa que ia chegar no lote e qual alternativa que você ia ter para viver sem o uso de veneno e tal. **Quando fomos sorteados saímos como um grupo coletivo**. [Mas depois os grupos deram problemas?] **A questão dos grupos coletivos se for olhar, ele é fundamental ainda hoje**. Se fizer uma avaliação dentro do Assentamento [Ceres] nota-se a dificuldade que o individual tem. Por que tu pega um lote de 13 ha de terra como nós temos... Se tu estás num coletivo: tira uma parte para o gado de leite, uma parte para a pastagem, outra para grãos e tal, e te sobra terra. Mas, num individual: tira um pedacinho para plantar soja, um pedacinho para plantar milho, um pedacinho para as vacas e tua morada e termina teu lote. A bem da verdade é que o coletivo, na teoria, funciona bem, mas dentro [do Assentamento] depois é outra história.

Dessa forma, a práxis realizada no período de acampamento atua como catalisadora que, num efeito cumulativo, também potencializa pré-disposições culturais já internalizadas, como aquelas relacionadas aos desejos de acúmulo de capital econômico. Por mais que haja o reconhecimento de que quando em assentamento a coletivização da produção *é outra história*, essa forma de organizar a produção permanece como referência positiva no estabelecimento de sistemas produtivos, dando uma dimensão da incidência que as experiências do período do acampamento provocam sobre seus sistemas socioculturais.

Nessa direção, a análise das entrevistas aponta para a compreensão de que os significados atribuídos à participação nos cursos de *agroecologia*, de *agricultura alternativa* como denomina o Sr. João, estariam relacionados a certo prestígio social proporcionado pelas tarefas de coordenar e dirigir atividades no acampamento, bem como à ampliação das possibilidades de reprodução econômica futura nos lotes, com a afirmação de seus projetos de futuro, por mais que sob novas bases, e geração de novas carências e desejos. Neste sentido, os conhecimentos e saberes adquiridos nesses cursos relacionados com a agro-industrialização, com controle de pragas e plantas ‘invasoras’ a partir de métodos sem o uso de agro-químicos, produção comercial de produtos orgânicos e venda desses produtos em pequenos circuitos nas cidades onde esses cursos foram realizados, conforme declarado pelos agricultores-assentados, tendem a ser por eles incorporados conformando referências produtivas comerciais para além daquelas adquiridas nos processos de socialização quando estavam nas casas de seus pais, relacionados com o cultivo de cereais (soja, milho e feijão, principalmente). Contudo, pode-se sugerir que se estes cursos valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se a desvalorização realizada pela

entre *período de aula* e *período de trabalho*. Existem vários setores agrícolas: suinocultura, avicultura, jardinocultura, horticultura, o de lavoura (grãos), etc; assim como os setores relacionados com a agro-industrialização de produtos: carnes, geléias, etc.

modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico.

Esse mesmo movimento de transformação cultural que age afirmando, por um lado, os desejos e visões relacionadas à reprodução econômica, evidenciando outras possibilidades produtivas e abrindo novas e maiores expectativas de atendimento de carências e necessidades materiais, também conforma política e culturalmente os indivíduos a assumirem postos de direção, seja do Assentamento, da Cooperativa, ou outro. Some-se a isso, sentimentos de dívida com para com *o movimento*, que podem ser acionados quando se julgar necessário desprendimento para assumir aquelas tarefas. Dessa forma, se há uma tendência de arrefecimento de participação na *luta* política para grande maioria dos sem-terra depois de conquistada a terra, para esses agricultores-assentados ela tende a ser encarada como desdobramento natural de um compromisso já interiorizado. Contudo, convém reconhecer que o aprofundamento ou a relativização desse processo depende do contato futuro com as novas práticas sociais, econômicas e de disputas políticas gestadas no Assentamento. Portanto, por mais que haja tendências, é um processo “em andamento” e aberto.

Neste sentido, a entrada no Assentamento torna possível a extensão da militância política para a organização e condução da Cooperativa, criação da estrutura interna de organização política e da materialização de sonhos, desejos e projetos de vida almejados. Contudo, a efetivação dessas questões depende de um conjunto complexo de fatores, que, de forma geral, foram tratados no Capítulo III. Entre os principais podem ser destacados: a dinâmica produtiva regional baseada na cultura da soja e a heterogeneidade sociocultural do conjunto dos agricultores-assentados. Essas duas questões determinaram a dissolução parcial e/ou total dos grupos coletivos de produção em que esses agricultores-assentados estavam inseridos. Ou seja, a análise das entrevistas permite afirmar que os tensionamentos internos nesses grupos giraram em torno de quais seriam as atividades produtivas que assumiriam a principalidade na obtenção de renda monetária: aquelas baseadas na produção *ecológica*, em conhecimentos relacionados à *agroecologia* adquiridos durante o acampamento, e leiteira ou baseadas na produção sojícula, que caracteriza a região onde o Assentamento Ceres está inserido. De forma geral, as idéias que corriam o Assentamento de que a soja daria menor dispêndio de trabalho e traria maior renda monetária minou não apenas a continuidade dos grupos coletivos de produção, mas também a continuidade de experiências de produção *ecológica* que se desenvolveram até meados do ano de 2001, como no caso do grupo coletivo que o Sr. João integrava.

No que se refere à produção agropecuária desenvolvida por esses agricultores-assentados o contexto de aumento do preço da saca de soja, introdução de variedades de soja transgênica e da Febre Aftosa que assolou o Assentamento entre o ano de 2000 e 2001, serviu para convencê-los de que a soja seria a melhor atividade a ser desenvolvida como forma de obtenção de renda monetária. Neste sentido, a declaração do Sr. João é representativa da percepção desenvolvida sobre esse período de suas vidas:

Aí só o que se falava era no transgênico. A soja era a salvação da lavoura, porque ia deixar **todo mundo rico. O pessoal dizia** que a soja era melhor porque **aqui na região só tem granjeiros (...).** Aí a gente ficou na soja. Em 2001 e 2002 a gente fez uma boa safra, conseguimos comprar todo o maquinário que a gente tem hoje. **A Coopervida também já estava plantando soja...**

Pode-se perceber com nitidez a força de coerção e convencimento exercida pela estrutura produtiva (objetiva e subjetiva) regional, revelando diferenciais de poderes onde os granjeiros e a Cooperativa são as referências do melhor padrão produtivo. Neste contexto, a soja e seu padrão tecnológico são as expressões do poder hegemônico regional, sendo que essas percepções tendem a ser internalizadas pelos agricultores-assentados, orientando suas ações. Tendem a pensar e agir a partir daquela influência regional e, também, por que a

Cooperativa do assentamento havia incorporado, até certo ponto, aquela matriz de produção. Se o pessoal, os granjeiros e a COOPERVIDA plantavam soja, então uma espécie de senso comum se desenvolvia no sentido de também plantar soja e mecanizar o lote. Como forma de exemplificar ainda mais com fatos empíricos esse período da hegemonia das idéias de que a soja seria a alternativa produtiva, poderia citar que: o agricultor-assentado referido acima, juntamente com seus outros dois irmãos que formam um grupo coletivo no Assentamento, deu um outro *peitaco* arrendando 120 ha de terra num município próximo para plantar soja, vendendo antecipadamente todos os animais leiteiros para pagar a renda da terra aos proprietários; o Sr. Ricardo construiu galpões *mais altos* em seu lote, já pensando em adquirir máquinas e equipamentos; o Sr. Pedro adquiriu trator e equipamentos, tendo na soja a principal atividade produtiva em seu lote.

Contudo, as constantes estiagens, provocando perdas sucessivas de safras (o Sr. João teria perdido toda a plantação de soja nos 120 ha arrendados devido a esse fator) e a diminuição do preço da saca da soja a partir de 2004, tenderam a ocasionar o endividamento dos agricultores, pois muitos adquiriam insumos agrícolas em empresas para pagar com a produção futura. Esse também foi um período de agudização da crise financeira e de perda de credibilidade da COOPERVIDA frente ao conjunto dos agricultores-assentados. As representações da atividade sojícua passam por redefinições e agora é identificada como *uma praga*, causa de todos os problemas, sendo um momento conhecido como da *crise do grão*, marcando a busca por visualizar outras fontes produtivas e de obtenção de maior renda monetária. Nesse sentido, num primeiro momento, a atividade leiteira ganha destaque em suas estratégias - revalorizando o trabalho e os projetos desenvolvidos pela assessoria técnica nesse âmbito, como o do PRV – e em seguida as atividades que até então eram utilizadas preferencialmente para o autoconsumo passam a ser cultivadas com objetivo comercial, acionando os conhecimentos e saberes adquiridos no período do acampamento com relação à produção *agroecológica*.

Frente à crise sofrida pela COOPERVIDA, pois em outras circunstâncias poderia ajudar na *construção mercados*⁷⁷ para os produtos que são alçados ao comércio, passam a mobilizar uma rede de contatos construída na cidade do município de Jóia, ou cidades próximas, estabelecida quando ocupavam cargos de direção da Cooperativa ou do Assentamento, ou ainda, acionam estratégias de venda adquiridas nos estágios realizados em outras cooperativas do MST, como a venda em casas de particulares nas cidades, durante o período do acampamento. Dessa forma, a ‘diversificação da produção’ passa a caracterizar produtivamente esse conjunto de agricultores-assentados. Nesse contexto, o aumento da quantidade de trabalho exigida pelo aumento das atividades produtivas compõe o quadro das razões que promovem novas formas de cooperação entre agricultores-assentados vizinhos, como a construção de grupo parcialmente coletivo em que o Sr. Ricardo estava envolvido no momento do trabalho de campo, trocas de trabalhos, *ajudas e mutirões*.⁷⁸

⁷⁷ A idéia de *construção de mercados* está relacionada com a criação de estruturas de comercialização adequadas às características desse segmento de produtores, no caso dos agricultores-assentados. Como isso exige planejamento no curto, médio e longo prazo, pois o êxito de vender um produto estaria relacionado com a regularidade de oferta do produto e estabilidade dos preços, além de estabelecimento de redes institucionais e sociais de apoio, uma organização (associação, cooperativa, etc.) poderia desempenhar um papel *sine qua non* no sucesso do empreendimento. Nesse sentido *vide* Maluf (2004).

⁷⁸ As trajetórias produtivas no Assentamento desses agricultores-assentados foram abordadas individualmente de forma minuciosa em Piccin e Moreira (2006), onde buscamos elucidar a incorporação da *agroecologia* em suas estratégias produtivas. Neste trabalho também abordamos a trajetória de outro agricultor-assentado, filho de pequeno agricultor da região do Alto Uruguai e de origem étnica *cabocla*, que teve uma participação política destacada no acampamento e participou de cursos de *agroecologia*, tendo desenvolvido uma trajetória produtiva diferente no Assentamento Ceres: até meados de 2004 possui uma produção caracterizada pelo que poderia ser chamado de diversificado, mas devido ter assumido postos de direção na Cooperativa estava desenvolvendo uma produção baseada na soja e leite, sendo classificado à época da pesquisa a campo como compondo o sistema

Portanto, uma compreensão possível desse processo seria que: ocorre a montagem de diferentes estratégias produtivas na trajetória desses agricultores-assentados devido suas avaliações (mesmo que inconscientemente) que identificam carências e desejos não atendidos, acionados pela composição sociocultural desses indivíduos. Tal expectativa de atender essa defasagem material e simbólica seria potencializada pelas experiências vividas no acampamento e devido às circunstâncias do Assentamento Ceres ser identificado como a *menina dos olhos dos sem-terra*. Isso pode ter amplificado os horizontes de desejos. Dessa forma, no Assentamento houve o acionamento de estruturas predispostas internalizadas nos processos de socialização durante suas trajetórias anteriores, tanto em suas socializações primárias quanto aquelas no acampamento, em busca do atendimento das defasagens de carências percebidas, que poderia ter-se dado com o cultivo da soja, não fossem as características inerentes a tal produção (entre as principais: risco de estiagens e diminuição de preço). Nesse sentido, a *crise do grão* teria fornecido o substrato interativo-reativo para a atualização de experiências e saberes incorporados como estruturas, que funcionam estruturando as práticas sociais no Assentamento, desenhando, portanto, estratégias produtivas consideradas *diversificadas*. Nessa linha interpretativa a *agroecologia* coloca-se mais como uma possibilidade de arranjos produtivos do que um modo de vida, apesar de sua possível identificação com os valores e saberes dos agricultores-assentados; torna-se um meio pelo qual pode oferecer condições de obtenção de rendimentos econômicos.

Nessa direção, tendem a constituir um “comportamento de experimentação”- apesar das seguidas frustrações com relação às questões produtivas, de técnicas, manejos e atividades produtivas - maior que os demais agricultores-assentados, com destaque para os modelos de pastejo baseados no PRV. Consequentemente tende a haver uma maior valorização da assessoria técnica do Assentamento. Por outro lado, há também uma maior crítica a essa mesma assessoria por entenderem que esse deveria ser o modelo produtivo (*diversificado*) que teria de ser priorizado, até mesmo devido às identificações com as orientações mais gerais das direções do Movimento Sem Terra, quanto à produção.

Outra informação importante é quanto aos projetos de vida que visualizam para o futuro. Reafirmam os desejos de *subir na vida*, de *ser alguém*, de ter condições econômicas de *ter uma vida melhor* e, ao mesmo tempo em que acreditam que isso ainda seja possível dentro do Assentamento, são os agricultores-assentados que representam estar mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas em que se encontram suas famílias, apesar de que quando olham para trás vêem que suas vidas melhoraram consideravelmente. Um fator significativo dessa compreensão diz respeito ao futuro almejado para os filhos: manifestam verbalmente que não desejariam que seus filhos tivessem o mesmo destino em acampamentos de sem-terra, mesmo que essa hipótese não seja excluída.

2.2. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo soja-leite

A análise das entrevistas permite sugerir que a característica nuclear do comportamento expressado pelos agricultores-assentados com esse modelo de sistema sociocultural é o receio – dúvida acompanhada de temor - que demonstram em relação às novas experiências sociais que se iniciam no acampamento. A ameaça que muitas

produtivo *soja-leite*. Nesse sentido, acentua-se as observações de que está-se apresentando tendências no texto da dissertação e enquanto tais não podem ser tomadas como absolutas. Assim, reforça-se a perspectiva de análise adotada na dissertação de privilegiar a observação das práticas sociais desenvolvidas em cada contexto e não em determinação assumidas *a priori*, como as étnicas.

circunstâncias apresentam às certezas forjadas nas trajetórias anteriores tende agir limitando as ressignificações culturais ou conduzindo a um recuo e à reafirmação de antigas convicções.

As experiências relacionadas ao ambiente do acampamento aparecem como um episódio a mais em suas trajetórias, como um desdobramento lógico de suas perspectivas e sonhos, sendo que nesse caso representa a última chance de encontrar uma segurança material mínima. Inseridos, anteriormente ao acampamento, em situações sociais que são identificadas como ameaçadoras de seus projetos de futuro, quando não já exigiam uma diminuição das carências e necessidades sociais, os acontecimentos da *luta*, as idéias e propostas difundidas no interior do MST ganham significação a partir de um modo de compreensão que parece já estar bem consolidado. Nesse sentido, esse período de suas vidas tende a não configurar novas racionalidades sociais e econômicas quanto à organização da produção no futuro assentamento.

A forma de produção coletiva lhes aparece como anômica, pois os obrigaria não somente a rever o papel da família no conjunto do trabalho, mas a posição de *pai* nesse processo de organização dos fatores produtivos (terra e trabalho) passa a ser redefinida, além de, possivelmente, exigir uma alteração do *valor terra*, entendido como posse própria (privada) da terra, tão valorizado antes de vir para o acampamento e visto como condição central de segurança socioeconômica. Ou seja, a coerência global de seu universo simbólico é questionada e, em movimento contrário, tendem agir num sentido de afirmar a necessária integração dos diversos campos da vida. Assim, a *terra*, *trabalho* e *família* são vistos como inseparáveis pelo sentido de caráter totalizante que dão a um modo de vida ancorado na imagem de colono parcelar. Dessa forma, frente às “novidades” do período de *luta* pela terra não passam por um processo de redefinição cultural como os agricultores-assentados analisados anteriormente, envolvem-se na *luta* sem compartilhar verdadeiramente os objetivos que as direções do MST tentam promover no médio e longo prazo entre aqueles que dos acampamentos participam. Ou seja, em suas narrativas não aparece um momento de ruptura e de conversão ideológica que separaria o *antes* e o *depois* da *luta*. Portanto, a vivência do desenrolar dos acontecimentos no acampamento tende em não se transformar na participação de um projeto ambicioso que busca modificar radicalmente o *status quo* na sociedade, mas, no entanto, lhes dá a certeza e justeza de suas reivindicações. Nesse sentido, o discurso radical que podem assumir durante esse período, que identifica as injustiças sociais e os inimigos a serem combatidos, significa antes uma adaptação circunstancial ao contexto de intensa emulação, tensão e ativismo, do que o desenvolvimento de uma identidade de *classe* segundo a qual valeria a pena abrir mão, mesmo que parcialmente, de interesses imediatos em nome de um possível ganho maior no futuro, com a dedicação e doação pessoal em nome desse projeto maior.

Nesse contexto, portanto, mesmo as vantagens prometidas pelas formas coletivas de produção de aumento da renda monetária e de maior acesso a créditos agrícolas são vistas com ceticismo. Uma posição receosa que é substrato para incorporar as precauções quanto a essa forma de organização do assentamento, atribuídas a quem já teria acompanhado experiências fracassadas de coletivismos, nesse caso, aos sem-terra de segunda geração. As entrevistas analisadas revelam que esses relatos no acampamento serviram no sentido de justificar uma posição já construída entre os sem-terra que não tinham as experiências empíricas de grupos coletivos de produção. Nesse sentido, quando solicitados para que falassem sobre as discussões no acampamento quanto à organização da produção de forma coletiva, devido aos debates promovidos pelas direções do MST, irão declarar que (as falas apresentadas são respectivas ao Sr. Leonel, ao Sr. Afonso e ao Sr. Vanderlei):

Isso foi feito, foi proseado, mas não se confirmou nada mesmo. Eu já sempre pendi mais para o lado do individual porque eu sempre tive medo disso aí. Então a gente já ficava com um pé atrás... E **tinha os outros [filhos de agricultores-assentados]**

no acampamento que já tinham passado por esse processo de grupo coletivo... já alertavam a gente: - ó, pode acontecer isso, e isso, e isso...

*

Eu nunca dei muita ‘bola’ para eles [os dirigentes do MST]. Vinham com aquelas conversas lá de coletivo e tal, que era mais fácil para pegar recursos [créditos agrícolas]... A gente sempre desconfiou... E mesmo **que tinha gente que falava que isso não dava certo, que já tinha experiência...** Mas a gente já veio [para o acampamento] com aquilo na cabeça, não queria saber muito de outras coisas...

*

Os coordenadores e dirigentes passavam as histórias dos outros grupos coletivos em assentamentos e estimulavam que fossem formados grupos coletivos. Mas para nós que vínhamos de um assentamento, sabíamos que não dava certo, porque lá tinha sido formado dois grupos e nunca deu certo. Às vezes eles vinham e falavam de um grupo coletivo lá [do município] de Charqueadas, que era as mil maravilhas, que lá estavam produzindo e tal. Eu não conhecia e não dizia para eles, mas não acreditava também, ficava na minha. **Tinha visto com os meus olhos lá no assentamento que não tinha dado certo, e pensava: impossível que vá mudar tanto!**

As três citações dão materialidade ao que se estava afirmando. É interessante perceber que as duas primeiras declarações contêm referências de indivíduos que possuem uma trajetória como a do Sr. Vanderlei. Segundo esse último agricultor-assentado em seu acampamento haveria seis pessoas, incluindo ele, desse assentamento onde as referências com relação aos grupos coletivos foram apreendidas de forma negativa. Nesse sentido, fez-se questão de colocar as três citações porque o mecanismo de reação contrário às propostas de grupos coletivos baseia-se em um saber empírico que, sugere-se, predomina como forma de conhecimento entre os agricultores-assentados que apresentam tal modelo sociocultural. Ou seja, um conhecimento, que orienta os comportamentos, fundado preferencialmente na experiência direta ou, em todo caso, avalizada pessoalmente por quem pôde realizá-la e, portanto, tende a possuir na repetição dos acontecimentos um princípio generalizador. Se nos primeiros casos essa forma de conhecimento age sobre indivíduos predispostos à não aceitação das propostas das direções do MST, devido suas constituições socioculturais, ele é evidentemente percebido na afirmação do último agricultor-assentado, principalmente na frase destacada.

Na prática esse conjunto de fatores tende agir em dois sentidos, que a análise das entrevistas permite sugerir ocorram no período do acampamento e também se processem no Assentamento: um maior afastamento da participação política e uma determinada visão dos dirigentes do MST associada a uma imagem de que deles se deve esperar resultados. Suas posições receosas quanto à forma privilegiada pelas direções do MST de organização futura da produção no assentamento provoca uma espécie de abstenção em termos de uma participação que possa colocá-los em maiores contradições com os pressupostos já interiorizados e, de certa forma, reafirmados, possivelmente, como uma espécie de defesa por estarem em um ambiente que lhes apresenta questionamentos a suas formas de pensar. A outra “face dessa mesma moeda”, por limitar suas capacidades de influenciar nos rumos de suas vidas e nos destinos da sociedade em geral, o MST, enquanto movimento organizado e suas direções, permanece estranho a esses sem-terra como uma tarefa de lideranças de quem lhes parece justo esperar iniciativas e resultados no sentido de restaurar o quanto antes um modo de vida sobre a terra. Talvez, nesse caso, haja certa reprodução/conservação da prática política estabelecida historicamente entre os setores mais pobres dos trabalhadores rurais com os grandes proprietários de terra, numa direção clientelística, por mais que possa ser sugerido que a práxis sociopolítica estimulada pelo MST atue num sentido de rompimento dessas relações de laços de dependência e trocas de favores. Esses também são traços percebidos nas entrevistas dos agricultores-assentados classificados no sistema produtivo *soja*. Contudo, por maior importância que essa temática possa ter internamente nos acampamentos e nos

assentamentos (entre direções e agricultores-assentados que não estão em cargos de direção), não será tratada aqui de forma aprofundada, estar-se-á privilegiando as percepções com relação à atividade produtiva no Assentamento Ceres.⁷⁹

No entanto, são posições que não impedem que frente à possibilidade de serem assentados na *menina dos olhos dos sem-terra*, estabeleçam grupos coletivos, mesmo que artificiais, para cumprirem os requisitos postos pelas direções do MST. Assim que se tornam agricultores-assentados, destituem imediatamente aquela artificialidade e constituem-se enquanto produtores individuais. Sobre a terra, suas referências socioculturais tendem a assumir um papel ativo no sentido de tentar materializar seus planos de futuro e desejos associados à imagem de produtor individual, organizador do *trabalho da família sobre a terra*.

Embora suas ações direcionem-se na prática para a subsistência e a reprodução do ciclo familiar em busca de segurança das condições materiais mínimas para se viver - uma possível racionalização de suas trajetórias anteriores que acaba restringindo seus leques de carências e desejos - o ambiente da *menina dos olhos* abre novas possibilidades de projetos de futuro e onde passam a incluir em seus horizontes, ao menos num primeiro momento, o progresso material e acúmulo econômico. Sugere-se que isso ocorra devido às idéias de progresso econômico com o cultivo da soja e aos projetos de que a Cooperativa coordenaria a produção agropecuária no Assentamento, além de outras oportunidades abertas pelo comércio local no município de Jóia.

Nesse sentido, se passam a acreditar, já no início do Assentamento, que a sojicultura pudesse constituir uma das principais atividades produtivas a ser desenvolvida, também depositavam esperança nas promessas de que a Cooperativa constituiria a pecuária de leite no Assentamento. Assim que a COOPERVIDA começou a estimular o desenvolvimento da atividade leiteira esses agricultores-assentados tenderam a assumi-la como constituinte de suas fontes de renda. Contudo, a conjuntura da Febre Aftosa, a introdução de variedades de soja transgênica e o aumento do preço da saca de soja também provocaram entre esses agricultores-assentados a crença de que a soja os faria melhorar de vida, *ficar rico*. Nas palavras do Sr. Vanderlei, quanto perguntado sobre essa atividade produtiva:

Esse negócio da soja, essa ideologia da soja, que todo mundo iria **ficar rico**, pegou quase todo mundo. Quando chegamos aqui podia plantar sem adubo, sem nada, que dava igual. Então todo mundo colhia bem, sobrava bem, dava bem, e todo mundo investia ali (...). Eu mesmo que já nos primeiros anos comecei com leite também, **com aquela da [Febre] Aftosa, já não queria mais saber de vaca (...)**.

Sugere-se que o sentido atribuído à expressão *ficar rico* representa a possibilidade de acumular econômica e materialmente além daqueles padrões que se julgava pudessem ser alcançados, ou então, à possibilidade de melhorar de vida acima daqueles padrões que até então eram perseguidos. Dessa forma, o ambiente de valorização da soja estimulou uma tendência entre esses agricultores-assentados de não voltar a investir na atividade leiteira, após o fim do 'vazio sanitário', com os recursos financeiros obtidos da indenização dos animais abatidos devido à Febre Aftosa. Nesse contexto, o agricultor-assentado citado *já não queria mais nem saber de vaca*; para o Sr. Leonel será um período em que *as vacas não faziam falta*; e para o Sr. Afonso até mesmo *no costado da casa [se] plantava soja (...); as vacas que tinha espremia no potreirinho (...)*. Portanto, a percepção de que se estava superando, ou de que havia condições de num futuro próximo superar, o atendimento das carências que se imaginavam como mínimas e necessárias quando se entrou no Assentamento, juntamente com a *ideologia da soja* - ou seja, além de *ficar rico*, mas também de que seria necessário pouca quantidade de trabalho dedicada nas atividades produtivas -, transformam a

⁷⁹ Sobre as relações de reprodução/conservação de práticas clientelísticas no interior dos assentamentos rurais, vide Ferreira (2005).

bovinocultura de leite em uma atividade voltada basicamente para o autoconsumo da família. Nesse ambiente, o leite havia perdido seu *status* de atividade comercial.

A análise das entrevistas não revela atribuições de que esse modelo produtivo (baseado apenas na soja) estava sendo concebido devido a um possível papel de referência produtiva exercido pela COOPERVIDA. Esse foi o caso que a análise das entrevistas revelou em relação aos agricultores-assentados observados anteriormente, onde a Cooperativa exercia um papel de referência importante; haja vista que esta também comprou maquinários e estava investindo na soja, por mais que não tenha orientado que os investimentos dos agricultores-assentados fossem apenas na sojicultura, pelo contrário. No caso que agora se está analisando, sugere-se que a lógica que orienta o comportamento produtivo durante esse período está centralmente determinada pela dinâmica interna de atendimento das carências da família, até porque há uma tendência desses agricultores-assentados de se manterem afastados da COOPERVIDA, pois se depreende da análise das entrevistas que o sentimento de dúvida e temor em relação à Cooperativa é constante durante todo o período do Assentamento. Às vezes esse sentimento pode diminuir ou aumentar, dependendo das conjunturas específicas, mas a Cooperativa não chega a constituir-se como referência produtiva. As principais referências nesse caso mobilizadas durante a entrevista são os granjeiros da região e os demais agricultores-assentados que assumiam tal estratégia de produção.

Contudo, a diminuição do preço da saca de soja a partir de 2004 tende a marcar a volta à estratégia produtiva inicial baseada na soja e no leite. A motivação agora é dada pela frustração em relação às expectativas depositadas unicamente naquela monocultura, tendo a bovinocultura leiteira como atividade complementar na obtenção da renda monetária. Cada uma dessas atividades produtivas tende a ganhar uma função específica dentro do grupo familiar, no atendimento de suas carências. A lógica de montagem de tal estratégia é dada pelas necessidades percebidas como indispensáveis à reprodução social da família; uma espécie de retorno à forma de pensar com relação à produção agropecuária quando se almejava conquistar a terra, ou seja, baseada em uma perspectiva mínima de reprodução social da família. Nessa direção, a declaração do Sr. Leonel parece reveladora, quando solicitado para que falasse das atividades produtivas desenvolvidas atualmente, irá dizer que:

A soja, o problema é que é de ano em ano e daí a gente já viu que tu não sobrevive em cima de 13 ha de terra só plantando soja, mesmo que tu plante mandioca, feijão para o gasto, porco, galinha, essas coisas... Tu tens que ter uma renda mensal e daí para ter uma renda mensal tem que ter o leite; **fora o leite aqui não tem outra saída de renda mensal.** Então a cultura é leite e a soja para fazer um dinheirinho. **Tem que ter o leite para você se manter e para as despesas da casa, e plantar uma parte de soja para fazer um dinheirinho reunido.**

Neste contexto, portanto, a renda monetária gerada com o leite assume uma função prioritária de garantir mensalmente a aquisição daqueles alimentos não produzidos na agricultura e pecuária de autoconsumo, além de pequenas aquisições (móveis e eletrodomésticos, etc.) para a casa. A renda adquirida com a soja, por ser *um dinheirinho reunido* devido a uma única colheita por ano, é usada prioritariamente para fazer pequenos investimentos, como em uma cerca, comprar animais, construir ou reformar um galpão ou casa, etc., e/ou então costuma ser utilizada para pagar dívidas realizadas nos comerciantes da cidade do município de Jóia e redondezas, como declarado pelo Sr. Afonso.

Esse período da crise da soja também irá expor as dificuldades por qual passava a Cooperativa, que se agudizam nos anos seguintes. No imaginário desses agricultores-assentados o cenário de crise pela qual passava a COOPERVIDA não constituía grandes novidades, devido já ter sido profetizado ainda no acampamento que esse tipo de experiência não daria certo, por maior decepção que viesse representar. Além do mais a dissolução (total ou parcial) - anos antes - dos dois grupos coletivos do Assentamento Ceres, que assim

tentaram organizar o trabalho e investimentos sobre a terra, reforçava uma percepção negativa do trabalho coletivo, ao mesmo tempo em que fornecia a certeza de terem realizado o procedimento correto ao dissolver os grupos coletivos dos quais inicialmente participaram apenas para contemplar os critérios de entrada definidos pela direção do MST. Os problemas pelos quais estava passando a COOPERVIDA apenas completava uma espécie de atualização de experiências do passado, vividas pessoalmente ou relatadas no acampamento. Uma “repetição” de semelhantes eventos sociais em que já se possuíam ‘chaves de leitura’ constituídas para suas interpretações. Significações que tendem agir substancializando a forma de organização da produção baseada no modelo individual, parcelar de agricultor-assentado. Sugere-se que tais representações sejam tão fortes ao ponto de impedir que haja um planejamento conjunto (total ou parcial, como o planejamento de pastagens, etc.) de lotes contíguos mesmo entre agricultores-assentados irmãos; situação presenciada pelo autor envolvendo o Sr. Vanderlei. Nas conversas do cotidiano com esse agricultor-assentado eram recorrentes as negativas quando o autor perguntava se ele e seu irmão não pensavam em trabalhar de forma conjunta, mesmo que parcialmente. A justificativa, na seqüência, permeava os sentimentos de liberdade que cada um teria em cima dos lotes individuais, sem haver comprometimento das famílias numa mesma atividade, acionando os exemplos empíricos por eles vivenciados ainda quando adolescentes no assentamento dos pais e, posteriormente, no Assentamento Ceres.

No âmbito dos agricultores-assentados que apresentam tal modelo sociocultural seus círculos e redes de relações sociais e institucionais tende a ser menor que aqueles apresentados na seção anterior. Seu afastamento de uma participação política mais engajada e comprometida com os ideais difundidos pela direção do MST provavelmente também, por um lado, não os motivou à participação de cursos de formação política e cursos de *agroecologia* e, por outro lado, não os credenciou perante as direções do MST para que compusessem tais cursos. No Assentamento as direções e a Cooperativa continuam de certa forma estranhos a esses agricultores-assentados, sendo que assim, as relações e contatos sociais e institucionais permanecem estreitos, dificultando a criação de - novos - mercados e limitando tendencialmente à soja e ao leite as alternativas de constituição de renda monetária. Portanto, a pequena incorporação/ressignificação de pressupostos culturais, de saberes e de conhecimentos durante o período de *luta* pela terra e sobre a terra, assim como, dessa forma, sua posição na estrutura de relações sociais do Assentamento e da região, tende a condicionar suas estratégias produtivas ao que consideram mais seguro para garantir a sobrevivência da família. Nesse ambiente adverso suas ações direcionam-se basicamente para dentro do lote individual, local onde julgam poder controlar os fatores de produção, e onde desenvolvem uma espécie de postura defensiva frente às ameaças externas. Essa postura defensiva pode conduzi-los novamente a processos de racionalização, supervalorizando as condições “do presente” e subestimando as possibilidades identificadas de melhora socioeconômica com as “situações passadas” da monocultura da soja, direcionando-os na prática a estratégias de subsistência e reprodução do ciclo familiar. Uma forma de suportar a privação socioeconômica imposta por sua posição social ocupada na estrutura de relações sociais no Assentamento, na região e, de modo geral, na sociedade.

Contudo, essa postura defensiva não significa assumir uma posição indiferente quando se abrem novas oportunidades de reprodução econômica. Frente a essas circunstâncias tendem a desnudar novos sonhos e desejos, mobilizando esforços para a concretização de novas fontes de renda monetária. De certa forma, a primeira frase negritada na citação acima da entrevista do Sr. Leonel - (...) *fora o leite aqui não tem outra saída de renda mensal* - tende a indicar o alcance de suas autonomias relativas na estrutura produtiva que caracteriza a região e o Assentamento, e, por outro lado, pode revelar certa disponibilidade para internalizar outras iniciativas produtivas em seu lote se assim houvesse condições e/ou oportunidade. O que se

está argumentando também pode ser identificado na trajetória social do Sr. Vanderlei dentro do Assentamento. Esse agricultor-assentado declarou ao autor que no ano de 2004 o dono de um mercado alimentício na cidade do município de Jóia teria lhe feito uma proposta de fornecimento de mandioca beneficiada (descascada e embalada) para os anos seguintes. Tendo realizado uma *grande* plantação da mesma, no ano seguinte procurou o tal mercado para informar que dispunha da mandioca solicitada. Porém, o comprador teria dito que não precisa mais de tal produto; vendendo assim parte da mandioca de forma individual para algumas pessoas da cidade, e o restante destinando para a alimentação animal em seu lote. Portanto, se as opções produtivas atuais desses agricultores-assentados podem ser entendidas como circunstanciando uma situação defensiva, seus limites estão dados pela forma como se inserem e pela quantidade de recursos socioculturais internalizados, expressados e identificados no campo social onde o Assentamento Ceres está localizado. Nesse contexto, tendem a apresentar uma postura mais “fechada” internamente ao lote individual, à crença de que ele é a base para a segurança socioeconômica da família e uma postura receosa com relação aos agentes externos que trazem/estimulam “novidades” em termos de práticas e cultivos produtivos no Assentamento.

Além de esta última situação ser percebida com relação às direções e à Cooperativa, tratado anteriormente, tende a ser expressada também para com os trabalhos desenvolvidos pela assessoria técnica. De forma especial, esses são os agricultores-assentados mais previdentes à implementação dos sistemas de PRV em seus lotes. Tendem a participar das reuniões que discutem esses temas de orientação técnica, demonstram interesse para com o desenvolvimento e funcionamento de tais “novidades”, mas impera uma lógica de: *tem que ver para crer*; como declarado ao pesquisador pelo Sr. Afonso. Ou seja, tende a esperar que outros agricultores-assentados desenvolvam tais experiências para empiricamente observar os resultados antes de internalizar tais práticas e sistema na sua parcela de terra.

Com relação aos projetos de futuro e sonhos almejados suas respostas expressam que o projeto de vida desejado já foi alcançado. O que mais se almejava era a conquista de um pedaço de terra, onde, no entanto, reconhecem ainda ser necessário conquistar pequenos equipamentos para melhorar o trabalho da família no lote. Essa postura não somente é identificada pela análise das entrevistas, mas principalmente pelas expressões corporais que são realizadas quando as perguntas sobre os planos para o futuro são dirigidas pelo pesquisador. Nesse sentido, tem-se a impressão que o grande sonho da família já está sendo vivido: ter um lote de terra que proporcione, pelo menos, a reprodução social de seus membros. Os sonhos a realizar aparecem muito mais como ajustes ao sonho já realizado do que a perspectiva de acúmulo e progresso econômico e social, como expressado pelos agricultores-assentados analisados na seção anterior. Quanto ao futuro imaginado para os filhos a via do acampamento é vista como única opção, por mais que expressem que essa não seria a melhor alternativa a ser trilhada para os mesmos.

2.3. Os Agricultores-assentados do Sistema Produtivo soja

A análise das entrevistas permite sugerir que no período do acampamento suas reações às experiências de discussão sobre a organização da produção futura no Assentamento também foram marcadas por certo receio, dúvida e medo de abrir mão de seus objetivos imediatos para com a posse da terra - grosso modo, a conquista da autonomia de vida. Quando em Assentamento os significados à produção desenvolvida em cima do lote são semelhantes entre o Sr. Júlio e o Sr. Francisco, atribuídos a partir da idéia de que: *não sei me administrar*. Sugere-se que tal noção procura justificar suas opções de estratégias de reprodução do grupo familiar, tendo em vista suas trajetórias sociais (lembrar que esses dois agricultores-

assentados provêm de uma posição social como trabalhadores assalariados em fazendas). Quanto ao Sr. Venâncio os sentidos atribuídos à produção de soja parecem ganhar significado a partir de uma visão que identifica a área total agricultável do lote como estando acima da capacidade de trabalho familiar, dado as atividades comerciais hegemônicas (soja e leite) da região e devido às técnicas usadas intensivas em mão-de-obra familiar, herança de um modo de trabalho exercido anteriormente à ida para o acampamento. Assim, diferentemente dos demais agricultores-assentados analisados nas seções acima, sugere-se que nesse caso o cultivo prioritário da soja nos lotes tenha significados diferentes para as famílias. Estariam associadas às posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta* pela terra e às referências socioculturais internalizadas em cada situação.

Nesse sentido, em suas entrevistas duas questões ganham destaque com relação às experiências vivenciadas no acampamento: o receio apresentado às formas de produção coletiva e a percepção de sociabilidade entre os indivíduos, como local onde se fez amigos.

Os debates que as direções do MST realizam durante o período do acampamento com relação aos coletivos de produção são baseados principalmente em suas dimensões econômicas, como eventual facilidade para obtenção de crédito, aumento da produção e produtividade, possibilidades de conquistas de maiores rendas devido ao ganho da venda em escala, etc. Essas são as principais questões que chamam a atenção dos demais agricultores-assentados, seja a partir de uma forma receptiva e positiva como no primeiro caso analisado, ou de forma negativa e cética quanto a sua concretização e materialização, expressada pelos agricultores-assentados analisados do sistema produtivo *soja-leite* devido suas referências de fracassos e frustrações nas tentativas de realização de progresso econômico. No caso dos agricultores-assentados analisados nesta seção, as referências quanto a tentativas de progresso material são ausentes. Ou seja, estiveram submetidos a circunstâncias sócio-históricas que, possivelmente, não proporcionaram que aos seus horizontes de desejos estivesse registrada a perspectiva de progresso e acúmulo econômico, significando progresso material, como entre os demais agricultores-assentados. Nem sequer possuíram pequenos patrimônios produtivos próprios que os inserisse nos âmbitos mercantis e os capacitasse intelectualmente com tal perspectiva, ou que tivessem e mantivessem tais valores adquiridos pela socialização primária com os pais. Dessa forma, sugere-se que esses debates e temáticas estimuladas pelas direções do MST tenham sido estranhas e inéditas aos seus parâmetros de compreensão e identificadas como questões que deviam ser tratadas pelos outros indivíduos. Assim, tendem a assumir uma postura “afastada” de tais assuntos seja na aprovação ou negação de tais perspectivas de produção por tal mote de discussão: o melhor caminho para a melhoria econômica almejada. No entanto, resistem a constituir os chamados grupos coletivos de produção no acampamento pelo simples fato de que o que mais almejam nesse espaço é de ter seu próprio pedaço de terra; ele é o motivo da participação no acampamento e de ascensão social pela possibilidade de autonomia no trabalho.

Contudo, a análise das entrevistas e dados de campo revela que o período do acampamento parece ter ganhado uma significação maior pela possibilidade da sociabilidade com outros sem-terra, da constituição de laços de amizade. A principal marcação social forjada nesse caso estaria mais relacionada com a identificação de um espaço de “iguais” e menos por uma possível constituição de racionalidades econômicas associadas com a organização individual ou coletiva da futura produção no Assentamento. Isso não significa afirmar que não possuíssem preocupações quanto à futura produção agropecuária no Assentamento, mas que esse aspecto provavelmente tenha sido percebido de outra maneira. Nesse sentido, quando indagados sobre as experiências relacionadas com a discussão no acampamento sobre a futura produção e organização no Assentamento, irão responder (as citações são respectivamente do Sr. Venâncio e do Sr. Francisco, está última considerada representativa às declarações do Sr. Júlio):

(...) o que eles [as direções do MST] diziam que era para nós fazer quando ganhasse um lote nós já fazíamos antes de ir para lá [no acampamento]... Essas coisas de miudezas, que era para plantar primeiro as de comer e depois para vender nós já fazíamos. A única coisa que eu nunca concordei muito foi com essa história de coletivo. Isso aí não dá certo. E depois, uns querem trabalhar de um jeito, outros de outro e aí já não dá certo. Mas essa fase [do acampamento] a gente conheceu muitos amigos e onde aprendeu a ser do Movimento Sem Terra.

*

Lá [no acampamento] se discutia que era para produzir mais o básico, a subsistência. Uma coisa que era descartado era a soja. Nem falar! No acampamento sempre foi recomendado que a gente trabalhasse mais junto, no coletivo. [Mas o que você achava dessas propostas e discussões?] A gente não sabia muito, mas logo se enturmou lá e fizemos um grupinho que veio [como] coletivo [para o Assentamento], mas logo se desfez.

Na primeira citação, a partir do momento em que ele exclui a possibilidade de compor um grupo coletivo, o restante dos debates e orientações realizadas pela direção do MST é identificado como aquelas práticas que já realizava antes de ir para o acampamento, associadas com o cultivo para o autoconsumo. Nesse aspecto, portanto, não há identificação de eventos inusitados. Contudo, a “novidade” desse período de sua vida está relacionada com o *aprender a ser do Movimento Sem Terra*, com o espaço de sociabilidade e a constituição de amizades. Por óbvio que essa pode ser uma “novidade” para todos os sem-terra envolvidos, mas é somente nesses agricultores-assentados que ela ganha destaque durante a entrevista e em conversas do cotidiano realizadas com o pesquisador. Quanto aos outros agricultores-assentados já analisados, as principais marcações dizem respeito às possibilidades futuras de obtenção econômica envolta da formação de coletivos de produção ou a opção pela “segurança” dada pelo trabalho do grupo familiar em lote próprio. Na segunda citação há o reconhecimento das orientações realizadas pelas direções do MST e em seguida a afirmação genérica de que *não sabia muito*, acompanhada pelo fato de ter se *enturmado*, motivo pelo qual participou inicialmente de um grupo coletivo no Assentamento – o mesmo grupo formado pelo Sr. Pedro, que teve a trajetória analisada na seção do sistema produtivo *diversificado*. Dessa forma, é possível sugerir que tenha composto o tal grupo coletivo mais pelas amizades construídas do que pelas referências positivas ou negativas dessa forma de organização da produção. Essa hipótese parece ser confirmada nas conversas do cotidiano com esse agricultor-assentado, pois frequentemente lembrava o período do acampamento como um dos melhores momentos por ele vivido, haja vista a constituição de amizades e do desejo de ter participado mais ativamente das mobilizações e da *frente de massa*.

É sabido que o espaço social do acampamento funciona também como um espaço de reconhecimento e de diferenciação entre os agricultores sem-terra (Scariot, 2002). Nesse sentido, tende a não ser um lugar onde “todos são iguais”, como uma leitura apressada poderia sugerir. Os indivíduos tendem a formar os grupos (seja organizativo ou de produção) a partir de afinidades sociais entre os integrantes de tal espaço – como Scariot (2002) descreve: pela idade, por origens geográficas, por origem de posição social ocupada anteriormente à entrada no acampamento, etc. Nesse sentido, pode haver estigmatização de determinados “tipos sociais”. Geralmente essas estigmatizações ocorrem àqueles sem-terra que possuem uma trajetória social semelhante a esses agricultores-assentados que agora se está analisando. Esta possibilidade também pode ser sugerida a partir das atribuições realizadas por outros agricultores-assentados no Assentamento Ceres e, em algumas situações, da própria assessoria técnica. Nesse sentido, podem ser identificados como: *os que não gostam de trabalhar, os lúmpem, os caquedo*, etc. Pelo relato de outros agricultores-assentados essas designações também eram atribuídas a determinados indivíduos no acampamento. Seria, portanto, uma questão para futuras pesquisas no sentido de desvendar se e como essas diferenciações sociais influenciam na participação e envolvimento desses sem-terra com as temáticas e cursos

relacionados com a produção agropecuária. Pois, se o relativo “afastamento” desses indivíduos das temáticas e das discussões que envolvem os planejamentos econômicos futuros dos lotes e do Assentamento se dá em certa medida devido à “ausência” de referências quanto a tentativas de progresso material, também, é possível sugerir que o ambiente de reconhecimento/diferenciação social do acampamento pode agir mantendo ou aprofundando tal “afastamento”. Esse conjunto de circunstâncias pode ser a causa dos relatos breves sobre esse período de suas vidas quando entrevistados pelo pesquisador, comparativamente com os demais agricultores-assentados, e mais centrados nas experiências de sociabilidade do que com as discussões relacionadas com a forma de organização futura da produção. Nesse sentido, teria que se admitir não apenas que os mesmos eventos sociais do período da *luta* pela terra sofreriam potencialmente representações sociais diferenciadas de acordo com os *habitus* dos sem-terra, mas também que a *luta* oferece condições e eventos sociais de forma desproporcional para aqueles participantes, aumentando ainda mais as distâncias culturais que caracterizam esses trabalhadores.

Naqueles casos em que houve a composição de grupos coletivos não apenas para entrar *na menina dos olhos*, mas com a perspectiva de assim trabalhar sobre a terra quando em Assentamento, como no caso do Sr. Francisco, as diferenças socioculturais não tardaram a aparecer. A dissolução do grupo coletivo tornou-se a única saída como forma de resolver os “problemas”, e os novos desafios passam a ser vividos sobre o lote individual.

Neste sentido, em ambos os casos o fato de possuir um lote de terra os insere em um ambiente que demanda um conjunto de decisões a serem tomadas relativas às formas de ocupação de tal área. Neste ambiente os comportamentos sociais esperados dos agricultores-assentados por assessorias, direções do MST e políticas públicas geralmente são em um sentido de maximização dos recursos visando maximização econômica sobre os lotes de terra. No entanto, tais comportamentos requerem lógicas socioculturais mais associadas com uma racionalidade orientada para a obtenção de ‘lucros’, como referências de manejo desses fatores produtivos visando o progresso econômico. Como já foi abordado, as posições sociais que esses agricultores-assentados ocuparam na estrutura de relações sociais limitou o desenvolvimento de capacidades nessa direção e, ainda, as referências e padrões culturais constituídos do que seria *melhorar de vida e ascender socialmente* estariam dados por outros princípios que não apenas o desejo de acúmulo econômico. Isso não significa afirmar que esses agricultores-assentados não desejem acumular economicamente, mas que determinado nível de retorno financeiro tende a ter significações diferenciadas a partir daquilo que se considere o mínimo para constituir sentimentos de dignidade. Além do mais, as circunstâncias de realização produtiva dos lotes (definição de como ocupar produtivamente a área, relação com os granjeiros, com a Cooperativa, os demais agricultores-assentados, com a assessoria técnica e sistema de crédito, entre outras), assim como no período do acampamento, tende a gerar reações diferenciadas a partir daquilo que se internalizou como *habitus*. Dessa forma, os significados atribuídos às estratégias de reprodução social do grupo familiar do Sr. Francisco e do Sr. Júlio parecem coincidir durante o período do Assentamento. Nessa direção, quando o Sr. Francisco estava relatando ao pesquisador o início de sua trajetória produtiva no Assentamento, irá afirmar que:

Quando a gente veio para o lote tinha aquela idéia fixa de investir em leite, milho e as coisas para comer. Mas quando a gente chegou aqui entrou gente de fora [os granjeiros] para abrir as lavouras e faziam as propostas de arrendar, plantavam soja e diziam que dava dinheiro. Plantaram. Depois colheram e nos levaram na firma [empresa] receber e **a gente viu aquele monte de dinheiro e achou que o caminho fosse aquele**. E depois tinha os créditos [de instalação, moradia e agrícolas] que vinham e a gente colocava todo aquele dinheiro no bolso e **achava que era por aí o caminho**. Tinha que abrir conta, nem sabia que existia isso (...). **Essas coisas dão uma reviravolta na vida do cara.**

Dessa forma, se as decisões quanto ao manejo produtivo do seu lote constituem situações inusitadas em sua trajetória social, a *reviravolta na vida* ocorre a partir da percepção de melhora significativa das condições materiais de vida. A renda monetária adquirida com o arrendamento da área agricultável do lote para um granjeiro e de outras fontes de recursos, como aquelas das políticas públicas de assistência e financiamento, conferiram, provavelmente, uma percepção de ascensão social quando em comparação com as condições de privação vividas anteriormente. Sugere-se que tal padrão de renda monetária alcançada com o cultivo do lote nessa situação esteja abaixo do mínimo considerado como possível pelos outros setores de agricultores-assentados já analisados. Dessa forma, a estratégia produtiva inicial desejada e declarada pelo Sr. Francisco na citação, a partir da *idéia fixa de investir em leite, milho e [n]as coisas para comer*, pode ser, ao menos temporariamente, suspensa.

Neste sentido, com a maior parte da área do lote comprometida com a plantação da soja, através dos arrendamentos a granjeiros vizinhos, há uma maior quantidade de tempo livre por esses agricultores-assentados sobre suas parcelas de terra, o que possibilita a prática de assalariamento temporário em cooperativas e fazendas da região. Esse expediente tende a ser usado quando a renda monetária adquirida com o lote é considerada pequena, como no caso da diminuição do preço da saca da soja a partir de 2004. Alternativa alçada tanto pelo Sr. Francisco quanto pelo Sr. Júlio na complementação das rendas do grupo familiar. Uma espécie de relançamento das estratégias de reprodução social do período anterior ao acampamento. Contudo, agora, a posse do lote lhes permite garantia e segurança de obtenção do mínimo considerado necessário para reprodução social da família, amplia os campos de autonomia (individual) relativa frente aos grandes proprietários e o trabalho em fazendas pode ganhar o *status* de uma fonte de renda extra e não mais a principal. Assinala-se que, dessa forma, tende a haver um movimento no sentido de rompimento dos laços de dependência que caracterizaram historicamente esses setores mais pobres dos trabalhadores rurais com os grandes proprietários; um movimento que aumenta a autonomia individual desses agricultores-assentados, quando comparado com as situações anteriores ao Assentamento.

No entanto, a análise das entrevistas e das anotações do trabalho de campo permite sugerir que a prática de arrendamento parcial ou total da área agricultável dos lotes é tensionada constantemente internamente no Assentamento, por vários motivos, entre os principais: a) não é aprovada moralmente pelas direções do MST e por grande parte dos agricultores-assentados; b) há, dessa forma, certo desprestígio social de quem a realiza; c) portanto, nenhum agricultor-assentado demonstra orgulho em realizar tal prática, sendo chamada, em algumas circunstâncias, de *sociedade* ou *parceria*, como forma de desvencilhar o caráter pejorativo que o termo *arrendamento* significa nesse meio; d) devido a vontade expressada por alguns agricultores-assentados (como o Sr. Francisco) em deixar de realizar tal prática devido a aspectos ideológicos presentes nesse ambiente e/ou motivados pela perspectiva de aumento das rendas obtidas com o lote de terra. Contudo, por outro lado, o “contrato” de arrendamento pode comprometer por anos seguidos os agricultores-assentados a essa prática, como por exemplo, quando o arrendador paga dívidas, empresta dinheiro, realiza pequenos favores para esses agricultores-assentados ou paga o arrendamento de dois ou três anos em uma única vez. De outro modo, qualquer agricultor-assentado está sujeito ao acionamento dessa prática se estiver passando por graves problemas financeiros, ou se surgir uma oportunidade considerada melhor para construir seus projetos de futuro em comunidades ou cidades próximas. Para o caso dos agricultores-assentados analisados nessa seção também pode haver outras dificuldades associadas com o pequeno conhecimento de procedimentos comerciais, técnicos, tramites relacionados e a dúvida de estar realizando a melhor opção em termos de garantia na obtenção dos recursos considerados e/ou desejados como necessários para a reprodução social da família.

A vivência desses tensionamentos pode ser expressada quando esses agricultores-assentados declararam que não sabiam *se administrar* (tanto pelo Sr. Francisco quanto pelo Sr. Julio). Ou seja, a afirmação *acho que eu não sei me administrar*, em um contexto de justificativa para suas opções de estratégias de produção sobre o lote, pode ser o reconhecimento de um conjunto de dificuldades e limites impostos pelos seus processos de socialização, bem como as dúvidas, medos e a insegurança em se aventurar com novas formas de organizar a produção. Enquanto justificativa tende a funcionar como um processo de racionalização de sua situação social e de resignação, conformando-se com tais condições de reprodução econômica e social. Seria o significado dos constrangimentos gerados pelo seu *habitus* e do ambiente que vivencia, resultando em uma opção que na prática significaria menor jornada de trabalho sobre o lote quando comparada com os demais agricultores-assentados. A confluência entre “baixas” exigências/carências de melhora econômica e social e “pequena” jornada de trabalho, sempre quando comparado com os demais agricultores-assentados, poderia constituir essa última em *valor*, tornando desmedido o incremento da quantidade de trabalho dedicada às atividades produtivas quando isso passa a comprometer a possibilidade de dispor de seu tempo. Uma realidade individual que, contudo, tende a não ser vivida sem tensionamentos devido à complexidade de fatores que influenciam o espaço social do Assentamento.

Quanto ao Sr. Venâncio parece haver outra lógica e sentido atribuído ao ordenamento produtivo realizado em seu lote, associado com a atualização de um modo de vida desenvolvido anteriormente ao Assentamento baseado na produção de autoconsumo. É sintomático que venha a construir sua casa “nos fundos” do lote, argumentando que dessa forma, longe das demais casas e vizinhos, ficaria mais fácil de ter as criações como galinhas e suínos sem atrapalhar as casas e *terreiros* dos outros agricultores-assentados, ainda, para ele, morando *muito perto* dos vizinhos seria mais fácil de ocorrerem *brigas* e desentendimentos. Uma visão que expressa não somente uma determinada maneira de organizar o espaço do lote e se localizar espacialmente dentro do Assentamento, mas referências de um modo de vida considerado mais adequado. Conhecido por outros agricultores-assentados por realizar parte de sua produção agrícola usando apenas a força de trabalho animal e humano - como as lavouras de autoconsumo, milho e feijão - inicia sua trajetória no Assentamento ocupando o restante do lote com gado de leite, devido aos estímulos da COOPERVIDA. Contudo, depois de sucessivas mortes de animais, pela inexperiência com o manejo exigido por vacas de ‘alto padrão zootécnico’, e as conjunturas de valorização da soja e da Febre Aftosa, passará a estabelecer *parcerias* com granjeiros ou agricultores-assentados vizinhos para o cultivo da soja no restante da área.

Neste contexto, durante a entrevista realizada pelo pesquisador, o Sr. Venâncio argumentava que naquele ano semearia novamente a soja no restante no lote. Indagado pelo pesquisador se o preço pago à saca da soja não estava muito baixo, irá responder que:

Tem que colocar soja [no restante do lote]. Vou colocar o quê? **Eu não venço fazer todo o lote com os bois, me sobra terra (...). Deixar sem colocar nada não dá.** Antes eu tentei colocar as vacas de leite, mas perdi muitas vacas por causa de doenças e tal... e depois deu a Febre Aftosa. Depois comecei com uma *parceria* para colocar soja na terra que sobra. Para colocar vaca tem que ser essas mais comuns, senão morre fácil.

Esta citação revela que o cultivo da soja ocorre devido à percepção de que *sobra terra* em seu lote, pois *não vence* cultivar toda a área agrícola com as técnicas que traz das experiências passadas de cultivo, além de gerar a impressão de que não seria estritamente necessário para o atendimento das carências do grupo familiar. Assim, realizando as atividades agrícolas necessárias para o autoconsumo no lote (da família e animais), o restante da área pode ser destinada para outras ocupações produtivas, que primeiramente foi o gado de

leite e, atualmente, através da realização de *parceria*, o cultivo da soja. A alternativa à ocupação do restante da área do lote com a soja (ou gado) talvez pudesse ser o não cultivo, mas *deixar sem colocar nada não dá*; essa argüição na citação aparece mais como uma justificativa moral para não deixar uma parte da área agricultável do lote sem plantação, do que uma expressão da necessidade do grupo familiar de gerar alternativas de renda monetária. Contudo, assinala-se que a estrutura produtiva que caracteriza a região (soja e leite) tende agir limitando o leque de atividades destinadas para o comércio, o que constitui impedimentos para o desenvolvimento individual de outras atividades comerciais devido à necessidade de estabelecimento de contatos e redes de comercialização e conhecimentos específicos para tal; o que, no entanto, a socialização e a trajetória social desses indivíduos, provavelmente, não forneceram tais recursos socioculturais. Isso, talvez, possa influenciar no sentido de formar um comportamento resignado frente às condições de desenvolvimento econômico e social do grupo doméstico.

Voltando à análise de conjunto das trajetórias sociais dos agricultores-assentados considerados nessa seção, deve ser destacado que as relações mantidas com outros agricultores-assentados tende a modificar ou, pelo menos, tensionar suas estratégias produtivas sobre os lotes. Assinala-se que os *habitus* sociais não são estruturas fixas - mesmo sendo ponto de partida para a construção das realidades individuais e/ou grupais, onde se encontram os vínculos entre concepção de mundo e ação sobre esse mundo -, mas podem se modificar a partir das relações estabelecidas com a *natureza* e com os *indivíduos* em cada ambiência. Nesse sentido, durante a vivência do pesquisador junto com esses agricultores-assentados eram freqüentes os comentários e referências positivadas a atividades produtivas que outros agricultores-assentados estavam desenvolvendo, como o cultivo de cana-de-açúcar e comercialização de derivados, a produção e venda de leite a partir da identificação da diminuição do preço da soja e como fonte de renda complementar, etc. Processos sociais que são, portanto, abertos e indeterminados, por mais que se deva reconhecer tendências no seu desdobrar-se.

Importante perceber que quando perguntados sobre a COOPERVIDA, suas respostas apontam para o reconhecimento da importância que tal empreendimento poderia ter assumido no Assentamento, devido à potencialidade de oferecer apoio às atividades produtivas. Por outro lado, tendem a desprezar as acusações de (antigos e atuais) dirigentes quando esses criticavam/criticam suas estratégias produtivas baseadas na soja. Pois, para esses agricultores-assentados os próprios dirigentes seriam os responsáveis pelo desenvolvimento da soja na área da COOPERVIDA, além de serem vistos como os responsáveis pela crise por qual passou/passa esta mesma entidade.

Com relação ao acompanhamento e assessoramento técnico, esses agricultores-assentados tendem a ser os que menos se beneficiam dos referidos serviços. Isso ocorre não por uma opção da equipe técnica, mas por uma aparente falta de demanda dos produtores que apresentam a matriz produtiva baseada na sojicultura. Tende a resumir-se à elaboração de projetos de acesso a créditos e a outras políticas públicas. Frente às movimentações (reuniões e demais atividades) realizadas pela equipe técnica para estimular o desenvolvimento da atividade leiteira e o Sistema de PRV, tendem a assumir uma postura semelhante aos agricultores-assentados analisados na seção anterior, podem participar das reuniões técnicas, mas esperam que outros desenvolvam tais orientações para constatar empiricamente seus benefícios, passando então a considerar como possível o desenvolvimento de tal atividade – que deixaria de ser direcionada principalmente para o autoconsumo familiar.

Quanto aos projetos e desejos de futuro esses agricultores-assentados são os que mais demonstram realização e satisfação com as condições socioeconômicas atuais de vida, quando comparados com os demais. Por mais que possam demonstrar ansiedades, tensionamentos e vontades no sentido de alterações de suas estratégias produtivas e incremento de suas rendas,

consideram que a posse do lote significou uma radical melhora das condições de vida. Entre as alternativas de futuro consideradas para os filhos o caminho da *luta* pela terra é considerado sem equívocos o principal e o melhor.

CONCLUSÃO

A conformação social do Assentamento Ceres é marcada pela heterogeneidade de trajetórias sociais, reunindo em uma mesma *terra conquistada* agricultores de várias regiões e municípios do Rio Grande do Sul. O processo sócio-histórico de desenvolvimento e ocupação territorial desse estado definiu um espectro de reprodução restrito e relativo das parcelas mais empobrecidas do campo associado à migração constante em busca de terras e na expectativa de reprodução de um modo de vida, via de regra, aviltado pela dinâmica de acumulação do capital que caracteriza a história econômica meridional. Nesse sentido, a inserção econômica estadual como subsidiária da economia nacional, inicialmente com o transporte de gado em pé para os centros extratores de metais preciosos do país, posteriormente com a produção do charque para alimentação dos escravos das regiões produtoras de café (principalmente) e de produtos alimentícios básicos, determinou, em uma dimensão histórica, as condições objetivas e subjetivas para a produção dos sem-terra e da heterogeneidade sociocultural resultante dos vários itinerários sociais que os chamados caboclos e colonos desenvolveram ao longo do tempo. Itinerários que com o fechamento da fronteira agrícola e a modernização conservadora da agricultura tenderam a estar restringidos cada vez mais à obtenção do mínimo necessário à sobrevivência. A diversidade cultural daí resultante, entendendo a cultura como um conjunto de referências complexas e significativas que tende a ser vivida como natural pelos agentes sociais, acaba sendo exposta no espaço do acampamento quando essas frações de agricultores pobres decidem *lutar* por terra, seja como a única alternativa restante na tentativa de materializar seus sonhos e projetos de futuro e/ou pela abertura de oportunidades que a conquista de um pedaço de terra representa. Uma forma de expressão dessa heterogeneidade forjada pelo processo sócio-histórico tende a se dar no estabelecimento das estratégias de reprodução social e das significações a elas atribuídas pelas famílias quando estas se encontram em um mesmo assentamento rural, como no caso do campo empírico abordado durante essa dissertação.

Neste sentido, o estudo realizado partiu da hipótese de que as lógicas socioculturais que orientam as racionalidades inerentes às explorações parcelares analisadas possuem raízes nesse processo estrutural da formação de uma ambiência sócio-ecossistêmica marcada por poderes assimétricos distribuídos e representados, principalmente, na forma de posse da terra. Uma ambiência que é definidora de *habitus* sociais na medida em que conforma aos indivíduos determinadas posições sociais na estrutura de relações sociais da sociedade e a vivência de um conjunto de experiências relacionadas. Assim, um conjunto de códigos, informações e modalidades operacionais adquiridas ao longo dos itinerários de vida, que conferem saberes, crenças e um senso prático determinado configuram sistemas de disposições duráveis, reafirmados enquanto há a reprodução das práticas mediante validação constante em situações de socialização.

Contudo, constatou-se que a modificação das condições materiais objetivas de vida dos agricultores, associada com as ameaças de sobrevivência, podem condicionar trajetórias em acampamentos de sem-terra, não sem antes ocorrer tentativas de reprodução social a partir de um leque restrito de possibilidades dentro da ordem social estabelecida. Se a *luta* torna-se a única possibilidade identificada como forma de melhorar de vida, nesse período de suas vidas

tende haver uma ressignificação de seus *habitus* pelo ineditismo com que vivem tais circunstâncias. Dessa forma, o conceito de *habitus* coloca-se no centro da dialética entre a reprodução e a produção das condições materiais e subjetivas de existência, tendendo a incorporar novas referências a partir do momento em que o rotineiro torna-se exceção das experiências vividas, variando independentemente do controle exercido pelos hábitos já interiorizados. Nessa direção, quanto mais intencionais forem as práticas, enquanto práxis social, maior tende ser a ressignificação do próprio *habitus*.

No entanto, esse processo não é vivido da mesma forma pelos agricultores sem-terra. Pode significar uma alteração substancial das visões de mundo em que tudo se torna passível de ser ressignificado, inserindo o indivíduo às novas experiências da *luta* e ampliando as perspectivas políticas e mesmo aqueles desejos relacionados com a produção agropecuária do futuro lote de terra, ou representar uma mudança circunstancial, um ajuste temporário a esse período de instabilidades e insegurança sem afetar seriamente os fundamentos de vida e as crenças cultivadas até então. Com efeito, a direção de tais reações depende, ao menos em parte, daquilo que os indivíduos internalizaram como *habitus* ao longo das trajetórias sociais.

Nesse sentido, a abordagem realizada durante a dissertação procurou evitar visões lineares que opõe e dicotomizam o “velho” do “novo”, como se o “novo” - no caso específico desse estudo: o agricultor-assentado - fosse um sujeito a-histórico, sem uma trajetória e uma herança sociocultural precisas. Assim, essa perspectiva permitiu identificar, a modo de permanência, o passado no presente, bem como as chances de preservação das objetivações e subjetivações deste nas superações que dele se prenunciam. Ou seja, significou considerar a base cultural que informa o comportamento dos agentes sociais enquanto *sentido em movimento* que se modifica, renova-se e conserva-se ao mesmo tempo, à medida que estes criam novas formas de interação e constroem novas relações sociais. Isso implicou em entender o campo social em estudo como resultado da incorporação desigual de recursos econômicos, culturais e simbólicos, que tendem a se expressar nos comportamentos dos agentes e, portanto, na materialização de estratégias produtivas nos lotes de terra em busca do atendimento das carências conformadas sócio-historicamente.

Dessa forma, quando em Assentamento os agricultores-assentados interagem-reagem em uma dinâmica da ambiência regional calcada na atividade sojícua e nos poderes por ela representados, seja por empresas agropecuárias, cooperativas e granjeiros. De modo semelhante, a ambiência local do Assentamento também constrói parâmetros de prestígio e hierarquia relativos à constituição da organização interna, da Cooperativa e da direção do MST, que também são portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes valorizadas e reconhecidas neste espaço social. Ainda foi preciso considerar as instituições governamentais, destacadamente através das políticas públicas de assessoria técnica e de crédito, que compõe o quadro dos principais diferenciais de poderes com que os agricultores-assentados se relacionam na constituição de seus projetos de futuro. Destas relações que se pôde argumentar existir um campo de poderes restrito e relativo dos agricultores-assentados e onde uma espécie de história incorporada como *habitus* tende a se expressar na montagem das estratégias de reprodução social e das significações subjacentes.

Assim, na formação e organização do Assentamento Ceres as ações e opções do INCRA/RS e das direções do MST devem ser entendidas (ao menos em parte) dentro de uma correlação de forças regional – que em alguma medida expressa a correlação de forças no plano nacional – onde a viabilidade econômica do Assentamento representava, no plano das disputas de projetos políticos com os setores hegemônicos na sociedade, a busca pela legitimação do processo de reforma agrária brasileira. Este é cerne dos motivos para a formação de uma área de 200 ha sob administração da Cooperativa do Assentamento, onde deveria tutorar, auxiliar e conduzir o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas, além promover alterações socioculturais entre os agricultores-assentados de

acordo com o ideário das direções do MST e auxiliar materialmente a continuidade da *luta* pela terra. No entanto, o que se pode concluir após 10 anos de Assentamento é a fragilidade do *modus operandi* na condução do Assentamento rural pelas direções do MST - em um ambiente econômico regional marcado pelos oligopólios de mercado - para a (1) objetivação da melhora socioeconômica e (2) alteração sociocultural entre os agricultores-assentados, assim como da (3) construção de retaguardas para alavancar a *luta* pela terra através do suporte de condições materiais. Ou seja, subsumir à *lógica do rolão* as dimensões da militância política, de desenvolvimento produtivo do Assentamento e da assessoria técnica tende a (ou pelo menos contribui no sentido de) no médio e longo prazo constituir o quadro de dificuldades na materialização daqueles três pontos acima. Assim, a inviabilização das ações e promessas de tutoramento da Cooperativa aos agricultores-assentados desenvolve sentimentos de frustrações devido às expectativas de melhora econômica não atendida; ocorre (e em muitos casos reforça) um afastamento dos agricultores-assentados dos espaços de organização e discussão política, assim como destes aos dirigentes. Para os agricultores-assentados que tiveram anteriormente experiências traumatizantes quanto à organização de grupos de produção coletiva (e/ou cooperativas), ou aqueles que ouviram falar ainda no período do acampamento de que estas iniciativas não dariam certo no Assentamento Ceres, as crises pelas quais passa a Coopervida são vistas como uma atualização do passado, que reforça a descrença em iniciativas de produção coletivas e cooperativadas. Paradoxalmente, se a *lógica do rolão* num primeiro momento podia fornecer as condições materiais e de militância aos dirigentes para o enfrentamento da ordem estabelecida na sociedade, posteriormente tende a inviabilizar tais ações devido aos endividamentos da Cooperativa, da desagregação dos grupos de produção coletiva e da deslegitimação destes frente ao conjunto dos agricultores-assentados. Nessa direção, as já parcas condições materiais das assessorias técnicas submetidas a tal lógica se restringem ainda mais enfraquecendo as possibilidades de trabalho, além da tendência em surgir as figuras de patrão e empregado. Essas situações em que a assessoria técnica está submetida possuem raiz em sua institucionalidade, ou seja, nos pressupostos neoliberais de reforma do Estado que terceirizou tais serviços.

De conjunto os objetivos iniciais das direções do MST são colocados em questão, em parte, pelo próprio *modus operandi* das estratégias adotadas na condução das questões relativas ao desenvolvimento econômico do Assentamento. Indiretamente, o comprometimento da materialização das estratégias formuladas pela direção do MST fortalece os poderes relacionados à matriz produtiva regional baseada na monocultura da soja, que quando somadas com a posição de pequenos patrimônios produtivos dos agricultores-assentados as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural tendem a se restringir. Simbolicamente a disputa na sociedade em volta da necessidade da reforma agrária tende a se enfraquecer. Por outro lado, a ambiência regional, além da caracterização geral dos poderes imanentes à matriz produtiva regional, apresenta várias situações que são transversais às dinâmicas de poderes no Assentamento e que fogem ao controle das autonomias relativas dos movimentos sociais organizados e dos agricultores-assentados. As duas que foram mais presentes no Assentamento dizem respeito à dinâmica do preço da saca da soja e da ocorrência da Febre Aftosa. De forma geral, as trajetórias sociais dos agricultores-assentados analisados respondem, interagem e reconhecem aquela dinâmica regional e a local, e em boa medida por elas são estruturadas.

Entretanto, a pesquisa demonstrou que as interações e reações a essas ambiências não se dão da mesma forma pelo conjunto dos agricultores-assentados no estabelecimento das estratégias de reprodução social. A partir da metodologia adotada, foi possível identificar que a existência de três sistemas produtivos no Assentamento tende a corresponder aos fatores socioculturais internalizados ao longo das trajetórias sociais. Contudo, deve ser assinalado que essa aferição dos sistemas produtivos foi realizada em um momento de declínio da sojicultura

devido aos baixos preços praticados no mercado internacional. No entanto, a pesquisa também demonstrou que mesmo em conjunturas de auge dessa atividade, quando houve uma espécie de senso comum quanto a sua plantação devido aos altos preços, as significações subjacentes a essa configuração produtiva eram potencialmente diferentes, despertando o atendimento de horizontes de desejos diferenciados e influenciando no comportamento dos agricultores-assentados frente a tais situações. Neste cenário, de forma geral, para uns (os agricultores-assentados analisados e classificados nos sistemas produtivos *soja* e *soja-leite*) as possibilidades de *ficar rico* estavam relacionadas com as expectativas de atendimento das carências sociais acima daquelas imaginadas anteriormente como possíveis de serem alcançadas no Assentamento. Nesta circunstância *muito trabalho* já não era mais necessário nas lides do lote, situação expressada com a supressão da bovinocultura de leite do conjunto das atividades comerciais. Para outros (especificamente para os agricultores-assentados analisados e classificados no sistema produtivo *diversificado*) esse mesmo cenário de valorização da soja representou a possibilidade de alcançar aquilo que se considerava o mínimo necessário para se *melhorar de vida*. Nessa direção lançam mão de estratégias como a compra de máquinas e equipamentos, construção de infra-estruturas e, além de plantar seus lotes com aquela monocultura, arrendam áreas de terra vizinhas ao Assentamento na expectativa de atendimento dessas carências. O que importa anotar desse processo de valorização da cultura da soja é que a constituição de redes e relações sociais ocorre diferentemente entre os agricultores-assentados em que se evidenciam diferentes projetos e sonhos de futuro, por mais semelhantes que pareçam as práticas e os comportamentos no estabelecimento das estratégias produtivas comerciais sobre os lotes.

Mas, é com o declínio da hegemonia regional da soja que as diferenças quanto às atividades alçadas ao comércio entre os agricultores-assentados se asseveram, assim como as significações que as subtende. Um período identificado diferentemente entre os agricultores-assentados e tanto mais relacionado com uma crise de reprodução social para aqueles classificados na pesquisa como componentes do sistema produtivo *diversificado*.

Os agricultores-assentados deste sistema produtivo são filhos de pequenos agricultores, oriundos, portanto, de uma posição social em que a forma com que viveram a integração ao processo de modernização da agricultura permitiu com que os valores da *maior lucratividade* e do *acúmulo econômico* fossem internalizados na perspectiva de *melhorar de vida* e de ascender socialmente. Essa socialização e constituição de *habitus* sociais proporcionaram uma maior identificação com as propostas das direções do MST nos acampamentos, não apenas do ponto de vista político, mas principalmente a partir das oportunidades econômicas. A dialética daí resultante impulsiona os sem-terra para uma espécie de “ressignificação radical” de suas visões de mundo, podendo redefinir inclusive seus projetos de futuro onde a militância política pode ganhar a principalidade de suas ações. Por esse motivo é possível sugerir que são esses os agricultores sem-terra que tendem a desenvolver uma consciência ideologicamente mais anti-capitalista, sendo que tal comportamento se deve, em grande medida, pela forma com que vivem a *modernidade* no interior da sociedade capitalista.

Essa forma específica de viver os eventos relacionados à *luta* pela terra proporcionou que houvesse uma ampliação das redes sociais, participação em cursos de formação política e cursos técnicos, incorporação de novos conhecimentos e saberes, além de possivelmente ter ocorrido uma ampliação do escopo de carências e necessidades sociais. Quando em Assentamento a participação em espaços de direção, seja do Assentamento ou da Cooperativa, também agiu ampliando as redes e contatos sociais no município de Jóia e cidades próximas. Na depressão dos preços alcançados com a venda da soja, esse conjunto de circunstâncias permitiu a esses agricultores-assentados alçar à condição comercial outras atividades para além daquelas características da ambiência regional (soja e leite). Atividades essas que já

existiam e por eles eram desenvolvidas com o objetivo de autoconsumo devido à identificação de sua necessidade e por uma condição moral de que sua falta poderia ser sinônimo de *pobreza* dentro do Assentamento. As capacidades, interações e relações sociais construídas ao longo de suas trajetórias talvez tenham funcionado em um sentido de evitar com que os sentimentos de frustração (devido à diminuição dos preços da soja, endividamentos, crise da Cooperativa, entre os outros) desenvolvessem uma postura resignada, que poderia fazer com que aceitassem sua posição subordinada ocasionando uma diminuição das carências que almejam suprir, assim como seus sonhos e desejos. Dessa forma, desenvolvem um conjunto de atividades que proporciona a maior ‘renda média mensal líquida estimada’ de R\$ 1.213,22 quando comparados com os agricultores-assentados dos outros dois sistemas produtivos. Deste total, R\$ 404, 22 referem-se a ‘renda média mensal líquida estimada’ de produtos do autoconsumo animal e humano. Isso indica que a maior produção de atividades para o autoconsumo está relacionada com a geração das maiores rendas entre os grupos domésticos. Por outro lado, são os que representam estar mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas em que se encontram suas famílias. Reafirmam os desejos de subir na vida, de ser alguém, de ter condições econômicas de ter uma vida melhor, ao mesmo tempo em que acreditam que isso ainda seja possível dentro do Assentamento.

Quanto aos agricultores-assentados classificados no sistema produtivo *soja-leite*, com a diminuição dos preços da soja, reeditam uma estratégia produtiva que já haviam desenvolvido no início do Assentamento, baseada nas duas atividades que caracterizam a ambiência regional. Esses agricultores-assentados provêm de posições sociais onde as expectativas de *melhorar de vida* pelo acúmulo econômico foram sucessivamente frustradas ou impedidas pela ausência de terra própria, ou viveram situações de instabilidades quanto à garantia de sobrevivência: filho de agricultor-assentado que experienciou negativamente as iniciativas cooperativas e de coletivizações no assentamento dos pais; ex-pequeno agricultor com passagem de trabalho em centros urbanos; trabalhador meeiro em granjas. Essas circunstâncias desenvolveram a certeza de que o lote de terra próprio poderia garantir pelo menos uma segurança quanto ao alcance das condições socioeconômicas consideradas básicas para se viver, já que a possibilidade de ascensão social havia sido colocada em suspensão. Isso pode ter provocado uma afirmação do modelo de agricultor parcelar, proprietário de pequena porção de terra. Uma postura que frente às propostas das direções do MST no período do acampamento desenvolve e ativa um comportamento receoso, com dúvida e temor de abrir mão daqueles elementos materiais e simbólicos de ordenamento de seus universos de compreensão associados à propriedade privada da terra, condição para a segurança mínima no atendimento das carências e motivo primeiro para a participação na *luta* pela terra.

Assim, os eventos da *luta* pela terra ganham significação a partir de um sistema de referências socioculturais que parece estar bem consolidado. Se isso pode dificultar a participação em cursos de formação política e cursos técnicos devido ao abalo e à ameaça que tendem a provocar em suas crenças, também representa que podem não ter a preferência perante a direção do MST para a participação em tais cursos pelo fato de que há outros agricultores sem-terra com maior legitimidade para tal. O desenrolar da vivência dos eventos sociais no período do acampamento acabam restringindo a construção de redes sociais ao reconhecimento/identificação de pares de “iguais” durante a *luta*, formando os grupos preferenciais de diálogo e convivência. Da mesma forma, o desenvolvimento de outras capacidades, conhecimentos e saberes tendem a ficar limitados durante esse período (quando comparados com os agricultores-assentados analisados no sistema produtivo *diversificado*), mas são reafirmados aqueles saberes e crenças com os quais foram socializados. Quando em Assentamento a participação na organização política interna e da Cooperativa também tende a ficar restringida, assim como as possibilidades de desenvolvimento de atividades comerciais àquelas que caracterizam a ambiência regional. Nesse sentido, com o decréscimo do preço da

soja há o relançamento da bovinocultura leiteira como atividade comercial. As demais frustrações vividas no Assentamento, como a da crise da Cooperativa e da diminuição do preço da saca de soja, marcam uma espécie de retorno e, possivelmente, de resignação à concretização dos sonhos e projetos de futuro elaborados anteriormente à *luta* pela terra, relacionados com a perspectiva de reproduzirem-se socialmente como agricultores-assentados e com a segurança da integralidade de seus universos simbólicos ancorados na *família* e na *terra*. Dessa forma, desenvolvem um conjunto de atividades que proporciona a segunda maior ‘renda média mensal líquida estimada’ de R\$ 709,60 quando comparados com os agricultores-assentados dos demais sistemas produtivos. Deste total, R\$ 303,40 referem-se a ‘renda média mensal líquida estimada’ de produtos do autoconsumo animal e humano, também a segunda maior renda entre os pesquisados desta rubrica. Esses agricultores-assentados representam seus projetos de vida como já alcançados. O sonho da família já está sendo vivido: ter um lote de terra que proporcione, pelo menos, a reprodução social de seus membros. Os sonhos a realizar aparecem mais como ajustes ao sonho já realizado do que a perspectiva de acúmulo e progresso econômico e social, como expressado pelos agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*.

Com relação aos agricultores-assentados do sistema produtivo *soja*, possuem uma forma semelhante de ocupação produtiva dos lotes desde a constituição do Assentamento. Poderia ser argumentado que, quanto comparados com os demais, estiveram inseridos na estrutura de relações sociais de forma mais marginalizada econômica e culturalmente. Seja pela ausência de patrimônio produtivo e o respectivo trabalho como empregados agrícolas ou devido ao relativo isolamento cultural da sociedade englobante a conquista de um lote de terra é mediada principalmente por sentimentos de autonomia na gerência de sua jornada de trabalho e de sua própria vida. Esses são valores sociais percebidos que a posição social por eles ocupada impedia que fossem materializados. Ademais, restringia a geração de capacidades e carências relacionadas com o desenvolvimento de uma racionalidade orientada para o acúmulo econômico, significando progresso material, como nos demais agricultores-assentados analisados. Essas circunstâncias de socialização e formação de *habitus* promovem interações-reações aos eventos relacionados ao período do acampamento e Assentamento de forma singular.

Frente às experiências da *luta* pela terra tendem a assumir uma postura “mais afastada” dos debates sobre os projetos econômicos futuros para o Assentamento e os lotes, seja por que não manifestam tanto interesse em tais debates devido seus objetivos primeiros para com a participação no acampamento e/ou por que o ambiente de identificação/diferenciação social do acampamento pode agir mantendo ou aprofundando tal “afastamento”. As orientações das direções do MST relativas à produção futura no Assentamento são apreendidas, sobretudo, do ponto de vista do cultivo de atividades de autoconsumo, o que para o caso daqueles que já tinham experiências como pequenos agricultores são debates e orientações identificadas como desnecessárias, pois a agricultura realizada anteriormente ao acampamento já era baseada em tais cultivos. No entanto, esse período de suas vidas é marcado pelas possibilidades de sociabilidades, de constituição de amizades e de *aprender a ser do Movimento Sem Terra*. O que pode indicar a constituição de uma identidade social enquanto categoria *sem-terra*, seja pela identificação de inimigos a sem combatidos e/ou por sentimentos de obrigação e dívida para com as direções do MST. Quando em Assentamento *uma reviravolta* em suas vidas tende a ocorrer não somente por que as condições socioeconômicas tendem a melhorar significativamente, mas devido ao conjunto de decisões, até então inusitadas, que são deles esperadas para colocar o lote em atividade produtiva. Nesse sentido, tanto a direção do MST, instituições governamentais e grande parte dos agricultores-assentados deles esperam uma postura relacionada com a maximização econômica dos recursos produtivos. Este ambiente acaba gerando uma

argumentação de que não sabem *se administrar* como forma de justificar suas opções de arrendamento parcial/total do lote ou pela plantação majoritariamente da soja. Ou ainda, de que o atendimento das carências do grupo familiar estaria dado naquelas circunstâncias, ou até em menores frações de terra. Uma postura conformada frente à identificação que eles fazem de não possuírem os recursos socioculturais necessários para constituição de um conjunto de práticas consideradas as mais adequadas no meio social onde se encontram. Dessa forma, desenvolvem um conjunto de atividades que proporciona a menor ‘renda média mensal líquida estimada’ de R\$ 695,87 quando comparados com os demais agricultores-assentados. Deste total, R\$ 197,65 referem-se a ‘renda média mensal líquida estimada’ de produtos do autoconsumo animal e humano, também a menor entre os considerados nas amostras pesquisadas. Esses agricultores-assentados são os que expressam sentimentos de maior realização e satisfação com relação às condições socioeconômicas atuais de vida, quando em comparação com os demais. A posse de um lote de terra é vista em si como fator de ascensão social.

Nesse contexto, o consenso entre os agentes desse espaço social tende a ser dado pela distância que separa as referências culturais de uns e de outros. Referências constituídas em posições sociais diferenciadas e, portanto, que indicam a vivência de conjuntos de experiências e socialização que tendem a constituir princípios de interação-reação também diferenciados e que são expressados nos comportamentos que seguem o período do acampamento. As modulações que a práxis coletiva proporciona aos *habitus* no período de *luta* pela terra tendem a potencializar as distâncias culturais entre esses indivíduos que o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo no Rio Grande do Sul engendrou e capacitou a cada fração de trabalhadores rurais, visto pelas suas posições sociais na estrutura de relações sociais da sociedade. Como foi demonstrado durante a dissertação essas diferenças também são expressadas no Assentamento a partir de diferentes racionalidades e lógicas socioculturais no estabelecimento das estratégias de reprodução social das famílias e na ocupação produtiva dos lotes.

Considerando como desejável o encurtamento de tais distâncias socioculturais, poderia ser argumentado que somente a partir da práxis e envolvimento entre estes indivíduos poderia tornar tal condição possível, desde que respeitados os limites e os tempos de cada um.

Se forem aceitas as considerações realizadas ao longo da dissertação, principalmente aquelas relacionadas às distribuições socioculturais no espaço social pesquisado, caberia ficar como questões em aberto e para debate, pelo menos as seguintes: a) como as assessorias técnicas poderiam levar em consideração no trabalho cotidiano com os agricultores-assentados tais diferenças? b) dadas às situações de precariedade das condições de trabalho e os poderes relativos aos agentes no espaço social dos assentamentos, as assessorias técnicas conseguiriam desenvolver um trabalho diferenciado? c) seria preciso a consideração de tais diferenças na elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento socioeconômico, social e cultural dessa ampla categoria chamada de agricultores-assentados?

BIBLIOGRAFIA

- ANDREATTA, Tanice. **Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia**. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - PGDR/UFRGS, 2003.
- ANJOS, Eliene Gomes dos. **Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST**. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PGCS/FFCH/UFBa, 2005.
- BAILEY, Fredrick George. The Peasant view of the bad life. In.: Shanin, T. (Org). **Peasants and Peasant Societies**. Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex. England, 1971, pp. 299-321.
- BAUER, Martin, GASKELL, George e ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Org's.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 17-36
- BAVARESCO, Pedro Antônio. **Assentamentos Annoni fase IV [RS]: uma análise de seu desempenho sócio-econômico**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 1998.
- BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. Os Impactos dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org's). **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004, pp. 53-96.
- BENETTI, Maria D. Reestruturação do Agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). **Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000, pp. 63-117.
- BENTEVI, Benchmarking na agricultura – IGEagro. **Informativo Soja**. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>, 2005. Acesso em: 10 set 2006.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; FERRANTE, Vera Lúcia S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Adhemar et al. (Org's). **Reforma Agrária: produção emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994, pp. 181-191.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **A Dimensão Simbólica da Dominação Econômica**. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6º Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

- _____. *Stratégies de Reproduction et modes de domination*. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. Paris, n° 105, 1994, pp. 03-12
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **A Questão Tecnológica na Realidade dos Assentamentos de Reforma Agrária – RS: anotações para debate**. Santa Maria: EMATER/RS, 1994 (mimeo).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, Camponato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Camponato na História**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: FAPERJ, 2002.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 95-105.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 9, n° 1/2001, p. 22-55.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O Feito e a ser Feito: As encruzilhadas do labirinto V**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Sonhos, Desejos e a “Realidade”: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense/RJ**. 2004. Disponível em: <www.nead.org.br> (artigo do mês) Acesso em: 12 mai. 2005.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Edición, 1974.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.
- CORDEIRO, Ângela; SCHMITT, Cláudia Job; AMANI, Domingos. **Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil (relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil)**, 2003. Disponível em: <www.fase.org.br> acesso em: 10 mar. 2006.
- CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses Va In America: história, historiografia e mitos da imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- COSTA, Adriane Lobo. Extensão Rural e Meio Ambiente. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Rio Grande, Vol 07, out./nov./dez. 2001, pp.01-25.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- DA ROS, César Augusto. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.
- DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, pp. 51-90.

_____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Icone, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 15-52.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n° 3, set./dez. 2004, pp. 499-543.

DUARTE, Laura Maria Goulart; SILIPRANDI, Emma. A reconstrução da Extensão Rural Pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: **Anais do VI Congresso da ALASRU**. Quito/Chile, 2006. Disponível em: <www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Laura%20Maria%20Goulart%20Duarte,%20Emma%20Siliprandi.pdf> Acessado em: 16 mai 2007.

ECKERT, Córdula. **Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 1984.

ELIAS, Norbert. Sobre a Sociogênese da Economia e da Sociologia. In: NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo. **Norbert Elias – Escritos & Ensaios: 1 – Estado, Processo, Opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 pp. 167-196.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERRANTE, Vera Lúcia. Diretrizes Políticas dos Mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Org’s.) **Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar**. São Paulo: USP, 1994.

FERREIRA, Letícia de Faria. **O Tempo da Política: a construção do voto no assentamento 18 de Maio**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - PPGSP/UFSC, 2005.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora Porto-Alegrense e Vargas**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2004.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A Formação Histórica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org’s.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 27-92.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: the rise and fall of the postwar international food order. In: **The American Journal of Sociology**. Chicago, Vol. 88, Supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class, and States, 1982, pp. S248-S286.

GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 13, out. 1999, pp. 70-92.

_____. Entre as Razões de Crer e a Crença na Razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n° 27, Ano 10, fev. 1995.

_____. A Práxis Coletiva dos Sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: **Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários**. Porto Alegre, Vol. 6, 1994a, pp. 177-203.

_____. **Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial.** In: **Estudos Leopoldenses.** São Leopoldo, Vol. 30, n° 136, mar./abr. 1994b, pp. 69-94.

_____. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA Jr., Afrânio. **Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO.** In: ROMEIRO, A. et al. (Orgs.) **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994, pp. 87-98.

_____. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERHARDT, Marcos. **Os Caboclos e a Relação com a Natureza no Norte do Rio Grande do Sul.** In: **Ciência & Ambiente.** Santa Maria, n° 33, jul./dez. 2006, pp. 165-174.

GIRON, Loraine Slomp. **A Imigração Italiana no RS: fatores determinantes.** In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 47-65.

GUBERT, José Eduardo; BASSO, Nilvo. **Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. ADSA: análise diagnóstico de sistemas agrários: Jóia e Eugênio de Castro.** Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HEREDIA, Beatriz et al. **Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil.** In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n° 18, abr. 2002, pp. 77-111.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** 2000. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 fev. 2007.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Leiane Cruxên. **Capitalismo e colonização – os Alemães no Rio Grande do Sul.** In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp.09-33.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. **Orçamentos Familiares e Estratégias Socioeconômicas em Assentamentos Rurais.** In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n° 21, out. 2003, pp. 118-151.

_____. **Padrão de financiamento, Setor Público e Agricultura no Brasil.** In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.

MALUF, Renato Sérgio. **Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** In: **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v. 25, n1, 2004, pp. 299-322.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).** In: INESC (Org). **A Era FHC**

e o Governo Lula: transição? Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, 2004a, pp. 359-390.

_____; _____. Assentamentos Rurais e Mudanças Locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org's). **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004b, pp. 17-53.

_____; _____. **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENASCHE, Renata. Os Grãos da Discórdia e o Trabalho da Mídia. In: **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 1, mar. 2005, p. 169-191.

MILKNET. **Projeto Leite Sul Capacitará Agricultores na Produção Agroecológica: Agricultores familiares e assentados de RS, SC e PR serão beneficiados, 24/10/2005**. Disponível em: <www.milknet.com.br/noticias.php?id=2073> Acesso em: 20 fev. 2007.

MOREIRA, Roberto José. **Identidades Costeiras Complexas no Pensamento Científico**. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006. (no prelo).

_____. **Natureza, Ciência e Saberes I: identidade social e técnico agropecuário**. Convênio CPDA/REDES – NEAD/INCRA. Curso de Atualização para os Técnicos da ATES. Texto apoio. Março, 2005. (mimeo).

_____. Identidade Social, Natureza e Comunidades Costeiras. In: **Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras: 3º Workshop Internacional sobre Comunidades Costeiras**. Brasil, Recife, UFRPE, dez 2004.

_____. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

_____. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das Técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 8, 1997, pp. 51-69.

_____. Renda da Natureza e Territorialização do Capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 4, jun. 1995, pp. 89-111.

_____. A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, Vol. 1, nº 3, jul.-set. 1981, pp. 57-82.

MOURA, Margarida Maria. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp. 91-112.

NAVARRO, Zander. Mobilização Sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura dos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: confluência de formas de inserção social. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 13, out. 1999, pp. 5-28.

OLIVEIRA, Antônio Cossetin de. **Especialização e Territorialização do MST na Região de Jóia (RS)**. São Paulo, 2001. Dissertação (Especialização em Administração de Cooperativas) ITERRA /UnB/Unicamp, 2001.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Org's). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp.92-165.

PAULILO, Maria Ignez. Assentamentos de Reforma Agrária como Objeto de Estudo. In: ROMEIRO, Adhemar et al. (Org's.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994. pp. 192-201.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A Política do Banco Mundial em Questão. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.20, n° 57, mai./ago. 2006, p.355-383.

_____. **Modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7° Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PICCIN, Marcos Botton ; MOREIRA, Roberto José. A Agroecologia nas Trajetórias Sociais de Agricultores-assentados na Granja “menina dos olhos dos sem-terra”: o caso do Assentamento Ceres, RS. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 14, n° 2, out. 2006, p. 254-311.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio riograndense, 1930/1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **O Município de Jóia no Contexto das Transformações da Agropecuária no Planalto: um estudo numa região de transição campo-colônia no Rio Grande do Sul**. Rio Claro, 1985. Dissertação (Especialização em Desenvolvimento Rural) – UNESP/Rio Claro, 1985a.

_____. **As transformações da Agropecuária e a Produção do Espaço de um Município Rural no Centro do Planalto Riograndense: o caso de Jóia – RS**. Rio Claro, 1985. Dissertação (Especialização em Desenvolvimento Rural) - UNESP/ Rio Claro, 1985b.

SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SCARIOT, Adriano. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR**. Santa Maria, 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - PPEXR/UFSM, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Historio, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

- SEYFERTH, Giralda. **Herança e Estrutura Familiar Camponesa**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, n° 52, mai. 1985.
- SILVA NETO, Benedito. A Regionalização do Estado Segundo os seus Sistemas Agrários. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 93-108.
- _____; BASSO, David. Introdução. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 17-24.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. **Por uma Lógica Camponesa. Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto riograndense – 1850-1900**. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - CPGH/UFRGS, 2003.
- SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os Impactos Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Gestação da Recusa: o ‘colono retornado’ dos projetos de colonização na Amazônia. In TAVARES DO SANTOS, José Vicente (Org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone/Editora da Unicamp, 1985.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 21, out. 2003, pp. 42-61.
- _____. **O Camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979.
- WHITEHEAD, Alfred North. **O Conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo – Brasília: Hucitec; Edunb, 1995.
- _____; WOORTMANN, Klaas. Fuga a Três Vozes. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, n° 91, 1993, pp. 89-138.
- WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não Se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, n° 87, 1990, pp:11-76.
- ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. 3° Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 107-125.
- ZARTH, Paulo Afonso. Colonização e Ocupação do Espaço Agrário do Rio Grande do Sul. In: **Ciência & Ambiente**. Santa Maria, n°.33, jul./dez. 2006, pp. 155-164.
- ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (Org's.) **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: USP, 1994.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres)**. Porto Alegre, 1996.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Comissão Estadual do PROCERA-LUMIAR. Subcomissão para Análise de Projetos Especiais e Teto II. **Ata 04/98**. Porto Alegre, 1998.

BRASIL. MDA/SAF. Grupo de Trabalho de Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Versão Final**. Brasília, 2004.

CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS DE TUPACIRETÃ. Livros de Registros. **Livro 3S**, folha 188 e **Livro 3C**, folha 253.

COOPERVIDA. **Projeto de Transferência de Investimento – Teto II**. Jóia/RS, 2002.

LUMIAR. **Projeto de Transferência de Investimento Teto II**. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1999.

LUMIAR. **Projeto Suplementar de Investimento Teto-II**. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1998.

LUMIAR. **Projeto de Investimento Teto-II**. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997.

AGROPAN. **Informativo AGROPAN**. Retrospectiva e Situação Atual. Tupaciretã, 2001.

MATÉRIAS DE JORNAIS CITADAS

CAPÍTULO II

1. O Estado de São Paulo. **Grupo Varig teve rombo de R\$ 160 milhões: auditoria encomendada por controladora detecta fraudes entre 1999/2003**. São Paulo, 21/12/2005.
2. Valor Econômico. **Audidores apontam fraudes em cinco empresas da Varig**. São Paulo, 20/12/2005a
3. Valor Econômico. **Especial: “Sangrias” em coligadas minaram a Varig, auditorias revelam negócios suspeitos, mas investigados dizem que tudo não passa de briga política**. São Paulo, 20/12/2005b
4. Zero Hora. **Incra compra e desapropria no Estado**. Porto Alegre, 21/8/1996

CAPÍTULO III

5. Correio do Povo. **30 famílias estão na fazenda de Jóia**. Porto Alegre, 17/12/1996.
6. Correio do Povo. **MST ocupa a Fazenda Boqueirão em Cruz Alta**. Porto Alegre, 07/09/1995.
7. Correio do Povo. **Vence o prazo para os sem-terra saírem da Fazenda Taquarimbó**. Porto Alegre, 24/07/1996.

8. Zero Hora. **Colonos invadem área em Palmeira das Missões: Cerca de 1.800 famílias participaram da ocupação, que havia sido anunciada em dezembro do ano passado.** Porto Alegre, 12/01/1996.
9. Zero Hora. **Adiada desocupação em Palmeira das Missões.** Porto Alegre, 25/01/1996.
10. Zero Hora. **Colonos e fazendeiros trocam tiros em área invadida: duas pessoas ficaram feridas no conflito em Júlio de Castilhos.** Porto Alegre, 19/01/1996.
11. Zero Hora. **Sem-terra se preparam para enfrentar a BM: o prazo para a desocupação da Fazenda Santo Antônio, em Júlio de Castilhos, está terminando amanhã cedo.** Porto Alegre, 22/01/1996.
12. Zero Hora. **Sob clima de tensão permanente.** Porto Alegre, 24/01/1996.
13. Zero hora. **Assentados invadem prefeitura de Jóia: agricultores pedem construção de uma escola.** Porto Alegre, 22/11/1997.
14. Le monde Diplomatique-Brasil. **O escândalo da Parmalat.** 2004, Disponível em: <www.diplo.uol.com.br/2004-02,a852> Acesso em: 23 fev 2007.
15. Portal de Notícias G1. **Júri condena filhos do fundador da Parmalat: ambos estavam envolvidos no escândalo financeiro da empresa. Eles ficarão três a cinco anos na prisão.** 2007, Disponível em: <www.g1.globo.com/noticias/0,,mui6569-5600,00.html> Acesso em: 20 Fev 2007.

PÁGINAS CITADAS CONSULTADAS NA INTERNET

www.geolivres.gov.br

ENTREVISTAS CONCEDIDAS AO PESQUISADOR

1. Sr. Pedro – Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
2. Sr. Ricardo - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
3. Sr. João - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.
4. Sr. Vanderlei - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
5. Sr. Leonel - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.
6. Sr. Afonso - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.
7. Sr. Francisco - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
8. Sr. Júlio - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.
9. Sr. Venâncio - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
10. Sr. Nelson Edelir dos Santos – Dirigente e agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.
11. Sr. José Cenci – Dirigente regional do MST, concedida em julho de 2006.
12. Sr. Marcelo Trevisan, Engenheiro Agrônomo que compõe a equipe técnica que assessorava os agricultores-assentados dos assentamentos da região, concedida em julho de 2006.
13. Sr. José Rui Cancian Tagliapietra, à época da formação do Assentamento Ceres Coordenava a Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, Coordenador atual do Projeto Brasil Quilombola e Superintendente Substituto do INCRA-RS, Concedida em outubro de 2006.

14. Sr. Richard Martins Torciano, Coordenador da Divisão de Assentamento do INCRA-RS, concedida em outubro de 2006.
15. Sr. Álvaro Della Torre, Assessor da Cooperativa Estadual dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).
16. Adalberto Floriano Greco Martins, Assessor da Cooperativa Estadual dos assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

ANEXOS

Anexo A: figura com a localização atual dos municípios de Jóia, Tupaciretã e Ijuí de acordo com a vegetação original do território.

Anexo B: figura com a localização geográfica do município de Jóia em relação a Porto Alegre, Augusto Pestana e Ijuí.

Anexo C: figura: Assentamento Ceres à época da realização do trabalho de campo.

Anexo D: imagens da ocupação da Fazenda do Salso em 11 de janeiro de 1996.

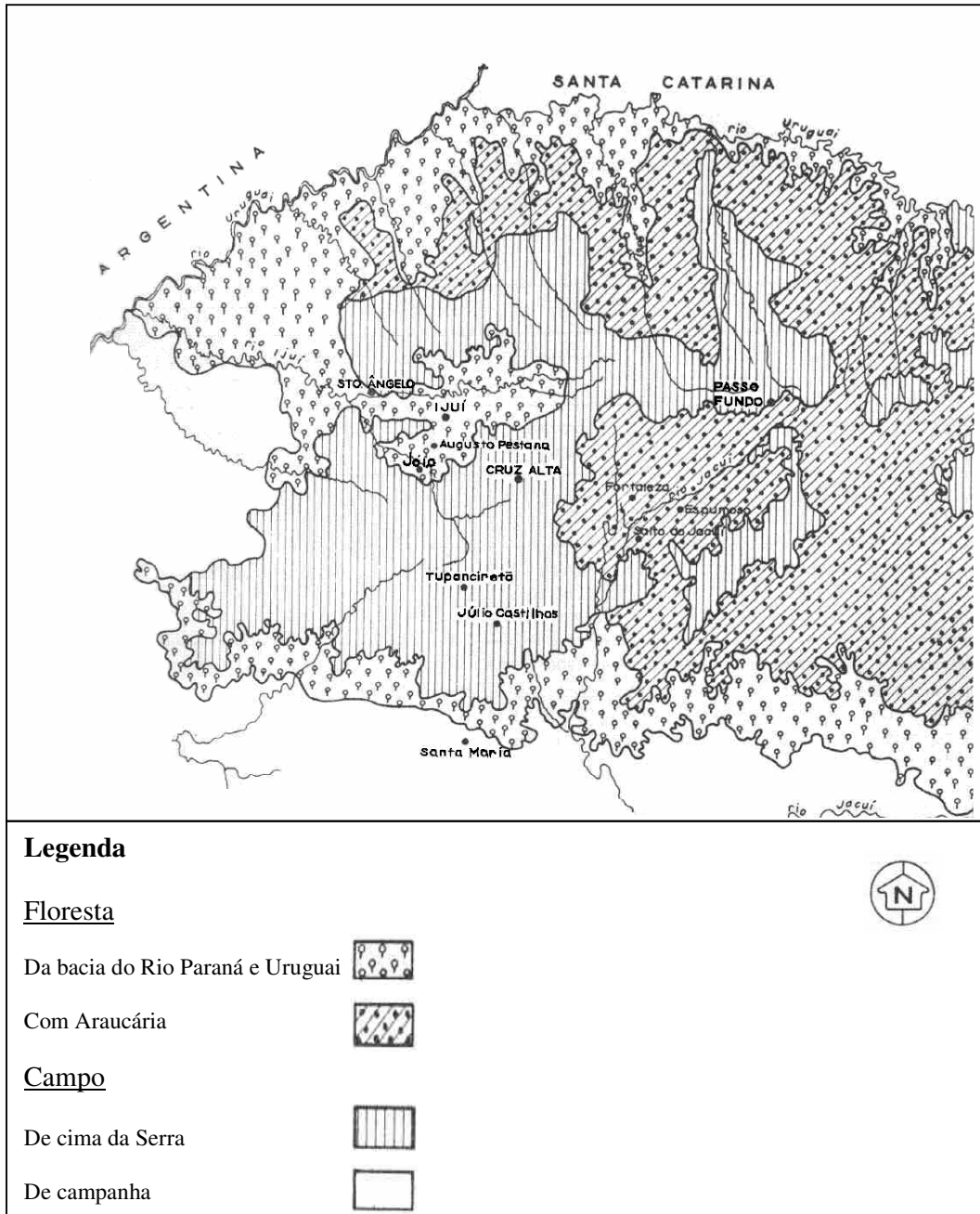
Anexo E: imagens da ‘mobilização dos fazendeiros’ e da ‘preparação dos sem-terra para a resistência’

Anexo F: primeiro planejamento da COOPERVIDA para o desenvolvimento do tambo leiteiro.

Anexo G: segundo planejamento da COOPERVIDA para o desenvolvimento do tambo leiteiro.

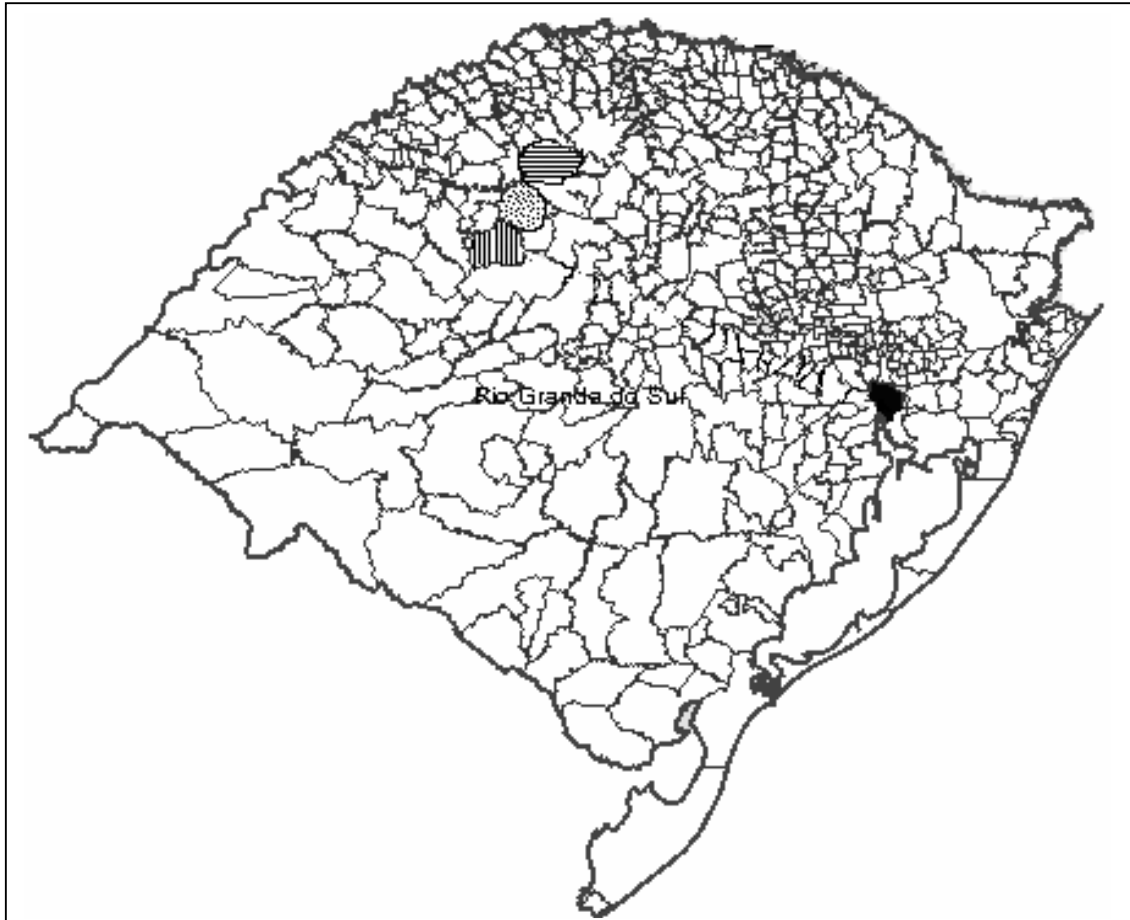
Anexo H: fotografias dos cursos técnicos para a produção de leite e materiais usados pela equipe técnica para divulgação destes

Anexo A



Fonte: Rückert (1985b: 15). Modificado pelo pesquisador.

Anexo B



Legenda:

- Município de Jóia: Assentamento Ceres
- Município de Porto Alegre: distando a 432 km
- Município de Augusto Pestana: distando a 29 km
- Município de Ijuí: distando a 42 km



Fonte: www.geolivres.gov.br
Org.: do autor

Cada 'número' apontado na Figura indica a localização de infra-estruturas e da organização geral do Assentamento Ceres. Nesse sentido:

a) o número: 1

Indica uma área sob responsabilidade da COOPERVIDA e onde se localizam as principais instalações destinadas à produção leiteira, como galpões, silos e sala de ordenha;

b) os números: 2; 3; 4; 5

Indicam áreas sob responsabilidade da COOPERVIDA e destinadas às pastagens ou cultivo de cereais. Na área 5 também localizam-se uma escola que oferece até a oitava série do ensino fundamental e um galpão deixado pela antiga proprietária que foi transformado para realização das reuniões do Assentamento, assim como atividades de lazer, é conhecido como *a sede da comunidade*;

c) o número: 6

Indica outras quatro pequenas áreas sob responsabilidade da COOPERVIDA, sendo que as duas localizadas mais acima são destinadas a um Horto de Plantas Medicinais; as outras duas são destinadas às pastagens ou cultivo de cereais;

d) o número: 7

Referente à área de Reserva de Proteção Ambiental;

e) o número: 8

Indica o aeroporto utilizado pela antiga proprietária e ainda conservado enquanto tal pelos agricultores-assentados.

Na interseção das áreas indicadas pelos números 3; 4; 5; e áreas do Horto de Plantas Medicinais está instalada a chamada *sede do Assentamento Ceres*. Ali se localizam casas, galpões, oficina mecânica (atualmente desativada), fábrica de ração (atualmente desativada), mercado (atualmente desativado), a estrutura física da COOPERVIDA e a casa e escritório usado pela assessoria técnica do Assentamento.

Uma outra informação importante pode ser percebida com relação aos principais vizinhos granjeiros do Assentamento Ceres, representados pelos nomes que designam as divisas do referido Assentamento.

Da mesma forma, os lotes referentes às áreas de terra destinadas aos agricultores-assentados são aqueles, majoritariamente, divididos em retângulos no interior do assentamento.

À época da realização da pesquisa, de acordo com a entrevista concedida ao autor pelo Eng. Agrônomo do Assentamento Ceres, esse Assentamento possuía seis poços artesianos para distribuição de água (sendo que dois já existiam desde a Granja Ceres e os outros quatro foram construídos a partir de 1997): um dos poços é destinado ao abastecimento da COOPERVIDA e moradores localizados na *sede do Assentamento*; outro abastece a escola; e os outros quatro são distribuídos na área do Assentamento de modo que possa abastecer os agricultores-assentados. Contudo, somente dois desses últimos poços possuem rede de distribuição de água instalada e subterrânea, nos outros dois a rede de distribuição é realizada por meio das chamadas mangas pretas, que os agricultores-assentados geralmente instalam do poço artesiano até suas casas. Entretanto, em ambos os casos são comuns problemas quanto ao gerenciamento do uso desses poços. Ou seja, muitos dos agricultores-assentados não possuem água potável e instalada em suas casas porque há problemas, principalmente, quanto ao pagamento das contas de energia elétrica referentes ao funcionamento do poço. Frente a essas situações, costumam utilizar água de qualidade duvidosa de nascentes e riachos localizados nas matas próximas aos seus lotes.

Há uma rede elétrica que atende todo o assentamento, instalada em 2001.

As estradas até a chegada ao Assentamento apresentam boas condições de tráfego e 80% das estradas internas são empedradas com cascalho (quando da realização da pesquisa de campo).

Anexo D



Anexo E



Solidariedade: fazendeiros fazem manifestação de apoio ao dono da Fazenda Santo Antônio



Estratégia: crianças fazem questão de mostrar como se preparam para resistir à desocupação

Imagens realizadas quando houve a ocupação da Fazenda Santo Antônio, no município de Júlio de Castilhos, em 14 de janeiro de 1996. A imagem superior evidencia a mobilização realizada pelos fazendeiros da região em “solidariedade” ao proprietário da referida fazenda ocupada. A imagem inferior apresenta dois meninos entinchados para resistir à desocupação; pode evidenciar o clima de tensão sofrido pelos sem-terra.

Fonte: Zero Hora (19/01/1996).

Anexo F

O quadro 1 mostra de maneira simplificada a evolução do plantel.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO PLANTEL DE GADO LEITEIRO

Anos	ANO-1	ANO-2	ANO-3	ANO-4	ANO-5	ANO-6	ANO-7	ANO-8	ANO-9	ANO-10
Cat. Animais										
Vacas adultas	40	70	80	110	150	150	150	150	150	150
vacas secas	5,45	9,54	10,91	15	20,45	20,45	20,45	20,45	20,45	20,45
vacas em lactação	34,54	60,45	69,09	95	129,54	129,54	129,54	129,54	129,54	129,54
temeiras fêmeas	16,09	22,53	25,75	35,4	48,28	48,28	48,28	48,28	48,28	48,28
novilhas de 1 ano	0	12,87	25,35	28,97	39,83	54,31	54,31	54,31	54,31	54,31
novilhas de 2 anos	0	0	14,48	26,75	30,58	42,04	57,33	57,33	57,33	57,33

Considerou-se ao longo da evolução do plantel a mesma produtividade de 8 litros por vaca por dia, sendo que esta produtividade de ser alcançada basicamente nas pastagens oferecidas. A evolução completa e detalhada encontra-se no anexo - 2.

A evolução do uso da área, bem como da produção pode ser melhor compreendida observando ano a ano o item 3 do anexo - 2. Houve modificações significativas no uso da área durante o período da primavera/verão, visto que neste período, diminui-se a área de grãos para a implantação de pastagens forrageiras de estação quente e pastagens perenes, conforme mostra o quadro 2.

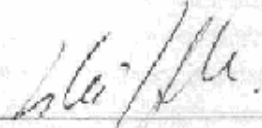


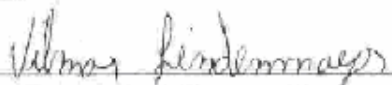
Fonte: Projeto de Investimento Teto II, Lumiar (1997: 10).

Anexo G

crias sendo estas substituídas por suas filhas sucessoras, sendo que no momento em que chegarmos ao número 110 vacas se estabilizará o rebanho.

Ano	Nº de animais	Produção anual (litros)	Valor bruto (R\$)	Custo de produção (R\$)	Receita líquida (R\$)
1º	27	65.880	16.470,00	6.588,00	9.882,00
2º	27	65.880	16.470,00	6.588,00	9.882,00
3º	40	97.600	24.400,00	9.760,00	14.640,00
4º	53	129.320	32.330,00	12.932,00	19.398,00
5º	73	178.120	44.530,00	17.812,00	26.718,00
6º	100	244.000	61.000,00	24.400,00	36.600,00
7º	110	268.400	67.100,00	26.840,00	40.260,00
8º	110	268.400	67.100,00	26.840,00	40.260,00


Responsável Técnico


Responsável Coopervida

02.286.724/0001-79

COOPERATIVA AG. PÁDUA
TRABALHO VIDA SÓDA

Equipe Santa Amélia

CNPJ 99.150-000

JÓIA - RS

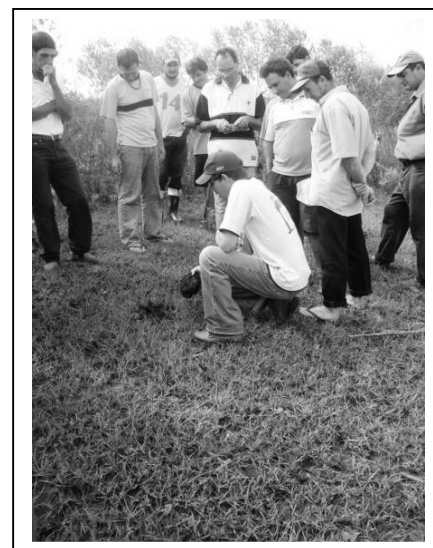
Fonte: Projeto de Transferência de Investimento, Coopervida (2002: 06).

Anexo H



Palestras expositivas sobre o Projeto Leite Sul e configurações técnicas do PRV.

Fonte: arquivo do autor



Fase posterior às palestras técnicas expositivas: visita a campo

Fonte: arquivo do autor

Continua...

Qual é o desafio??

O atual modelo do setor leiteiro é difícil e a permanência dos camponeses na atividade, o que leva a buscar formas alternativas para continuar produzindo com eficiência, competitividade e qualidade.

O que é??

O PRV é um sistema intensivo de manejo de gado da pastagem e do solo, procurando manter um equilíbrio do tripé solo-pasto-gado.

Quais os objetivos??

- * Aumento da produção de carne e/ou leite por ha;
- * Diminuição dos custos de produção;
- * Melhora a fertilidade do solo e ambiente;
- * Produção de alimentos de alta qualidade biológica;
- * Contribuir com a organização social e de um novo modelo tecnológico baseado na agroecologia.

Quem participa??

1500 famílias de camponeses do RS, SC e PR ligadas aos movimentos sociais do campo.

**Projeto Leite-Sul
Produção de Leite a Pasto
Pastoreio Racional Voisin**

E então, interessou-se pelo projeto??

Você também pode ser um camponês participante deste grande projeto para mudar o atual modelo de produção leiteira. Informe-se com a equipe técnica que atua na sua região e venha construir a mudança!!

**Prefiro morrer lutando do.*

**Projeto Leite-Sul
Produção de Leite a Pasto
Pastoreio Racional Voisin**




Convenção INCRA - COPTec



Manejo da água

"A água deve ir até o animal e não ele até a água."

"Todos os piquetes devem ter bebedouros para suprir as demandas dos animais."

Acompanhamento técnico

O acompanhamento constante permite identificar falhas e formas de solucioná-las num curto espaço de tempo, diminuindo possibilidades de atrasos na implantação do projeto.

Pastoreio Racional Voisin é...

Planejamento das áreas

Medição do lote com GPS, identificação das áreas de uso atual, cálculo de evolução do rebanho, projeto hidráulico, planejamento. Tudo planejado para a implantação gradual e segura do projeto.



Manejo do pasto

A divisão do pasto em piquetes e a observação do ponto ótimo de reposição para o pastejo do gado é fundamental para preservar a pastagem, o solo e garantir ganhos na produção de leite.

Manejo dos dejetos

A manutenção da fertilidade da área passa por um bom manejo dos dejetos. A maioria dos nutrientes que as plantas precisam se encontram no esterco e na urina dos animais.




Folder de divulgação dos cursos sobre o PRV
 Fonte: assessoria técnica do Assentamento Ceres

Promoção:

COPEMIS, COPEVIDA, COTRELU E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JOIA

Apoio:

Prêmio Monopólio de 2004, Câmara Municipal de Itapicaci, do Jari, Sindicato de Agricultura e Criação, Granger, Norega, Sonda, Norega, do Brasil, Sindicato Nacional, Sindicato Ri, Instituto Verônica Emar, Copec, AC, 2004, Apoio: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Delegacia do Ministério da Agricultura.

2º Seminário Regional do Leite

Joia, 19 de Agosto de 2005

2º Seminário Regional do Leite

Programação:

8:30 às 9:00 - Credenciamento

9:00 às 10:30 - Abertura do Evento

Coordenação: Copernicus

10:30 às 12:00 - Palestra: A atual situação dos produtores rurais frente aos desafios do mercado.

Palestrante: Prof. Benedito Silva Neto

Mediador: Copernicus

12:00 às 13:30 Almoço (Será servido almoço no local)

13:30 às 15:00 - Palestra: Os impactos da normativa 51 na cadeia produtiva do leite.

Palestrante: Med. Valéria Inês Suffer

Mediador: Elzário Nóbrega

15:00 às 16:30 - Palestra: Alternativas existentes para o leiteiro produtor. A agricultura além da soja e do leite.

Palestrante: Emar

Mediador: Cotyru

Objetivos:

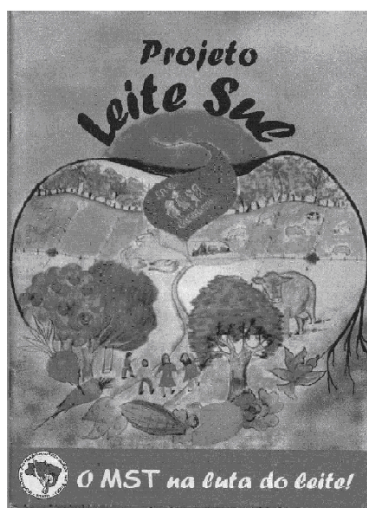
- Discutir como se comportará a pequena e média propriedade, na situação atual a partir de uma análise econômica de produção e mercado.
- Conhecer as leis e suas implicações para os produtores de leite com o normativo 51.
- Debater alternativas para fazer frente às novas exigências de produção na pecuária leiteira.
- Encaminhar propostas para a formulação de políticas públicas direcionadas para o setor produtivo.

Público Alvo:

Produtores Agrícolas, Agricultores Assentados e Reassentados, membros de cooperativas, departamentos técnicos e produtores de leite em geral.

19 de Agosto de 2005 às 08:00h
 Local: Associação dos Funcionários da Cotyru-Mazoti-Joia

Folder de divulgação de cursos sobre a produção leiteira
 Fonte: assessoria técnica do Assentamento Ceres



Cartilha informativa sobre o Projeto Leite Sul e direcionada aos agricultores-assentados
 Fonte: assessoria técnica do Assentamento Ceres